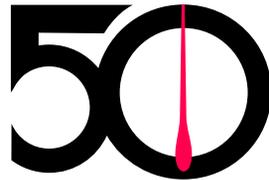


ADÍLIO ROQUE - GAÚCHO | ADRIANO DIOGO | AIRTON SOARES
| ALBERTO KLEINAS | ALDO DA SILVA ARANTES | ALÍPIO
RAIMUNDO VIANA FREIRE | ÁLVARO CALDAS - ÁLVARO
MACHADO CALDAS | ANA MARIA DO CARMO SILVA - ANA
DIAS | ANA MARIA MARTINS SOARES | ANDRE IKI SIQUEIRA -
ANDRÉ LUIZ SIQUEIRA DE SOUZA | ANIVALDO PEREIRA PADILHA
| ANTONIO FUNARI FILHO | ANTONIO M. OLIVEIRA | ANTONIO
PRADO DE ANDRADE - TICO | ARTUR MACHADO SCAVONE |
ATON FON FILHO | ÁUREA MORETTI PIRES | BELISÁRIO DOS
SANTOS JUNIOR | BOLIVAR MARINHO SOARES DE MEIRELLES
| CARLOS ALBERTO LIBÂNIO CHRISTO - FREI BETTO | CARLOS
LICHTSZTEJN | CHIZUO OSAVA | CID DE QUEIROZ BENJAMIM
| CLOVES DE CASTRO | DARCI TOSHIKO MIYAKI | DARCY
RODRIGUES | DERLY JOSÉ DE CARVALHO | DJALMA DE SOUZA
BOM | DULCE QUIRINO DE CARVALHO - DULCE MUNIZ | DANIEL
MELIM | DANIEL PEDRO SUSSUMU SALES CORREA | DENIS
RODRIGUES DE FREITAS | DOMINGOS FERNANDES | EDSON J.
DE SENNE | ELIAS STEIN | ELZA FERREIRA LOBO | EMÍLIO IVO
ULLRICH | ERNESTO CARLOS DIAS DO NASCIMENTO | FRANCISCO
FERREIRA DE OLIVEIRA - FERREIRA | FREI CARLOS JOSAPHAT |
GILBERTO OLIVEIRA CORTES | GUIOMAR SILVA LOPES | HELÁDIO
JOSÉ DE CAMPOS LEME | IBERÊ BANDEIRA DE MELO | IDIBAL
MATTO PIVETTA - IDIBAL ALMEIDA PIVETA / CÉSAR VIEIRA |
ILDA MARTINS DA SILVA | ISMAEL ANTONIO DE SOUZA | IVAN
AKSELRUD DE SEIXAS | IZAÍAS DO VALE ALMADA

Esta publicação só foi possível graças aos depoimentos dessas
pessoas, que foram registrados pelo **Memorial da Resistência**
de São Paulo

50 ANOS DO GOLPE DE 1964



**CONHECER
PARA NÃO REPETIR**

MEMÓRIAS RESISTENTES

MEMÓRIAS RESIDENTES



LUGARES DE MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

REALIZAÇÃO

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Prefeito
Fernando Haddad

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Secretário
Felipe de Paula

Secretária Adjunta
Djamila Ribeiro

Chefe de Gabinete
Luiz Guilherme Paiva

COORDENAÇÃO DE DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Coordenadora
Carla Borges

Coordenadora Adjunta
Clara Castellano

Assessora
Marília (Marie) Goulart

Assessor
Dyego Oliveira

Consultor PNUD/ Comissão de Anistia (MJ)
Pedro Russo

Consultor PNUD/ Comissão de Anistia (MJ)
Danilo Oliveira

Estagiários
Marina Luiza Molina
Naomi Xavier
Víctor Ruas Fabiano

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador
Geraldo Alckmin

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Secretário
José Roberto Sadek

ASSOCIAÇÃO PINACOTECA DE ARTE E CULTURA - APAC

Diretor Geral
Tadeu Chiarelli

Diretor Administrativo e Financeiro
Marcelo Costa Dantas

Diretor de Relações Institucionais
Paulo Romani Vicelli

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Coordenadora
Kátia Regina Felipini Neves

Estagiário
Ivan Cesar Jardim Trimigliozi

Programa de Pesquisa
Desirée de Lemos Azevedo
Julia Cerqueira Gumieri
Luiza Giandalia Ramos

Programa de Ação Educativa
Aureli Alves de Alcantara
Alessandra Santiago da Silva
Daniel Augusto Bertho Gonzales
Hannah Carolina Silva Ferreira
Larissa Yuri Oyadomari
Lorrane Campos Rodrigues

PUBLICAÇÃO

Concepção Geral
Carla Borges
Clara Castellano

Conceituação | Direção de Arte | Design Gráfico
Luís Felipe Abbud

Conteúdo
Programa de Pesquisa do
Memorial da Resistência de São Paulo

Edição de Conteúdo
Julia Dietrich
Raiana Ribeiro

Revisão de Conteúdo
Alípio Freire
Amelinha Telles
Desirée de Lemos Azevedo
Ivan Seixas
Julia Cerqueira Gumieri

Revisão Textual
Isabela Talarico

Artigos
Gonzalo Conte
Renato Cymbalista

Fotos
Acervo Memorial da Resistência de São Paulo
Ariana Iara de Paula
Arquivo Histórico do Município de São Paulo
Arquivo da Província Frei Bartolomeu
de Las Casas – Dominicanos (Brasil)
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Douglas Mansur
José Ribamar Castro Leite
Laura Pappalardo
Marcelo Vigneron
Museu da Cidade de São Paulo
Paula Ribeiro Salles

AGRADECIMENTOS

Adriano Diogo | Amelinha Teles | Amparo Araújo | Ana Paula Brito | Anaclara Volpi | André Gonçalves dos Ramos | Anivaldo Padilha | Anna Maria Nigro | Antônio Eustáquio | Antônio Roberto Espinosa | Antônio Visconti | Ariana Iara de Paula | Audálio Dantas | Bárbara Fernandes | Camilo Vanucchi | Carla Osma | Clarice Herzog | Cleiton (Fofão) | Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo | Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos | Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça | Comunidade Cultural Quilombaque | Criméia Almeida | Cristiane Muniz | Danilo Fernandes dos Santos | Débora Maria da Silva | Déborah Neves | Eduardo Pompeo Martins | Eliana Vendramini | Elza Lobo, Equipe SM-DHC | Equipe Memorial da Resistência de São Paulo | Eugênia Gonzaga | Fábio Luís Franco | Fermino Fecchio | Fernanda Barbara | Francisco Jesus Paz | Frente do Esculacho Popular | Fúlvio Gianella | Gabriela Corrocini | Giordano Magri | Grupo de Trabalho pelo Direito à Memória e à Verdade (GT-DMV) | Guetus | Guilherme Assis de Almeida | Guilherme Pianca | Ivan Seixas | Ivo Herzog | Jandira Ribeiro | Javier Amadeo | Joel de Andrade | Joost Grootens | José Luiz Del Roio | José Ribamar Castro Leite | Julio César Neves | Larissa Souto | Laura Petit da Silva | Laurindo Leal | Lauro Pereira Ávila | Lavinia Clara | Levante Popular da Juventude | Lira Alli | Lorena Cordeiro Gonçalves Ferraz | Lúcia Salles | Luiz Antonio Wagih Abbud | Marcelo Vigneron | Márcio Luiz Rocha de Paula Fernandes | Marcus Vinícius Santos | Maria Auxiliadora Arantes | Maria Carolina Bissoto | Maria Cristina Oliveira Bruno | Maria Luiza Bierrenbach | Maria Oliveira Roza | Marlon Weichert | Maurice Politi | Memoria Abierta | Milena Fonseca Fontes | Movimento Independente Mães de Maio | Nabil Bonduki | Nádia Somekh | Nair Kobashi | Nele Azevedo | Nina Pauline Knutson | Padre Geraldo Labarrere | Paula Ribeiro Salles | Paula Sacchetta | Paulo Abrão | Paulo André Chagas | Paulo Vanucchi | Pedro Ribeiro | Peruserferia | Priscila Arantes | Rafael Netto | Rafael Pacheco | Rafael Schincariol | Rafael Simões | Renato Cymbalista | Renan Honório Quinalha | Rita Sipahi | Rogerio Leite | Rosemeire Correia de Paula Fernandes | Sebastião Neto | Simone Scifoni | Suzana Lisboa | Taís Barreto | Tereza Lajolo | Tiago Carrapatoso | Tomaz Seincman | Vera Lúcia Santos | Vilma Padília | Vitor Goulart | Vivian Mendes | UNA Arquitetos | Valdirene Gomes | Vitor Hugo Pissia | Waldemar Rossi (*In memoriam*) | Walnice Galvão

Agradecimentos Especiais
Alípio Freire
Eduardo Matarazzo Suplicy
Rogério Sottili

UM REENCONTRO COM A MEMÓRIA PELOS LUGARES DA CIDADE

A cidade é, por excelência, o local do encontro, onde relações humanas se estabelecem. Teias e conexões se dão na cidade. Ela é também o lugar privilegiado da produção e do consumo, do choque de desigualdades, dos deslocamentos constantes. É, portanto, palco de convergências e de conflitos políticos. Por isso mesmo, a cidade é viva, com suas múltiplas faces e seu dinamismo incessante.

Diariamente passamos por lugares carregados de simbolismos e significados diversos, que guardam imenso potencial histórico. A maior parte dessas memórias, embora muito vivas nas mentes de quem as vivenciou, não é necessariamente evidente para o restante da população. Trata-se de uma memória latente e potente, mas muitas vezes fragmentada. No entanto, quando o olhar para a cidade se propõe a conhecer os processos históricos que ali se desenrolaram, é preciso alinhavá-las e recuperar o seu sentido coletivo.

Isso se torna particularmente relevante para compreender os períodos de autoritarismo e de graves violações aos direitos humanos. As atrocidades praticadas pelo Estado contra seus cidadãos não são apenas individuais, mas também coletivas, pois afetam o ser humano em sua dignidade e em suas necessidades mais fundamentais. Para enfrentá-las, é necessário um esforço de construção ou de ativação da memória coletiva, de elaboração social dos traumas e de compreensão dos mecanismos que permitiram a barbárie. Afinal, essa memória não é apenas das vítimas, é de todos nós. E o direito a acessá-la deve ser assegurado pelo Estado, em todas as suas esferas.

No Brasil, passados mais de trinta anos do fim da ditadura civil-militar, ainda processamos com dificuldade a memória desse período sombrio, sobre o qual resta muito a conhecer e a revelar. A cidade de São Paulo foi marcada pela intensa resistência dos movimentos sociais, estudantis e de trabalhadoras/es para fazer face aos abusos sucessivos do regime e, conseqüentemente, por uma repressão ostensiva que perseguiu e assassinou quase um quarto de todos os mortos e desaparecidos políticos registrados oficialmente no país. Como tal, evidentemente está repleta de lugares que podem nos contar essas histórias e permitir um mergulho no passado recente do município, que ainda permanece como um quebra-cabeças a se completar. A exemplo do que fizeram outros países que viveram períodos autoritários, precisamos conhecer e reconhecer esses lugares, revisitá-los, ressignificá-los e fazer deles locais do exercício pleno da democracia e de construção da memória coletiva.

É nesse marco que surge a presente publicação, produzida pela **Coordenação de Políticas de Direito à Memória e à Verdade** da **Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo - CDMV** e pelo **Memorial da Resistência**. Seu objetivo é convidar todos os moradores e visitantes da cidade para um percurso pelos diversos locais que serviram como palco tanto da repressão praticada pela ditadura civil-militar como da luta de resistência contra o regime autoritário.

Nossa intenção não é esgotar as possibilidades descritivas de cada localidade, nem oferecer uma visão estática desses locais no passado, mas sim registrar as diversas camadas históricas que eles carregam e transitar pelos diversos usos que lhes foram e são atribuídos até hoje. Queremos aguçar a curiosidade dos leitores a partir de relatos dos chamados *resistentes*, captados ao longo de uma vasta pesquisa conduzida pelo Memorial da Resistência, incentivando-os a visitar esses espaços e a aprender mais sobre cada um. A ideia é convidar para um passeio subjetivo a partir desse olhar. Para além dos significados e sentidos arquitetônicos, destacamos o patrimônio imaterial que cada edifício carrega e que se concretiza na memória dos que por ali passaram.

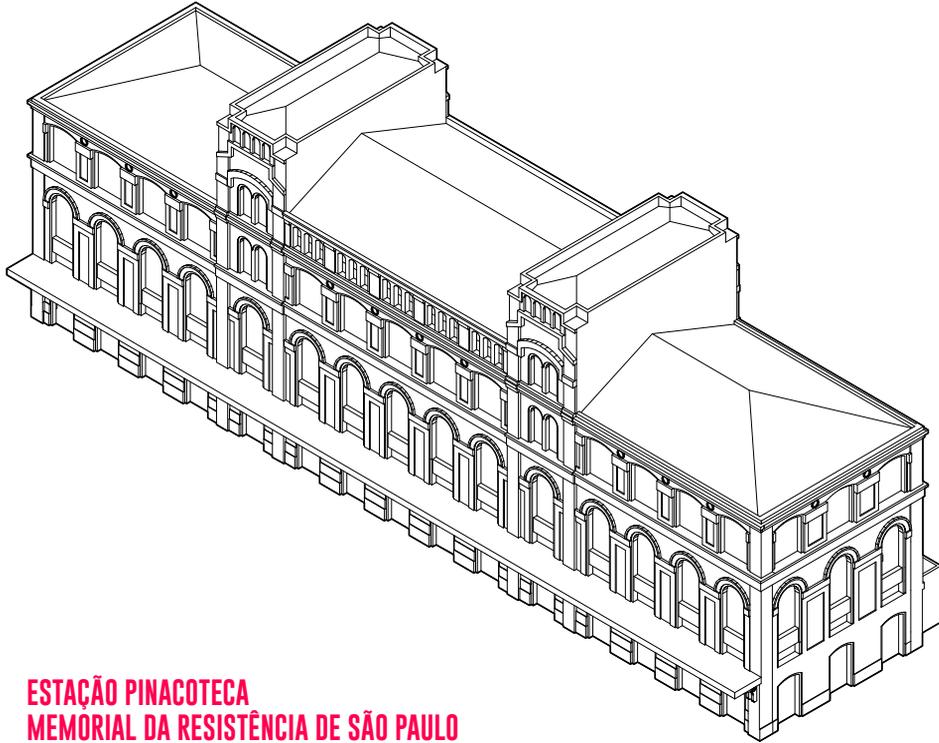
Vale registrar que tampouco é nossa pretensão abarcar todos os lugares de memória disponíveis na cidade. São Paulo apresenta uma infinidade de possibilidades históricas, cuja compreensão requereria muito mais tempo e recursos. Tal seria o caso dos centros de imprensa alternativa, muitos deles clandestinos, espalhados pela cidade e que até hoje permanecem desconhecidos. Ou o Sítio 31 de Março, nos limites de Parelheiros, ainda tão obscurecido. Ou então todos os lugares onde se organizou a resistência feminina à ditadura. Diante das alternativas ao nosso alcance, decidimos nos ater ao levantamento realizado pelo Memorial, adaptá-lo a uma linguagem jovem e acessível ao grande público, dar-lhe mapas e cores e lançá-lo ao mundo para que ganhe vida própria. Esses novos sítios ficam como um desafio para futuras investigações ou edições desta publicação, que é apenas um primeiro passo a desvelar o véu que ainda cobre muitos dos lugares de memória da cidade.

O livro faz parte de um dos eixos centrais da CDMV, dedicado aos lugares de memória, que se propõe, primeiramente, a reconhecer e valorizar a memória de todos os que lutaram por uma sociedade mais justa e igualitária. Graças a quem os fatos que as estruturas oficiais tanto tentaram esconder puderam sobreviver ao esquecimento e, finalmente, ser publicizados. Em segundo lugar, esclarecer àqueles que não necessariamente viveram esse período, os acontecimentos que marcaram a cidade e cujos efeitos estão presentes até hoje, como heranças perversas do despotismo.

Reconhecer a história que esses locais guardam é construir a memória coletiva da cidade. Esse olhar crítico para o passado é fundamental para uma melhor compreensão do presente e para vislumbrar um futuro no qual os mesmos erros e violações não se repitam.

Bom passeio!

**SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
PREFEITURA DE SÃO PAULO**



**ESTAÇÃO PINACOTECA
MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO**

É uma imensa satisfação para o **Memorial da Resistência de São Paulo** participar como cor-realizador da publicação *Memórias Resistentes, Memórias Residentes: lugares de memória da resistência e da repressão em São Paulo durante a ditadura*, com a **Coordenação de Direito à Memória e à Verdade** da **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo**.

O livro é resultado de um trabalho articulado entre profissionais que buscaram discutir conceitual e metodologicamente a construção de uma publicação acessível a diferentes faixas etárias e formações acadêmicas, com o objetivo de colaborar para a reflexão de jovens e adultos sobre nossa história política recente, especialmente sobre a ditadura civil-militar, por meio do conhecimento dos lugares da memória da cidade de São Paulo.

Esta parceria representa valores fundamentais para o Memorial. Primeiro, porque é parte da nossa missão atuar de forma articulada com os diferentes atores sociais comprometidos com a preservação da memória, com a valorização dos princípios democráticos e com a promoção dos direitos humanos. Desde o início da implantação, em 2008, temos buscado privilegiar o trabalho colaborativo e participativo, envolvendo as diversas esferas governamentais, ex-presos e perseguidos políticos, equipes multidisciplinares, organizações não governamentais e outras instituições museológicas.

Segundo, porque este trabalho é um desdobramento de um dos quatro projetos do **Programa Lugares da Memória** – o *Inventário dos Lugares da Memória: a educação para os direitos humanos por meio do patrimônio* –, que pesquisa os lugares que testemunharam ações de violação ou defesa dos princípios democráticos e dos direitos humanos do estado São Paulo. Acreditamos que o (re)conhecimento desses lugares-testemunhos pode ser um importante instrumento de educação para a cidadania, pois aproxima os fatos ocorridos no passado de suas permanências no presente.

O Memorial da Resistência de São Paulo, sediado em parte do espaço prisional do edifício que foi ocupado pelo **Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS/SP p.42**, no período de 1940 a 1983, é um importante exemplo de como os lugares de memória podem colaborar na formação de cidadãos críticos, conscientes de nossa história política e da importância do aprimoramento da democracia e dos direitos humanos.

Agradecemos à **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania** pelo convite para participar dessa publicação, a todos os pesquisadores, que desde 2009 trabalham ou já trabalharam para o **Programa de Pesquisa** de nossa instituição, e a toda a equipe e instituições envolvidas na realização desse livro.

TADEU CHIARELLI

Diretor Geral da Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC

KÁTIA REGINA FELIPINI NEVES

Coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo

NOVAS FRONTEIRAS PARA A MEMÓRIA EM SÃO PAULO E NO BRASIL

Na década de 1990, corríamos sérios riscos nos assuntos relacionados à memória e à consciência no Brasil. A sociedade parecia quase nada interessada nas narrativas, experiências e lugares relacionados à ditadura. Ocorriam livremente apagamentos de sítios de memória, como ocorreu com a carceragem do **DEOPS/SP p.42**, apagada em meio a uma reforma de embelezamento do prédio da antiga estação da Ferrovia Sorocabana, que se transformaria na **Estação Pinacoteca**.

Os setores progressistas tinham outras prioridades, como o fortalecimento dos novos movimentos sociais e as disputas eleitorais e partidárias, e a consolidação da transição democrática dava-se nos moldes do possível, aceitando os limites impostos pela **Lei da Anistia**, que nivelou vítimas e algozes, tratando igualmente situações totalmente desiguais. A anistia a todos os “crimes” cometidos durante o período da ditadura significou que crimes cometidos contra o Estado autoritário foram tratados da mesma forma que crimes contra a humanidade cometidos por esse mesmo Estado. As articulações relacionadas à macropolítica e às alianças em nome da governabilidade do país deixaram pouco espaço para problematizar os efeitos desiguais do perdão irrestrito.

A batalha pelo não esquecimento era travada por um pequeno número de sobreviventes e seus familiares, que precisavam lutar permanentemente contra discursos e práticas que defendiam o “aqui não foi assim tão ruim”, reinventando o apoio tácito que grande parte da classe média brasileira havia dado ao regime autoritário.

Felizmente, a história e o cenário internacional nos ajudaram. Exemplos vindos da Berlim reunificada, da África do Sul pós-apartheid e da Argentina foram aos poucos nos mostrando a potência e até mesmo a incontornabilidade de enfrentamento das problemáticas legadas pelo passado, oferecendo um variado repertório de como lidar com os lugares de memória dos períodos autoritários para levantar problemas, enunciar direitos e denunciar violações. A circulação do conhecimento sobre as experiências internacionais foi uma poderosa aliada das vítimas da repressão no Brasil e daqueles que lutaram para que as traumáticas memórias dos tempos de chumbo não fossem esquecidas. O século XXI representou uma mudança de sentido, e aos poucos as disputas vêm passando do campo da denúncia para o da proposição. Na cidade de São Paulo, a luta que durante décadas foi de pequenos grupos vem ganhando parceiros, autonomia e visibilidade.

Ao mesmo tempo, na arena doméstica, a consolidação – não se sabe se irreversível ou não – das estruturas democráticas e o distanciamento temporal foram aos poucos mostrando que o passado da ditadura era revisitável e que era possível problematizar a Lei da Anistia e, quem sabe, no futuro, mudá-la. Nesse contexto, na segunda década do século XXI pipocaram comissões da verdade em todas as instâncias e em vários segmentos da sociedade.

Essa é uma onda de retorno ao passado, com olhos menos generosos em relação aos algozes e finalmente tratando a especificidade de cada lado na luta contra (ou a favor) do regime autoritário entre as décadas de 1960 e 1980.

Um dos aspectos mais promissores da atual onda de memorialização paulistana é que ela vem sendo feita em grande medida por jovens que não viveram a repressão e que não pertencem a famílias de mortos ou desaparecidos. São pessoas – e principalmente grupos – que vêm decidindo, voluntariamente, apropriar-se de memórias alheias, mobilizando-as para as mais variadas intervenções na agenda política e social contemporânea. As instituições formalmente criadas para enfrentar essa temática vêm amadurecendo e ampliando seu alcance.

A mais recente fronteira de luta é o próprio território da cidade: os lugares onde ocorreram crimes de Estado, os nomes de ruas, a complexa engrenagem institucional estão cada vez mais expostos ao debate e à problematização pública. Sabemos que o trabalho de memória e verdade nunca se encerra, mas arrisco afirmar que as vítimas do terror de Estado da época da ditadura podem, finalmente, tranquilizar-se, pois conseguiram realizar a transição de suas histórias do plano dos traumas pessoais e familiares para uma agenda social e de políticas públicas.

Em tempos como os atuais, de imenso teste de fadiga das estruturas e instituições da democracia brasileira, os lugares relacionados ao passado da ditadura são ainda mais estratégicos. Permitem problematizar a violação de direitos no passado e no presente, permitem interpelar os crimes contra a humanidade cometidos por agentes do Estado. Os próprios conflitos que envolvem muitos desses lugares nos interessa, pois são capazes de trazer possibilidades de realização de debates, explicitação de posições e diferenças de forma aberta e evitando situações de violência. Para que isso ocorra, é fundamental a ação do poder público, antecipando-se aos conflitos, identificando esses lugares como dinamos sociais, onde se pode alojar a educação, o debate e o aprendizado. Na ausência desse tipo de mediação, aumentam as chances de prevalecerem a violência e o desrespeito.

Vistos nesta chave, emerge a função dos sítios de memória para toda a sociedade, e não apenas para aqueles que foram diretamente vitimizados pelos crimes da ditadura. Se soubermos explorá-los com essa finalidade, com protagonismo compartilhado entre o Estado e a sociedade civil, poderemos vislumbrar um futuro melhor.

RENATO CYMBALISTA

Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU USP
Coordenador do Grupo de Pesquisa *Lugares da Memória e Consciência* - CNPq/USP

CONSTRUIR A MEMÓRIA A PARTIR DO TERRITÓRIO

Em 2009, a organização argentina **Memoria Abierta** publicou o livro **Memorias en la ciudad - Señales del terrorismo de Estado en Buenos Aires**, buscando promover “um uso alternativo da cidade por parte de seus transeuntes, de modo a destacar a história suprimida, em cada lugar onde a última ditadura concentrou seus núcleos de disseminação do terror, e pretender que esses espaços sejam uma ocasião para a memória”.

O protagonismo dos lugares na construção da memória do passado recente na Argentina começou um pouco antes. Desde meados da década de 1990, os lugares vinculados não só ao aparato repressivo do terrorismo de Estado, mas também às resistências e às lutas pela memória passaram a ser sinalizados, recuperados, ressignificados a partir de iniciativas estatais, dos organismos de direitos humanos e associações de bairro. As intervenções ou transformações em cada um desses lugares – muitas vezes a partir de ações inicialmente efêmeras e, depois, por meio de marcas permanentes – fizeram com que essas memórias se tornassem visíveis, em seus respectivos complexos urbanos, para o conjunto da sociedade. Por meio da recompilação, exame e agrupamento territorial de marcas de diversos tipos localizadas na cidade de Buenos Aires (desde ex-centros clandestinos de detenção até revestimentos de piso; de monumentos até nomes de ruas, entre outros), **Memorias en la ciudad** pretendia contribuir tanto para dar visibilidade quanto para incentivar a reflexão sobre os modos de habitar e percorrer a cidade.

Recentemente, e depois de um trajeto por alguns lugares de memória da Argentina, recebemos na sede do **Memoria Abierta**, no **Espacio Memoria y Derechos Humanos** (antiga **ESMA**), Clara Ribeiro Castellano, Coordenadora Adjunta de **Políticas de Direito à Memória e à Verdade da Prefeitura de São Paulo**. Na oportunidade, conversamos sobre uma preocupação compartilhada: quais são os critérios e as formas que as políticas públicas deveriam assumir para promover e estimular os trabalhos de memória que dizem respeito ao território e que vinculam as experiências traumáticas vividas na ditadura às lutas pela recuperação dos direitos humanos básicos para nossas comunidades no presente? Enfim, como conseguir que a comunidade se envolva e participe dessas experiências?

Foi dessa preocupação que surgiu a ideia de publicar este livro, que torna visíveis mais de 100 marcas de memória da cidade de São Paulo. Esses espaços, em sua maioria ainda não sinalizados, são aqueles onde se produziram crimes de lesa-humanidade, mas também são cenários de ações de resistência. O livro apresenta como desafio a definição das ações futuras de reconhecimento e sinalização, além de permitir que pensemos esses lugares do passado como transmissores das construções coletivas futuras. Nada mais. Nada menos.

Sabemos que essa preocupação é compartilhada com o **Memorial da Resistência** e com o **Núcleo Memória**, pioneiros no percurso do longo caminho que é conceber e manter um lugar de memória a partir das experiências vividas durante os períodos autoritários, com capacidade de incidência na construção cotidiana da democracia.

Porém, algumas perguntas inevitavelmente aparecem. Por que esse exercício não surgiu espontaneamente e com mais força a partir da própria comunidade? Trata-se de uma memória adormecida, guardada? Onde estão os sinais e rastros desse passado traumático? É possível pensar que as marcas do passado tenham sido eliminadas com êxito?

Essas interrogações propõem de imediato refletir sobre o papel das organizações da sociedade civil e do Estado na implementação de estratégias conjuntas que permitam resolver as relações sociais e políticas e as dinâmicas próprias dos novos campos de ação no território, com as iniciativas de construção de espaços de memória, museus, memoriais e marcas territoriais como as que este livro deseja tornar visíveis. Mas como deveriam ser feitas essas articulações da gestão pública para desenvolver políticas de memória que tenham eficácia e continuidade nesses lugares e no território? Entre os múltiplos aprendizados obtidos com a execução dos primeiros lugares de memória e dos – inquietos e necessários – processos de institucionalização encaminhados com êxito em São Paulo, aparecem particularmente as noções que propõem a necessidade de contar com projetos de preservação integral para outros reservatórios de memória emblemáticos ainda não recuperados na cidade, que permitam, finalmente e depois de tortuosas trajetórias, somar e expandir sua incidência no território. Trata-se de uma visão mais aberta, complexa e simultânea, em que o conceito de preservação do lugar se expande e se transforma numa preservação múltipla, que atinge não só a memória histórica, as próprias edificações ou restos materiais, mas também as disputas de narrativa e sentido, os diversos interesses em jogo e a irrenunciável procura pela verdade e justiça.

A história também nos ensina que, durante crises institucionais, com deterioração social e econômica profundas, são produzidos estados de consciência nos quais a memória prolifera tanto nas discussões como na participação. Este parece ser o momento oportuno para crescer e expandir esses cenários, que não só promovem o exercício de recuperação da memória histórica como também descomprimem a memória encapsulada e perdida neste exercício, já cultural, de não ver os benefícios que nos são concedidos quando pensamos nosso presente a partir da recuperação e das chaves do nosso passado.

GONZALO CONTE

Arquiteto e Coordenador de Projetos na Organização *Memoria Abierta*

ENGRENAGENS DA REPRESSÃO EXPRESSIONES DA RESISTÊNCIA

Mais de cinco décadas se passaram desde que o presidente **João Goulart** foi deposto pela força das armas, dando início ao período mais autoritário de nossa história republicana. Mas essa não foi a primeira vez que forças conservadoras tentaram tomar ilegalmente o poder desde o fim da **Era Vargas (1930-1945)**. O golpe civil-militar foi fruto de uma disputa política que atravessou todo o breve período democrático de 1946-1964.

Uma parte dessa disputa dizia respeito à política institucional, resultando da tensão entre os partidos que rejeitavam a herança política de Vargas e os partidos que assumiam, como suas, algumas bandeiras associadas ao varguismo, como o nacionalismo e o trabalhismo. Outra parte pode ser explicada pela atuação dos movimentos sociais frente aos limites da nova democracia. Sendo um país majoritariamente rural, o Brasil tinha então boa parte de suas terras e de sua população sob o controle dos grandes latifundiários. Nas cidades, onde o movimento operário possuía uma trajetória de luta por direitos sociais, enfrentavam-se limitações como os sindicatos atrelados ao Estado. Estas e outras tensões de longa duração encontrariam espaço de manifestação na nova democracia. Direitos sociais insuficientes e direitos políticos limitados estimulariam os movimentos sociais a um processo de mobilizações, ao longo do qual formulariam seus próprios projetos de nação. Nos anos 1960, esse processo de radicaliza embaldado por um cenário mundial em que lutas sociais, independências políticas e revoluções se multiplicavam vitoriosas. Em exemplos como o da **Revolução Cubana**, fortalecia-se o sentimento de que as transformações estavam ao alcance das mãos, fazendo multiplicar os grupos e movimentos interessados em reformar ou revolucionar a ordem constituída.

Enquanto os setores conservadores acalentavam seus próprios projetos de sociedade, e temiam uma revolução social como ameaça concreta, as arenas políticas iam sendo consumidas por uma luta entre projetos antagônicos. Nesse contexto, as **Reformas de Base** de João Goulart soaram aos conservadores como a gota d'água. Elas seriam uma das justificativas para um golpe que alterou as regras do jogo. De posse das instituições e com apoio de setores da sociedade, os militares deram início a um brutal processo de exclusão política de seus antagonistas e a todos que eram vistos como ameaça. Não se tratava mais de derrotá-los, mas sim de eliminá-los. Chamamos de ditadura a um regime que se dedicou a excluir toda posição dele divergente, criminalizando, com isso, a própria política. Na lógica da **Guerra Fria**, que dividia radicalmente o mundo entre capitalistas e socialistas, entre direitas e esquerdas, os militares diziam salvar o país dos comunistas, agora tidos como "inimigos da pátria". Contra eles, medidas de perseguição como: censura, prisões, expurgos, demissões, cassações de mandato, e banimentos. Partindo para a exclusão física, a ditadura fez da tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados uma política de Estado. Todo um aparato repressivo foi construído para conter as lutas sociais, enquanto a violência de Estado submeteu a sociedade à arbitrariedade e ao terror.

As leitoras e os leitores não devem, contudo, esperar encontrar aqui uma narrativa linear ou conclusiva sobre a ditadura. Como guia de lugares da memória, esta publicação se limita a recordar eventos ocorridos na cidade de São Paulo durante o período, com a intenção de subsidiar a reflexão e a produção de memórias. O olhar para o passado que propomos aqui está comprometido com o futuro e com o estímulo à construção de uma cultura democrática e de respeito aos Direitos Humanos. Por isso, dentre os vários aspectos que poderíamos abordar em relação aos lugares de memória, escolhemos enfatizar apenas aqueles relacionados à repressão e à resistência. As páginas a seguir apresentam elementos da violência política protagonizada pelo Estado; e da atuação política divergente manifestada por diferentes setores da sociedade.

Para tanto, o guia traça dois percursos gerais. No primeiro, os locais mostram a repressão como uma densa engrenagem que parte das instituições civis e militares dedicadas a punir, proibir e vigiar para penetrar a sociedade em variadas formas de apoio e participação. No segundo, diversificam-se os locais onde se manifestaram proposições alternativas as do regime. Na religião ou nas artes, nos debates acadêmicos ou sobre os direitos das minorias, nas associações de classe, estudantis ou comunitárias, com armas, greves ou palavras, diferentes formas de protestar foram expressões daquilo que chamamos de resistência política.

Os lugares foram então distribuídos entre duas sessões, que são logo identificáveis pelo exterior da publicação impressa: **ENGRENAGENS DA REPRESSÃO** e **EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA**. ao longo das quais os textos ressaltam a pluralidade de eventos ocorridos em cada um dos locais. Pensando na importância de mostrar a variedade de formas assumidas pela repressão e pela resistência, e de destacar o fato de que muitos lugares foram palco para as duas experiências, o guia conta com um conjunto categorias de usos e funções que associamos aos lugares segundo critérios que expomos nos índices especialmente criados para esta publicação.

Posto isso, convidamos todas e todos para um passeio pelos lugares da memória de São Paulo, desejando que ele possa fornecer, sobretudo às novas gerações, instrumentos para a reflexão e o aprimoramento da democracia.

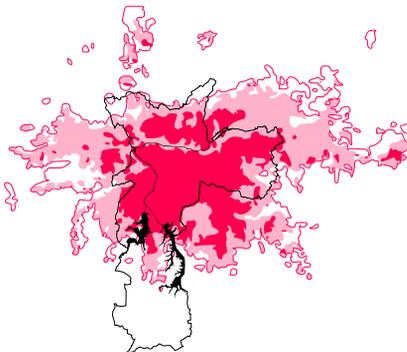
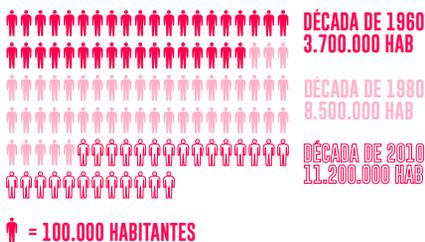


OUTROS TEMPOS, A MESMA CIDADE? ARQUITETURAS E A IDENTIDADE VISUAL DA PUBLICAÇÃO

Juntamente com a apresentação de lugares e acontecimentos referentes ao período da ditadura civil-militar em São Paulo, esta publicação convida o leitor a refletir sobre outros tipo de arquitetura que, para além daquela expressa pela sua materialização concreta em uma cidade, suas ruas e edificações, também desenham as rotas e caminhos de nossas vidas.

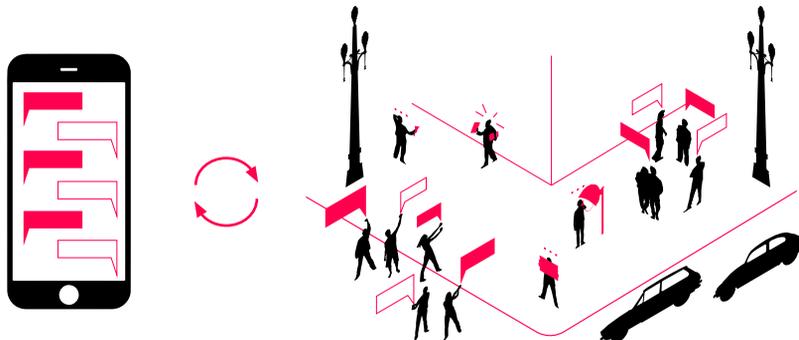
Sugere-se aqui que, no decorrer da leitura desta publicação, seja feito o exercício constante de imaginar uma São Paulo diferente. Diante dos depoimentos registrados para esta publicação cabe apontar às novas gerações que o cidadão paulistano de hoje é sem dúvida o produto cultural das consequências do crescimento acelerado e vertiginoso pelo qual passou a cidade ao longo dos últimos cinquenta anos.

CRESCIMENTO POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Até a primeira metade do século XX, a vibração da vida acontecia na rua, sendo o espaço público o grande palco para a convivência cidadã. A cidade de São Paulo ainda era concentrada em seu centro, trazendo nele seus principais serviços, instituições e órgãos representativos, edifícios administrativos e equipamentos públicos como praças, galerias, largos e parques. Suas largas calçadas eram ladeadas por bares, restaurantes e comércio de rua, em meio aos quais ocorriam grandiosos e prosaicos encontros e acontecimentos do dia a dia. No entanto, por meio de ações opressoras e intimidadoras, inclusive sob a forma de leis e decretos, a ditadura investiu diretamente no cerceamento da ocupação do espaço público, no desmantelamento de reuniões e aglomerações políticas como comícios e manifestações, e na perseguição de minorias identitárias. Isso paulatinamente resultou no esvaziamento da ocupação do espaço público pelo pedestre e a substituiu por uma cultura de exacerbação do automóvel, estabelecida fortemente até os dias de hoje. Ao mesmo tempo, os lugares situados em regiões periféricas do município mais afastados de sua região central, que hoje foram englobados pelo crescimento da mancha urbana, na época eram áreas isoladas e de incomum acesso, o que fez com que fossem notadamente utilizadas pelo regime opressor para realização escondida de ações de violação de direitos humanos como prisões, sítios de tortura e ocultamento de cadáveres em cemitérios clandestinos.

Após cinquenta anos desse processo de paulatina transformação da vida urbana paulistana, hoje nossa noção da cidade e dos nossos espaços de convivência social ganham ainda uma nova camada tecnológica de percepção, por meio da qual fragmentamos nossas vivências e existências em diferentes espaços simultaneamente. Para além de nosso sentido de localização no espaço de uma cidade, frequentemente temos que dividir nossa atenção entre o espaço real e aquele de um universo virtual inédito no qual grande parte de nossas responsabilidades e necessidades sociais conseguem ser resolvidas. As redes digitais nos permitem habitar e frequentar novos tipos de cidades, sem bancos para sentar nem calçadas para andar, mas com zonas, domínios, caminhos e endereços que nos permitem conversar, trocar informações com grande velocidade, e dentro dela, acabamos por nos acostumar com uma exposição contínua a um universo infindável de fotografias, vídeos, dados e informações sobre quaisquer assuntos e pessoas. Habitamos também dentro de redes sociais onde publicamos fatos e fotos até mesmo sobre nossas intimidades, compartilhando livremente registros sobre quem somos, o que gostamos, no que acreditamos, e em meio a isso assuntos de ordem pública e privada se misturam em um grande caldeirão.



Face a essa realidade saturada de rotas repletas de informações e desinformações nas quais podemos facilmente nos perder, o projeto gráfico desta publicação foi criado especialmente de modo a formatar as diferentes fontes e interfaces de informação disponíveis sobre o assunto, fontes essas tão raras quanto escondidas - *por que será?*, vale sempre a indagação - que foram coletadas e editadas ao longo de uma ampla pesquisa empreendida por uma grande equipe especializada. Tudo foi padronizando em uma linguagem gráfica estruturada de modo a facilitar a orientação e acesso às histórias e às informações sobre os diferentes lugares de memória e, tomando emprestados códigos de navegação digital como *hyperlinks*, possibilitar que o leitor possa, seja na versão impressa ou na digital, traçar livremente seus próprios caminhos e rotas para encontrar e visitar os diferentes lugares pela cidade, ou mesmo se deixar seguir à deriva pelas referências cruzadas que costuram histórias e nem acontecimentos ocorridos em diferentes lugares do município de São Paulo.

Outro aspecto importante que deve ser mantido em mente no decorrer da leitura desta publicação se refere às tecnologias de comunicação existentes e vigentes do período abordado. Os locais da difusão pública de notícias eram jornais, revistas, folhetins e cartas. As linhas telefônicas eram fixas e caríssimas, a televisão começava pouco a pouco conquistar a grande presença que hoje

representa nos lares paulistanos, e tampouco se imaginava a possibilidade de existência das redes livres e participativas da internet. E foi dentro dessa rede de infra-estrutura de comunicações que funcionou todo o sistema de engrenagens da repressão civil-militar de domínio da população e controle da sua opinião pública, caracterizado pelo desaparecimento sumário de quaisquer elementos opositores que ameaçassem a ordem do regime. Notícias e informações contestadoras do regime foram retiradas de circulação ou destruídas. Muitos cidadãos foram obrigados a esconderem suas identidades vivendo na clandestinidade sob o risco de serem perseguidos, interrogados, torturados e mesmo mortos pelo sistema, o que ocorreu durante muito tempo de forma velada pelo regime, e foram continuamente procurados, perseguidos e vigiados por serviços de informação.

Desconfiança, incerteza, medo. Estes sentimentos, que marcaram constantemente toda população durante a época do regime, foram então incorporados no tratamento gráfico recebido pelos personagens descritos nesta publicação que, ao invés de trazer fotografias com rostos e feições, os representa por silhuetas, vultos anônimos de diferentes gêneros e idades, evocando suas presenças físicas enquanto participantes de corpo inteiro nas histórias aqui contadas. Além disso, esses personagens irão aparecer sempre finos como as folhas de um livro de histórias, ou planos e intransponíveis como um monitor de computador, como um permanente lembrete da bidimensionalidade desta publicação e um contínuo convite para que o leitor possa perambular mais pela própria cidade de São Paulo, percorrer sua topografia e vivenciar seu espaços e acontecimentos.



Por fim, um signo gráfico aparecerá com frequência no decorrer desta publicação. É um balão de fala? Uma bandeira? Uma placa de sinalização de endereço? Ou um marcador de localizador de mapa? Sendo às vezes um, às vezes outro, esse signo carrega dentro da sua interface todas essas diferentes funções que, juntas, caracterizam o propósito informativo desta publicação. Ao mesmo tempo, este signo mantém presente no decorrer de toda leitura uma homenagem às vozes de todos aqueles que resistiram às perseguições sistemáticas e violações de direitos humanos do regime ditatorial, à coragem desses cidadãos pela luta ao direito da livre manifestação pública de opiniões e reivindicações em tempos de opressão e censura, de modo que essa mensagem possa chegar até nós.

Que esta publicação possa levar adiante este pedaço tão importante para a identidade da cidade de São Paulo, e que possam alimentar e residir em nossos espíritos críticos, nos mantendo alertas e ativos sobre a formação de arquiteturas sombrias capazes de desestruturar o espírito público e coletivo que une a nós todos, e destruir a vontade de uma vida justa em sociedade.

LUÍS FELIPE ABBUD

Conceituação, Direção de Arte e Design Gráfico desta Publicação

O TERMO “DITADURA CIVIL-MILITAR”

A deposição do **Presidente João Goulart** é o ponto de partida para as histórias de repressão e resistência narradas nesta publicação. Ocorrida nos primeiros dias de abril de 1964, a destituição de **Jango** foi possível graças às ações de múltiplos atores, entre os quais: **organizações civis formadas por empresários**, que realizaram uma forte propaganda anticomunista contra o governo; **órgãos da imprensa**, que ventilavam, junto com esta acusação, as de corrupção e incompetência administrativa; **variados estratos da população** que, ao lado de **setores da Igreja** marcharam aos milhares pedindo intervenção militar; a **Câmara dos Deputados**, que encenou ritos legais na tentativa de legitimar o golpe; e, finalmente, as **Forças Armadas**.

Instituindo um **Comando Supremo da Revolução**, os militares tomariam a liderança desses movimentos, levando adiante ações violentas para desarticular o governo e impedir a reação de seus apoiadores. Durante os 21 anos que se seguiram, o termo *Revolução de 1964* seria disseminado na sociedade através dos poderes conquistados pelos militares e por aqueles que clamaram por sua “intervenção”; enquanto os que impunham resistência falavam de golpe e *ditadura militar*. Trazendo em si a denúncia do caráter ilegítimo, ilegal, autoritário e violento do regime, estes termos só se tornaram verdadeiramente populares com a abertura política.

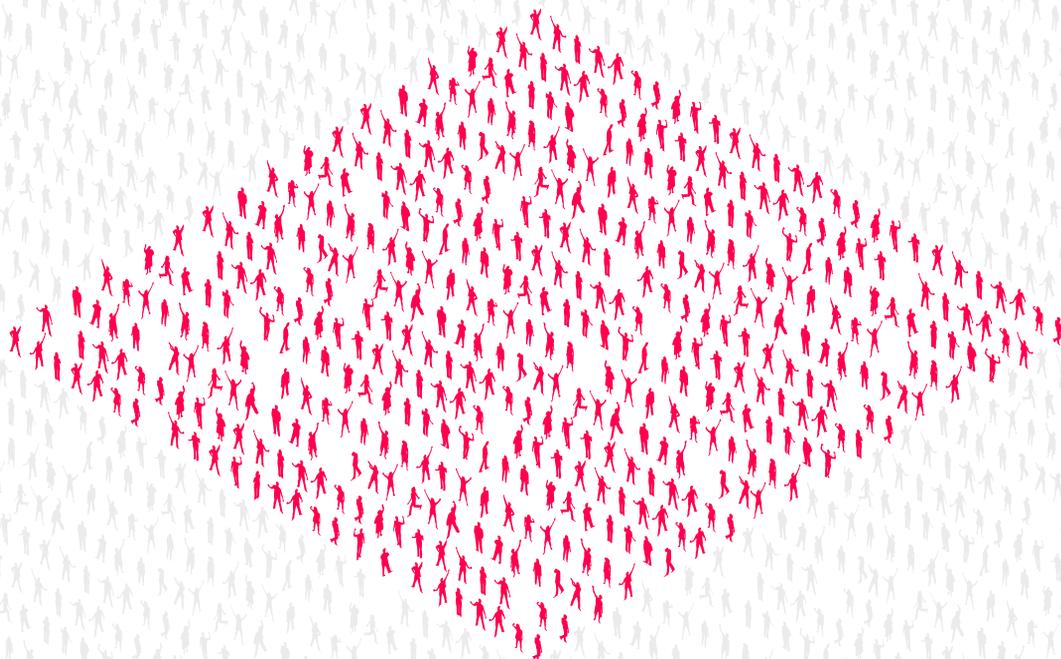
Junto com a liberdade de expressão viriam também novas possibilidades de refletir sobre o período, aumentando e multiplicando os debates com o passar dos anos. Em meio a eles, começam a surgir também novas formas de se referir ao período, entre elas, o termo *ditadura civil-militar* empregado na presente publicação.

Como não poderia deixar de ser, a elaboração de novos termos têm gerado polêmicas que remetem a questionamentos relevantes: por que o golpe ocorreu? Quais fatores políticos, econômicos e ideológicos o tornaram possível? Quais foram os atores sociais envolvidos? Que grupos sociais exerceram o poder, quais foram beneficiados e quais se envolveram na sustentação da ditadura? Qual foi o caráter do regime implantado?

Apesar de atribuírem diferentes respostas e, em função delas, escolherem distintos termos para se referir ao regime, os debatedores guardam alguns acordos entre si. Um deles se dá em torno do protagonismo das Forças Armadas no processo, que procuraram militarizar as instituições do Estado, além de institucionalizar um aparato repressivo que, contando com forças civis e militares, esteve sob o comando destes últimos. Outro acordo está na ideia de que a ditadura não poderia ter existido sem o apoio de setores civis. Nesse ponto, não há dúvidas sobre a importante colaboração do empresariado. Por fim, há consenso sobre a relevância do contexto internacional da **Guerra Fria** que implicou, para a América Latina, no surgimento de ditaduras movidas pela chamada **Doutrina de Segurança Nacional**, que travaram uma luta sem trégua contra aquilo o que viam como uma iminente “ameaça comunista”.

Compartilhando estes acordos, esta publicação opta por utilizar o termo ditadura civil-militar porque ele sintetiza um fator para o qual os lugares da memória chamam atenção: as múltiplas relações então existentes entre a ditadura e a sociedade. Sem questionar o protagonismo militar, as páginas a seguir mostram uma engrenagem formada por peças civis e militares, dispostas dentro e fora do Estado.

DADOS OFICIAIS - MORTOS E DESAPARECIDOS



436 MORTOS E DESAPARECIDOS NO BRASIL DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)



128 MORTOS E DESAPARECIDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

71 MORTOS

24 DESAPARECIDOS

33 DESAPARECIDOS E MORTOS NATURAIS DE SÃO PAULO
QUE FORAM ASSASSINADOS EM OUTROS LOCAIS

LINHA DO TEMPO - DÉCADA DE 1960



Inauguração de Brasília, a nova capital do país

Emenda n.4 estabelece o Regime Parlamentarista

Plebiscito põe fim ao Regime Parlamentarista

Promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural

GOLPE MILITAR
1º de Abril de 1964

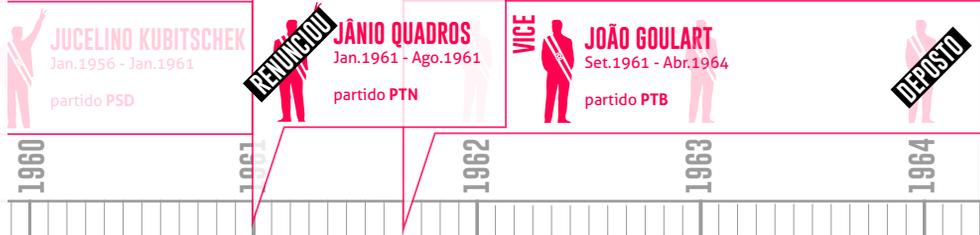


Ato Institucional n.1 - AI-1: eleições indiretas, dissolução dos partidos políticos existentes desde 1945, cassação dos mandatos eletivos, poderes ao presidente para decretar recesso do Congresso, baixar decretos-lei e atos complementares

Lei n.4341 cria o Serviço Nacional de Informação - SNI

PRESIDENTES DO BRASIL

1960 - 1970



HUMBERTO DE ALMEIDA MENEZES

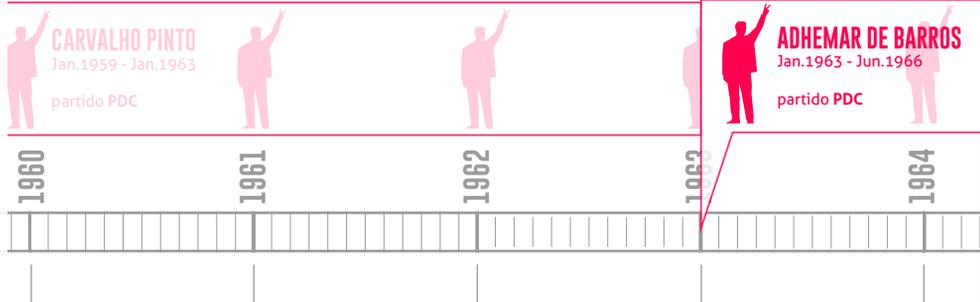
Abr.1964 - 1968



partido ARENA

GOVERNADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

1960 - 1970



PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

1960 - 1970



<p>Ato Institucional n.2 - AI-2: mais rígida, ampliou o monopólio do poder dos militares; extinção dos partidos políticos, julgamento de civis por tribunais militares</p> <p>Ato Complementar n.4 - AC-4: imposição do bipartidarismo entre a Aliança Renovadora Nacional - ARENA, representando o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, reunindo uma parcela da oposição mas de forma controlada</p> <p>Suspensas as eleições previstas para esse ano</p>	<p>Ato Institucional n.3 - AI-3: com a oposição vencendo as eleições em estados populosos, impõe eleições indiretas para governador e para prefeitos das capitais</p> <p>Ato Institucional n.4 - AI-4: Congresso vota a Constituição</p> <p>apesar da repressão, estouram greves, e estudantes começam a sair novamente às ruas</p>	<p>Entra em vigor a Constituição de 1967</p> <p>Em Julho, morre em acidente aéreo o marechal Castello Branco</p> <p>Lei de Imprensa limita a liberdade de expressão</p> <p>Lei de Segurança Nacional define crimes contra segurança nacional e a ordem política e social</p> <p>Movimento estudantil vira trincheira de resistência nas escolas secundárias e universidades</p>	<p>No Rio de Janeiro morre o estudante Edson Luiz, o que provoca novas e maiores passeatas com artistas, religiosos e intelectuais</p> <p>Ato Institucional n.5 - AI-5: considerado o mais autoritário ato institucional baixado durante o Regime Militar suspendendo garantias constitucionais sem prazo de duração</p>	<p>Lei de Segurança Nacional: pena de morte, prisão perpétua, expulsão e banimento</p>	<p>Decreto n.1077 do Ministério da Justiça impõe a censura prévia</p>
--	---	--	--	---	---

<p>CASTELLO BRANCO Mar.1967</p> <p>partido ARENA</p> <p>1966 1967</p>	<p>ARTUR DA COSTA E SILVA Mar.1967 - Ago.1969</p> <p>partido ARENA</p> <p>1968 1969</p>	<p>EMÍLIO MÉDICI Out.1969 - Mar.1974</p> <p>partido ARENA</p> <p>1970</p>
--	--	--

<p>CASSIANO</p> <p>1966</p>	<p>VICE LAUDO NATEL Jun.1966 - Jan.1967</p> <p>partido ARENA</p> <p>1967</p>	<p>BIONICO¹ ABREU SODRÉ Jan.1967 - Mar.1971</p> <p>partido ARENA</p> <p>1968 1969</p>	<p>1970</p>
------------------------------------	---	---	-------------

<p>FARIA LIMA Abr.1965 - Abr.1969</p> <p>partido PR</p> <p>1966 1967 1968 1969</p>	<p>BIONICO³ PAULO MALUF Abr.1969 - Abr.1971</p> <p>partido ARENA</p> <p>1970</p>
---	--

<p>Atentado a bomba no prédio do JORNAL O ESTADO DE S.PAULO p.114</p>	<p>Inauguração do TEATRO UNIÃO E OLHO VIVO p.204</p>	<p>TEATRO RUTH ESCOBAR p.206 , em São Paulo, deprezado pelo Comando de Caça aos Comunistas - CCC, agredindo o elenco da peça <i>Roda Vida</i></p>	<p>Batalha na RUA MARIA ANTONIA p.156 entre estudantes da USP e do Mackenzie em São Paulo</p> <p>Invasão do CRUSP p.222</p> <p>Atentado na sede do jornal O ESTADO DE SÃO PAULO p.114 por parte da VPR</p>	<p>Criada o OBAN p.76 e instituído o DOI-CODI p.76</p> <p>Assassinato de Carlos Marighella na ALAMEDA CASA BRANCA p.59 , em São Paulo, por agentes do DEOPS/SP p.44</p>	<p>Eduardo Leite - <i>Bacuri</i>, assassinado pelo DEOPS/SP p.44</p> <p>prisão de mais de 700 estudantes reunidos na PUC-SP p.220 para o III Encontro Nacional de Estudantes - ENE</p>
--	---	---	---	---	--

LINHA DO TEMPO - DÉCADA DE 1970

Censura prévia de rádio e televisão

Permitida propaganda eleitoral

Em Novembro, eleições parlamentares dão pela primeira vez vitória numérica à oposição, o que obriga os militares a começar a falar em "abertura lenta e gradual" do regime

Governos militares da América do Sul coordenam ações de repressão, com a **Operação Condor**

Emenda Constitucional n.2: eleições indiretas para governadores

Decreto-lei autoriza a edição de decretos secretos

Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Decreto n.1077 do Ministério da Justiça impõe a censura prévia

de Segurança Nacional: a de morte, prisão perpétua, expulsão e exílio

PRESIDENTES DO BRASIL

1970 - 1980



EMÍLIO MÉDICI

Out.1969 - Mar.1974

partido ARENA



ERNESTO G

Mar.1974 - M

partido ARENA

1970

1971

1972

1973

1974

1975

GOVERNADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

1970 - 1980



BIÔNICO¹



LAUDO NATEL

Mar.1971 - Mar.1975

partido ARENA



1970

1971

1972

1973

1974

1975

PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

1970 - 1980



DO MALUF

1969 - Abr.1971

partido ARENA



BIÔNICO³



FIGUEIREDO FERRAZ

Abr.1971 - Ago.1973

partido nenhum

EXONERADO

BIÔNICO³



MIGUEL COLASUONNO

Ago.1973 - Ago.1975

partido ARENA



1970

1971

1972

1973

1974

1975

Eduardo Leite - *Bacuri*, assassinado pelo **DEOPS/SP** p.44

prisão de mais de 700 estudantes reunidos na **PUC-SP** p.220 para o III Encontro Nacional de Estudantes - ENE

Criada a **COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ** p.232

É desativado o **PRESÍDIO TIRADENTES** p.49, posteriormente demolido para início das obras do metrô de São Paulo

milитantes da **Ação Libertadora Nacional - ALN** são assassinados no **RESTAURANTE VARELLA** p.123

Assassinato, sob tortura no **DOI-CODI** p.76, do estudante **Alexandre Vannuchi Leme**, em São Paulo

Dom Paulo Evaristo Arns realiza missa pela morte de **Alexandre Vannuchi Leme** na **CATEDRAL DA SÉ** p.174

criada a **COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ** p.232

assassinato de Carlos Magalhães na **ALAMEDA CASA VERDE** p.59, em São Paulo, por agentes do **DEOPS/SP** p.44

Decreto-Lei n.6639 - *Lei Falcão*: altera Código Eleitoral

O funeral do ex-presidente Juscelino Kubitschek, morto em acidente de carro não esclarecido, leva multidões às ruas de Brasília, sem repressão ostensiva

Congresso é Fechado

Pacote de Abril: eleição direta dos governadores, nomeação de senadores biônicos

Geisel assina decreto-lei proibindo greve nos serviços públicos e AI-5 é revogado por uma emenda constitucional

Nova Lei de Segurança Nacional

Extinção da Comissão de Investigadores e revogação do banimento político

A visita do presidente democrata Jimmy Carter, dos EUA, mostra que Washington já não apoia a ditadura brasileira

Restabelecimento do pluripartidarismo

Lei da Anistia

Fim do Decreto n.477, de repressão aos estudantes

Aprovadas reformas partidárias

Emenda constitucional restabelece eleições diretas para governadores

GEISEL
Mar.1979



1976



1977



1978



1979



JOÃO FIGUEIREDO

Mar.1979 - Mar.1985

partido PDS

1980

BIÔNICO¹



PAULO EGYDIO MARTINS

Mar.1975 - Mar.1979

partido ARENA

1976

1977

1978

1979

BIÔNICO²



PAULO MALUF

Mar.1979 - Mai.1982

partido ARENA

1980

BIÔNICO³



OLAVO SETÚBAL

Ago.1975 - Jul.1979

partido ARENA

1976

1977

1978

1979

BIÔNICO³



REINALDO DE BARROS

Jul.1979 - Mai.1982

partido ARENA | PDS

1980

Assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI p.76. São Paulo

Missa ecumênica na CATEDRAL DA SE p.174, em São Paulo, pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog

Assassinato de Manuel Fiel Filho, Zuzu Angel, dirigentes do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, e do Padre João Bosco Burnier

Massacre na CASA DA LAPA p.130 em São Paulo: agentes da repressão matam os militantes do PCdoB

Invasão da PUC-SP p.220: 1100 presos

Mobilização estudantil pelo Dia Nacional pela Anistia: 10 mil estudantes no LARGO DE SÃO FRANCISCO p.184 e leitura da Carta aos Brasileiros, por Goffredo da Silva Telles Jr.

Publicação do Livro Negro da USP

Movimento do Custo de Vida: 10 mil pessoas na PRAÇA DA SE p.174

Justiça de São Paulo responsabiliza a União pela morte de Vladimir Herzog

Assassinato do operário Santo Dias da Silva na FABRICA SYLVANIA p.266 e enterro com protesto de 10 mil pessoas na PRAÇA DA SE p.174

Exibição da faixa Anistia Ampla Geral e Irrestrita ESTÁDIO DO MORUMBI p.247

LINHA DO TEMPO - DÉCADA DE 1980

Emenda constitucional restabelece eleições diretas para Governadores

Atentado do Riocentro: uma ala radical dos militares promove um atentado a bomba no estacionamento do pavilhão durante show do Dia do Trabalhador: um sargento morre e um capitão do Exército fica ferido

Extinção do Deops no Rio Grande do Sul

Eleição direta para o Governador, Prefeito, Deputado Federal e Senador em Novembro

Franco Montoro - PMDB e Reinaldo Barros - PDS fazem o primeiro debate eleitoral para governador de São Paulo

Em Dezembro, 91 militantes comunistas são presos que participavam de um congresso em São Paulo

22 governadores tomam posse no país eleitos diretamente, pela primeira vez desde o golpe

Revogação da Lei Falcão, permitindo o debate eleitoral na televisão

Comícios pelas *Diretas Já!* reúnem milhões de pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro

Governo militar decreta "estado de emergência" no Distrito Federal às vésperas da votação, marcada para 25 de abril, e em alguns municípios em volta de Brasília, censurando a imprensa, proibindo manifestações e aumentando a repressão policial-militar.

PRESIDENTES DO BRASIL

JOÃO FIGUEIREDO
Mar.1979 - Mar.1985

1980 - 1990

partido PDS



1980

1981

1982

1983

1984

1985

GOVERNADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

VALFERRAZ
Mai.1982

partido ARENA

1980 - 1990

1980

1981

1982

1983

1984

1985

~~REVOLUCIONÁRIO~~

VICE BIONICQ²

JOSÉ MARIA MARIN
Mai.1982 - Mar.1983

partido PDS



ANDRÉ FRANCO MONTORO
Mar.1983 - Mar.1987

partido PMDB

PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

VALDO DE BARROS
Mai.1982

partido ARENA | PDS

1980 - 1990

1980

1981

1982

1983

1984

1985

~~BIONICQ³ CLASSICQ~~

ANTÔNIO CURIATI
Mai.1982 - Mar.1983

partido PDS

BIONICQ³

MÁRIO COVAS
Mai.1983 - Jan.1986

partido PMDB

O prédio que abriga a ROTA p.54 foi tombado pelo Condephaat

Extinção do DEOPS/SP p.44 em São Paulo

REGIME MILITAR
1964 - 1985

FIM DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL
15 de Março de 1985

Emenda Constitucional garante o retorno dos partidos comunistas à legalidade; eleições diretas para prefeitos das capitais e para presidente

Em Novembro, o país realiza **eleições diretas** para governadores, senadores, deputados federais e estaduais

Em Fevereiro instala-se a **Assembleia Nacional Constituinte**, com deputados e senadores eleitos no ano anterior, para escrever uma nova Constituição para o Brasil pós-ditadura

5ª Constituição da República

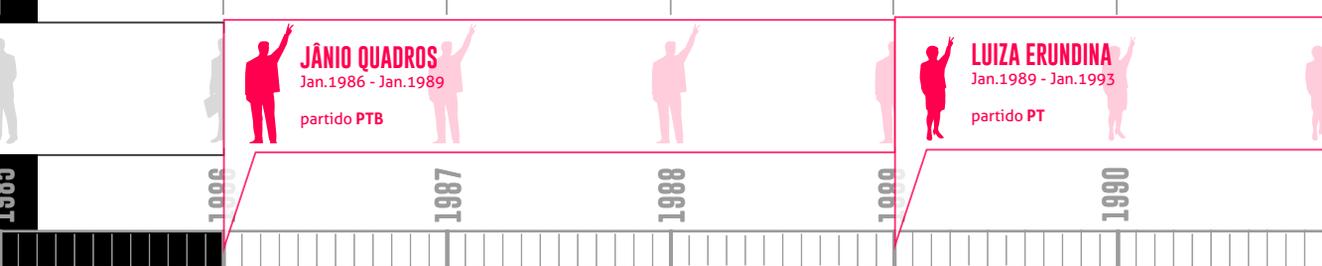
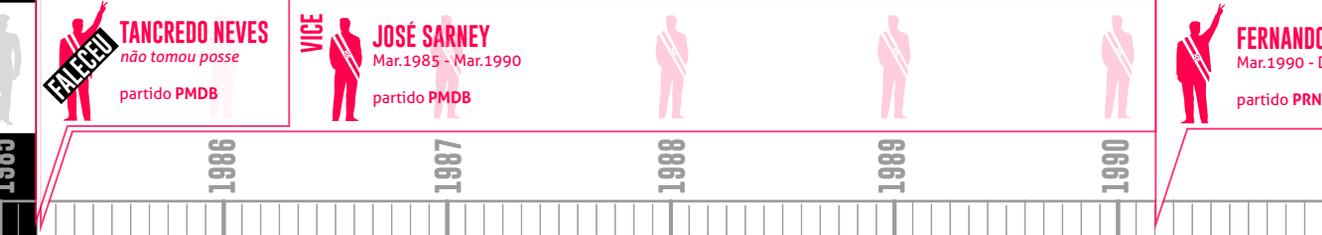
Lei de Diretrizes e Bases da Educação

A Assembleia Constituinte amplia o mandato de **José Sarney** de quatro para cinco anos, acaba com a censura e criminaliza a tortura

São realizadas as primeiras eleições gerais diretas desde 1960

Lei nº 8069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei dos Crimes Hediondos, que aumenta as penas de reclusão para sequestros, tráfico, estupro e os outros crimes



NOVA REPÚBLICA
1985 - presente

Localização da Vale Claudetina de Perus no **CEMITÉRIO DOM BOSCO p.98** com 1049 ossadas de presos políticos, indigentes e vítimas dos esquadrões da morte

Criação da Comissão Especial da Investigação de Ossadas de Perus

LINHA DO TEMPO - DÉCADA DE 1990

Lei nº 8069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei dos Crimes Hediondos, que aumenta as penas de reclusão para sequestros, tráficos, estupros e os outros crimes

Lei 8159 dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; criado o Conselho Nacional de Arquivos, órgão que define a política nacional de arquivos

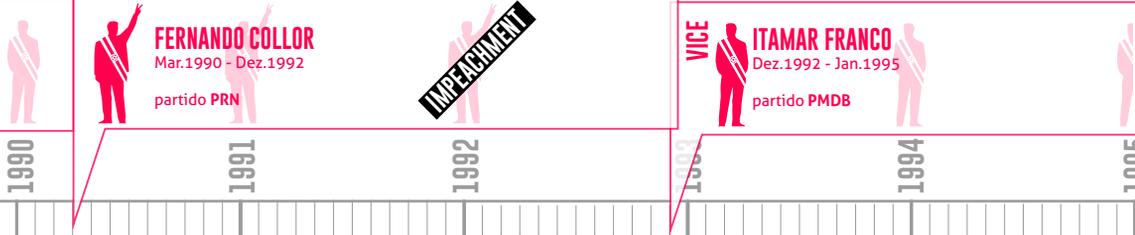
Manifestantes do movimento dos Caras Pintadas saem às ruas de todo o país para pedir a saída do presidente Fernando Collor de Mello

Chacina da Candelária: oito crianças e adolescentes são mortos por policiais militares ao lado da Igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro

Chacina de Vigário Geral: vinte e um moradores da favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, são assassinados durante a invasão por policiais militares

PRESIDENTES DO BRASIL

1990 - 2000



FERNANDO COLLOR

Mar.1990 - Dez.1992

partido PRN

IMPEACHMENT

VICE

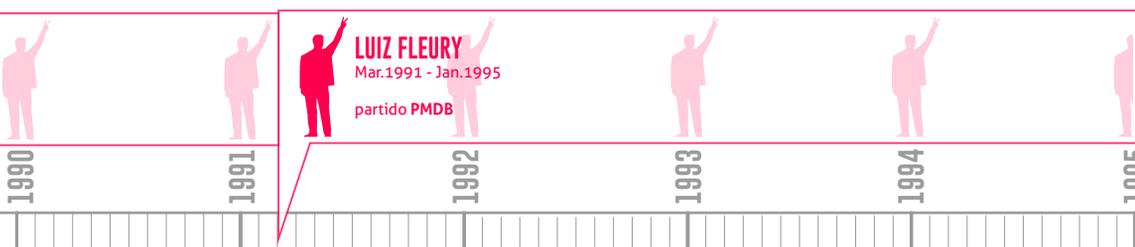
ITAMAR FRANCO

Dez.1992 - Jan.1995

partido PMDB

GOVERNADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

1990 - 2000



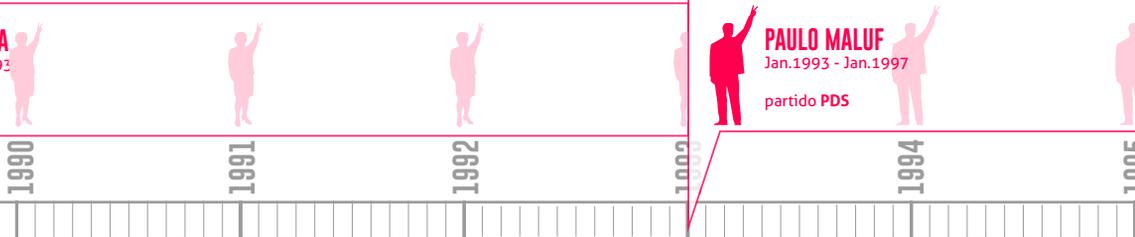
LUIZ FLEURY

Mar.1991 - Jan.1995

partido PMDB

PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

1990 - 2000



PAULO MALUF

Jan.1993 - Jan.1997

partido PDS

Localização da Vala Clandestina de Perus no **CEMITÉRIO DOM BOSCO p.98** com 1049 ossadas de presos políticos, indigentes e vítimas dos esquadrões da morte

Criação da Comissão Especial da Investigação das Ossadas de Perus

Transferência do Arquivo DEOPS/SP p.44 para o Arquivo Público do Estado de São Paulo

Chacina de 111 presos na Casa de Detenção do **CARANDIRU p.82**, São Paulo

Massacre de Eldorado dos Carajás: dezenove membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST são mortos pela Polícia Militar durante o confronto no Pará

Brasil reconhece a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana dos Direitos Humanos

A **emenda da reeleição** é aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados

Criação do **Ministério da Defesa**, abrangendo Exército, Marinha e Aeronáutica

Lei 9140 institui a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos no Ministério da Justiça

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Jan.1995 - Jan.1999
Jan.1999 - Jan.2003
partido PSDB

REELEIÇÃO

1996

1997

1998

1999

2000

MARIO COVAS

Jan.1995 - Jan.1999
Jan.1999 - Mar.2001
partido PMDB

REELEIÇÃO

1996

1997

1998

1999

2000

CELSO PITTA

Mai.2000 - Jan.2001

partido PPB

1996

1997

1998

1999

2000

PRESÍDIO DO HIPÓDROMO p.92 é desativado após uma violenta rebelião

COMO NAVEGAR NESTA E POR ESTA PUBLICAÇÃO

Cada lugar de memória nesta publicação terá um página dedicada a sua apresentação, contendo **nome e icone *A** correspondente a sua categoria (vide **ÍNDICE ICONOGRÁFICO p.35**). Cada página de apresentação contém também uma **faixa de informações *B** localizada na beirada do livro indicando sua categoria, seguido da menção dos principais acontecimentos, **USOS E FUNÇÕES p.36** ocorridos em cada lugar, que serão melhor explicitados ao longo do **texto corrido *C**. Em complemento à ampla disponibilidade e utilização de aplicativos digitais de mapa e localização georeferenciada, esta publicação traz uma rede de interrelação entre cada um dos diferentes lugares de memória nela apresentados. Ao longo da leitura serão frequentemente encontradas **referências cruzadas *D** contendo o nome e o número da página de outros lugares de memória encontrados neste livro.

De modo a auxiliar a visitação dos lugares de memória apresentados no livro, cada lugar de memória é acompanhado da indicação de seu **endereço, distrito e zona *E** na cidade de São Paulo. Junto a ele, cada lugar contém ainda um **mapa ampliado do entorno *F** contendo sua **localização no município *G** e os **pontos transporte público notáveis *H** mais próximos, além de **outros lugares de memória situados nas redondezas *I**, sempre referenciados com o **número da página *J** correspondente a sua localização nesta publicação e marcados com a cor correspondente ao capítulo.

Visando estender o contato do leitor a outras fontes de informação referentes a lugares de memória específicos e a todo o período histórico abordado, no final da publicação são encontradas **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES p.270**, junto à relação de **FILMES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL p.273**. Acompanhando alguns lugares de memória também será encontrada a sessão **SAIBA MAIS!** dedicada a apontar livros, artigos, produções audiovisuais e programas de televisão, junto a eventuais links de acesso na internet.

*A

NOME DO LUGAR DE MEMÓRIA

Título da Foto Conforme Atribuído Pelo Autor da Foto | foto Nome do Autor da Foto | fonte Procedência da Foto

*C

Este é um trecho de texto corrido referente ao lugar de memória apresentado nesta página. Frequentemente, no decorrer destes textos, será mencionado

*D

OUTRO LUGAR DE MEMÓRIA p.123 que também é encontrado neste livro. Para facilitar a realização de referências cruzadas que aumentem as relações entre os diferentes lugares de memória, os textos trarão o seu nome indicado em destaque, junto ao número da página onde ele poderá ser encontrado.

Esta é uma citação que tem a ver com o lugar de memória apresentado nesta página



AUTOR DA CITAÇÃO

informação sobre esse autor, bem como a Fonte do Depoimento

ENDEREÇO

Alameda de Tal 123

*E

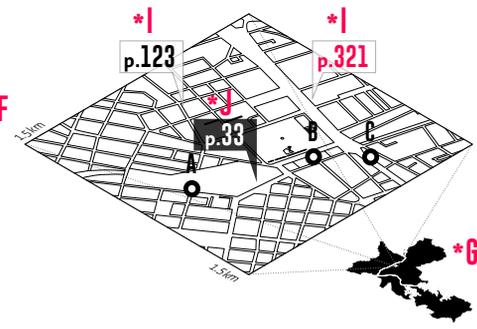
DISTRITO

Distrito

ZONA

Zona

*F



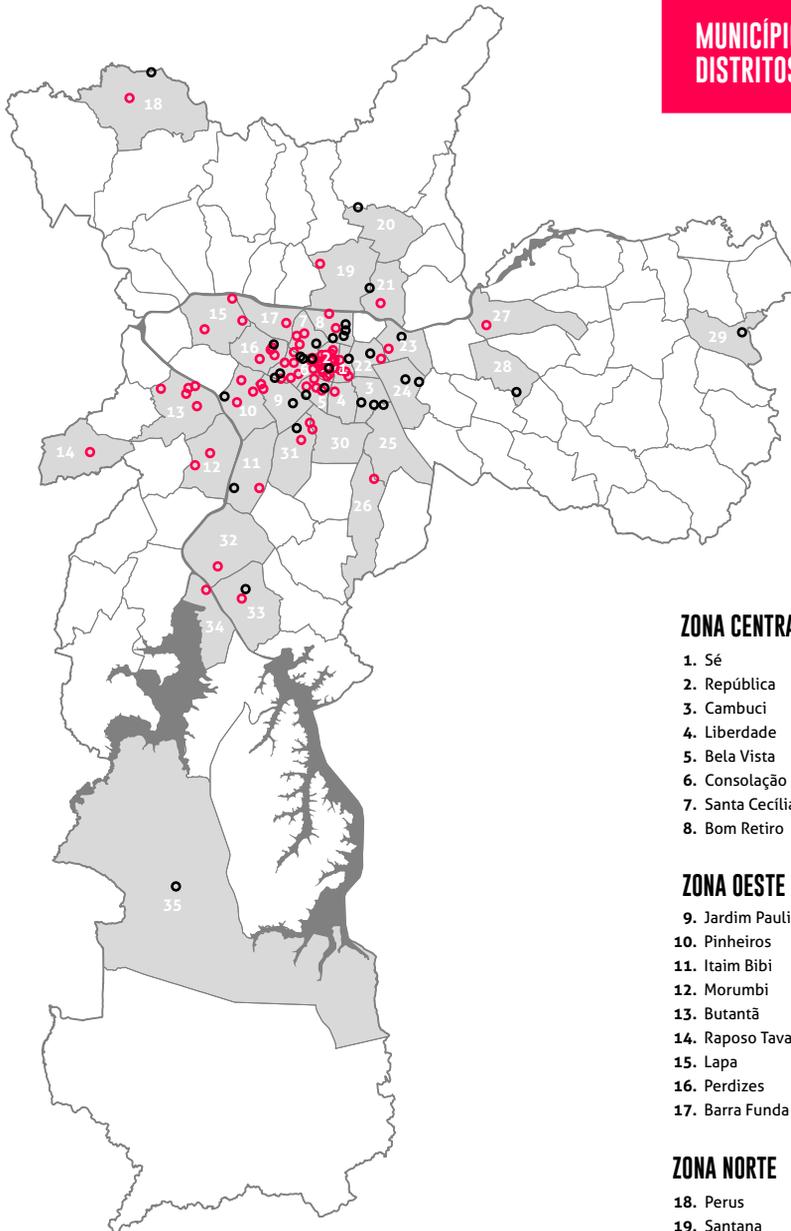
A Estação Fulano
 ● Metrô | Linhas X e Y

C Terminal Beltrano
 ● Ônibus

*H

B Estação Ciclano
 ● CPTM | Linha Z

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DISTRITOS E ZONAS



ZONA CENTRAL

1. Sé
2. República
3. Cambuci
4. Liberdade
5. Bela Vista
6. Consolação
7. Santa Cecília
8. Bom Retiro

ZONA OESTE

9. Jardim Paulista
10. Pinheiros
11. Itaim Bibi
12. Morumbi
13. Butantã
14. Raposo Tavares
15. Lapa
16. Perdizes
17. Barra Funda

ZONA NORTE

18. Perus
19. Santana
20. Tucuruvi
21. Vila Guilherme

ZONA LESTE

22. Brás
23. Belém
24. Mooca
25. Ipiranga
26. Cursino
27. Penha
28. Carrão
29. Lajeado

ZONA CENTRO-SUL

30. Vila Mariana
31. Moema
32. Santo Amaro
33. Campo Grande

ZONA SUL

34. Socorro
35. Parelheiros

ENGRENAGENS DA REPRESSÃO

EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA

ÍNDICE ICONOGRÁFICO



APARATO DE
REPRESSÃO DO ESTADO



ASSOCIAÇÃO



ASSOCIAÇÃO DE CLASSE
ENTIDADE PATRONAL



TITULAR | VICE
eleitos diretamente
pelo voto popular



BAR | RESTAURANTE



CEMITÉRIO



CENTRO CLANDESTINO DE
RESISTÊNCIA À DITADURA



CENTRO CULTURAL



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
ARQUIVO



CENTRO DE PESQUISA



MILITAR



CARGO BIÔNICO

indicado diretamente
pelo governo militar



CENTRO ESPORTIVO



CENTRO MÉDICO



FÁBRICA

BIÔNICO¹ eleito pela Assembléia Legislativa
BIÔNICO² eleito pelo Colégio Eleitoral
BIÔNICO³ nomeado pelo Governador do Estado



INSTITUIÇÃO DE ENSINO
ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL



INSTITUIÇÃO RELIGIOSA



LIVRARIA



MUSEU



ÓRGÃO DAS FORÇAS
ARMADAS



ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL



PRESÍDIO POLÍTICO



RUA | PRAÇA | PARQUE



TEATRO

PARTIDOS POLÍTICOS

Bipartidarismo

ARENA Aliança Renovadora Nacional
MDB Movimento Democrático Brasileiro

Multipartidarismo

PDS Partido Democrático Social
PDC Partido Democrata Cristão
PMDB Partido do Mov. Democrático Brasileiro
PPB Partido Progressista Brasileiro
PR Partido Republicano
PRN Partido da Reconstrução Nacional
PSD Partido Social Democrático
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
PSP Partido Social Progressista
PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PTN Partido Trabalhista Nacional
UDN União Democrática Nacional

ÍNDICE DE USOS E FUNÇÕES DOS LUGARES DE MEMÓRIA

APOIO À DITADURA

Sedes de instituições, associações ou agrupamentos que, mesmo não pertencendo às estruturas do Estado, estiveram comprometidos com a sustentação política da ditadura por meio de anuência, repercussão ideológica ou apoio financeiro e material.

APOIO A PERSEGUIDOS POLÍTICOS

Lugares onde associações, instituições ou agrupamentos políticos exerceram atividades de solidariedade, apoio e/ou amparo de indivíduos ou grupos alvos de perseguição política por parte da ditadura.

ARTES DE CONTESTAÇÃO

Lugares onde foram realizadas atividades artísticas de resistência ou consideradas subversivas pela ditadura civil-militar.

ASSASSINATO POR AGENTES DA REPRESSÃO

Lugares onde ocorreram execuções perpetradas por agentes vinculados às forças repressivas do Estado.

ATENTADO

Lugares onde ocorreram ações violentas motivadas por razões políticas contra entidades ou pessoas.

CENSURA

Índica lugares onde foram desenvolvidas atividades artísticas e de comunicação cuja veiculação dependia de autorização governamental. A **Divisão de Censura e Diversões Públicas**, órgão oficial, era responsável por analisar o aspecto moral da programação artística exibida em rádio, cinema, teatro, música e televisão. O **Serviço de Informação ao Gabinete**, órgão de exceção ligado ao Ministério da Justiça, era responsável por analisar o conteúdo político na veiculação de notícias, artigos de opinião, revistas, jornais e demais meios de comunicação.

DELAÇÃO

Lugares onde ocorreram, de forma sistemática ou eventual, ações de denúncia de militantes políticos aos órgãos de repressão com intuito de obter vantagens ou prejudicar o denunciado.

DENÚNCIAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Lugares onde agrupamentos se dedicaram a reunir informações e/ou documentos para denunciar as violências cometidas pela ditadura, em especial, contra os opositores políticos.

DETENÇÃO DE MILITANTES POLÍTICOS

Lugares que foram destinados à detenção legal ou ilegal de suspeitos, acusados ou condenados por crimes contra a Segurança Nacional. Entre esses lugares estão tanto propriedades públicas, pertencentes à estrutura de segurança e ao sistema prisional do Estado, quanto particulares, usadas ilegalmente para tal função.

HOMENAGEM A VÍTIMA DA REPRESSÃO

Lugares onde foram ou ainda são realizados atos, construídos monumentos, obras ou outra forma de intervenção urbana em homenagem a vítimas da ditadura.

INTELIGÊNCIA DA REPRESSÃO

Sedes de órgãos ligados ao **Sistema Nacional de Informações - SNI** ou propriedades particulares utilizadas clandestinamente para a execução de atividades de espionagem, investigação e produção de informação em proveito da Segurança Nacional.

INTERVENÇÃO ESTATAL

Entidades ou instituições que tenham sofrido intervenção ditatorial com a intenção de alterar sua composição ou estrutura interna, destituir diretoria, interferir na elaboração e execução de projetos e/ou na condução de suas atividades cotidianas para que pudessem subsistir.

INVASÃO POR FORÇAS DE SEGURANÇA

Propriedades públicas ou particulares que sofreram qualquer tipo de incursão ilegal violenta de agentes vinculados às forças repressivas do Estado.

JULGAMENTO DE PRESOS POLÍTICOS

Lugares onde funcionaram órgãos responsáveis pelo processo e julgamento de crimes contra a Segurança Nacional.

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA CONTRA O REGIME

Lugares onde ocorreram atos de expressão pública e coletiva de opinião e sentimento contrário à ditadura civil-militar.

MASSACRE

Lugares onde ocorreram execuções em massa perpetradas por agentes vinculados às forças repressivas do Estado.

MEMORIAL | MUSEU

Lugares onde foram criadas instituições culturais ou museológicas voltadas à pesquisa, divulgação e preservação patrimonial.

MOVIMENTO DE TRABALHADORES

Sedes de associações, sindicatos ou agrupamentos políticos compostos por trabalhadores ou lugares onde organizaram suas atividades.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Sedes de associações ou agrupamentos políticos compostos por estudantes ou lugares onde organizaram suas atividades.

MOVIMENTO NEGRO

Lugares onde foram articulados agrupamentos políticos em luta contra a desigualdade racial, de confronto à ideologia da democracia racial difundida pela ditadura civil-militar e/ou espaços tradicionalmente utilizados para a convivência e expressão cultural da população negra.

MOVIMENTO POPULAR

Sedes de associações ou agrupamentos políticos compostos por moradores de bairros e comunidades ou lugares onde organizaram suas atividades.

OCULTAÇÃO DE CADÁVER

Sedes ou lugares onde atuaram os órgãos e os atores vinculados às forças repressivas do Estado que estiveram envolvidos nas diferentes etapas do processo de desaparecimento forçado.

RESISTÊNCIA ACADÊMICA

Lugares dentro do ambiente acadêmico onde associações ou agrupamento de docentes atuaram contra perseguições políticas e ideológicas, ou instituições de ensino onde foram construídas práticas e reflexões pedagógicas consideradas subversivas.

RESISTÊNCIA DE PRESOS POLÍTICOS

Espaços de detenção onde presos políticos, organizados em coletivos, realizaram ações de solidariedade, proteção mútua, demanda de direitos junto ao sistema carcerário e manifestações de oposição à ditadura.

RESISTÊNCIA FEMININA

Espaços criados por agrupamentos de mulheres para convivência, para ações de ajuda mútua e solidariedade entre mulheres e/ou dessas mulheres com os agrupamentos e movimentos sociais em que estavam envolvidas, para debater problemas, denunciar violências e lutar por direitos considerados específicos das mulheres e/ou para construir ações de oposição à ditadura.

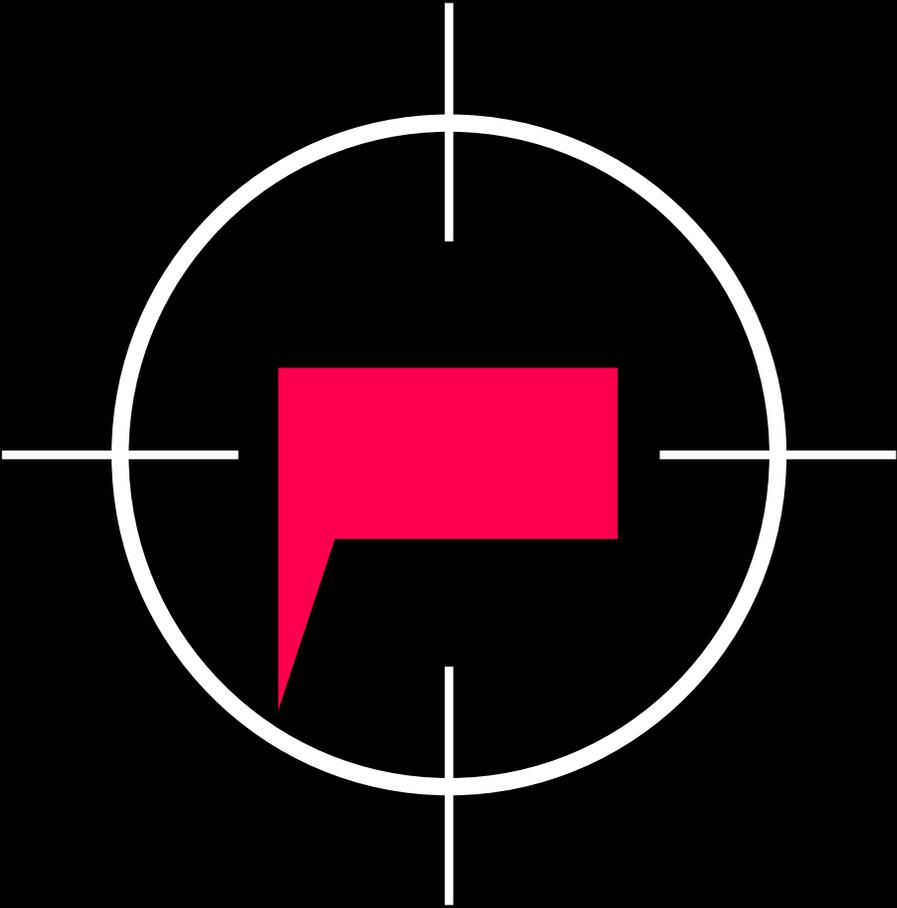
TORTURA

Propriedades públicas ou privadas utilizadas por agentes vinculados às forças repressivas do Estado para práticas de tortura, instrumento oficial de obtenção de informações de opositores políticos do regime.

TREINAMENTO DE AGENTES DA REPRESSÃO

Lugares utilizados para a formação de servidores públicos ou de agentes particulares para atuarem a serviço da Segurança Nacional. Entre estes lugares estão os oficialmente pertencentes à estrutura do Estado e as propriedades particulares utilizadas ilegalmente para tal função.

ENGRENAGENS DA REPRESSÃO





APARATO DE REPRESSÃO DO ESTADO

- p. 44 DEOPS/SP
- p. 49 PRESÍDIO TIRADENTES
- p. 53 CASA DA MOOCA
- p. 54 ROTA
- p. 56 PALÁCIO DAS INDÚSTRIAS
- p. 58 CASA DO IPIRANGA
- p. 81 PRESÍDIO MILITAR ROMÃO GOMES



RUA | PRAÇA | PARQUE

- p. 59 ALAMEDA CASA BRANCA
- p. 62 AVENIDA ANGÉLICA
PARQUE BUENOS AIRES



INSTITUIÇÃO RELIGIOSA

- p. 64 TFP
- p. 67 IGREJA BATISTA DE PERDIZES
- p. 68 IGREJA METODISTA DA LUZ
- p. 70 IGREJA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO



ÓRGÃO DAS FORÇAS ARMADAS

- p. 71 AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR
- p. 74 QUARTEL GENERAL DO II EXÉRCITO
- p. 76 OBAN | DOI-CODI



PRESÍDIO POLÍTICO

- p.81 PRESÍDIO MILITAR ROMÃO GOMES
- p.82 CARANDIRU
- p.86 PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL
- p.88 VILA OPERÁRIA MARIA ZÉLIA
- p.90 DELEGACIA DE POLÍCIA DO CAMBUCI
- p.92 PRESÍDIO DO HIPÓDROMO



CENTRO MÉDICO

- p.94 IML/SP
- p.96 HMASP



CEMITÉRIO

- p.97 CEMITÉRIO CAMPO GRANDE
- p.98 CEMITÉRIO DOM BOSCO | VALA DE PERUS
- p.104 CEMITÉRIO VILA FORMOSA
- p.107 CEMITÉRIO PARELHEIROS
- p.108 CEMITÉRIO DO ARAÇÁ
- p.110 CEMITÉRIO LAJEADO



ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- p.112 JORNAL FOLHA DE S.PAULO
- p.113 EDITORA ABRIL
- p.114 JORNAL O ESTADO DE S. PAULO
- p.116 REDE GLOBO



ASSOCIAÇÃO

- p.118 FECOMERCIO
- p.120 FIESP



BAR | RESTAURANTE

- p.123 RESTAURANTE VARELLA



ZONA CENTRAL

- p.44 DEOPS/SP
- p.49 PRESÍDIO TIRADENTES
- p.54 ROTA
- p.56 PALÁCIO DAS INDÚSTRIAS
- p.62 AVENIDA ANGÉLICA | PARQUE BUENOS AIRES
- p.64 TFP
- p.68 IGREJA METODISTA DA LUZ
- p.71 AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR
- p.90 DELEGACIA DE POLÍCIA DO CAMBUCI
- p.96 HMASP
- p.108 CEMITÉRIO DO ARAÇÁ
- p.112 JORNAL FOLHA DE S.PAULO
- p.114 JORNAL O ESTADO DE S.PAULO
- p.118 FECOMERCIO



ZONA LESTE

- p.53 CASA DA MOOCA
- p.58 CASA DO IPIRANGA
- p.88 VILA OPERÁRIA MARIA ZÉLIA
- p.92 PRESÍDIO DO HIPÓDROMO
- p.97 CEMITÉRIO CAMPO GRANDE
- p.104 CEMITÉRIO VILA FORMOSA
- p.110 CEMITÉRIO LAJEADO
- p.123 RESTAURANTE VARELLA



ZONA OESTE

- p.59 ALAMEDA CASA BRANCA
- p.67 IGREJA BATISTA DE PERDIZES
- p.94 IML/SP
- p.113 EDITORA ABRIL
- p.116 REDE GLOBO
- p.120 FIESP



ZONA NORTE

- p.81 PRESÍDIO MILITAR ROMÃO GOMES
- p.82 CARANDIRU
- p.86 PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL
- p.98 CEMITÉRIO DOM BOSCO | VALA DE PERUS



ZONA CENTRO-SUL

- p.70 IGREJA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO
- p.74 QUARTEL GENERAL DO II EXÉRCITO
- p.76 OBAN | DOI-CODI



ZONA SUL

- p.107 CEMITÉRIO PARELHEIROS



DEPARTAMENTO DE ORDEM PÚBLICA E SOCIAL DE SÃO PAULO - DEOPS/SP



Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS/SP | foto Pablo Di Giulio | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

Largo General Osório 66

DISTRITO

Bom Retiro

ZONA

Central



A Estação Júlio Prestes
 ● CPTM | Linha 8

B Estação da Luz
 ● CPTM | Linhas 7 e 11

C Estação Luz
 ● Metrô | Linhas 1 e 4

D Estação Tiradentes
 ● Metrô | Linha 1

Em 1924, a Lei Estadual nº 2.034 criava a **Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo - Dops**, que em 1975 passou a ser denominado **Departamento Estadual de Ordem Política e Social - Deops**, a mais antiga polícia política do país. O órgão exerceu atividades até 1983, tendo papel de destaque durante o **Estado Novo** (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985). Pautado pela vigilância, controle e repressão política e social, ele manteve, durante seus 60 anos de história, a função de investigar, monitorar e reprimir movimentos sociais e formas de organização política consideradas "suspeitas" de atentar contra a ordem política e social.

No início do século XX, os movimentos sociais vinham ganhando força nos centros urbanos ao reivindicarem melhores condições de vida e trabalho. Anarquistas, anarcossindicalistas, comunistas e também os trabalhadores imigrantes, a partir de 1922, com a criação do **Partido Comunista do Brasil**, tornaram-se motivo de preocupação para

Na cidade de São Paulo, a **Editora Pax** foi autuada diversas vezes por policiais do Deops. Seu proprietário, **Alexandre Wainstein**, era tido como “culpado em potencial” por ser judeu e por traduzir obras do russo para o português, comercializando-as. Em uma das investidas policiais, os agentes apreenderam e queimaram cerca de 14 mil livros encontrados na sede da empresa.

os industriais e os governos. A chamada “questão social”, antes monitorada pelas indústrias com o objetivo de afastar os militantes dos ambientes fabris, passou a ser considerada um caso de polícia pelas autoridades, inspirando o Estado a elaborar políticas para controlar esse problema. É nesse contexto que surge o Dops.

Durante o **Estado Novo** – regime autoritário de **Getúlio Vargas**, marcado pelo forte viés nacionalista e pela defesa da necessidade de fazer do Brasil um Estado industrializado, forte, moderno e centralizado –, o Dops manteve sua função inicial de vigiar, investigar e reprimir atividades políticas partidárias e sindicais, mas ampliou suas funções. Em comunhão com os projetos varguistas, o órgão passa a perseguir escritores, intelectuais, editores, professores, imigrantes e outros atores sociais que faziam circular ideias e informações consideradas subversivas ou destoantes da ideologia produzida pelo regime.

Lançando mão de práticas ilegais de tortura e violência, o Dops/Deops atravessou a história brasileira republicana como centro de repressão, operando na instauração de inquéritos policiais e na produção e armazenamento de informações sobre determinados setores da sociedade. Centenas de sindicalistas, dirigentes, políticos e estudantes foram fichados por seus agentes, especializados em infiltrações em grupos políticos, assembleias, reuniões, greves e atos públicos. Um acompanhamento metuciloso dessas atividades fornecia detalhes sobre a vida política e pessoal dos militantes. Prova disso são as conversas e falas reconstituídas pra-

ticamente na íntegra, que podem ser encontradas atualmente nos prontuários do Deops à disposição de pesquisadores e do público em geral no **Arquivo Público do Estado de São Paulo**.

A vigilância do Deops tinha foco na capital paulista, mas estendia-se a outras regiões, como a Baixada Santista, o Grande ABC, Jundiaí, Sorocaba, Campinas, Piracicaba e Vale do Paraíba. Dessa forma, o órgão mobilizava uma extensa rede de colaboração, com uma lista de informantes que incluía proprietários de empresas, estudantes e direções sindicais.

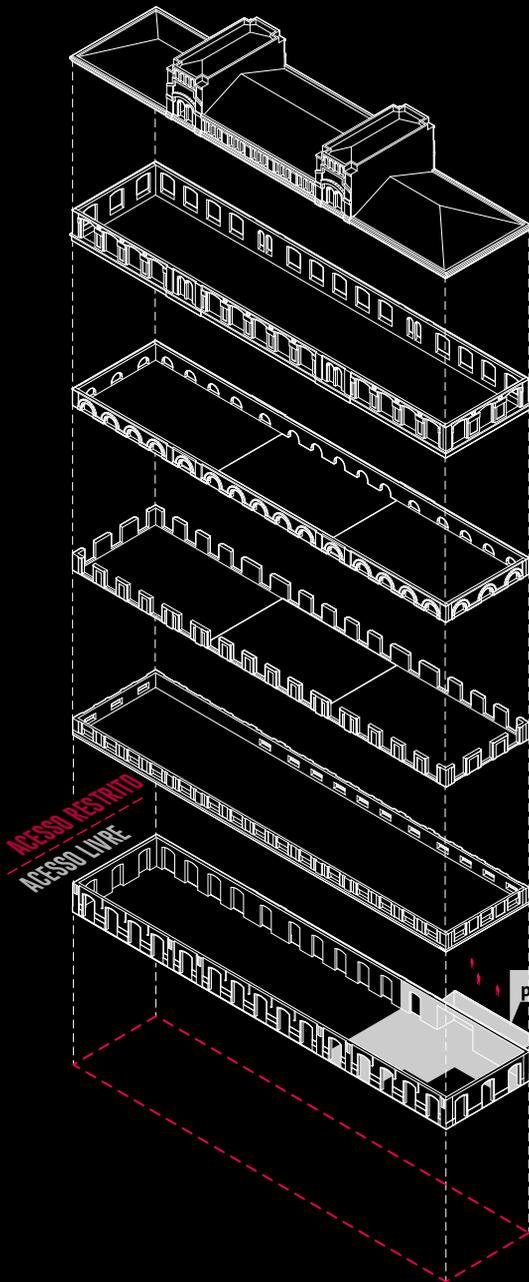
O QUE É TORTURA?

A **Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes**, de 1989, define tortura como todo ato pelo qual são infligidos a uma pessoa penas, sofrimentos físicos e/ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, castigo corporal, medida preventiva, pena ou quaisquer outros fins. São igualmente considerados tortura os métodos tendentes a anular a personalidade da vítima ou a diminuir sua capacidade física ou mental, ainda que não causem dor física ou angústia psíquica. Segundo depoimentos de sobreviventes da ditadura no Brasil, diversas técnicas foram empregadas por agentes da polícia e do exército, com destaque para o pau de arara e choques elétricos.

A SERVIÇO DOS MILITARES

O Dops chega à ditadura civil-militar com uma vasta experiência em vigilância social, produção de informação e controle de atividades políticas, algo que será aproveitado pelo regime. Contudo, a importância do Dops diminuiria com a criação, em 1969, da **OBAN p.76**, legalizada como **DOI-CODI p.76** em 1970. Num esquema de atuação em que os dois órgãos se tornam complementares, o Dops assume a tarefa de legalizar os interrogatórios realizados no DOI-CODI e formalizar os in-

ORGANIZAÇÃO INTERNA DO DEOPS/SP SEGUNDO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE RUBENS PAIVA



5º ANDAR Serviço Secreto
Divisão de Informações, Contrainformação e Desinformação

4º ANDAR Diretoria-Geral
Delegacia de Ordem Social
Delegacia de Ordem Política

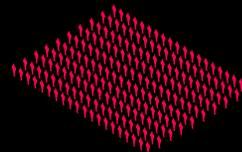
3º ANDAR Delegacia de Ordem Econômica
Delegacia de Estrangeiros
Ambulatórios de Médicos e Dentistas
Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições

2º ANDAR  Andar utilizado pelo delegado Sérgio Fleury, com três delegados assistentes, cerca de 40 investigadores e respectiva equipe de carceragem. Só seus protegidos podiam circular nesse andar

1º ANDAR Chefia-Geral dos Investigadores
Salas para Servidores
Seção de Pessoal
Arquivo geral
Restaurante para os Servidores

p. 48

TÉRREO Recepção
Salas de Investigadores e Guarda Militar



Área de trabalho de cerca de 200 policiais, empregados nas diligências do DOPS/SP

SUBSOLO Almoxarifado
Carceragem  Capacidade para cerca de 30 presos

quêritos que serviriam aos processos na **JUSTIÇA MILITAR** p.71 . Além disso, realizava os trâmites legais junto ao Instituto Médico Legal - **IML/SP** p.94 referentes às mortes ocorridas no Doi-Codi, participando de inúmeros casos de desaparecimento e ocultação de cadáveres enterrados como indigentes ou com identidade falsa nos cemitérios municipais de São Paulo.

DELEGADO FLEURY

O delegado **Sérgio Fernando Paranhos Fleury** ingressou no Deops em 1968 e lá construiu fama de caçador, torturador e assassino de presos políticos. Sob o seu comando, dezenas de militantes foram presos e torturados. **Tito de Alencar Lima** – o **Frei Tito** – passou por sessões de tortura perpetradas pela equipe do delegado Fleury. Preso em novembro de 1969, só foi solto em janeiro de 1971 porque constava da lista de prisioneiros políticos que deveriam ser libertados em troca da vida do embaixador suíço, **Giovanni Bucher**, sequestrado pela **Vanguarda Popular Revolucionária - VPR**. No exílio, passou a apresentar sinais de transtornos psicológicos e tinha visões de que Fleury ainda o perseguia. Após muitas tentativas de tratamento, no dia 10 de agosto de 1974, Frei Tito suicidou-se em uma zona rural na França.

Também outros militantes de esquerda foram brutalmente mortos sob o comando do delegado e sua equipe, como é o caso de **Eduardo Collen Leite**, o **Bacuri**, **Joaquim Câmara Ferreira** e **Carlos Marighella**, esse último assassinado durante uma emboscada na noite de 4 de novembro de 1969 na **ALAMEDA CASA BRANCA** p.59 . Nos meses que antecederam a captura de Marighella, Fleury torturou dezenas de pessoas até obter informações sobre como o dirigente da **Ação Libertadora Nacional - ALN** marcava seus encontros na clandestinidade.

Fleury foi nomeado diretor do **Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC** em 1977, onde seguiu comandando o **Esquadrão da Morte**, grupo de extermínio que atuava contra indivíduos considerados criminosos pelo grupo. Por essas mortes, Fleury respondeu a inquéritos e processos,

mas, protegido pelo regime, nunca foi preso. Em 1979 veio a falecer – segundo a versão oficial, em um acidente no seu iate em Ilhabela - SP.

ARQUIVO DEOPS MEMÓRIA DA REPRESSÃO NO BRASIL

Em São Paulo, a vitória de **Franco Montoro**, do **Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB**, na primeira eleição direta para governador, realizada em 1982, criou expectativas de que o Deops seria alvo de profundas transformações institucionais ou até mesmo de fechamento. Para evitar que o órgão passasse diretamente para as mãos da oposição recém-eleita, o então governador **José Maria Marin** do **Partido Democrático Social - PDS** editou um decreto extinguindo-o. Esse dispositivo previa ainda a transferência de todo o arquivo documental para a agência paulista da **Polícia Federal**, onde veio a permanecer por uma década.

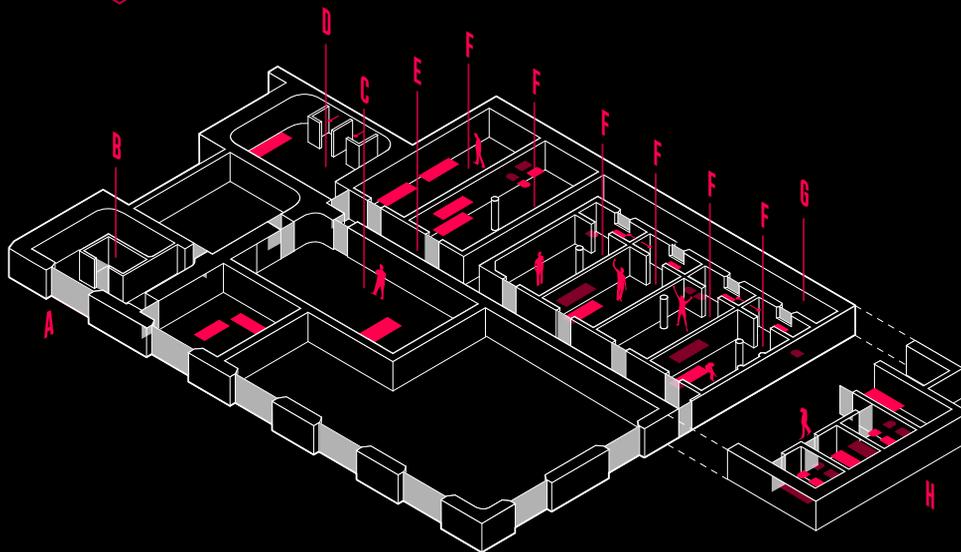
Em 1991, os documentos – compostos por 1.500.000 fichas distribuídas em 163.000 pastas – foram transferidos para a **Secretaria de Estado da Cultura** sob a responsabilidade do **Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Graças ao apoio de um projeto do governo estadual financiado pela **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP**, o acervo foi restaurado, organizado, catalogado e digitalizado, de modo a subsidiar novos estudos sobre a repressão no Brasil. Hoje, todo esse material integra o *Dossiê Deops* no **Arquivo Público do Estado de São Paulo** e está disponível online.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

O prédio do antigo Deops abriga hoje o **Memorial da Resistência de São Paulo**, uma instituição que se dedica à preservação das memórias da resistência e da repressão política do Brasil republicano. Por meio da musealização do edifício que serviu de sede para o órgão, o Memorial apoia e desenvolve processos de pesquisa, documentação e conservação, além de realizar exposições e ações educativas e culturais. Parte do levantamento que compõe esta publicação é resultado do seu trabalho preservacionista, que busca visibilizar os lugares de memória ligados à repressão e à resistência no Brasil.



MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 2009



ESQUADRÃO DA MORTE

O Esquadrão da Morte surgiu no Rio de Janeiro, entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Tratava-se de grupos de policiais envolvidos com a criminalidade, que agiam em prol de diversos interesses, por exemplo, o jogo do bicho, a prostituição e também o tráfico de entorpecentes, praticando torturas e assassinatos. A formação de grupos análogos se deu em São Paulo no final dos anos 1960. O Esquadrão paulista surgiu justificado como uma “caça a bandidos” e, assim como no Rio de Janeiro, composto por policiais que detinham uma espécie de “poder extra-legal”, valendo-se das formas mais graves de violência contra a pessoa humana. Sob o comando do temido delegado do DEOPS Sérgio Paranhos Fleury, o Esquadrão da Morte atuava sob a lógica do extermínio “higienista”, que implicava na tortura e assassinato da população mais vulnerável da cidade: pobres, negros e moradores de áreas periféricas.

COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO ANTIGO (1969-1971)

- | | |
|-------------------------------------|---|
| A Porta de Entrada do Prédio | E Corredor de Acesso |
| B Escadaria e Elevador | F Celas |
| C Carceragem | G Corredor para Tomar Sol |
| D Chuveiros | H <i>Fundão</i> (demolido na década de 1990) |



SAIBA MAIS!

Você também pode dar um presente legal
Direção e produção: Sérgio Muniz, 1971. 39 min

Repressão Política: Origens e Consequências do Esquadrão da Morte. Portal Comissão da Verdade

► <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-i-cap2.html>

Portal Memorial da Resistência

► <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/>

Memória Política e Resistência. Pesquisa de fichas e prontuários

► <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/fichas.php>



**PÓRTICO DE ENTRADA DO PRESÍDIO TIRADENTES
REMANESCENTE DA CONSTRUÇÃO ORIGINAL**

DISCIPLINA E REPRESSÃO

Conhecido inicialmente como *Cadeia da Luz* e, depois, como *Casa de Correção de São Paulo*, o **Presídio Tiradentes** foi inaugurado em 6 de maio de 1852 para atender a duas demandas do então governo imperial: funcionar como um depósito de escravos que aguardavam ser leiloados e como um estabelecimento para punição daqueles que infringiam as regras sociais.

O prédio passou por inúmeras modificações, mas sempre manteve péssimas condições de infraestrutura, tanto do ponto de vista arquitetônico quanto do administrativo. No final do século XIX, a casa de detenção encarcerava, sem distinção, criminosos, adolescentes abandonados e outros excluídos sociais, evidenciando a necessidade de uma urgente reforma penitenciária no Brasil.

ENDEREÇO

Avenida Tiradentes 440

DISTRITO

Bom Retiro

ZONA

Central



A Estação Júlio Prestes
● CPTM | Linha 8

B Estação da Luz
● CPTM | Linhas 7 e 11

C Estação Luz
● Metrô | Linhas 1 e 4

D Estação Tiradentes
● Metrô | Linha 1

Na década de 1930, o local passou a receber também os indiciados pela **Lei de Segurança Nacional**, promulgada em 1935 por **Getúlio Vargas**. Todos os que de alguma forma se opunham ao governo acabavam no Tiradentes, que passou a ser conhecido por abrigar presos políticos. Entre os opositores presos estavam o escritor **Monteiro Lobato**, o deputado **José Maria Crispim** e a ativista pela paz **Elisa Branco**.

A nova função se estendeu por toda a *Era Vargas* e se intensificou com o golpe de 1964, que recrudescer a perseguição e a punição a todos os que questionavam o regime em curso. À época, o Tiradentes recebia presos que já haviam sido interrogados sob tortura pelos órgãos de segurança, como o **DOI-CODI p.76** e o **DEOPS/SP p.44**. Os depoimentos que prestavam serviam de base jurídica para o pedido de prisão preventiva, o que fazia com que o preso ficasse subjuice, deixando,

portanto, a condição de desaparecido e passando, assim, a estar legalmente sob a responsabilidade do Estado. Assim - em regra e até 1972, quando o presídio foi demolido - ao entrarem no presídio, os resistentes eram fichados e documentados, e era ali que permaneciam aguardando o desenrolar de seu processo e julgamento, ou, quando condenados, cumprindo suas penas.

Como os presos que lá chegavam já haviam passado por inúmeras sessões de tortura física e psicológica, o Tiradentes oferecia uma espécie de alívio aos detidos. Além de deixarem de ser "desaparecidos", o que de certa forma lhes garantia algum tipo de proteção, sem a pressão dos interrogatórios constantes, era possível criar um ambiente fértil para o debate político e para o desenho de estratégias de enfrentamento à repressão, o que faz dele também um local de resistência.



Presídio Tiradentes em 1971 | foto Joel D. P. Barreto | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

Por outro lado, considerado um dos mais insalubres dos edifícios de carceragem da cidade de São Paulo, o Tiradentes era, ao mesmo tempo, a certeza de ter sobrevivido aos outros aparelhos políticos, mas também o horror de uma carceragem sem estrutura, em que os presos comuns sofriam toda sorte de abusos.

TORRE DAS DONZELAS

As presas políticas do Tiradentes ficavam separadas em um prédio em formato de torre, conhecido como *Torre das Donzelas*. Circular, de paredes maciças, a estrutura era cercada de guaritas, tendo como entrada uma porta de ferro. Essa ala, que era exclusivamente feminina, abrigou importantes militantes da resistência, como a presidenta **Dilma Rousseff**, que foram duplamente castigadas: na condição de resistentes e na condição de mulheres. Não se sabe ao certo quem apelidou o local assim, mas especula-se que possa ser uma alusão ao imaginário popular, uma denominação dada pelos próprios presos ou um resquício de alguma atribuição jocosa por parte dos agentes carcerários.

Presos e presas legalmente casados eram os únicos que conseguiam se encontrar; do contrário, homens e mulheres só se viam de relance, pelo buraco da porta, nos momentos de descanso coletivo no pátio ou pelos subterfúgios criativos encontrados pelos presos, como a troca de mensagens por *balinhas*. As balinhas eram, na verdade, papéis bem pequenos, dobrados e colados com durex e passados entre os militantes para burlar a carceragem.

PREÇOS COMUNS

A penitenciária recebia também presos comuns, que, durante certo tempo de funcionamento da instituição, conviveram com os militantes encarcerados. Com o aumento do número de presos políticos, os detidos acabaram sendo colocados em um pavilhão específico até 1972, quando o presídio foi desativado e, posteriormente, demolido para início das obras do metrô de São Paulo.

As engrenagens da repressão também mostraram sua força com os *corrós*, como eram conhecidos os presos comuns. No escuro da noite, os presos políticos viam e escutavam muitos deles serem forçados a andar nus no pátio frio, espancados com paus e cassetetes e obrigados a mergulhar em uma cisterna, em constantes sessões de tortura física e psicológica. Relatam os resistentes detidos no local que, também durante a madrugada, os presos comuns eram retirados de suas celas e levados pelo **Esquadrão da Morte**, capitaneado pelo delegado **Sérgio Paranhos Fleury**, para morrer, fuzilados, nas periferias da cidade.

A tortura como prática deliberada no Tiradentes cessou com a intervenção do procurador de justiça **Hélio Pereira Bicudo** que, com o auxílio de presos políticos do próprio Tiradentes, conseguiu fechar o poço utilizado nas agressões e prender vários policiais envolvidos nas execuções dos presos comuns, além de garantir a prisão preventiva do delegado **Olinto Denardi**, então diretor da instituição.

GREVE DE FOME

Como retaliação à rede de solidariedade formada entre os presos políticos e comuns no Presídio Tiradentes e a fim de controlar a onda de denúncias contra o regime ditatorial, **José Marconi Junior**, que assumiu a direção do Tiradentes, iniciou um pro-

O Presídio Tiradentes (...) foi para mim, e para muitos que lá estiveram uma espécie de alívio (...). Um pouco tem a ver com o fato de que, na trajetória obrigatória da prisão política, chegar ao Tiradentes significava um alívio, quase uma vitória por ter sobrevivido às torturas, ao desaparecimento, à morte.



ANTONIO CÂNDIDO

em Tiradentes, Um Presídio da Ditadura

cesso de transferência dos presos políticos para outras unidades penitenciárias da cidade. Tudo era feito no silêncio, ignorando o direito à informação dos encarcerados e seus familiares, que não recebiam qualquer esclarecimento sobre o processo.

Foi por isso que, em maio de 1972, nas alas masculina e feminina, teve início uma greve de fome, em que parte das presas e presos políticos reivindicavam o desejo de se reunir novamente aos transferidos. Como resposta, o governo comandou novas represálias e mais transferências, inclusive para o **Presídio Presidente Venceslau**, localizado fora da cidade de São Paulo, sobretudo daqueles que a ditadura acreditava serem os líderes do movimento.

Como forma de resistência, parte dos quase 200 presos políticos fizeram uma nova greve de fome que durou mais de trinta dias. Apoiados pela **Anistia Internacional** e pela **Arquidiocese de São Paulo**,

a medida gerou grande repercussão dentro e fora do país e ajudou a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo regime autoritário.

Hoje o espaço é ocupado por uma agência bancária e um teatro. Tudo o que restou do Presídio Tiradentes foi o arco do portal de entrada, tombado por seu valor histórico e por permanecer como um marco de memória e um símbolo contra a violência de Estado, para que nunca mais aconteça.

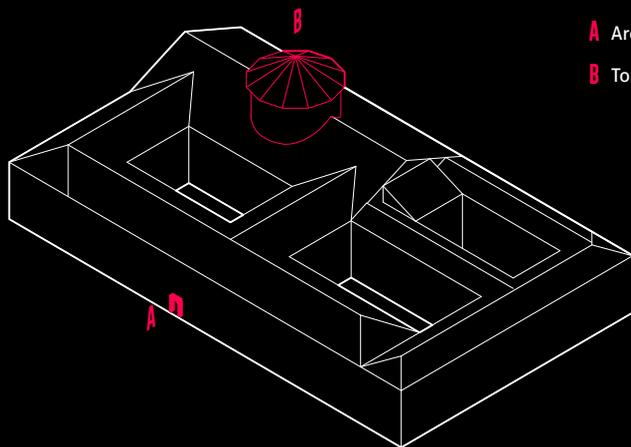


SAIBA MAIS!

VILLAMÉA, Luiza; SEQUEIRA, Claudio Dantas. *A torre das donzelas*. Revista ISTOÉ, 2010-2016
▶ http://istoe.com.br/83253_A+TORRE+DAS+DONZELAS/

FREIRE. Alípio; ALMADA, Izaías; PON, J.A. de Granville. *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997

POLITI, Maurice. *Resistência atrás das grades*. São Paulo: Expressão Popular, 2009



A Arco de Entrada

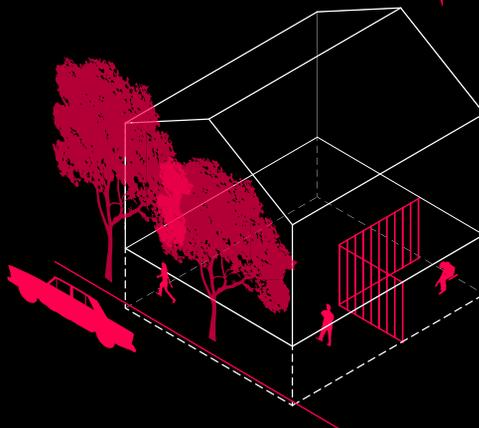
B Torre das Donzelas

CONFIGURAÇÃO DO PRESÍDIO TIRADENTES NA DÉCADA DE 1930



CASA DA MOOCA

A propriedade de **Joaquim Rodrigues Fagundes**, empresário colaborador da ditadura civil-militar, foi cedida para o funcionamento de um centro clandestino de detenção e tortura, onde houveram alguns assassinatos. As relações entre empresários e a ditadura aos poucos vêm se tornando públicas. Financiadores e conhecedores dos métodos ilegais utilizados pela repressão, muitos empresários cederam imóveis particulares às unidades militares e policiais que as utilizavam como centros clandestinos de detenção, tortura e assassinato. Até hoje, o endereço preciso da casa não foi identificado, e quase não se encontram informações sobre o espaço, assim como sobre outros imóveis cedidos por Fagundes ao regime. Além das casas, Fagundes cedeu a **Fazenda 31 de Março**, propriedade em Parrelheiros, ao sul da cidade de São Paulo, em que muitos militantes foram torturados e assassinados pelo regime. Pelos serviços prestados ao regime, o empresário foi condecorado pelo **Exército Brasileiro** com a **Medalha do Pacificador** em 1977.



ENDEREÇO

Rua Fernando Falcão 477

DISTRITO

Mooca

ZONA

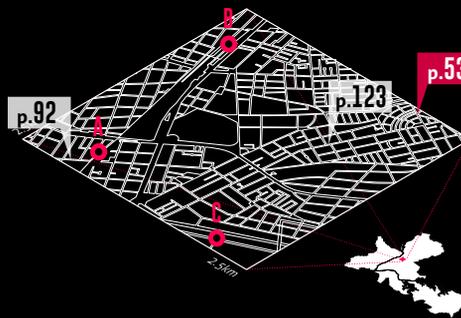
Leste

Existiam dezenas de lugares como esse [Fazenda 31 de Março]. Eram os centros clandestinos de tortura. Ao mesmo tempo em que o governo militar começava a falar em abertura, os militares e policiais civis usaram esses lugares para seguir com seu velho método de fazer as coisas. (...) Nos centros clandestinos, torturava-se em segredo, e não raro se sumia com os corpos. Muitos dos desaparecidos da ditadura brasileira passaram por eles.



AFFONSO CELSO NOGUEIRA MONTEIRO

advogado e político do **Partido Comunista Brasileiro - PCB**, torturado pelo regime militar



A Estação Bresser-Mooca

● Metrô | Linha 3

C Estação Mooca

● CPTM | Linha 10

B Estação Belém

● Metrô | Linha 3



1º BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE RONDA OSTENSIVA TOBIAS DE AGUIAR - ROTA



Os túneis, que hoje abrigam um pequeno museu da ROTA, ligava o Quartel a outras unidades de segurança, como o Presídio Tiradentes, localizado em frente ao Batalhão | **foto** Ana Paula Brito | **fonte** Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

Avenida Tiradentes 440

DISTRITO

Bom Retiro

ZONA

Central



A Estação Júlio Prestes
 ● CPTM | Linhas 8

C Estação Luz
 ● Metrô | Linhas 1 e 4

B Estação da Luz
 ● CPTM | Linhas 7 e 11

D Estação Tiradentes
 ● Metrô | Linha 1

Construído em 1891, o edifício conhecido como *Quartel da Luz* foi projeto pelo arquiteto **Francisco de Paula Ramos de Azevedo** para abrigar o **1º Corpo Militar de Polícia** da cidade de São Paulo. Com forte inspiração na arquitetura militar francesa, o prédio contava com uma rede de túneis subterrâneos que conectavam o espaço a outros quartéis e ao **PRESÍDIO TIRADENTES p.49** e seriam utilizadas como rota de fuga em caso de ataque.

Em 1970, a ditadura civil-militar estruturou a **Polícia Militar - PM** nos moldes atuais. Seu objetivo era submeter o policiamento e a segurança pública ao controle das **Forças Armadas**. O quartel passou, então, a sediar o **1º Batalhão de Polícia de Choque Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar - ROTA**. Como tropa de elite da PM, a ROTA foi acionada para atuar em ações antimotins, manifestações de massa e de combate à guerrilha. Entre as ações mais conhecidas em que esteve envolvida, figura a *Operação Registro*, que reprimiu a guerrilha da **Vanguarda Popular Revolucionária - VPR**, no Vale do Ribeira.

Apesar de atuar na repressão política, a ROTA construiu sua trajetória atuando na repressão ao chamado "crime comum". Sendo uma força concebida dentro da lógica de combate ao inimigo interno da *Doutrina de Segurança Nacional* e recebendo em seu efetivo agentes provenientes da repressão política, a ROTA herdou seus métodos de forjar provas e cenas de crimes, assim como a prática de execução sumária, preconizada pelos **Esquadrões da Morte**. Infelizmente, este é um quadro que se mantém até hoje, fazendo com que a ROTA seja atualmente reconhecida como o batalhão mais letal do estado de São Paulo.

TOMBAMENTO

O prédio que abriga a ROTA foi tombado pelo **Conselho de Defesa e Proteção - Condephaat** em 1982 e passou pela primeira restauração em 2010, aos 120 anos. Os antigos túneis foram aterrados para as obras do metrô, mas os 100 metros que restaram foram transformados em uma "sala de memória" que abriga peças antigas do quartel e do Batalhão.

DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

Parte da herança autoritária da ditadura se expressa no fato de que a segurança pública no Brasil continua operando sob a lógica do combate ao inimigo interno, sendo responsável por produzir a quarta maior população carcerária do mundo e a morte em massa da população pobre, negra e periférica. Priorizando a manutenção da ordem em detrimento da prevenção à violência, a **Polícia Militar** teve sua reforma recomendada pelas **Nações Unidas** por representar uma ameaça aos valores democráticos e aos direitos fundamentais de milhares de brasileiros, vítimas do racismo institucional e da complacência do sistema político e do judiciário com a letalidade da corporação e de seus agentes policiais. Em São Paulo, estudo recente realizado pela **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania** demonstrou, a partir de dados municipais, que 21% do total de mortes violentas são cometidas pela Polícia, o que se equipara às estatísticas de países em guerra civil. Desses 64% são negros, demonstrando o recorte racial da intervenção estatal da segurança pública.



SAIBA MAIS!

BARCELOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Record, 2003



PALÁCIO DAS INDÚSTRIAS



Fachada principal em obras do Palácio das Indústrias em 1919: construção de Ramos de Azevedo & Cia. Engenheiros Arquitetos | foto Autor Desconhecido | fonte Acervo Permanente do Departamento do Arquivo Histórico de São Paulo

Inaugurado em 1924, o **Palácio das Indústrias**, edifício reconhecido por sua arquitetura eclética, que trazia em destaque imagens mitológicas de plantas e animais, servia como centro de exposições de produtos agrícolas e industriais. Operou com essa função até 1947, quando o interventor **Macedo Soares** determinou que a **Assembleia Legislativa** ocupasse o prédio.

De 1947 a 1968, o Palácio das Indústrias se firmou como palco de discussões e de repercussão sobre momentos políticos nacionais da história do Brasil, como é o caso do golpe civil-militar de 1964. Em 1971, o **Centro de Comunicação do Departamento Regional de Polícia da Grande São Paulo - Degran** foi instalado no andar térreo do antigo e abandonado centro de exposições, passando a integrar o aparato repressivo militar.

Equipado com aparelhos que auxiliavam a comunicação e investigações policiais, como o *Telex* (para envio de mensagens) e o *Telefoto* (para envio de fotografias a distância), o Palácio das Indústrias converteu-se em um novo centro de troca de informações da capital paulista. Nesse período, suas instalações também foram adaptadas para a criação de gabinetes policiais e celas (embora não seja possível especificar seu uso para militantes da esquerda).

Em 1982, foi tombado pelo **CONDEPHAAT** e passou por um processo de restauro a partir do projeto da arquiteta **Lina Bo Bardi**. Somente em 1984, **Mário Covas**, então prefeito de São Paulo, decidiu que a sede da prefeitura da cidade seria transferida para o Palácio, como estratégia de revitalização dos arredores do edifício.

A prefeitura permaneceu no Palácio das Indústrias de 1992 a 2004, quando se mudou para o **Edifício Matarazzo**. O local voltou a ficar desocupado até 2009, quando passou a ser a sede do **Catavento Cultural e Educacional**, museu interativo dedicado às ciências.

ENDEREÇO

Avenida Mercúrio s/n

DISTRITO

Sé

ZONA

Central



A Estação São Bento
● Metrô | Linha 1

D Terminal Pq.D.Pedro II
● Ônibus

B Estação Sé
● Metrô | Linhas 1 e 3

E Terminal Mercado
● Ônibus

C Estação Pedro II
● Metrô | Linha 3



CASA DO IPIRANGA - CENTRO DE TREINAMENTO



Fachada do local onde funcionou o centro de treinamento para infiltrados do CIE | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

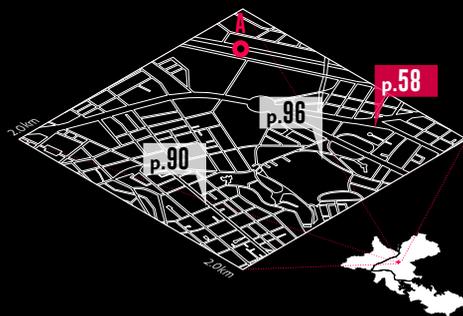
Avenida Teresa Cristina 58

DISTRITO

Ipiranga

ZONA

Leste



A Estação Mooca

● CPTM | Linha 10

O lugar foi utilizado de forma clandestina pelo **Centro de Informações do Exército - CIE** para montar um centro de treinamento para agentes que seriam infiltrados pelos órgãos de repressão nas organizações de esquerda. A casa servia, sobretudo, ao recrutamento de agentes, entre eles aqueles chamados pelos resistentes de *cachorros*, ou seja, militantes das organizações de esquerda cooptados pela repressão, muitas vezes após várias sessões de tortura, para atuar como informantes.



ALAMEDA CASA BRANCA



Posição dos carros usados na Alameda Casa Branca durante a ação do Deops/SP no dia 04 de Novembro de 1969 | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

A Alameda Casa Branca recebeu, em 1999, uma sinalização pelos eventos ali ocorridos durante o período ditatorial. Na calçada, à altura do número 800, a partir de iniciativa promovida por ex-presos políticos, familiares e amigos, foi fixado um monumento uma placa, posteriormente roubada, em homenagem a **Carlos Marighella**, militante assassinado pela polícia.

Carlos Marighella era líder da **Ação Libertadora Nacional - ALN**, organização de luta armada contra a ditadura. Antigo militante comunista, passou por várias detenções, prisões e torturas ao longo da década de 1930, principalmente durante o **Estado Novo**. Em 1945, no período democrático e de legalidade do **Partido Comunista Brasileiro - PCB**, foi eleito deputado federal pelo partido, mas, em 1947, após **Eurico Gaspar Dutra** suspender o registro do PCB e cassar seus mandatos, Carlos Marighella entrou para a clandestinidade.

ENDEREÇO

Alameda Casa Branca próx.806

DISTRITO

Jardim Paulista

ZONA

Oeste



A Estação Trianon-Masp
○ Metrô | Linha 2

Dentro da chamada *Operação Batina Branca*, cujo objetivo era investigar o envolvimento de freis dominicanos com a ALN, a equipe do delegado do Deops/SP, **Sérgio Paranhos Fleury**, monitorou o **CONVENTO DOS DOMINICANOS p.228** e a **LIVRARIA DUAS CIDADES p.140**. Foi então que o delegado descobriu que Marighella costumava se reunir com os frades à noite, à altura do número 800 da Alameda Casa Branca. Os encontros eram sempre marcados por telefonemas feitos à livraria e os dominicanos o esperavam em um Fusca azul enquanto Marighella sempre chegava a pé. Com essas informações, a Operação sequestrou alguns frades que passaram por intensa tortura com o objetivo de forçá-los a entregar o líder da ALN. No dia 4 de novembro, um deles, o **Frei Fernando de Brito**, foi levado à Livraria Duas Cidades e sob a mira e ameaça do delegado **Roberto Guimarães**, atendeu uma ligação de Marighella e confirmou um encontro com ele para o mesmo dia, no local de sempre. A partir desse dado, Fleury armou o dispositivo policial que faria a emboscada e assassinato do militante.

A morte de Marighella foi divulgada oficialmente como resultado de um tiroteio entre a polícia e militantes da ALN e, como reconhecimento pela ação, o governo paulista promoveu por bravura 43 policiais. Em 2012, no entanto, a **Comissão Nacional da Verdade - CNV** realizou uma análise pericial sobre a morte de Marighella e concluiu que ele fora atingido por pelo menos quatro projéteis de arma

de fogo, desferidos quando ele estava no banco traseiro do Fusca no qual foi encontrado, e que um dos tiros teria sido efetuado a curtíssima distância (menos de oito centímetros), em uma ação típica de execução.

OUTRAS RUAS, MESMO BAIRRO, MAIS MEMÓRIAS

Em julho de 1969 passou a funcionar a **Operação Bandeirante - OBAN p.76**, um dos maiores centros de tortura e assassinatos utilizados pela ditadura. No início, estava localizada no **Quartel do Batalhão de Reconhecimento Mecanizado - REC-MEC do II Exército**, nas esquinas das Ruas Tutóia e Abílio Soares, cujo prédio não existe mais. Em setembro de 1970, foi transferida para o número 921 da rua Tutóia, já como **Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI p.76**. A Oban funcionava por meio da doação de recursos de empresários ligados a empresas internacionais, bancos ou à **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP p.120**.

Um dos financiadores e entusiastas da Oban foi o então presidente da **Ultragaz, Henning Albert Boilesen**. Responsável pela articulação entre os empresários financiadores da Operação, Boilesen, no entanto, foi além e, por diversas vezes, foi reconhecido por militares e militantes como assíduo frequentador da Oban/Doi-Codi, onde participava e/ou assistia a sessões de tortura. Por esses motivos, o **Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT** e a **Ação Libertadora Nacional - ALN** elaboraram um plano para "justicá-lo", termo usado para se referir aos assassinatos de agentes da repressão por parte da luta armada contra a ditadura. No dia 15 de abril de 1971, na Rua Barão de Capanema, o carro de Boilesen foi interceptado por militantes do MRT e da ALN. O empresário saiu do carro, numa tentativa de fugir ao cerco, mas foi alvejado por tiros de metralhadora e faleceu imediatamente. Os militantes divulgaram, nessa oportunidade, que a execução de Boilesen servia como alerta a outros financiadores do aparato repressivo.



SAIBA MAIS!

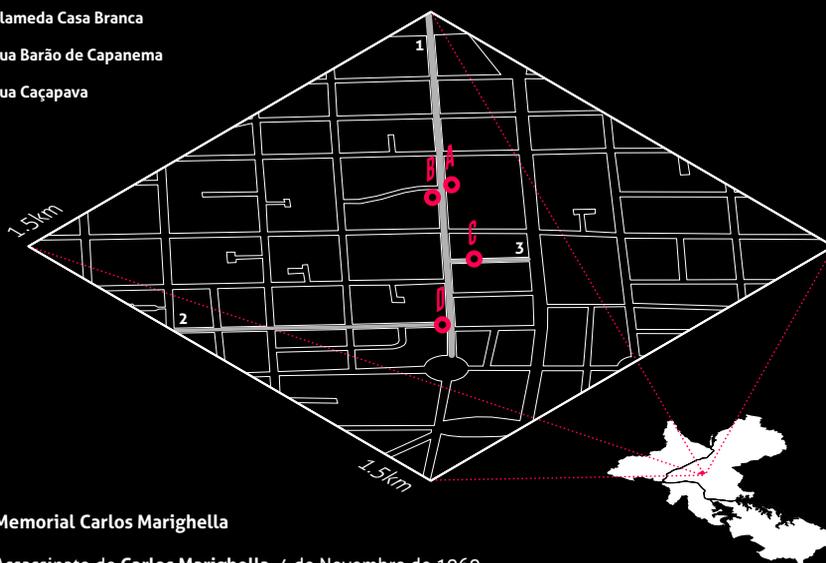
Racionais MC's. Marighella - Mil faces de um homem leal. 2012, 6min10

Marighella
Direção: Isa Grinspum Ferraz, 2012. 100 min

Cidadão Boilesen
Direção: Chaim Litewski. Chaim Litewski e José Carlos Asbeg, 2009. 92 min.

Marighella - Retrato falado do guerrilheiro
Direção: Sérgio Tandler, 2001. 55 min

- 1 Alameda Casa Branca
- 2 Rua Barão de Capanema
- 3 Rua Caçapava



- A** Memorial Carlos Marighella
- B** Assassinato de **Carlos Marighella**, 4 de Novembro de 1969
Alameda Casa Branca altura do número 806
- C** Assassinato de **Márcio Leite de Toledo**, 23 de Março de 1971
Rua Caçapava altura do número 104
- D** Assassinato de **Henning Boilesen**, 15 de Abril de 1971
Alameda Casa Branca com Rua Barão de Capanema

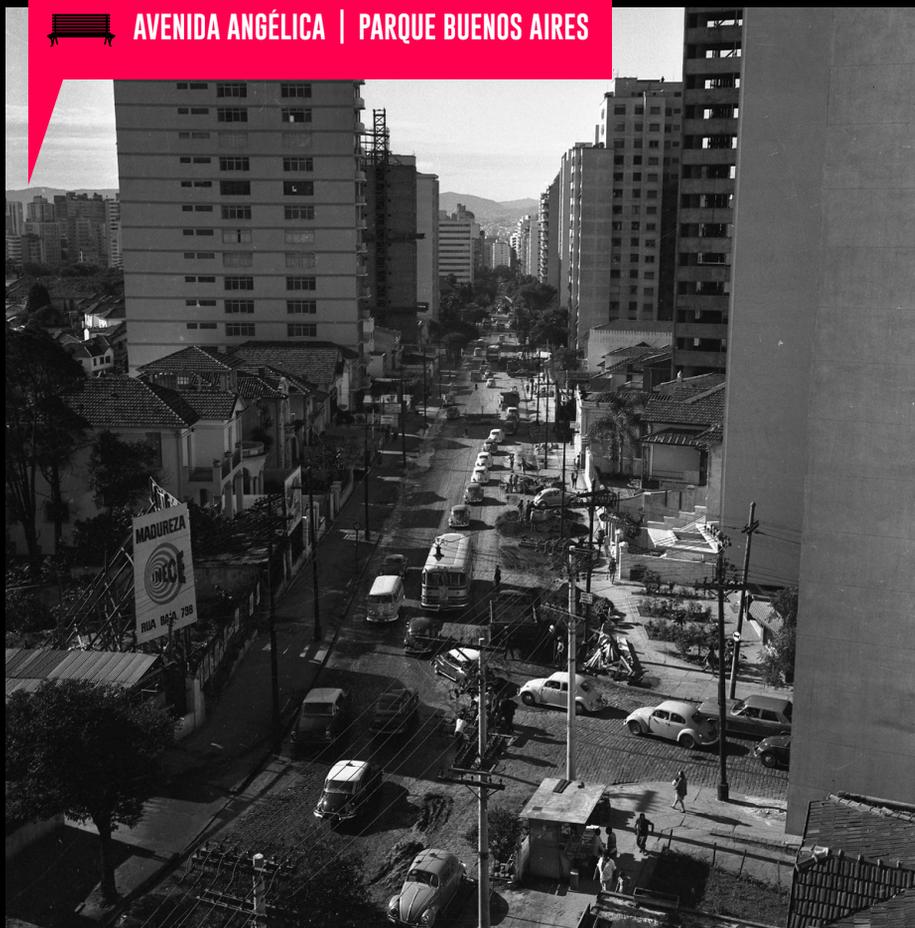
MEMORIAL CARLOS MARIGHELLA

Em 1999, próximo ao número 800 da Alameda Casa Branca, uma placa foi colocada numa pedra talhada em homenagem a **Marighella**. Anos mais tarde, a demarcação foi roubada, mas a pedra ainda se encontra no local.





AVENIDA ANGÉLICA | PARQUE BUENOS AIRES



Avenida Angélica em direção à Praça Marechal Deodoro no ano de 1969 | foto Camerindo Ferreira Máximo | fonte Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

O México nem de longe lembrava nosso "país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza", mas oferecia o que não tínhamos por aqui: Liberdade

SHIZUO OSAVA

o **Mário Japa**, militante da VPR e considerado braço direito de Carlos Lamarca



ENDEREÇO

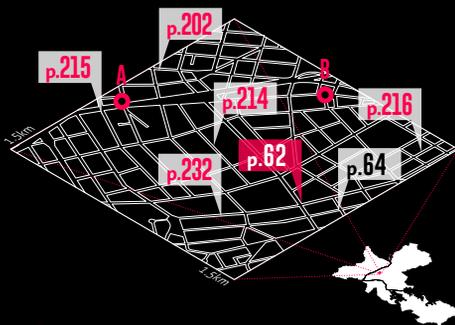
Avenida Angélica | Parque Buenos Aires

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



A Estação Marechal Deodoro
● Metrô | Linha 3

B Estação Santa Cecília
● Metrô | Linha 3

SEQUESTROS COMO RESISTÊNCIA

O sequestro de diplomatas se tornou uma estratégia de alguns grupos de esquerda de luta armada para conseguir a libertação de presos políticos e imprimir derrotas à ditadura. O primeiro sequestro aconteceu com o embaixador americano em setembro de 1969, com a libertação de quinze militantes. Em junho de 1970, militantes forçaram a troca do embaixador alemão por 40 presos e, em dezembro de 1970, o sequestro do embaixador suíço libertou outros 70.

A Avenida Angélica, localizada no bairro Higienópolis, começa na região central de São Paulo e termina a uma quadra da Avenida Paulista. Durante a ditadura civil-militar, essa importante e movimentada via foi cenário do assassinato de **Ronaldo Mouth Queiroz**. O jovem de 25 anos, estudante de Geologia da **Universidade de São Paulo** e militante da **Ação Libertadora Nacional - ALN** desde 1969, foi executado por agentes da repressão no dia 6 de abril de 1973 em um ponto de ônibus na avenida. A polícia forjou uma versão oficial alegando que a morte fora decorrente de um "cerrado tiroeteo".

No ano de 2012, **Cláudio Guerra**, ex-delegado do Deops do Espírito Santo, assumiu a autoria do crime em seu livro *Memórias de uma guerra suja*. Três anos antes da execução de Queiroz, outro importante evento vinculado à história da ditadura já havia acontecido na região do Higienópolis: o sequestro do cônsul japonês no Brasil, **Nobuo Okuchi**. No dia 12 de março de 1970, no cruzamento da rua Bahia com a rua Alagoas, em frente ao **Parque Buenos Aires**, o carro do cônsul foi interceptado por militantes da **Vanguarda Popular Revolucionária - VPR** e do **Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT** organização de luta armada contra a ditadura civil-militar. Para liberá-lo, os militantes exigiram a libertação de oito presos políticos que foram banidos e enviados para o México. Eram eles: **Damaris Lucena**, mulher de **Antônio Lucena**, assassinado dias antes pela repressão, e seus três filhos ainda crianças. **Otávio Ângelo**, dirigente da **Ação Libertadora Nacional - ALN**, madre **Maurina Borges da Silveira**, **Diógenes Carvalho de Oliveira** e **Mario Japa**, como era conhecido **Chizuo Ozava**, ambos militantes da VPR.



SAIBA MAIS!

O que é isso, companheiro?

Direção: Bruno Barreto, 1997. 110 min

Hercules 56

Direção: Silvío Da-Rin, 2006. 93 min



SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE - TFP



Sede da antiga Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade - TFP, onde hoje funciona o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, fundador da TFP | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

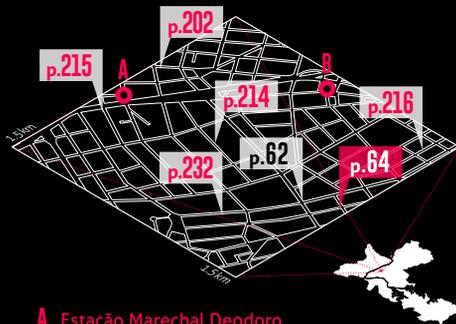
Rua Maranhão 341

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



A Estação Marechal Deodoro

● Metrô | Linha 3

B Estação Santa Cecília

● Metrô | Linha 3

Em nossa rua, Prudente de Morais, no bairro do Campo Belo há uma sucursal desta entidade. Com frequência promovem passeatas pelas ruas do bairro, às vezes escoltados pela polícia – Táticos Móveis. Vociferam contra os bispos progressistas, comunistas, etc. assim como o fazem em outros pontos da cidade e por todo o Brasil. Já pararam em frente ao nosso escritório desafiando-nos, gritando que éramos comunistas, pois não íamos rezar o terço com eles, pela salvação do Brasil

MARIA NILDE MISCELANI

Educadora e coordenadora dos Ginásios Vocacionais de São Paulo, em carta enviada à Comissão Justiça e Paz, liderada pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns

Higienópolis, um dos bairros de elite mais tradicionais da cidade de São Paulo, abriga, desde os anos 1970, a sede do conselho nacional da **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade - TFP**.

O casarão, construído em 1895, pertenceu a algumas famílias de industriais da cidade, no início do século XX. Em 1969, foi adquirido e restaurado pela TFP, conservando grande parte das suas características originais.

Católica, tradicionalista e conservadora, a TFP foi fundada como uma organização civil de inspiração católica, em 1960, por **Plínio Correia de Oliveira**, nascido em 1908 em Pernambuco, descendente de senhores de engenho. Bacharel em Direito, *doutor Plínio*, como era conhecido, participou ativamente da vida política do país, tendo integrado, como deputado federal, a **Assembleia Nacional Constituinte** de 1934 e, principalmente, escrevendo inúmeros livros que serviram de guia para os movimentos sociais de direita. A fundação da sociedade nasceu do desejo de Plínio de resgate e valorização da moral conservadora, propondo ações de evangelização e de propaganda ideológica.

PARTICIPAÇÃO CONSERVADORA

Plínio participou desde jovem da fundação de associações religiosas, como a **Ação Universitária Católica** e a **Liga Eleitoral Católica**, movimento destinado a defender os ideários cristãos conservadores. Com apoio desta última, foi eleito deputado – o mais jovem e mais votado – da **Assembleia Nacional Constituinte** de 1934.

Embora personalista e fortemente ligada à figura de Plínio, a entidade ganhou projeção internacional e outras TFPs foram fundadas pelo mundo. Hoje, várias continuam bastante ativas, com destaque para as da Espanha, França, Chile, Uruguai, Peru e Estados Unidos. Ao mesmo tempo, com a participação de seu líder nos espaços de poder econômico e influência na sociedade, a organização ganhou

força e conheceu seu auge, no Brasil, no período da ditadura civil-militar.

No dia 19 de março de 1964, a TFP participou da mobilização da primeira **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Trezentas mil pessoas saíram às ruas em São Paulo para conchamar as **Forças Armadas** a se posicionarem contra as intenções reformistas do governo **João Goulart**. Ao propor um conjunto de reformas (bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária), as chamadas **Reformas de Base**, Goulart provocou fortes reações contrárias, sobretudo entre as camadas mais ricas e conservadoras da sociedade.

A manifestação teve início na **PRAÇA DA REPÚBLICA p.174** e terminou na **PRAÇA DA SÉ p.162**, com a celebração de uma missa que se dizia em prol da democracia.

APOIOS CONSTANTES

Durante todo o período da ditadura, a TFP apoiou o regime, que acreditava ser uma proteção contra ideias comunistas no país. Nesse período, a organização articulou diversas campanhas com conotação política e religiosa. Em 1966, foi capaz de coletar mais de um milhão de assinaturas contra o divórcio e outro 1,6 milhão, em 1968, pela expulsão dos padres considerados comunistas da Igreja Católica.

Seus membros e entidades associadas estavam presentes em vários setores da sociedade e instituições que alicerçavam o regime – no próprio clero, entre os militares e nos grupos paramilitares de apoio à ditadura, como o **Comando de Caça aos Comunistas - CCC**, que perseguia violentamente todos os que considerava subversivos.

Seus membros encontravam espaço em revistas e jornais de grande circulação para difundir a doutrina da entidade e não sofriam sanções da censura, uma vez que não se dispunham a criticar o regime em curso, mas sim, a difamar os ideários socialistas e organizações e movimentos de esquerda ou de

resistência ao regime. Também eram comuns comícios nas regiões centrais e de grande circulação da cidade; neles, megafones bradavam: *Pelo Brasil: Tradição, Família, Propriedade. Brasil, Brasil, Brasil.*

ALTAR TFP

Na madrugada do dia 20 de junho de 1969, uma bomba de dinamite explode na Rua Martim Francisco, 665, bairro de Vila Buarque, em São Paulo, onde estava instalada a sede da **Presidência do Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade**. Na ocasião, uma imagem de **Nossa Senhora da Conceição**, existente na sala contígua ao foco da explosão, foi seriamente danificada. A autoria do atentado nunca foi descoberta, mas a entidade a credita às organizações de esquerda. Após o episódio, no mesmo ano, é instalado no local o **Oratório de Nossa Senhora da Conceição Vítima dos Terroristas**, inaugurado após desfile solene, em que a imagem foi transportada da sede que a TFP possuía na Rua Pará até a Martim Francisco. Diante do oratório, sócios, cooperadores e correspondentes da TFP passaram a rezar diariamente em prol da civilização cristã e contra o avanço do progressismo e comunismo. Hoje, no local, ainda funciona o **Serviço de Imprensa** da entidade, bem como a redação da revista *Catolicismo* e da *Agência Boa Imprensa - ABIM*.

EXÓTICA, FANÁTICA E AINDA PRESENTE

Em 1985, a TFP foi considerada exótica e fanática pela **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**, que recomendou aos católicos não se filiar à associação. Com a morte de seu fundador, em 1995, ocorreu uma dissidência nos quadros da instituição. Os opositores e a direção nacional chegaram a formar uma sociedade distinta chamada **Arautos do Evangelho** que, por ser menos combativa politicamente e mais submissa à **Igreja Católica**, foi reconhecida pelo **Vaticano** como **Associação Internacional de Direito Pontifício**.

Em 2004, a **Justiça Federal** concedeu o comando da TFP a uma nova diretoria, formada por membros e simpatizantes da **Arautos do Evangelho**. Em vários países em que a TFP estava presente, seus membros se “converteram” à nova proposta do Brasil.

Os antigos diretores, afastados da instituição, passaram a se reunir na intitulada **Associação dos Fundadores da TFP**, combatendo a ala progressista que integra a **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**. Apesar de menos significativa, a TFP voltou a aparecer no campo político, posicionando-se contra lutas como os direitos LGBTs e a des-criminalização do aborto, sobretudo nos períodos eleitorais dos últimos dez anos.



IGREJA BATISTA DE PERDIZES



Igreja Batista em Perdizes em obras | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

Com uma postura conservadora e amedrontada pela “ameaça comunista”, o pastor da Igreja Batista de Perdizes, **Enéas Tognini**, convocou os membros da igreja em dois momentos simbólicos. O primeiro em 1963, quatro meses antes da destituição de **João Goulart**, quando o pastor anunciou o *Dia Nacional de Jejum e Oração pela Pátria*, como uma marca da reação batista para que “Deus salvasse o País do perigo comunista”. O segundo momento aconteceu em 21 de abril de 1964, 20 dias após a concretização do golpe, quando Tognini, novamente, chamou os fiéis para um dia nacional de oração e jejum em agradecimento pelo golpe.

ENDEREÇO

Rua Monte Alegre 850

DISTRITO

Perdizes

ZONA

Oeste



A Estação Barra Funda
● CPTM | Linhas 7 e 8

B Estação Barra Funda
● Metrô | Linha 3

C Terminal Barra Funda
● Ônibus

D Estação Sumaré
● Metrô | Linha 2



IGREJA METODISTA DA LUZ



Igreja Metodista da Luz | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

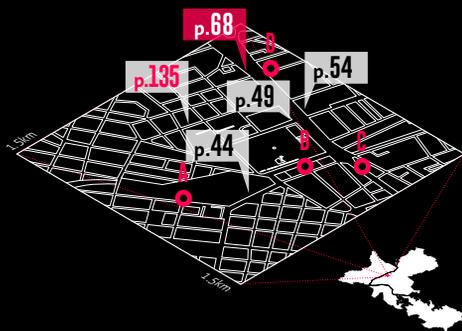
Avenida Santos Dumont 33

DISTRITO

Bom Retiro

ZONA

Central



A Estação Júlio Prestes

● CPTM | Linha 8

C Estação Luz

● Metrô | Linhas 1 e 4

B Estação da Luz

● CPTM | Linhas 7 e 11

D Estação Tiradentes

● Metrô | Linha 1

Durante o período ditatorial, a **Igreja Metodista** demonstrou uma visão extremamente conservadora em relação às organizações de esquerda que lutaram pelo restabelecimento da democracia. Os membros da igreja que acreditavam na necessidade de contestar essa percepção eram considerados subversivos e, portanto, expulsos e delatados.

Na **Igreja Metodista da Luz**, a delação foi o instrumento usado pelo pastor e pelo bispo para a separação daqueles que consideravam "verdadeiros" e "falsos" fiéis. **Anivaldo Pereira Padilha** era membro da Igreja e estudante de Ciências Sociais na **Universidade de São Paulo - USP** quando foi delatado, em 1970. Preso, ele foi severamente torturado durante os interrogatórios, e teve que se manter exilado por oito anos. Após seu retorno ao Brasil, Anivaldo se tornou um dos responsáveis pela repatriação do

ANTICOMUNISMO

O comunismo era visto por alguns setores da Igreja e das camadas mais conservadoras da sociedade brasileira como uma ameaça à fé, à religião e aos valores tradicionais da família e da propriedade. O anticomunismo foi o mote, inclusive, para a deposição do presidente **João Goulart**, e início do regime militar. Durante a ditadura isso se ampliou: todos os opositores do regime autoritário eram tachados de comunistas e perseguidos.

acervo **Brasil Nunca Mais**, voltado para a preservação dos principais documentos relativos à tortura.

Anivaldo também desempenhou papel-chave no ato ecumênico que reuniu a Igreja Católica de **Dom Paulo**, a comunidade judaica de **Henry Sobel**, a Igreja Presbiteriana de **Jaime Wright** e a esquecida **Assembleia de Deus**. Em maio de 2012, por unanimidade, a **Comissão da Anistia** aprovou sua condição de anistiado político e pediu desculpas oficialmente, em nome do Estado brasileiro, por ações efetuadas contra ele durante o regime militar.



SAIBA MAIS!

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002



IGREJA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO



Igreja do Santíssimo Sacramento no bairro Paraíso | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

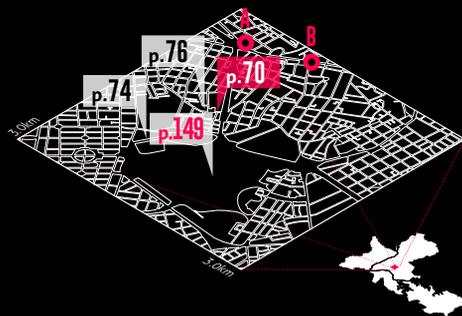
Rua Tutóia 1125

DISTRITO

Vila Mariana

ZONA

Centro-Sul



A Estação Paraíso
● Metrô | Linhas 1 e 2

B Estação Ana Rosa
● Metrô | Linhas 1 e 2

Em outubro de 1960, foi publicado o decreto de instituição da Paróquia, assinado pelo **Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta**, e a igreja foi inaugurada em 1970. No período da ditadura civil-militar, e em especial nos anos após sua inauguração, a igreja, que se localizava próxima ao **QUARTEL GENERAL DO II EXÉRCITO p.74**, promoveu uma série de missas em homenagem ao governo militar e em celebração às conquistas valorizadas pelo exército.



 **AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR**

Fachada da Auditoria Militar em Abril de 2013 | foto Kátia Felipini | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

Quando a família nos dava a notícia de que um dos seus entes tinha sido preso, então acionávamos imediatamente a Auditoria Militar, comunicando que tivemos conhecimento que fulano de tal está preso e pode ter sido levado pro DOPS ou pro DOI-Codi. Esta simples comunicação ao juiz auditor contribuía para que, no processo de repressão, no processo de tortura, os torturadores dissessem: "Perai, esse aí já se sabe formalmente que ele está preso."



AIRTON SOARES

advogado de ex-presos políticos e ex-deputado federal

ENDEREÇO

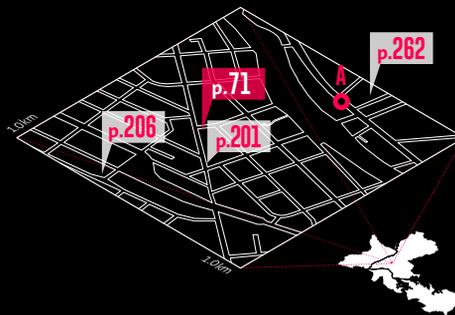
Avenida Brigadeiro Luiz Antonio 1249

DISTRITO

Bela Vista

ZONA

Central



A Estação São Joaquim
 Metrô | Linha 1

Localizado na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, no bairro da Bela Vista – região essencialmente residencial, endereço da elite paulistana –, o *Casarão Amarelo* foi adquirido em 1938 pelo Exército para abrigar a 2ª Circunscrição Judiciária Militar, à qual competia principalmente o julgamento de crimes praticados por integrantes das Forças Armadas. Três Auditorias Militares dividiam os andares do prédio: a 1ª, vinculada à Aeronáutica, funcionava no segundo andar; a 2ª, pertencente ao Exército e com maior volume de processos, ocupava o primeiro andar do edifício; e a 3ª, da Marinha, era sediada no térreo.

Com o golpe de 1964 e a perseguição a indivíduos considerados inimigos do Estado, as auditorias assumiram também o julgamento de crimes políticos. Enquadrados por violar a estabelecida Lei de Segurança Nacional, os civis eram “julgados” por crimes de subversão à ordem. O processo na Auditoria era iniciado quando o juiz recebia a denúncia do crime,

após a formação de um Inquérito Policial Militar - IPM, que lhe servia de base. Esses inquéritos eram elaborados pelo DEOPS/SP p.44 ou pela Polícia Federal, a partir de depoimentos que haviam sido tomados em centros de detenção e tortura ou em locais clandestinos, muitas vezes em momentos em que a prisão não havia sido sequer formalizada. Baseados, portanto, em sequestros, torturas e métodos clandestinos, procedimentos em desacordo até mesmo com as leis de exceção do regime, toda a investigação que dava sustentação aos processos estava marcada pela ilegalidade. A realização de julgamentos nas auditorias tinha a intenção de legitimar o processo de repressão em curso, demonstrando uma preocupação da ditadura em lhe dar ares de legalidade.

Apesar dessas tentativas, uma série de vícios também maculava essa suposta formalização. Entre elas, a própria formação das auditorias, cujo Conselho Permanente de Justiça era composto por



Julgamento do diretor do Jornal *O Movimento* na Auditoria da Justiça Militar de São Paulo em fins da década de 1970
foto Nelson Penteadó | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

quatro oficiais e um juiz auditor (civil), além de um promotor e um advogado. Presidido pelo militar de mais alta patente, era integrado por uma maioria de oficiais militares, sem a necessidade de formação jurídica. Isso fazia com que o julgamento parecesse uma encenação de justiça, uma vez que as decisões já haviam sido tomadas e os juízes não estavam dispostos a avaliar verdadeiramente as provas apresentadas para embasar sua decisão. A presença no Conselho de oficiais que participaram da investigação, e até mesmo das torturas cometidas contra o julgado, corrobora essa farsa. No porão do prédio da auditoria, sessões de tortura eram realizadas quando o preso aproveitava a audiência para negar o depoimento prestado na fase de inquérito. O caso mais conhecido é o do cabo do Exército **José Mariane** que, ao negar depoimentos dados anteriormente sob tortura, teve diversos ossos e dedos fraturados pelos agentes do órgão.

ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

Mesmo com todas as arbitrariedades produzidas neste local, a Auditoria foi também um espaço de resistência. Isso se deve à ação dos presos e dos advogados. Os primeiros tiveram a coragem de usar o espaço para denunciar as torturas sofridas no cárcere. Os relatos realizados por eles nas auditorias viriam a se tornar públicos com o livro *Brasil: Nunca Mais*. Publicado em 1985, a obra foi a primeira sistematização de denúncias sobre as violências do regime, fruto do trabalho da **PONTIFÍCIA COMISSÃO DA JUSTIÇA E PAZ** p.232 e de alguns advogados de presos políticos que se debruçaram sobre os processos da Auditoria. Por entrarem oficialmente em cena, a partir do momento em que a incomunicabilidade do preso era quebrada, as Auditorias se converteram em um verdadeiro espaço de luta política dos advogados. Não apenas para realizar ali a defesa dos presos no curso dos processos, mas também porque recorriam a elas para que fosse realizado o registro oficial de prisão, uma das estratégias usadas para evitar que os militantes fossem mortos ou desaparecessem. Uma vez regis-

trados, o Estado podia ser cobrado pela integridade física dos detidos. Pelos riscos envolvidos, os advogados de presos políticos sofreram ameaças, tiveram seus escritórios invadidos e muitos foram presos.

Tombado desde 2002 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, o edifício-sede da Auditoria Militar está cedido hoje à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Em parceria com o Núcleo de Preservação da Memória Política, um projeto interdisciplinar pretende converter as instalações em um Memorial da Luta pela Justiça, como forma de resgatar e valorizar a atuação dos advogados que trabalharam em prol da garantia dos direitos humanos no Brasil.



SAIBA MAIS!

Memorial da Luta pela Anistia. Documentário dirigido por Paula Sacchetta, 2013

Os advogados contra a ditadura: por uma questão de justiça

Direção: Silvío Tendler. EBC.

Memorial da Anistia, 2014. 130 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=fhRjXeFfbYM>

Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*
Petrópolis: Vozes, 1985



QUARTEL GENERAL DO II EXÉRCITO



Cerimônia de posse na praça Mário Kosei Filho do Quartel General do II Exército no Ibirapuera em 1971 | foto Joel. D. P. Barreto
fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

Avenida Sargento Mário Kozel Filho 222

DISTRITO

Moema

ZONA

Centro-Sul



A Estação Paraíso

● Metrô | Linhas 1 e 2

B Estação Ana Rosa

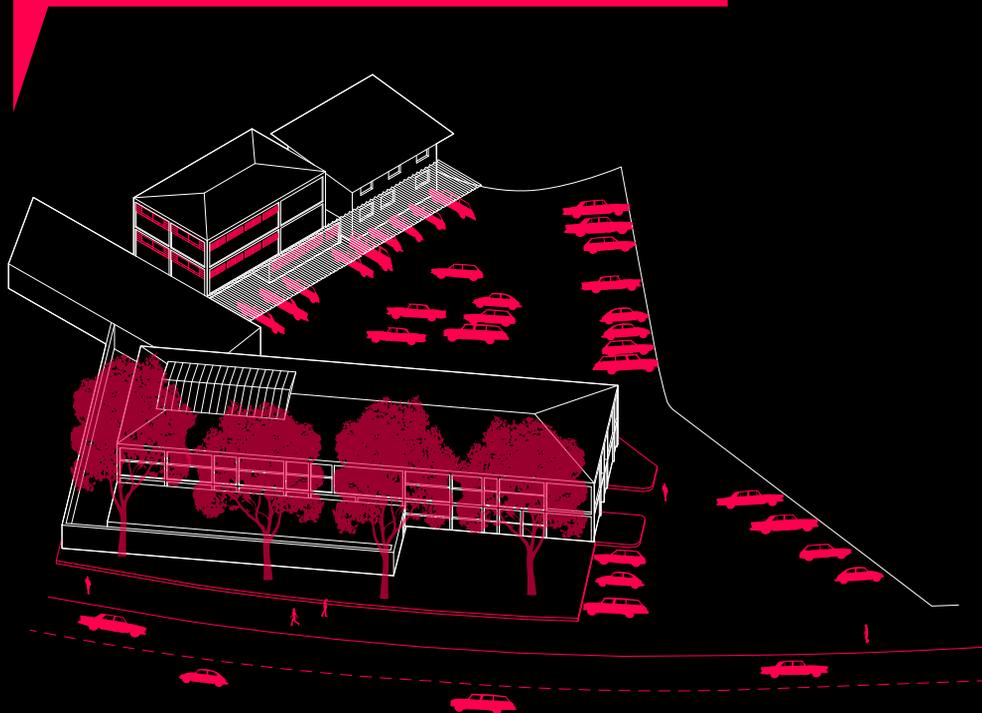
● Metrô | Linhas 1 e 2

Localizado na região do **PARQUE IBIRAPUERA p.149**, o **Quartel General** foi construído para dar mais segurança à sede do II Exército e da 2ª Região Militar. Foi nele que nasceu a **Operação Bandeirante - OBAN p.76**, posteriormente transferida para a 36ª Delegacia de Polícia, que se tornou o **DOI-CODI p.76**. Transferido em maio de 1968 para um endereço próximo, no mês seguinte, o quartel foi alvo de um ataque à bomba realizado pela **Vanguarda Popular Revolucionária - VPR**, em consequência do seu papel de repressão. Na explosão, morreu o soldado **Mário Kozel Filho**, que fazia guarda no dia. Kozel foi promovido *post-mortem* a sargento e, mais tarde, a rua onde se localiza o quartel recebeu seu nome.



Quartel General do II Exército após explosão de uma bomba em junho de 1968 por membros da VPR | foto Autor Desconhecido
fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

OPERAÇÃO BANDEIRANTE - OBAN
DESTACAMENTO DE OPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES
CENTRO DE OPERAÇÕES PARA DEFESA INTERNA - DOI-CODI



*Não se consolida uma democracia com ca-
dáveres insepultos. E nós temos muitos.*

AMELINHA TELES

feminista e liderança em direitos humanos,
foi militante do Partido Comunista do Brasil
- PCdoB, e presa em 28 de dezembro de 1972
pelo DOI-Codi em São Paulo



ENDEREÇO

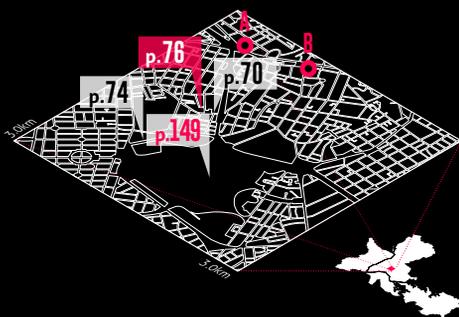
Rua Tutóia 921

DISTRITO

Vila Mariana

ZONA

Centro-Sul



A Estação Paraíso

● Metrô | Linhas 1 e 2

B Estação Ana Rosa

● Metrô | Linhas 1 e 2

Sarcasticamente apelidado pelos militares de *Hotel Tutóia*, *Casa da Vovó*, *Inferno* e *Hospital*, o prédio da 36ª Delegacia de Polícia, localizada no bairro do Paraíso, sediou, a partir de 1969, a **Operação Bandeirante - Oban**. Posteriormente substituída pelo **Destacamento de Operação de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI**, a Oban deu origem a um dos principais aparatos repressivos em atividade durante a ditadura civil-militar. Embora parte das informações sobre ela tenham desaparecido, estima-se que mais de 8 mil opositores do regime tenham sido ilegalmente detidos e barbaramente torturados nessas instalações.

Criada em 1969, a Oban foi organizada pelo Exército para combater as organizações que se opunham ao regime, valendo-se da tortura e outros métodos de repressão para extrair informações e coibir as

ações de resistência. Apesar de ter sido fundada em ato solene, a operação era, inicialmente, uma experiência. Sua própria existência não era legalizada: ela não possuía estrutura oficial, sua equipe era formada por agentes civis e militares de diferentes órgãos de segurança e seu funcionamento era financiado por grupos empresariais, alguns ligados à **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP** p.120, a empresas internacionais e a bancos, que tinham uma ascensão socialista.

SILÊNCIO

Muitos dos presos pela Oban | DOI-CODI nunca foram formalmente indiciados e eram sequestrados pelas forças de repressão. Os que morriam no aparato eram enterrados como indigentes ou tinham suas mortes forjadas como morte em confronto, atropelamento ou suicídio.

A Oban inspirou a criação, em 1970, dos DOI-CODI em diferentes cidades brasileiras. Subordinados ao comando do Exército e em interlocução com o **Sistema Nacional de Informações - SNI**, os DOI-CODI unificavam ações de inteligência e de averiguação, assumindo a tarefa de identificar, localizar e capturar militantes e neutralizar organizações de esquerda, com o aval explícito dos comandos gerais e do governo federal para o uso da tortura como instrumento de investigação.

Sob o comando do coronel do exército **Carlos Alberto Brilhante Ustra** nos seus principais anos de funcionamento, o DOI-CODI/SP alimentava um fluxo de informações que conectava os responsáveis pela captura dos opositores ao regime, aos responsáveis pelas torturas e à equipe de análise das informações obtidas, que, por sua vez, passavam a orientar novas perseguições.

SUCURSAL DO INFERNO

Via de regra, os presos eram encapuzados, trazidos para a sede do DOI-Codi e espancados logo na entrada, em uma espécie de pátio. Em seguida eram levados às salas de interrogatório no primeiro andar. Era lá também que ficavam as salas de tortura, onde se estima que ao menos 50 pessoas tenham sido brutalmente assassinadas. No térreo ficava o xadrez, as celas onde eram presos os militantes.

Chamada pelos próprios agentes de segurança de sucursal do inferno, a sede foi palco de bárbaras atrocidades, que iam de surras a complexas estratégias para exaurir as forças e a capacidade de resistência dos interrogados. As violações se revestiam de requintes de crueldade e se agravavam à medida que os instrumentos de tortura se sofisticavam, como é o caso da *Cadeira do Dragão* e a *Pianola Boilensen*. Sobreviventes relatam ter sido torturados nus sob diversas técnicas, entre as quais o pau de arara, o choque elétrico, os abusos sexuais e variadas formas de espancamento.

Assim como outros instrumentos utilizados pelos torturadores, a *Cadeira do Dragão* foi utilizada pelo governo nazista durante a **Segunda Guerra Mundial**. Já a *Pianola Boilensen* foi apresentada pelo austríaco **Henning Boilensen**, dono do **Grupo Ultra**, importante empresa financiadora do DOI-CODI. O empresário, considerado sádico por muitos pesquisadores, costumava assistir e até participar das sessões de tortura. Anos depois ele foi assassinado por militantes da **Aliança Libertadora Nacional - ANL**, em um dos chamados justicamentos executados pelos resistentes da luta armada. Hoje, uma rua da capital leva o nome Henning Boilensen em sua homenagem.

TORTURA PSICOLÓGICA

Além do emprego da força e dos castigos corporais, os torturadores também procuravam descompor a

estrutura psicológica de suas vítimas. Humilhações e xingamentos eram rotina no cotidiano da delegacia, mantendo um clima de permanente hostilidade. Além dos gritos ouvidos constantemente no prédio, os presos eram submetidos a simulações de fuzilamento e ouviam que seus filhos seriam torturados ou adotados por agentes da repressão – crianças chegaram a ser levadas para assistir seus pais serem violentados; companheiros eram mortos na frente de outros. Ecoava a pergunta perturbadora: "Serei eu o próximo?".

VLADO FIEL FILHO E AS MUITAS OUTRAS FALSIFICAÇÕES

Foi no DOI-CODI que o diretor da **TV CULTURA** **p.240**. Vladimir Herzog, foi brutalmente torturado e, posteriormente, assassinado em 25 de outubro de 1975. O exército publicou nota indicando que o jornalista, supostamente arrependido, havia se suicidado no local. O atestado de óbito, produzido pelo legista **Harry Shibata**, indicava "asfixia mecânica por enforcamento". Na própria foto divulgada, assim como no corpo de **Vlado**, como o jornalista era chamado pelos amigos, era possível ver os indícios de assassinato. Por ser judeu, ele teria que ser enterrado em um espaço reservado para suicidas do **CEMITERIO ISRAELITA** **p.98**. Porém, o rabino **Henry Sobel**, mobilizado pela demanda dos familiares para que ele fosse sepultado no centro do cemitério, ajudou a desmentir a versão oficial, ao lado do jornalista **Audálio Dantas**, que denunciou nos meios de comunicação a farsa armada pelo regime para ocultar as reais causas de sua morte.

O então arcebispo de São Paulo, **Dom Paulo Evaristo Arns**, o rabino **Henry Sobel** e o reverendo **James Wright** celebraram um ato ecumênico na **CATEDRAL DA SÉ** **p.174** em memória de Vlado. O rito reuniu 8 mil pessoas, mesmo com a intensa repressão policial. Com a grande comoção gerada, o ato massivo é considerado um dos momentos mais importantes no processo de retomada da democracia no país. Três meses depois, a mesma cena se repetiu no DOI-CODI, com o assassinato do meta-

ORGANIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO DOI-CODI



- A** Pátio e estacionamento
- B** Prédio com celas, solitária e salas de tortura
- C** Prédio utilizado para interrogatório e torturas de presos
- D** Edifício foi residência de Ustra e sua família

SOLIDARIEDADE COMO SOBREVIVÊNCIA

Do mesmo modo que a sede da Oban | DOI-CODI se mostrou um dos mais violentos aparatos da ditadura civil-militar no país, ela foi também espaço de solidariedade e resistência dos presos. Canções para celebrar as solturas ou fortalecer a moral dos mais abatidos, cuidados com os que saíam das torturas e protestos de socorro para os que corriam risco de vida eram algumas das diversas formas de apoio entre os que estavam sendo interrogados e torturados.



Prédio onde funcionou o DOI-Codi, atualmente uma delegacia | foto Ana Paula Brito | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

lúrgico e membro do **Partido Comunista Brasileiro - PCB Manoel Fiel Filho**, novamente sob alegação de suicídio. Sua morte e a farsa montada pelos militares mantiveram viva a indignação da sociedade.

A prática de forjar laudos e certidões de óbito era uma rotina não apenas para aqueles que morriam no DOI-CODI. Militantes assassinados em distintos aparatos repressivos desapareciam sem deixar vestígios, sendo muitas vezes enterrados como de indigentes em valas clandestinas, como no **CEMI-TÉRIO DOM BOSCO p.98**. Ao longo dos anos, a busca tenaz dos familiares obteve conquistas como a abertura dos arquivos e a instalação de comissões governamentais, entre as quais as **Comissões Nacionais da Verdade**, a **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Vala de Perus na Câmara de Vereadores de São Paulo**, a **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP** e o **Grupo de Trabalho Perus**, instalado em 2014. Contudo, apesar dos esforços, grande parte das famílias segue sem saber onde estão os corpos de seus entes queridos.

TOMBAMENTO E RESQUÍCIOS

O DOI-Codi foi desativado progressivamente, sendo extinto em 1982, perto do fim do regime. Hoje, o prédio da rua Tutóia segue como a **36ª Delegacia da Polícia Militar de São Paulo**, embora tenha sido tombado como patrimônio histórico em 27 de janeiro de 2014 a partir da pressão de ex-presos e familiares de mortos e desaparecidos políticos. Como apontado pelo jornalista **Ivan Akselrud Seixas**, que aos 16 anos foi preso, torturado e assistiu ao assassinato de seu pai no DOI-Codi, as histórias que ali se passaram pertencem a todos os brasileiros e, portanto, deve ser preservado como patrimônio da sociedade. Com o reconhecimento, movimentos sociais hoje lutam pela desativação da delegacia e pela transformação do espaço em um centro de preservação das memórias sobre a época.



SAIBA MAIS!

Vlado: 30 anos depois

Direção: João Batista de Andrade, 2005. 90 min

Perdão Mister Fiel - o operário que derrubou a ditadura no Brasil

Direção: Jorge Oliveira, 2010. 95 min



PRESÍDIO MILITAR ROMÃO GOMES

ENDEREÇO

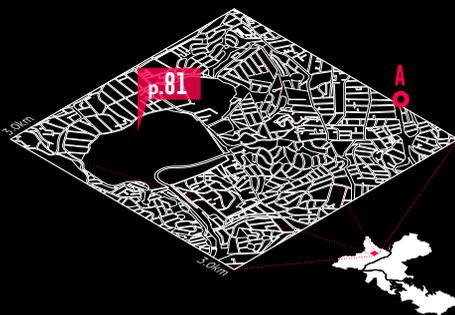
Avenida Tenente Julio Prado Neves 451

DISTRITO

Tucuruvi

ZONA

Norte



A Estação Lapa
○ CPTM | Linha 7

O BAGULHÃO

Foi no presídio que se produziu um dos mais importantes documentos de denúncia às violências da ditadura. Conhecida como *Bagulhão*, a carta destinada ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB é assinada por 35 presos políticos que denunciavam métodos e instrumentos de tortura, os abusos jurídicos cometidos no período, nomes de mortos e desaparecidos, além da identificação de 233 torturadores.

Conhecido como **Presídio do Barro Branco**, o **Presídio Romão Gomes** é um órgão subordinado ao **Comando Geral da Polícia Militar** e, juridicamente, responde ao **Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo**. Durante a ditadura civil-militar, recebeu muitos presos políticos condenados pela Justiça Militar para o cumprimento de longas penas. Diferentemente de outros presídios, o Romão Gomes recebia apenas presos políticos homens. Foi também o local onde permaneceram os últimos presos políticos da ditadura de 64, inclusive os que não foram libertados com a **Lei de Anistia** de 1979 com a justificativa de "haverem cometido crimes de sangue" e que só seriam soltos depois, como resultado da campanha pelo fim da **Lei de Segurança Nacional**. Entre as muitas formas de resistência ao regime, os presos que ali ficaram aderiram a uma greve de fome nacional em prol da anistia.



Fachada atual do Presídio da Polícia Militar Romão Gomes | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo



CASA DE DETENÇÃO DE SÃO PAULO - CARANDIRU



IMPLOSIÃO DOS PAVILHÕES DA CASA DE DETENÇÃO E CRIAÇÃO DO PARQUE DA JUVENTUDE

Após o Massacre do Carandiru em 1992, durante a invasão da Polícia Militar que vitimou 111 presos - a prisão foi desativada e implodida em 2002. Na foto, destroços do Carandiru localizados no Parque da Juventude | foto Ana Paula Brito | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

Após o Massacre do Carandiru - ocorrido em 1992 durante a invasão da Polícia Militar que vitimou 111 presos - a prisão foi desativada e implodida em 2002. Na foto, destroços do Carandiru localizados no Parque da Juventude | foto Ana Paula Brito | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

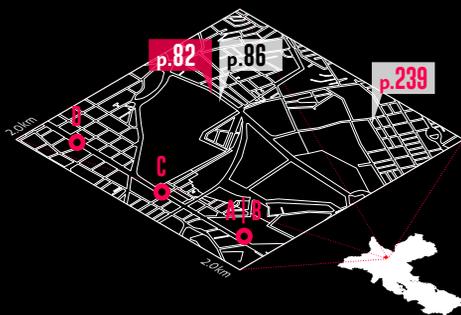
Avenida Zaki Narchi 1369

DISTRITO

Santana

ZONA

Norte



A Estação Portuguesa-Tietê

● Metrô | Linha 1

C Estação Carandirú

● Metrô | Linha 1

B Terminal Tietê

● Ônibus

D Estação Santana

● Metrô | Linha 1

Palco de um dos mais graves atentados contra os direitos humanos na história recente do país, a chacina de 111 presos em 1992, o **Carandiru** também serviu de prisão para presos políticos que questionaram e lutaram contra a ditadura civil-militar brasileira.

O **Complexo do Carandiru** surgiu da junção entre a **Penitenciária do Estado** – inaugurada em 1920 e tida, à época, como modelo prisional – e a **Casa de Detenção de São Paulo**, inaugurada em 1956 para abrigar presos à espera de julgamento. Na década de 1970, a casa também passou a abrigar presos julgados e condenados, elevando muito o número de sua população carcerária. No entorno, também foram construídos, em 1973 e em 1983, respectivamente, os prédios da atual **Penitenciária Feminina da Capital** e do **Centro de Observação Criminológica**. O conjunto de edifícios do Com-

Vi mortos no segundo andar e na escada, descendo para a galeria, todos pelados. Fomos obrigados pelos policiais a gritar Viva o Choque, alguns de nós fomos agredidos com coronhadas.

ANTONIO CARLOS DIAS

ex-detento, preso no Carandiru, sobre a entrada e ações dos policiais durante o massacre



plexo do Carandiru era classificado em pavilhões, e cada andar recebia o nome de pavimento. É preciso lembrar que funcionava no complexo Carandiru também a **Penitenciária Feminina** que era conhecida com a **Penitenciária das Freiras**, pois era dirigida por freiras, e o Presídio Feminino. O Presídio Feminino se transformou, por volta de 1975, em **Casa do Egresso**.

CONDIÇÕES DESUMANAS

Embora projetado como presídio modelo, em pouco mais de 20 anos o Carandiru se transformou em um palco de atrocidades. Sujo e malcuidado, o espaço era também superlotado: com capacidade para pouco mais de 3.000 presos, o presídio chegou a abrigar quase 8000 detentos às vésperas do massacre ocorrido na década de 1990.

OUTRO PRESÍDIO DA REPRESSÃO

Além do **PRESÍDIO TIRADENTES** p.49 e de outras instituições carcerárias na cidade de São Paulo, o Carandiru recebeu, especialmente a partir de 1968, importante número de presos políticos alocados nos pavilhões 5, 8 e 9. Os presos políticos não tinham que raspar os cabelos, mas deviam usar uniformes e tomar as vacinas médicas, dada a alta incidência de doenças contagiosas no local. Em alguns casos, os resistentes eram colocados em celas separadas; em outros, eram presos junto aos demais encarcerados, chamados “presos comuns”.

ENCONTROS

Muitos jovens estudantes de Direito, presos durante o regime, acabaram apoiando estimulando os presos comuns a estudarem suas sentenças, buscando caminhos para que reduzissem suas penas ou exigissem melhores condições para os que estavam sob a tutela do sistema carcerário.

16H45 : HORA DE INICIAR OS DISPAROS

No dia 2 de outubro de 1992, após uma briga entre detentos no **Pavilhão 9**, a **Polícia Militar** foi acionada para conter a rebelião que havia se iniciado no presídio. Contudo, no lugar de pacificar a área, às 16h25, 321 policiais entraram no Complexo decididos a matar. Vinte minutos mais tarde, aos menos 111 presos haviam sido assassinados. Outros muitos detentos foram feridos, e os que estavam vivos e não machucados foram obrigados a ajudar a polícia a jogar os corpos sem vida em caminhões de lixo. Mais de 20 anos depois, em um dos maiores julgamentos da história do país, 73 policiais militares foram julgados pela chacina – e, hoje,

muitos ainda recorrem em liberdade. O chefe das operações, **Coronel Ubiratan**, foi condenado e depois absolvido; mas em 2006 foi assassinado por desconhecidos. À porta de sua casa foi pichada a frase *Aqui se faz, aqui se paga*, provavelmente remetendo aos horrores do Carandiru.

POR NOVAS MEMÓRIAS

Em 2002, após muita pressão de entidades brasileiras e internacionais, o presídio foi desativado. Os prédios foram implodidos e no lugar, em 2003, foi inaugurado o **Parque da Juventude**, reunindo espaços para atividades culturais, esportivas e ambientais. Na área do complexo também foram instaladas a **Escola Técnica Paula Souza**, a **Escola Técnica das Artes**, a **Biblioteca de São Paulo**, o **Acesso São Paulo**, com computadores e internet gratuita, e uma área coberta para shows que comporta até 15.000 pessoas. No entorno do Parque ainda existem unidades prisionais remanescentes que continuam ativas: o **Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário**, a **Penitenciária Feminina Sant’Ana** (antiga Penitenciária do Estado) e a **PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL** p.86 .

É possível saber mais sobre o Carandiru e ver, por meio de painéis e fotos, como eram os prédios, visitando o **Museu Penitenciário Paulista**, na antiga sede administrativa da Penitenciária Feminina.

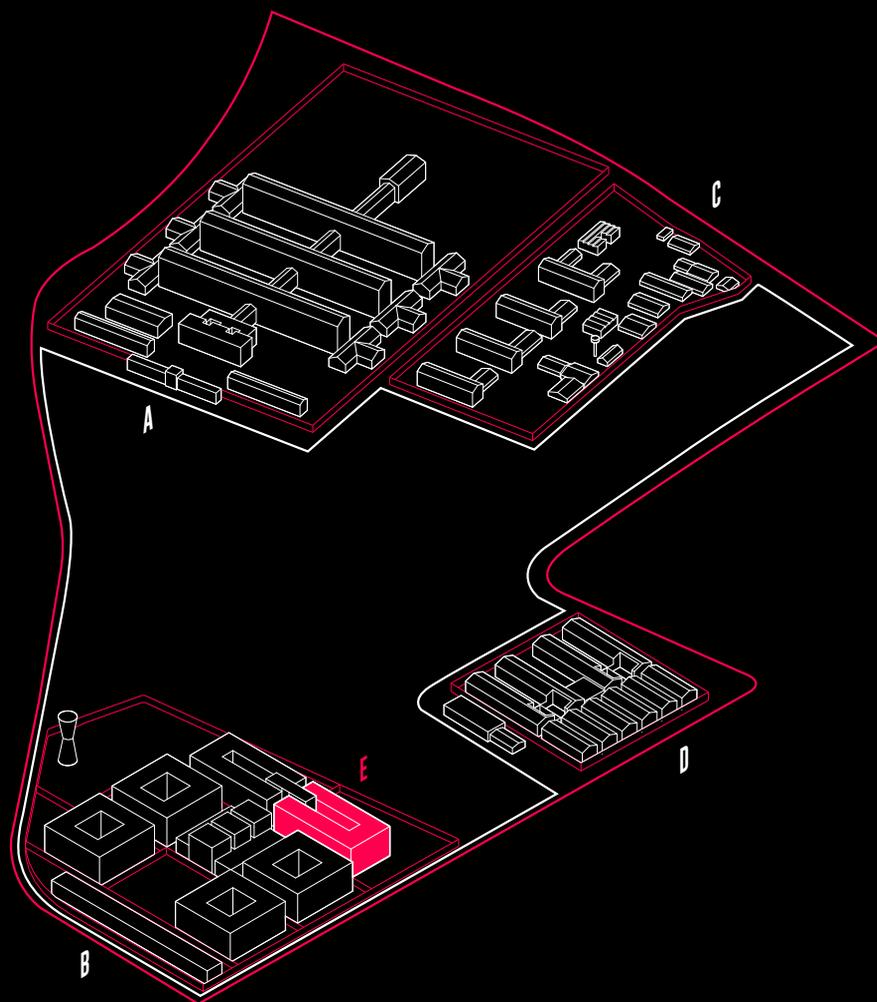


SAIBA MAIS!

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*
São Paulo: Companhia das Letras, 1999

Carandiru
Direção: Hector Babenco, 2003. 145 min

O prisioneiro da grade de ferro
Direção: Paulo Sacramento, 2004. 120 min



COMPLEXO DO CARANDIRU



PARQUE DA JUVENTUDE, 2003

- A** Penitenciária do Estado, 1920
atual Penitenciária Feminina Santana
- B** Casa de Detenção de São Paulo, 1956
- C** Penitenciária Feminina da Capital, 1973
- D** Centro de Observação Criminológica - COC, 1983
atual Centro Hospitalar do Sistema Presidencial - CHSP
- E** Pavilhão 9



PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL



Penitenciaría Feminina vista de dentro do Parque da Juventude, antigo Carandiru | **foto** Ana Paula Brito | **fonte** Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

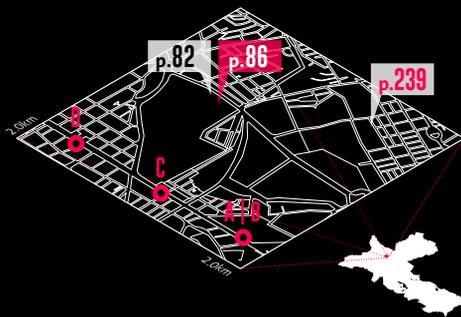
Avenida Zaki Narchi 1247

DISTRITO

Santana

ZONA

Norte



A Estação Portuguesa-Tietê
 ○ Metrô | Linha 1

B Terminal Tietê
 ○ Ônibus

C Estação Carandirú
 ○ Metrô | Linha 1

D Estação Santana
 ○ Metrô | Linha 1

Para o lado que você olhasse, tinha uma pessoa te olhando. Sempre tinha uma carcereira...Mas nos respeitaram, as freiras nos respeitaram, permitiram que a gente ficasse juntas

IEDA DE SEIXAS

presa política, filha de Joaquim Seixas, assassinado pela ditadura militar



Inaugurada em 1942, a **Penitenciária Feminina da Capital** é a unidade prisional feminina mais antiga do estado de São Paulo. Criada no âmbito da reforma do **Código Penal**, que estabeleceu a separação física entre homens e mulheres nos cárceres do país, a prisão era administrada por freiras católicas da **Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers** e ocupava um prédio anexo à **Penitenciária do Estado**.

Durante a ditadura, instituída com o golpe civil-militar de 1964, o então denominado *Presídio de Mulheres* recolheu presas políticas do regime. Ao sair desse cárcere, a maioria delas revelou que a situação tendia a ser pior do que no **PRESÍDIO TI-RADENTES p.49**, local onde esteve grande parte do contingente de opositores.

No Presídio de Mulheres, as militantes tiveram que se adaptar ao isolamento, à separação de outras presas políticas e à convivência com as presas comuns. Em 1972, muitas foram transferidas para esse local em represália por aderirem à greve de fome dos presos políticos.

GREVE DE FOME

Apesar de pequena, a presença de presas políticas marcou a história dessa penitenciária feminina. No fim da década de 1970, a militante do **Partido Comunista do Brasil - PC do B**, **Elza Monnerat**, sobrevivente da **Guerrilha do Araguaia** e presa na ocasião do **Massacre da CASA DA LAPA p.130**, foi enviada ao presídio, onde permaneceu até agosto de 1979. Elza foi a última prisioneira política brasileira libertada pela **Lei da Anistia**.

Meses antes, aos 63 anos, Elza havia aderido à greve de fome nacional dos presos políticos em apoio ao movimento pela **Anistia Ampla Geral e Irrestrita**, causando grande comoção entre os oponentes da ditadura. Os presos se opunham ao formato do projeto governamental de anistia, que excluía os que haviam sido condenados pelos chamados "crimes de sangue".

Em 2002, o edifício principal do Complexo do **CA-RANDIRU p.82** foi desativado e implodido, mas a penitenciária feminina continua em funcionamento.



VILA OPERÁRIA MARIA ZÉLIA

ENDEREÇO

Rua dos Prazeres 362

DISTRITO

Belém

ZONA

Leste



A Estação Bresser-Moooca

● Metrô | Linha 3

B Estação Belém

● Metrô | Linha 3



SAIBA MAIS!

Governo do Estado de São Paulo. *Vila Maria Zélia*.
São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2015

Após comprar um terreno que servia de “pouso” para mercadores vindos do interior, o industrial **Jorge Street** iniciou, em 1911, a construção da vila que abrigaria os 2.100 funcionários de sua fábrica: a **Cia Nacional de Tecidos de Juta**. Projetadas pelo arquiteto francês **Paul Pedraurrieux**, vila e fábrica formavam o **Complexo Maria Zélia**, inaugurado em 1917.

Além das casas destinadas aos operários, a vila contava com ampla infraestrutura: igreja, creche, escolas, armazém, ambulatório médico, farmácia, praça de esportes, estádio, entre outras instalações. Embora tenha sido considerado um empreendimento inovador para a época, a **Vila Operária Maria Zélia** foi alvo de críticas tanto dos industriais, que classificavam o projeto como socialista e irresponsável, quanto do movimento operário, que o via como instrumento de controle e cooptação dos trabalhadores.

Em 1924, o complexo foi vendido, passando para as mãos de outras famílias, até que, em 1931, com o fechamento da fábrica, a vila passou a ser administrada pelo **Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI**, encarregado de cobrar os aluguéis dos moradores.

Em 1936, durante a ditadura de **Getúlio Vargas**, parte do espaço da antiga fábrica Maria Zélia foi utilizada como prisão política. Conhecido como **Presídio Maria Zélia**, o local ficou à disposição do **Tribunal de Segurança Nacional** para receber pre-

soz julgados por crimes contra a Segurança Nacional, como socialistas, comunistas, anarquistas, sindicalistas, anarcosindicalistas e intelectuais, chegando a abrigar cerca de 700 pessoas.

Entre os intelectuais que por ali passaram, estão **Caio Prado Jr.**, **Quirino Pucca**, **Fúlvio Abramo** e **Paulo Emilio Salles Gomes**. Esse perfil de intelectuais e militantes políticos favoreceu o surgimento de várias atividades educativas e culturais dentro do presídio, como é o caso do jornal *O Juventude*, o **Teatro Popular Maria Zélia** e a **Universidade Maria Zélia**, uma proposta de educação coletiva que envolvia com atividades físicas e intelectuais organizadas pelos próprios presos e que chegou a contar com uma biblioteca.

MASSACRE MARIA ZÉLIA

Em 21 de abril de 1937, um trágico episódio marcaria a história dessa prisão, o *Massacre do Presídio Maria Zélia*. Após uma tentativa frustrada de fuga, pouco mais de 20 presos foram rendidos. **Augusto Pinto**, **José Constâncio da Costa**, **Maurício Maciel Mendes** e **João Varlota** foram sumariamente fuzilados.

ESTÁDIO VILA ZÉLIA

Em 1939, o local voltou a ser uma fábrica, ficando também marcado na história da resistência à ditadura civil-militar. Em 1970, durante evento autORIZADO em comemoração ao 1º de Maio, realizado

no Estádio Maria Zélia, cerca de 20 militantes foram presos portando panfletos intitulados *1º de Maio é dia de luta e de luto, e não de festas*, que seriam distribuídos ao público – formado, em sua maioria, por operários.

Os militantes apreendidos passaram por vários cárceres até chegarem ao **DEOPS/SP p.44**. Ali, o operário **Olavo Hanssen**, militante do **Partido Operário Revolucionário Trotskista - PORT**, foi assassinado após torturas e omissão de socorro testemunhadas e denunciadas por seus companheiros de prisão. Embora a versão oficial atribua sua morte a um suicídio, o assassinato político de Olavo foi, em 1996, reconhecido pela **Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**.

PATRIMÔNIO DE SÃO PAULO

O Estádio Maria Zélia foi demolido em 1976 e, em 1992, a vila foi finalmente tombada pelos órgãos estadual e municipal de preservação. Seu reconhecimento como patrimônio histórico não impediu a descaracterização dos imóveis e nem resultou na preservação dos locais públicos. Atualmente, continua com seu uso residencial.

A nossa força repousava em nossa união, e a direção do presídio, a polícia e o governo sabiam disso, em consequência procurariam tirar o máximo partido de qualquer dissensão que entre nós se manifestasse.

PAULO EMÍLIO SALLES GOMES
em depoimento para o **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO p.114** de 30 de Dezembro de 1961





DELEGACIA DE POLÍCIA DO CAMBUCI



Delegacia de Polícia do Cambuci - 6º DP | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

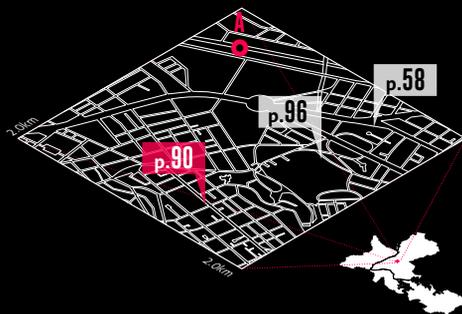
Rua Herminio Lemos 70

DISTRITO

Cambuci

ZONA

Central



A Estação Mooca

● CPTM | Linha 10

Apesar de dispor de lugares de detenção específicos para prisão e tortura de presos políticos, incluindo os centros clandestinos, os militares utilizaram delegacias de bairros para abrigar os indivíduos considerados subversivos. Esse foi o caso da **Delegacia de Polícia do Cambuci**.

Primeiro bairro de São Paulo, o Cambuci constituía, até o início do século XIX, parte do trajeto obrigatório para tropeiros e viajantes que vinham de Santos para São Paulo pelo antigo *Caminho do Mar*. No final do século XIX, com o auge da produção de café no país, a região passou a abrigar os imigrantes que não se estabeleciam nas lavouras do interior e trabalhavam como operários nas primeiras fábricas da cidade.

A maioria dos imigrantes que passou a habitar o bairro do Cambuci – que viria a ser criado oficialmente em 1906 – era de origem italiana. Muitos tinham orientação anarquista e iniciaram, já no começo do século XX, uma série de manifestações operárias que levaram o bairro a ser conhecido como o berço do anarquismo em São Paulo. De fato, o Cambuci foi um importante espaço de articulação de trabalhadores ao longo do século XX e palco de conflitos durante os governos ditatoriais.

Em sua história, o bairro abrigou a famosa **Bastilha do Cambuci**, durante o **Estado Novo**, e, durante a ditadura civil-militar, o **6º Distrito Policial**. Inaugurado em meados da década de 1970, o 6º DP começou a receber militantes e oponentes do regime após a desativação do **PRESÍDIO TIRADENTES p.49**.

Embora fosse uma delegacia, o 6º DP recolhia os presos sem condenação definida e aqueles que, por superlotação, não cabiam no **PRESÍDIO MILITAR ROMÃO GOMES p.81**. Em 1975, a quantidade de presos políticos no país voltou a crescer, em decorrência da chamada **Operação Jacarta**.

Criada em resposta à capacidade de rearticulação da oposição política parlamentar no Brasil, que em 1974 conseguiu eleger a maioria para o **Congresso**, a **Operação Jacarta** gerou diversas prisões e assassinatos – como o do operário **Manuel Fiel Filho** e o do jornalista **Vladimir Herzog**, em 1975.

Atualmente, o 6º Distrito Policial funciona normalmente no bairro do Cambuci.



PRESÍDIO DO HIPÓDROMO



Durante a ditadura, o Hipódromo recebeu militantes políticos presos pela repressão a partir de 1972, após a desativação do Presídio Tiradentes | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

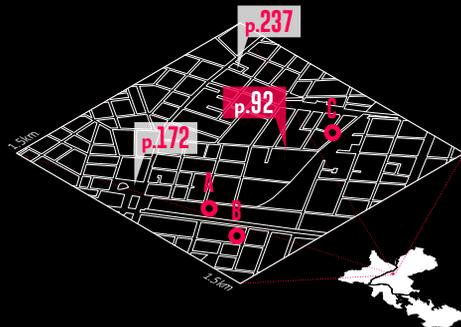
Rua do Hipódromo 600

DISTRITO

Brás

ZONA

Leste



A Estação Brás

● Metrô | Linha 3

C Estação Bresser-Mooça

● Metrô | Linha 3

B Estação Brás

● CPTM | Linhas 10, 11 e 12

Em 1976, a cantora de rock'n'roll Rita Lee ficou detida durante dez dias no Presídio do Hipódromo. Nesse período, dezenas de oponentes do regime estavam recolhidos naquela prisão. O apartamento de Rita havia sido revistado pela polícia, que lá encontrou vestígios de maconha. Grávida de três meses, ela foi levada ao **DEOPS/SP** p.44 e, em seguida, transferida para o Presídio do Hipódromo, onde permaneceu por dez dias em uma cela com outras nove mulheres. Posteriormente, Rita foi condenada a um ano de prisão domiciliar. Sua presença no Hipódromo gerou grande repercussão após ela receber a escandalosa visita da amiga Elis Regina, famosa cantora de MPB, que exigiu publicamente que Rita fosse examinada por um médico.

Próximo à região central da capital de São Paulo, no bairro do Brás, funcionou durante muitas décadas o **Presídio do Hipódromo**. Instalado em um edifício semelhante a um casarão antigo e com aspecto abandonado, em uma tranquila rua residencial, era considerado desde os anos 1950 um exemplo de péssima instalação prisional.

Conhecido como *Depósito de presos do Hipódromo*, o presídio tinha instalações antigas e impróprias. Ao longo de sua existência, teve sua utilização suspensa diversas vezes devido à inadequação do espaço, mas o crescimento vertiginoso da população carcerária exigiu sua reabertura. Após o fechamento e a demolição, em 1972, do **PRESÍDIO TIRADENTES p.49**, tradicional cárcere de presos políticos no estado, o Hipódromo começou a receber oponentes da ditadura. Sempre em número muito inferior ao dos chamados presos correccionais, os presos políticos ficavam totalmente isolados do convívio com os presos comuns em celas localizadas no piso superior.

Submetidos a péssimas condições de higiene, alimentação de baixa qualidade, além de abuso de poder por parte dos funcionários e violência cotidiana, os presos constantemente se rebelavam ou tentavam fugir. Por outro lado, diferentemente do momento da investigação, quando os presos estavam incomunicáveis e sofrendo torturas, nos presídios era possível receber visitas de familiares e advogados, se organizar coletivamente para melhorar o período de permanência na prisão, além de exercer atividades como cozinhar, praticar exercícios físicos, desenhar, pintar e escrever cartas.

A pior situação era a dos correccionais, apelidados de *corrós*, que eram os presos comuns vindos do interior e que não apresentavam todos os documen-

tos durante a abordagem policial. Eram colocados nas piores celas do presídio, com muita umidade, mofo, frio e falta de luz. Comumente contraíam doenças como a tuberculose ou quebravam membros pela falta de vitamina D devido à baixa exposição ao sol. Além disso, as famílias não eram comunicadas, deixando-os a própria sorte.

Para saírem da prisão, as cartas precisavam passar pela direção do presídio, quando eram lidas e censuradas, ou chegavam aos seus destinatários por meios clandestinos improvisados com ajuda dos visitantes. Essa forma de envio era particularmente importante para a realização de uma das mais importantes ações de resistência desenvolvidas pelos presos políticos: as denúncias. Em 1973, durante uma visita de **Dom Paulo Evaristo Arns** e **Hélio Bicudo**, os presos do Hipódromo aproveitaram a oportunidade para entregar uma carta em que relatavam a situação da alimentação, a superlotação, a falta de assistência médica, o banho de sol restrito, os castigos aplicados, principalmente aos presos comuns, e as ameaças. Denunciaram também torturas que eram praticadas contra indivíduos detidos por suspeita de delitos comuns na delegacia vizinha. Seus gritos eram constantemente ouvidos de dentro do Hipódromo.

Em todo o país, presos políticos também recorreram, em diversos momentos, à greve de fome como estratégia de resistência. No Hipódromo, eles aderiram, em 1979, à greve de fome nacional pela aprovação da **Anistia Ampla Geral e Irrestrita**.

O Presídio do Hipódromo foi definitivamente desativado no ano de 1995, após uma violenta rebelião de presos da justiça comum. Atualmente, ele é sede do **Núcleo de Identificação e Documentação do Adolescente - NIDA**, órgão da Fundação Casa.

+ INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML/SP



Fachada atual do Instituto Médico Legal - IML/SP | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

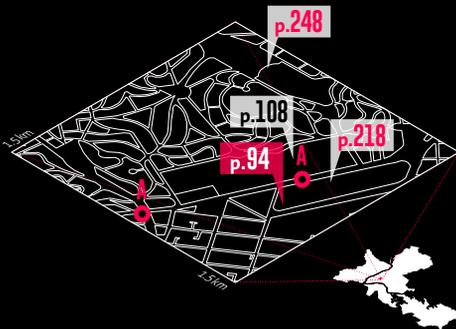
Avenida Doutor Enéas Carvalho de Aguiar 600

DISTRITO

Jardim Paulista

ZONA

Oeste



A Estação N.Sra.de Fátima - Sumaré
● Metrô | Linha 2

B Estação Clínicas
● Metrô | Linha 2

Atualmente presente em todos os estados da Federação, o Instituto Médico Legal - IML é o órgão técnico mais antigo da polícia de São Paulo. Sua história teve início em 1885, ano em que foi fundado como Serviço Médico Policial da Capital. De acordo com seu regulamento, criado em 1959, o órgão é vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado e tem como responsabilidades: a realização de exames necroscópicos e exumações, a constatação de embriaguez, intoxicação, lesão corporal, sanidade mental; a realização de perícia em materiais biológicos, odontológicos e radiologias; e a documentação, por meio de laudos técnicos e fotografias, dos trabalhos realizados nas perícias e exames.

Durante a ditadura, o IML foi peça fundamental do sistema repressivo, pois atuava na produção de lau-

dos necroscópicos e certidões de óbito que davam suporte “científico” e legal às versões declaradas pelo **DEOPS/SP p.44**, quando encaminhava corpos de militantes políticos assassinados, em geral, por suas equipes ou pelas do **DOI-CODI p.76**.

Quando um militante era morto, o IML seguia para o local com um carro próprio para a retirada do corpo ou o recebia levado pelos próprios policiais. Junto ao corpo, o Deops/SP encaminhava uma guia de requisição de exame necroscópico, na qual uma versão policial dos acontecimentos era previamente exposta. Em muitas ocasiões, essas guias vinham marcadas com um “T” em vermelho, referindo-se à palavra *Terrorista*, ou traziam na descrição dos fatos a informação de que o morto seria um “elemento subversivo”. Embora a polícia conhecesse a identidade verdadeira dos corpos, muitos assumiram os dados das identidades falsas que portavam os militantes, ou tiveram seus nomes deliberadamente alterados pelos agentes.

Os arquivos do IML são compostos por laudos de exames necroscópicos, guias de requisição de exames e fotografias. Ao longo dos anos, eles auxiliaram muitos familiares na localização de desaparecidos políticos, permitindo também realização de perícias e a comprovação das falsificações. A partir deles, foi possível obter a maior parte das informações hoje disponíveis sobre as mortes e desaparecimentos políticos no Brasil. Estes arquivos foram acessados pelo movimento de familiares nos anos 1990, após a abertura da vala clandestina do **CEMITÉRIO DOM BOSCO p.98**, no contexto de realização da **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Câmara Municipal**. Durante as atividades da CPI, também foram ouvidos diversos agentes envolvidos, entre os quais: o diretor do **Departamento de Cemitérios**; o diretor do IML; funcionários do Dom Bosco; escrivães e delegados de polícia; um coronel do Exército; um ex-prefeito e dois ex-governadores em um total de 82 pessoas.

Para endossar a versão policial, as fotografias presentes nos laudos cadavéricos eram tiradas em ângulos específicos, para que não ficassem registrados traumatismos e escoriações decorrentes das torturas. As informações pessoais sabidamente falsas eram mantidas, e outras, como estado civil, sexo, idade, peso, estatura e causa da morte, podiam ser omitidas ou falsificadas.

Essas estratégias permitiam que as mortes não fossem reclamadas. Em outros casos, o IML precisou fazer esforços adicionais para negar a presença de um corpo buscado. **Luiz Eduardo Merlino**, dirigente do **Partido Operário Comunista - POC**, por exemplo, só não desapareceu porque seu cunhado, delegado de polícia, abriu gaveta por gaveta das geladeiras até encontrar o corpo, cuja presença havia sido negada pelos legistas.

Contrariando o regulamento do IML, os corpos seguiam em menos de 72 horas para algum cemitério, onde eram enterrados como indigentes em covas individuais. Em meados dos anos 1970 houve uma série de exumações em alguns cemitérios, como **DOM BOSCO p.98** e **VILA FORMOSA p.104**, seguidas de transferência dos corpos para valas comuns. Essas valas, sem registro oficial, eram ilegais e clandestinas, tendo sido construídas a partir de uma série de irregularidades.



SAIBA MAIS!

Instituto Macuco. *Vala Clandestina de Perus: Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da História Brasileira*. São Paulo: Ed. do Autor, 2012



HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE SÃO PAULO - HMASP



Hospital Militar de Área de São Paulo - HMASP | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

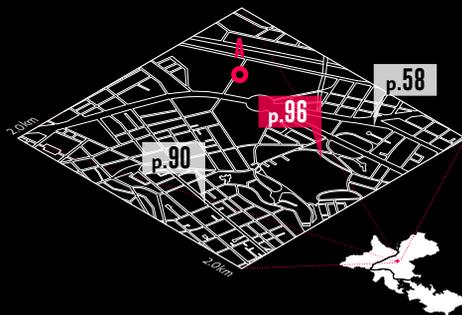
Rua Ouvidor Portugal 230

DISTRITO

Cambuci

ZONA

Central



A Estação Mooca

○ CPTM | Linha 10

O HMASP está diretamente subordinado à 2ª Região Militar do Comando Militar do Sudeste e atende aos militares da força terrestre, seus dependentes e servidores. Por sua vinculação militar, durante o período ditatorial o hospital foi utilizado para prestar atendimento de presos políticos que estavam, legal ou ilegalmente detidos, à disposição da repressão. No local eram atendidos tanto aqueles que ficavam doentes no cárcere quanto as vítimas de torturas intensas.

Relatos dão conta de que, no lugar, mesmo em estado de saúde precária, os presos eram submetidos a torturas psicológicas e, em alguns casos, físicas pelos agentes da repressão. Quando o paciente não falecia no hospital, a ideia era que se reestabelesse e voltasse às prisões para novas sessões de tortura. Outro objetivo do órgão era manter a informação sob o controle do exército, dificultando o acesso dos familiares aos registros e documentação dos presos.



CEMITÉRIO CAMPO GRANDE



Entrada principal do Cemitério Campo Grande | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

Durante a ditadura, os cemitérios municipais foram utilizados para ocultar cadáveres de militantes assassinados pela repressão. Após a abertura da **VALA DE PERUS p.98**, na década de 1990, foram identificadas ossadas de desaparecidos políticos em outros cemitérios da capital. Um deles foi o **Cemitério Municipal Campo Grande**, onde foram localizados os corpos dos militantes **Emmanuel Bezerra dos Santos** e **Manoel Lisboa de Moura**, enterrados como indigentes. O local de sepultamento só foi descoberto por meio de pesquisas dos familiares das vítimas em documentos do cemitério e do **Instituto Médico Legal - IML/SP p.94**, que, apesar de ocultarem informações relevantes a respeito da identificação dos militantes, traziam a letra "T", utilizada pelos agentes do **DEOPS/SP p.44** para indicar aos legistas que se tratava de um "terrorista", designação dada aos resistentes pelos agentes da repressão.

ENDEREÇO

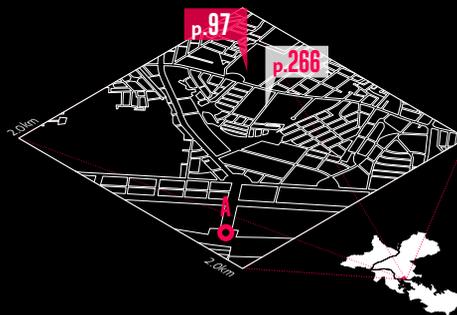
Avenida Nossa Senhora de Sabará 1371

DISTRITO

Carrão

ZONA

Leste



A Estação Jurubatuba
● CPTM | Linha 9



CEMITÉRIO DOM BOSCO - VALA DE PERUS



Memorial da Vala de Perus | foto Ariana Iara de Paula | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

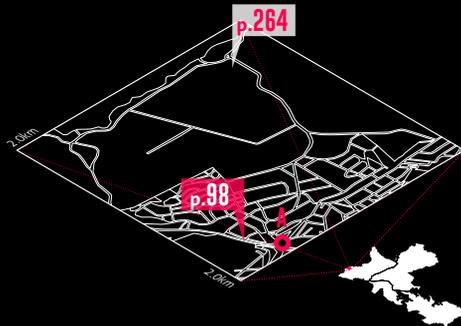
Estrada do Pinheirinho 860

DISTRITO

Perus

ZONA

Norte



A Estação Perus

● CPTM | Linha 7

Inaugurado em março de 1971, o **Cemitério Municipal Dom Bosco**, em Perus, foi criado para atender os bairros da região, mas também para receber corpos de pessoas desaparecidas ou identificadas mas não reclamadas por seus familiares e também aqueles de famílias que não podem cobrir os custos do sepultamento. Desde o momento de sua inauguração, foi também usado pela ditadura civil-militar para ocultar cadáveres de militantes políticos mortos pelas forças de segurança pública. Suspeita-se que também tenham sido enterradas ou ocultadas ali pessoas atingidas pela negligência e pela violência de Estado: vítimas dos esquadrões da morte, vítimas de uma epidemia de meningite nos anos 1970, da pobreza e da fome.

Durante a ditadura, uma articulação entre o **DEOPS/SP p.44**, o **IML/SP p.94** e o **Serviço Funerário Municipal** permitia que as execuções e assassinatos sob tortura ocorridos em diferentes órgãos repressivos da cidade fossem "legalizados". Esses

corpos eram enviados pelo Deops ao IML – muitos com marcas brutais de espancamento –, onde eram examinados e recebiam laudos necroscópicos falsos. Os médicos legistas alteravam dados pessoais e físicos e até mesmo a identidade dos corpos, forjando as causas de óbito de modo a confirmar a versão da polícia sobre a identidade do sujeito e a circunstância de morte. Como os familiares, por falta de informação ou informações falsas, desconheciam o paradeiro de seu parente e muitas vezes nem sequer sabiam do seu falecimento, essas mortes não eram reclamadas e os corpos seguiam para o Serviço Funerário, responsável por enterrá-los em sepulturas individuais dos cemitérios municipais de massa, como é o caso do Cemitério Dom Bosco e **CEMITÉRIO DE VILA FORMOSA p.104**.

Além de privar as vítimas do direito a um enterro digno, a ausência de informações faz com que as famílias sigam sem conhecer o destino de seus entes queridos, bem como as condições de sua morte e desaparecimento. Essa situação, imposta a centenas de parentes das vítimas do regime militar, im-

prime um sofrimento constante, gerando traumas agudos e reiterados. A manutenção desses silêncios por parte do Estado brasileiro foi considerada uma violação à integridade psíquica e moral dos familiares pela **Corte Interamericana de Direitos Humanos - CIDH**, em sentença proferida em 2010 para o caso **Gomes Lund**, aberto em nome dos familiares dos desaparecidos do **Araguaia**.

VALA DE PERUS

A partir de 1979, familiares de desaparecidos começaram a realizar buscas nos livros de sepultamento do Dom Bosco à procura de seus entes queridos. Parentes de **Alex de Paula Xavier Pereira** reconheceram nos registros do cemitério o nome falso usado por ele na clandestinidade, percebendo a estratégia usada pela repressão. O mesmo se deu com **Luíz Eurico Tejera Lisboa**, também enterado em sepultura individual com seu codinome e encontrado por sua companheira **Suzana Lisboa**, com a ajuda de um agente do serviço funerário.



A família de **Antonio Benetazzo**, militante do **Movimento de Libertação Popular - Molipo** brutalmente assassinado pelos agentes do **DOI-CODI** p.76 , também encontrou, nos anos 1980, o corpo do militante que havia sido enterrado em sepultura individual como não reclamado. Benetazzo era também artista plástico e sua obra, praticamente desconhecida, pôde ganhar conhecimento público a partir da ação da **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania**, que resultou na realização de duas exposições em 2016, uma publicação e um documentário.

Outros corpos foram sendo encontrados e exumados, sucessivamente, à medida que os familiares realizavam as pesquisas por conta própria. Durante a década de 1980, **Gilberto Carvalho Molina**, irmão do desaparecido **Flávio Carvalho Molina**, soube da existência de uma vala clandestina no Dom Bosco, a partir de informações obtidas com o administrador do cemitério, que chegou a indicar-lhe o local. Mas, naquele momento, ainda não havia condições políticas para avançar nas averiguações.

A confirmação formal da vala clandestina de Perus só veio a público em 1990, como resultado de uma investigação do jornalista **Caco Barcellos**, que à época apurava as mortes violentas na cidade de São Paulo para seu livro *Rota 66*. A abertura da vala, acompanhada pela imprensa nacional e internacional, causou enorme comoção pública. Do local, foram exumadas mais de mil ossadas, possivelmente pertencentes a vítimas de perseguição política, da pobreza ou da violência policial.

No mesmo ano, a partir da decisão política da então prefeita da capital paulista, **Luiza Erundina**, uma **Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus** foi formada para investigar os fatos. A **Câmara Municipal dos Vereadores** aprovou a instalação de uma **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI**, primeira ação institucional a reconhecer as violações de direitos humanos praticadas pela ditadura.



Laboratório de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP | foto Douglas Mansur | fonte Grupo de Trabalho Perus - GTP

A **CPI** realizou ao todo 42 sessões ordinárias e uma extraordinária, além de ter ouvido 82 depoimentos, destacando-se por ter convocado agentes da repressão, como o **Coronel Erasmo Dias** e os legistas **Harry Shibata** e **Isaac Abramovitch** para prestar depoimento. Em visita ao IML, foram encontrados laudos necroscópicos com fichas de encaminhamento dos cadáveres e fotos de opositores marcadas com um "T", de terrorista. Alguns parlamentares e familiares foram ameaçados durante as investigações, como tentativa de conter os avanços da Comissão.

A partir de um convênio firmado pela Prefeitura com a Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, as ossadas foram enviadas para a equipe de medicina legal responsáveis por realizar as primeiras tentativas de identificação, que possibilitaram a localização de três desaparecidos políticos: Denis Casemiro, Frederico Mayr e Flávio Molina. Contudo, os trabalhos foram interrompidos e as ossadas, abandonadas em péssimas condições, o que foi descoberto e denunciado pelos familiares ao Ministério Público Federal no final da década de 1990. Em 2001, as caixas contendo restos mortais da Vala de Perus foram levadas da Unicamp para o Ossário-Geral do **CEMITÉRIO DO ARAÇÁ p.108**, que tampouco atendia especificações adequadas de armazenamento, onde permaneceram até que se determinasse um novo responsável pelas análises.

Após algumas tentativas isoladas conduzidas pelo Ministério Público Federal nos anos 2000, as ossadas voltaram a ser sistematicamente investigadas em 2014, com a criação do Grupo de Trabalho Perus - GTP, coordenado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – atualmente ao Ministério da Justiça e Cidadania – a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo e pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. O acordo permitiu a criação do laboratório do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense - CAAF, para onde foram transferidas todas as caixas que estavam no Araçá, além da contratação de uma equipe multidisciplinar de arqueólogos, antropólogos forenses e peritos oficiais, que atua com base em protocolos internacionais de busca e identificação de pessoas desaparecidas.



Laboratório de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP | foto Douglas Mansur | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

No local onde a vala clandestina foi revelada, há um memorial de autoria do arquiteto **Ricardo Ohtake** em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos, instalado em 1990, quando a fossa comum foi encontrada. Em 2015, coletivos de juventude da região grafitaram os 850 m² muro do cemitério em uma ação da Prefeitura de São Paulo, como parte do programa Lugares de Memória. A intervenção artística registra a memória da violência de Estado ontem e hoje e exalta a luta de resistência que marca a história do bairro de Perus desde os *queixadas*, como ficaram conhecidos os trabalhadores da **FÁBRICA DE CIMENTO DE PERUS** p.264, passando pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos e chegando aos coletivos contra o genocídio da juventude negra e periférica.



SAIBA MAIS!

CARDENUTO, Reinaldo (org). *Antonio Benetazzo, permanências do sensível*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2016

Instituto Macuco. *Vala Clandestina de Perus: Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da História Brasileira*. São Paulo: Ed. do Autor, 2012

Ossadas da Vala Clandestina de Perus, de 1970 a 2015. Direção: Equipe do Jornal GGN. 22.22 min.

► <https://www.youtube.com/watch?v=6NIGV3Mbrbg>

Aconteceu Bem Aqui – Doi-Codi e a violência de Estado hoje. Direção: Camilo Tavares. Pequi Filmes, 2015. 17 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=6B1yLzy04uM>



Grafite do muro do cemitério: intervenção artística do programa Lugares de Memória da Prefeitura de São Paulo | foto Ariana Lara de Paula | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania



Grafite do muro do cemitério: intervenção artística do programa Lugares de Memória da Prefeitura de São Paulo | foto Ariana Iara de Paula | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania



Grafite do muro do cemitério: intervenção artística do programa Lugares de Memória da Prefeitura de São Paulo | foto Ariana Iara de Paula | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania



CEMITÉRIO VILA FORMOSA



Entrada do Cemitério Vila Formosa | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

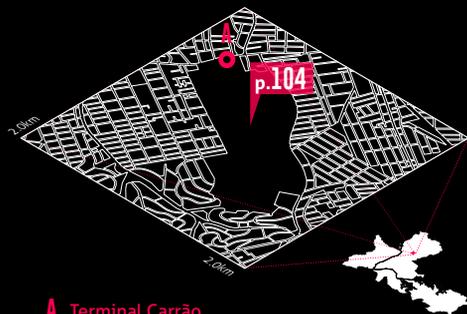
Vila Formosa I - Avenida Flor de Vila Formosa s/n
Vila Formosa II - Av. João XXIII 2537

DISTRITO

Carrão

ZONA

Leste



A Terminal Carrão

● Ônibus

Considerado o maior cemitério da América Latina, com 780 mil m², o **Cemitério Municipal Vila Formosa** foi inaugurado em maio de 1949, no distrito de Carrão, zona leste de São Paulo. Dividido em duas alas (Vila Formosa I e Vila Formosa II), foi construído para atender pessoas pobres e da periferia de São Paulo. Nele, não é permitida a construção de mausolés e túmulos fixos, de forma a facilitar e acelerar o processo de exumação de restos mortais e inumação de novos cadáveres.

Até 1971, quando o **CEMITÉRIO DOM BOSCO** p.98 foi inaugurado, Vila Formosa era o principal local para onde eram levados os corpos designados pelo IML como "não reclamados" e "não identificados". Esse recurso foi utilizado pela ditadura para ocultar os opositores políticos que assassinou, valendo-se da fragilidade dos registros com que os corpos dos excluídos sociais eram tratados.

Segundo Fábio Pereira Bueno, então diretor do Departamento de Cemitérios, em depoimento dado à CPI da Câmara de Vereadores de São Paulo sobre a **VALA DE PERUS** p.98, Vila Formosa recebeu esses corpos em uma "ala de indigentes", na quadra 11, que ficou conhecida como a "quadra dos terroristas". A CPI apurou ainda que, em 1975, as quadras gerais do cemitério foram descaracterizadas, ruas foram alargadas, árvores foram plantadas e sepulturas foram renumeradas sem projeto formal ou registro. Familiares e ex-presos políticos afirmam que há um ossário clandestino abaixo do atual cruzeiro, próximo ao velório, o que ainda deve ser objeto de apuração oficial.

Em novembro de 2010, foram realizadas as buscas oficiais por corpos de desaparecidos políticos no local, a partir de uma representação ao Ministério

Público Federal - MPF feita pela família de Virgílio Gomes da Silva, que teve acesso a documentos indicando a localização de sua sepultura no cemitério. Realizadas em duas etapas, as buscas levaram à localização de uma câmara clandestina subterrânea utilizada como depósito de ossadas. Também foram feitas exumações com o intuito de encontrar e identificar os restos mortais de Virgílio e Sérgio Roberto Correa, entre outros desaparecidos políticos provavelmente enterrados ali. O trabalho também permitiu localizar as reformas extraoficiais, confirmando a alteração clandestina de quadras, canteiros e ruas do cemitério.

Acredita-se que o Cemitério de Vila Formosa tenha recebido corpos de muitos militantes mortos por agentes da ditadura civil-militar. Apesar das buscas, até o momento, cerca de dez desaparecidos



Jardim do Cemitério de Vila Formosa | foto Ariana Iara de Paula | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

políticos com nomes registrados nos livros de sepultamento ainda não foram localizados e identificados naquele cemitério. Sobre o local onde foram realizadas as buscas, foi construído um jardim para homenagear simbolicamente Virgílio Gomes e Sérgio Correa, como parte do projeto de memorialização em cemitérios conduzido pela **Coordenação de Políticas de Direito à Memória e à Verdade** e pelo **Serviço Funerário da Prefeitura de São Paulo**.

O jardim *Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores*, batizado em alusão a uma canção de **Geraldo Vandré** muito entoada pelos presos políticos, foi inaugurado em 2016 pela **Prefeitura de São Paulo** em ato simbólico, com a presença de seus amigos e familiares.



SAIBA MAIS!

Memória e contexto: ossadas da ditadura
Rede TVT, 2013. 49 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=Gase5hx9mZM>

PRADO, Antonio Carlos; PIVA, Juliana DaL. *A voz dos mortos de Vila Formosa*. Revista ISTOÉ, 2010-2016

► http://istoe.com.br/114862_A+VOZ+DOS+MORTOS+DE+VILA+FORMOSA/

Ver esse jardim aqui hoje, enfeitado com as orquídeas de que meu pai tanto gostava, é como se o eu tivesse reencontrado

GREGÓRIO GOMES DA SILVA

filho de Virgílio Gomes



Jardim do Cemitério de Vila Formosa | foto Ariana Iara de Paula | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania



CEMITÉRIO PARELHEIROS



Túmulos do Cemitério Parelheiros, 1935 | foto Waldemir Gomes Lima | fonte Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

Assim como em outros cemitérios municipais de São Paulo, confirmando relatos de valas clandestinas na cidade, foi encontrado, em 2010, um alçapão embaixo da mesa da administração do cemitério que levava a um poço. Embora não tenham sido encontradas ossadas no local, suspeita-se que ele tenha sido utilizado durante o período ditatorial para ocultação de vítimas da ditadura. A descoberta se deu durante a gestão do administrador **Laércio Ezequiel dos Santos**, que, tentando entender o que havia embaixo de sua mesa, encontrou um ossário clandestino aparentemente usado por mais de 30 anos. As suspeitas sobre o uso do espaço se reforçam dada a proximidade do Cemitério com a **Fazenda 31 de Março**, propriedade na região de Parelheiros utilizada para a tortura e assassinato de opositores pelo regime ditatorial.

ENDEREÇO

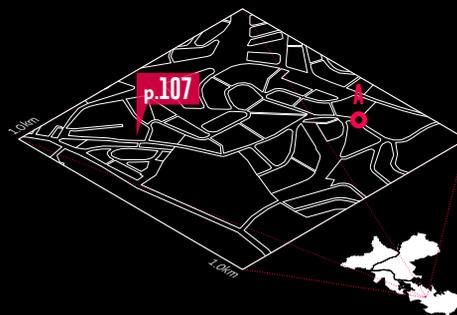
Rua Amaro de Pontes 237

DISTRITO

Parelheiros

ZONA

Sul



- A** Terminal Parelheiros
- Ônibus



CEMITÉRIO DO ARAÇÁ



Nichos no interior do Ossário Geral do Cemitério do Araçá | foto Peu Robles | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

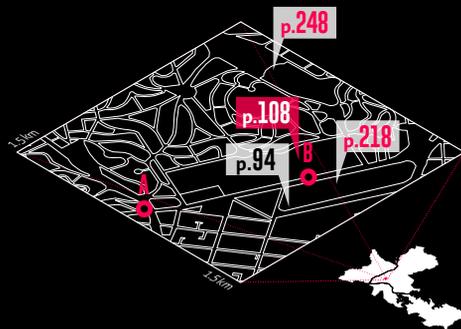
Avenida Doutor Arnaldo 666

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central

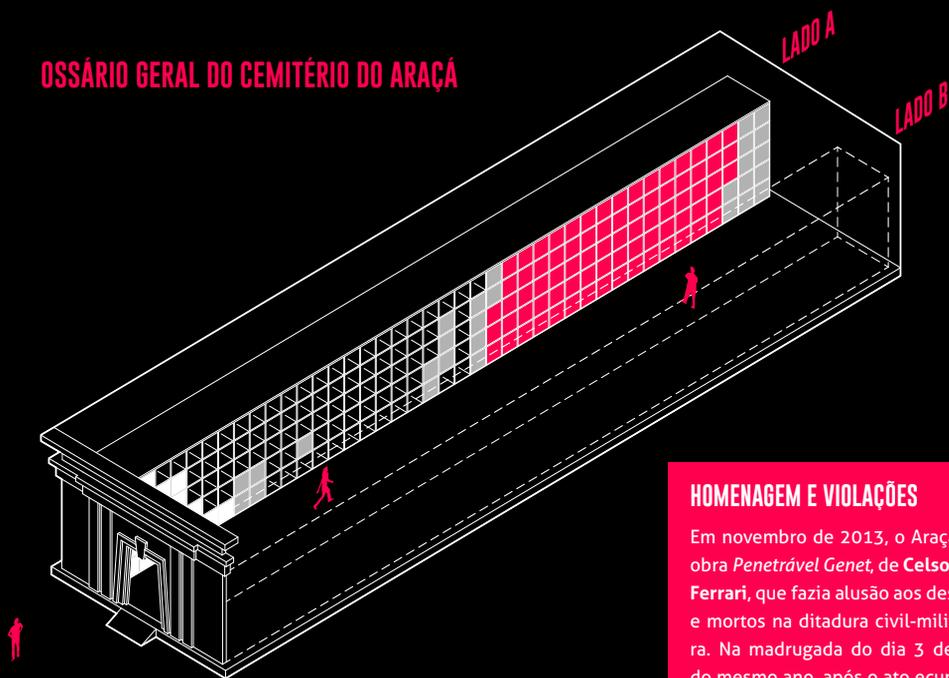


A Estação N.Sra.de Fátima - Sumaré
● Metrô | Linha 2

B Estação Clínicas
● Metrô | Linha 2

O Ossário Geral do Cemitério do Araçá recebeu em 2001 as mais de mil ossadas encontradas nos anos 1990 na vala clandestina do **CEMITÉRIO DOM BOSCO p.98** em Perus. Os remanescentes foram levados para o local quando o **Ministério Público Federal**, acionado pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos, constatou a interrupção dos trabalhos da **Universidade Estadual de Campinas - Unicamp**, onde estavam sendo analisadas, e as péssimas condições em que estavam armazenadas. Embora o columbário, como também é conhecido o ossário, tampouco atendesse as condições mínimas para abrigar ossadas sob júdice, os materiais permaneceram no local até que as tentativas de identificação fossem retomadas, o que só ocorreu em 2014, com a criação do **Grupo de Trabalho Perus**. Em 2016, as 1047 caixas que ainda permaneciam no ossário geral foram completamente transferidas para o laboratório do **Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp**, onde estão em curso as investigações forenses.

OSSÁRIO GERAL DO CEMITÉRIO DO ARAÇÁ

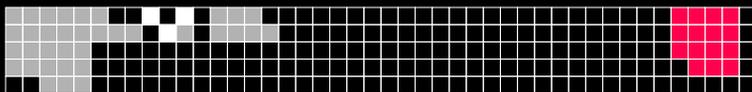
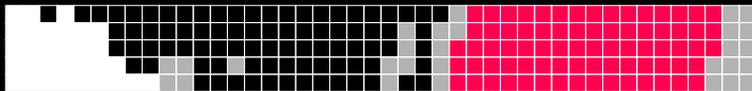


- Nichos vazios abertos sem tampa
- Nichos referentes às ossadas do Projeto Perus
- Nichos identificados relacionados a outros projetos do **IML/SP p.94**
- Nichos fechados sem identificação aparente

HOMENAGEM E VIOLAÇÕES

Em novembro de 2013, o Araçá recebeu a obra *Penetrável Genet*, de Celso Sim e Anna Ferrari, que fazia alusão aos desaparecidos e mortos na ditadura civil-militar brasileira. Na madrugada do dia 3 de novembro do mesmo ano, após o ato ecumênico *Pelo dever e pelo direito de sepultar os mortos*, um grupo não identificado vandalizou a instalação. Na ocasião, três sacos que continham ossadas de outros casos recentemente exumadas do Cemitério do Araçá foram violados configurando, além de crime, um profundo desrespeito aos restos mortais lá encontrados.

LADO A



LADO B



CEMITÉRIO LAJEADO



Entre 1974 e 1985 o Cemitério do Lajeado sofreu diversos incêndios que, apesar de terem sido registrados como de origem criminosa, não foram investigados | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

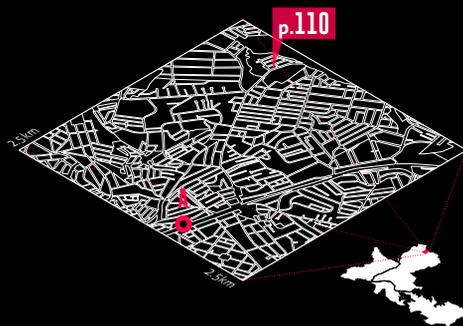
Estrada do Lageado Velho 1490

DISTRITO

Lajeado

ZONA

Leste



A Estação Guanaiazes

● CPTM | Linha 11

O **Cemitério Municipal do Lajeado**, mais conhecido como *Cemitério de Guaianases*, foi inaugurado em 1903 e ocupa, hoje, uma área de 60 mil metros quadrados. Localizado em uma região periférica da zona leste da capital paulista, que cresceu sem qualquer planejamento urbano, acredita-se que o cemitério possa ter recebido corpos de presos políticos para serem enterrados durante a ditadura civil-militar.

Segundo o diretor do **Departamento de Cemitérios de São Paulo** entre 1971 e 1974, **Fábio Pereira Bueno**, o local era usado antes do **CEMITÉRIO DE VILA FORMOSA p.104** e do **CEMITÉRIO DOM BOSCO p.98** para o sepultamento de corpos “não identificados” e “não reclamados”, popularmente chamados de “indigentes”. Em seu depoimento à **Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de Vereadores de São Paulo** sobre a **VALA DE PERUS p.98**, em 1990, o diretor registrou a suspeita de que presos políticos possam ter sido enterrados ali. Essa hipótese nunca chegou a ser confirmada.

No entanto, há um fato que chama a atenção. Entre 1974 e 1985, o local sofreu sete incêndios. Em uma das ocorrências, um funcionário do cemitério morreu carbonizado, salas de arquivos foram queimadas e perderam-se registros de sepultamentos no cemitério, fotografias e documentos do **Departamento de Cemitérios** e do **Instituto Médico Legal - IML/SP p.94**. Apesar de alegadamente terem origem criminosas, as causas dos incêndios jamais foram devidamente apuradas ou esclarecidas.



JORNAL FOLHA DE S. PAULO



Sede do Jornal Folha de São Paulo | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

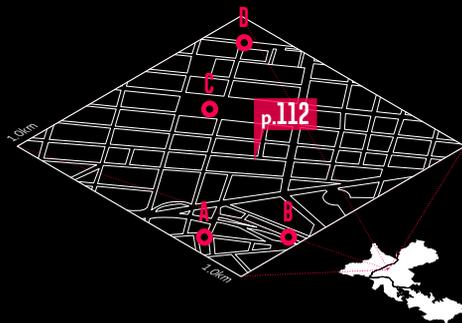
Alameda Barão de Limeira 425

DISTRITO

Santa Cecília

ZONA

Central



A Estação Santa Cecília
● Metrô | Linha 3

C Terminal Princesa Isabel
● Ônibus

B Terminal Amaral Gurgel
● Ônibus

D Estação Júlio Prestes
● CPTM | Linha 8

A *Folha* foi criada em 19 de fevereiro de 1921 e circulava em três edições: a *da Manhã*, a *da Tarde*, relançada em 1967, e a *da Noite*. A partir de 1960, todas passaram a ser reunidas na publicação diária **Folha de São Paulo**. Em 19 de fevereiro de 2011, a Folha assumiu ter colaborado editorialmente com a ditadura civil-militar na época, limitando-se a veicular raras e pontuais críticas ao regime e acatando as proibições da censura. Contudo, em colaboração mais explícita com o regime, em 1969, a redação da *Folha da Tarde*, que hoje recebe o nome de *Agora São Paulo*, foi entregue a jornalistas, alguns deles policiais, entusiastas da repressão à luta armada e que publicavam notícias de exaltação às operações militares. Presos políticos declaram ainda que caminhonetes da empresa eram usadas por agentes da repressão para acompanhar, sob disfarce, a movimentação de militantes. Há também depoimentos de que esses veículos eram utilizados também para transportar os presos e desaparecidos políticos. Em 1971, a **Aliança Libertadora Nacional - ALN** incendiou três veículos do jornal em reação ao apoio da empresa à ditadura.



EDITORA ABRIL



Tancredo Neves entre Victor Civita, fundador da Editora Abril, e seu filho Roberto Civita, empresário do Grupo Abril | foto Luigi Mamprín | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fundada por **Victor Civita**, empresário de família italiana nascido nos Estados Unidos, a **Editora Abril** nasceu em 12 de julho de 1950, com o lançamento da história em quadrinhos *O Pato Donald*. Entre 1966 e 1976, publicou a revista mensal *Realidade*, que combinava objetividade com jornalismo literário na produção de reportagens sobre os grandes temas, muitas vezes polêmicas, do momento. Em 1968, incentivada pelo sucesso da revista, a empresa e o jornalista **Mino Carta** investiram na publicação de *Veja*, que existe até hoje. Idealizada como uma revista semanal de informação no estilo da revista norte-americana *Time*, sua produção vinculava jornalismo político e entretenimento, sendo produzida por jornalistas engajados contra a ditadura – como em 1969, quando foi publicada uma matéria que denunciava a prática da tortura em presos políticos pelo regime instaurado. Por suas publicações, a revista foi alvo de censura por parte dos militares. Esse perfil contestador e combativo da revista seguiu até o final da década de 1970, quando Mino Carta deixou a direção da publicação. Desde então, o periódico assumiu outra proposta editorial, adotando perfil mais conservador.

ENDEREÇO

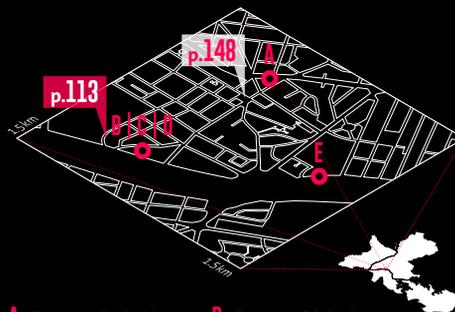
Rua Sumidouro 747

DISTRITO

Pinheiros

ZONA

Oeste



A Estação Faria Lima
● Metrô | Linha 4

D Estação Pinheiros
● CPTM | Linha 9

B Estação Pinheiros
● Metrô | Linha 4

E Estação Hebraica-Rebouças
● CPTM | Linha 9

C Terminal Pinheiros
● Ônibus



JORNAL O ESTADO DE S.PAULO



O Prédio da Major Quedinho, sede do Estádio entre 1953 e 1979, passou a ser também ocupado pelo Hotel Jaraguá a partir de 1954 | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

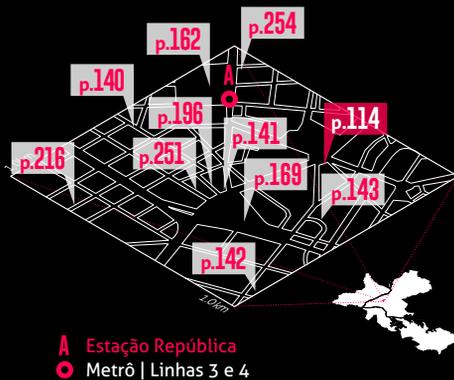
Rua Major Quedinho 28

DISTRITO

República

ZONA

Central

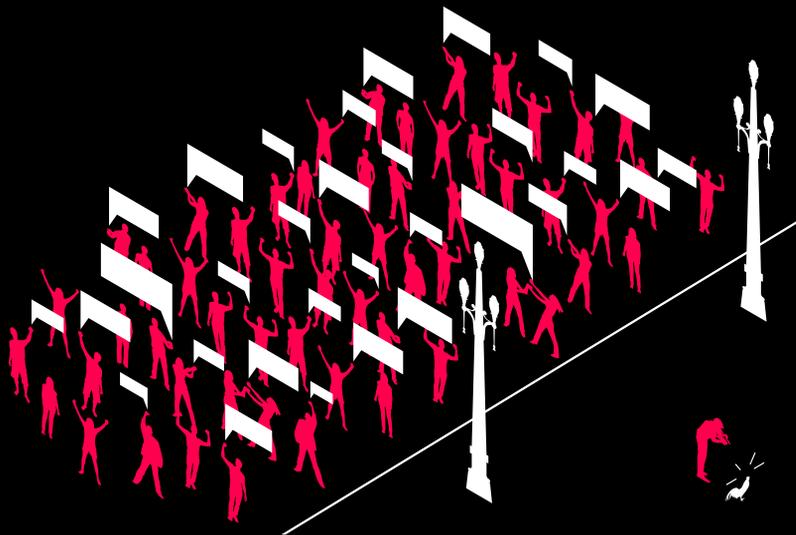


A Estação República

● Metrô | Linhas 3 e 4

O Estado de S.Paulo, na época nomeado *A Província de São Paulo*, foi fundado durante o Império, no dia 4 de janeiro de 1875, por um grupo de republicanos. Em 1902, o *Estadão*, como ficou popularmente conhecido, foi adquirido por **Júlio de Mesquita**, cuja família segue como proprietária do jornal, e assumiu ainda mais seu caráter liberal. As posições do jornal o levaram a frequentes embates políticos com autoridades, especialmente com o presidente **Getúlio Vargas** durante o **Estado Novo** (1937 – 1945), que iniciou intervenção federal, monitorando e censurando conteúdos da publicação, entre 1940 e 1945. Alguns anos depois, o Estadão foi um dos grandes jornais a incentivar e comemorar a deposição do então presidente **João Goulart**, apoiando a ditadura. Devido ao forte apoio do jornal ao governo ditatorial, em 20 de abril de 1968 a sede do jornal, situada na Rua Major Quedinho, no centro de São Paulo, sofreu um atentado atribuído, na época, à **Vanguarda Popular Revolucionária - VPR**. Mais tarde descobriu-se que, na verdade, o

ataque tinha sido organizado por **Sábato Dinotos**, líder de uma organização paramilitar de ultradireita que praticava atentados para incriminar grupos de esquerda. Após o **Ato Institucional nº 5 - AI-5**, que entre outras disposições, autorizava o governo a censurar diretamente os órgãos da imprensa, o Estadão, embora tivesse apoiado irrestritamente o golpe passou, ironicamente, a ser um dos mais atingidos pela censura, principalmente de 1972 a 1975. Para tornar pública a intervenção que vinha sofrendo, o jornal passou a publicar trechos de poemas ou receitas culinárias no lugar do conteúdo censurado. O Estadão sofreu ainda outro atentado. Em 14 de novembro de 1983, uma bomba explodiu no estacionamento da sua nova sede, na Barra Funda. Dessa vez, agentes do serviço secreto da ditadura, que condenavam o apoio do jornal ao fim do regime, realizaram a ação na tentativa de culpar organizações clandestinas de esquerda e inviabilizar a abertura política em debate.



ENDEREÇO

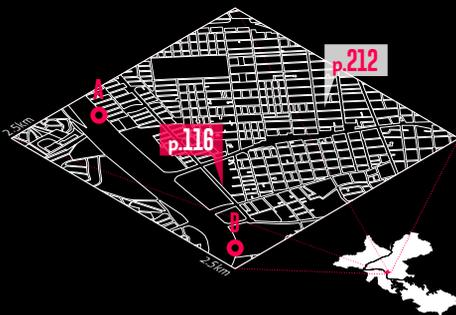
Avenida Doutor Chucri Zaidan 46

DISTRITO

Itaim Bibi

ZONA

Oeste



A Estação Berrini
● CPTM | Linha 9

B Estação Morumbi
● CPTM | Linha 9

A imprensa foi um poderoso instrumento ideológico na preparação do golpe e na instalação da ditadura, sendo porta-voz dos projetos de ruptura da democracia e de apoio às ações militares. A **Rede Globo**, fundada por **Roberto Marinho**, que também era dono do jornal *O Globo*, em atividade desde 1925, entrou no ar dia 26 de abril de 1965 e, em poucos anos, tornou-se a maior emissora do país. A Globo atualmente alcança 98% do território nacional e sua vertiginosa expansão se deu com o apoio da ditadura, devido às "boas relações" que Marinho manteve com o governo. Um exemplo é o *Jornal Nacional*, que estreou em 1969 servindo como uma espécie de porta-voz das notícias do regime. Por essa aproximação ideológica e política, o noticiário da emissora e do jornal *O Globo* sofreu poucas vezes com a censura. No entanto, cabia à sua programação de novelas e programas de auditório a censura de diversões públicas, uma prática que já existia no país e que atuava em de-

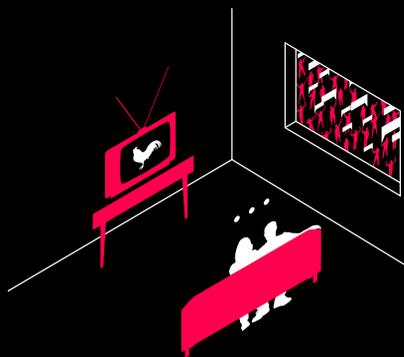
fesa dos "bons costumes", embora eventualmente esbarrasse em temas políticos, como foram os casos do *Festival Internacional da Canção*, exibidos pela Rede Globo entre 1967 e 1972. A edição de 1968, por exemplo, deu o tom de protesto contra o regime com a participação de **Chico Buarque**, com a música *Sabiá*, que tratava da questão do exílio e venceu em primeiro lugar, e também **Geraldo Vandré**, finalista com a canção *Pra Não Dizer que Não Falei Das Flores*. Atualmente, a Globo é reconhecida por sua grande influência política no país e por seus posicionamentos conservadores, tendo como exemplos históricos a cobertura inexpressiva, em 1984, do movimento das *Diretas Já!* – que passou a ser noticiado bem após seu início, e sempre de maneira discreta, sem exaltar o clamor das ruas pelas eleições presidenciais – e a manipulação do debate presidencial entre **Luís Inácio Lula da Silva** e **Fernando Collor de Mello** em 1989.



SAIBA MAIS!

Muito Além do Cidadão Kane

Direção: Simon Hartog, 1993. 93 min





FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO
DE SÃO PAULO - FECOMERCIO



Antiga sede da FECOMERCIO na Vila Buarque | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

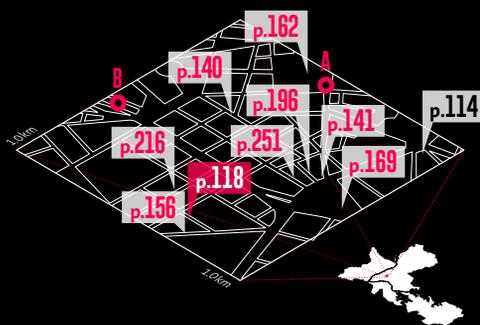
Rua Doutor Vila Nova 228

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



A Estação República
● Metrô | Linhas 3 e 4

B Terminal Amaral Gurgel
● Ônibus

A atual **Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - FECOMERCIO** foi criada em 1938 para defender os interesses dos empresários do setor. Durante a crise política do governo **João Goulart**, defendeu a necessidade de um golpe e ofereceu suporte político à ditadura civil-militar. Apenas ao final dos anos 1970, diante de uma séria crise econômica, passou a defender o processo de redemocratização. Nesse contexto, em fevereiro de 1977, durante a reunião plenária da entidade, o então presidente **José Papa Júnior** afirmou que o país deveria iniciar "a retomada do pleno Estado de Direito", indicando que os empresários queriam "um regime democrático, e não um regime espúrio", quando participavam do movimento de 31 de março. Após a repercussão de sua fala, Papa Júnior se retratou e, apesar do descontentamento com a crise, as relações da entidade com os militares permaneceram amistosas até o final do regime.



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP



Sede da FIESP, CIESP, SESI na Avenida Paulista | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

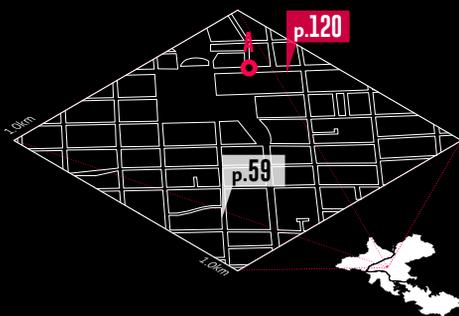
Avenida Paulista 1313

DISTRITO

Jardim Paulista

ZONA

Oeste



A Estação Trianon-Masp
● Metrô | Linha 2

A **FIESP** é conhecida pelo famoso edifício que ocupa, desde 1979, na Avenida Paulista, mas a história da entidade remonta aos anos 1920, quando o aumento do parque industrial de São Paulo estimulou os industriais a se organizar para obter maior representatividade política e institucional. Fundada inicialmente como **Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP**, em 1928, a entidade passou a se chamar de federação em 1931, estabelecendo-se rapidamente no cenário nacional, influenciando a política econômica e sendo favorecida pela crescente repressão policial aos movimentos sindicais durante os governos da época.

Na década de 1960, o governo **João Goulart** trouxe como bandeira política as *reformas de base*, um conjunto de reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e de ensino. Orientadas na direção de um crescimento fundado na distribuição de renda e associadas às medidas nacionalistas que previam intervenção mais ampla do Estado na economia e maior controle dos investimentos estrangeiros no país. Por sentir sua condição ameaçada, a FIESP defendeu e participou abertamente dos movimentos que levaram à deposição de Goulart com o golpe de 1964.

Consta nos registros de entrada do prédio do **DE-OPS/SP p.44** a presença quase diária de **Geraldo Resende de Mattos**, funcionário da FIESP e homem de confiança do industrial **Nadir Dias de Figueiredo**, responsável pela indicação de todos os presidentes que passaram pelo comando da entidade entre 1960 e 1980 e, ao lado de **Henning Boilesen**, um dos empresários paulistas mais empenhados

no apoio ao regime. Mattos, muitas vezes, passava mais tempo no aparato repressivo do que na Federação das Indústrias, e se reunia com polícias e militares para pensar as táticas repressivas.

Durante a ditadura, os militares garantiram aos industriais a manutenção de sua influência política e seus interesses econômicos, e os empresários, por sua vez, além de se assumirem como base social do regime, financiaram diretamente o sistema repressivo. Entre as ações, a FIESP dispunha de uma lista, elaborada pelos órgãos de segurança, que reunia nomes de trabalhadores sindicalizados, evitando que eles fossem empregados nas fábricas do estado de São Paulo.

A relação entre industriais e militares só foi abalada no fim dos anos 1970, quando, diante da crescente crise econômica do país, os empresários passaram a ver no fim do regime a possibilidade de retomada de produção e desenvolvimento.



Negociação na FIESP sobre a greve dos metalúrgicos de 1979 | foto Sandra Adams | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo



RESTAURANTE VARELLA



No dia 14 de junho de 1972, quatro integrantes da Ação Libertadora Nacional - ALN foram executados pela repressão após se encontrarem para uma reunião no Restaurante Varella | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

Em 1972, quatro militantes da **Ação Libertadora Nacional - ALN** – Antônio Carlos Bicalho Lana, Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic Corrêa e Marcos Nonato da Fonseca – foram reconhecidos pelo proprietário do Restaurante Varella, que telefonou, para o **DOI-CODI p.76**, de acordo com relatos de militantes da organização

Prontamente, os agentes da repressão se dirigiram ao local e levaram os três militantes, que foram mortos. Ainda não se sabe ao certo o local do assassinato: a única certeza é que passaram pelo DOI-CODI, vivos ou mortos, antes de serem levados ao **IML/SP p.94**. Lana conseguiu escapar com vida, mas morreu no ano seguinte nas mãos dos mesmos agentes que participaram do evento anterior.

ENDEREÇO

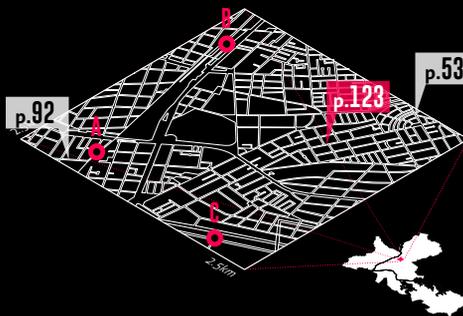
Rua Antunes Maciel x Rua da Moóca

DISTRITO

Mooca

ZONA

Leste



A Estação Bresser-Mooca

● Metrô | Linha 3

C Estação Mooca

● CPTM | Linha 10

B Estação Belém

● Metrô | Linha 3

EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA





CENTRO CLANDESTINO DE RESISTÊNCIA

p.130 CASA DA LAPA



CENTRO CULTURAL

p.135 ICIB | CASA DO POVO



MUSEU

p.138 MAC USP



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO | ARQUIVO

p.139 CENTRO PASTORAL VERGUEIRO - CPV



LIVRARIA

p.140 LIVRARIA DUAS CIDADES



BAR | RESTAURANTE

p.141 BAR REDONDO

p.142 SPAZIO PIRANDELLO

p.143 RESTAURANTE GIGETTO

p.144 BAR RIVIERA

p.145 SUJINHO

p.146 BAR BARTOLO

p.148 BAR DAS BATIDAS



ASSOCIAÇÃO

p.184 CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO

p.209 GRÊMIO UNIVERSITÁRIO DA FILOSOFIA - GUF

p.250 CLUBE DE MÃES DA ZONA SUL



RUA | PRAÇA | PARQUE

p.148 LARGO DE PINHEIROS

p.149 MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS
MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
PARQUE IBIRAPUERA

p.152 VALE DO ANHANGABAÚ
VIADUTO DO CHÁ

p.155 LARGO DO PAISSANDÚ

p.156 RUA MARIA ANTÔNIA

p.162 PRAÇA DA REPÚBLICA

p.164 PRAÇA BENEDITO CALIXTO

p.165 PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO

p.169 PRAÇA ROOSEVELT

p.172 LARGO DA CONCÓRDIA

p.174 PRAÇA DA SÉ

p.180 LARGO TREZE DE MAIO

p.182 LARGO DA PENHA

p.184 LARGO DE SÃO FRANCISCO



TEATRO

p.165 THEATRO MUNICIPAL

p.172 TEATRO COLOMBO

p.186 LIRA PAULISTANA

p.188 TUCA

p.191 TEATRO MARIA DELLA COSTA

p.192 TEATRO PARAMOUNT

p.194 TBC

p.196 TEATRO DE ARENA

p.198 TEATRO OFICINA

p.201 TEATRO BANDEIRANTES

p.202 TEATRO SÃO PEDRO

p.204 TEATRO UNIÃO E OLHO VIVO - TUOV

p.206 TEATRO RUTH ESCOBAR



INSTITUIÇÃO RELIGIOSA

- p.169 IGREJA N.SRA. DA CONSOLAÇÃO
- p.174 CATEDRAL DA SÉ
- p.180 IGREJA MATRIZ DE SANTO AMARO
- p.182 BASÍLICA N.SRA. DA PENHA
- p.227 IGREJA METODISTA CENTRAL
- p.228 CONVENTO DOS DOMINICANOS
- p.232 PONTIFÍCIA COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
- p.233 BASÍLICA DE N.SRA. DA CONCEIÇÃO E DE STA. IFIGÊNIA
- p.234 IGREJA N.SRA. DE FÁTIMA
- p.235 IGREJA N.SRA. DO PERPÉTUO SOCORRO
- p.236 PARÓQUIA N.SRA. DOS POBRES
- p.237 IGREJA SÃO JOÃO BATISTA DO BRÁS
- p.238 IGREJA N.SRA. DA PAZ



INSTITUIÇÃO DE ENSINO

- p.210 ESCOLA DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP
- p.212 GINÁSIO VOCACIONAL OSWALDO ARANHA
- p.213 ESCOLA EXPERIMENTAL DA LAPA
- p.214 COLÉGIO EQUIPE
- p.215 COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS DA USP
- p.216 FESPSP
- p.218 FACULDADE DE MEDICINA DA USP
- p.219 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV
- p.220 PUC-SP
- p.222 CRUSP
- p.224 COLÉGIO MARINA CINTRA



CENTRO DE PESQUISA

- p.225 CEBRAP



CEMITÉRIO

- p.226 CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ



ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- p.239 TV EXCELSIOR
- p.240 TV CULTURA
- p.242 TV TUPI
- p.244 GRUPO BANDEIRANTES
- p.245 PUBLICAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - PAT
- p.246 TV RECORD



CENTRO ESPORTIVO

- p.247 ESTÁDIO DO MORUMBI
- p.248 ESTÁDIO DO PACAEMBÚ



ASSOCIAÇÃO DE CLASSE | ENTIDADE PATRONAL

- p.251 SINDICATO DOS JORNALISTAS
- p.254 APEOESP
- p.256 SINDICATO DOS BANCÁRIOS
- p.258 SINDICATO DOS METALÚRGICOS
- p.260 ADUSP
- p.262 SINDICATO MOTORISTAS E CONDUTORES



FÁBRICA

- p.264 FÁBRICA DE CIMENTO DE PERUS
- p.266 FÁBRICA SYLVANIA



ZONA CENTRAL

- p.135 ICIB | CASA DO POVO
- p.140 LIVRARIA DUAS CIDADES
- p.141 BAR REDONDO
- p.142 SPAZIO PIRANDELLO
- p.143 RESTAURANTE GIGETTO
- p.144 BAR RIVIERA
- p.145 SUJINHO
- p.152 VALE DO ANHANGABAÚ
VIADUTO DO CHÁ
- p.155 LARGO DO PAISSANDÚ
- p.156 RUA MARIA ANTÔNIA
- p.162 PRAÇA DA REPÚBLICA
- p.165 PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO
THEATRO MUNICIPAL
- p.169 PRAÇA ROOSEVELT
IGREJA N.SRA. DA CONSOLAÇÃO
- p.174 PRAÇA DA SÉ
CATEDRAL DA SÉ
- p.184 LARGO DE SÃO FRANCISCO
CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO
- p.191 TEATRO MARIA DELLA COSTA
- p.192 TEATRO PARAMOUNT
- p.194 TBC
- p.196 TEATRO DE ARENA
- p.198 TEATRO OFICINA
- p.201 TEATRO BANDEIRANTES
- p.202 TEATRO SÃO PEDRO
- p.204 TEATRO UNIÃO E OLHO VIVO - TUOV
- p.206 TEATRO RUTH ESCOBAR
- p.214 COLÉGIO EQUIPE
- p.215 COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA
FACULDADE DE FILOSOFIA DA USP
- p.216 FESPSP
- p.219 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV
- p.224 COLÉGIO MARINA CINTRA
- p.225 CEBRAP
- p.227 IGREJA METODISTA CENTRAL
- p.232 PONTIFÍCIA COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
- p.233 BASÍLICA DE N.SRA. DA CONCEIÇÃO
E DE STA. IFIGÊNIA
- p.238 IGREJA N.SRA. DA PAZ
- p.248 ESTÁDIO DO PACAEMBÚ
- p.251 SINDICATO DOS JORNALISTAS
- p.254 APEOESP
- p.256 SINDICATO DOS BANCÁRIOS
- p.258 SINDICATO DOS METALÚRGICOS
- p.262 SINDICATO MOTORISTAS E CONDUTORES



ZONA LESTE

- p.139 CENTRO PASTORAL VERGUEIRO - CPV
- p.172 LARGO DA CONCÓRDIA | TEATRO COLOMBO
- p.182 LARGO DA PENHA
BASÍLICA N.SRA. DA PENHA
- p.237 IGREJA SÃO JOÃO BATISTA DO BRÁS



ZONA OESTE

- p.130 CASA DA LAPA
- p.138 MAC USP
- p.146 BAR BARTOLO
- p.148 LARGO DE PINHEIROS
BAR DAS BATIDAS
- p.164 PRAÇA BENEDITO CALIXTO
- p.186 LIRA PAULISTANA
- p.188 TUCA
- p.210 ESCOLA DE APLICAÇÃO DA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP
- p.213 ESCOLA EXPERIMENTAL DA LAPA
- p.218 FACULDADE DE MEDICINA DA USP
- p.220 PUC-SP

- p.222 CRUSP
- p.226 CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ
- p.228 CONVENTO DOS DOMINICANOS
- p.236 PARÓQUIA N.SRA. DOS POBRES
- p.240 TV CULTURA
- p.242 TV TUPI
- p.244 GRUPO BANDEIRANTES
- p.245 PUBLICAÇÕES E ASSISTÊNCIA
TÉCNICA LTDA - PAT
- p.246 TV RECORD
- p.247 ESTÁDIO DO MORUMBI
- p.260 ADUSP



ZONA NORTE

- p.234 IGREJA N.SRA. DE FÁTIMA
- p.239 TV EXCELSIOR
- p.264 FÁBRICA DE CIMENTO DE PERUS



ZONA CENTRO-SUL

- p.149 MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS
MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
PARQUE IBIRAPUERA
- p.180 LARGO TREZE DE MAIO
IGREJA MATRIZ DE SANTO AMARO
- p.212 GINÁSIO VOCACIONAL OSWALDO ARANHA
- p.266 FÁBRICA SYLVANIA



ZONA SUL

- p.235 IGREJA N.SRA. DO
PERPÉTUO SOCORRO
- p.250 CLUBE DE MÃES
DA ZONA SUL



Fachada da Casa da Lapa | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

Rua Pio XI 767

DISTRITO

Lapa

ZONA

Oeste



A Estação Lapa
● CPTM | Linha 7

C Terminal Lapa
● Ônibus

B Estação Lapa
● CPTM | Linha 8

O prédio, onde atualmente funciona um consultório médico, não possui nenhum vestígio material da casa de arquitetura californiana com telhas em estilo francês. Foi lá que, no dia 16 de dezembro 1976, o **Exército Brasileiro** assassinou dois militantes do **Partido Comunista do Brasil - PCdoB** e prendeu um terceiro, que viria a ser assassinado mais tarde. **Ângelo Arroyo** e **Pedro Pomar** morreram alvejados com várias perfurações, sem qualquer direito de defesa. **João Batista Drummond**, capturado no local, morreu sob torturas na sede do **DOI-CODI** p.76 . O violento ataque policial, que ficou marcado na memória do país, até hoje é conhecido como o **Massacre** ou a **Chacina da Lapa**.

AS CASAS E A CASA

Durante a ditadura civil-militar, era muito comum que organizações clandestinas alugassem casas para reuniões, estoque de materiais – de panfletos de oposição ao regime a diferentes insumos utilizados na luta armada – sedes de imprensa clandestina ou ainda para esconder e proteger militantes perseguidos.

Chamados pelos resistentes de **“aparelhos”** – termo posteriormente adotado pelos órgãos oficiais de forma pejorativa, na variação “aparelho terrorista” –, esses imóveis eram cedidos por militantes e simpatizantes da causa ou alugadas com nomes e documentos falsos para formalizar o processo de

contratação. Para despistar possíveis denúncias, as casas normalmente eram habitadas por militantes que fingiam ser casais ou membros de uma mesma família, procurando manter uma rotina de normalidade para a vizinhança.

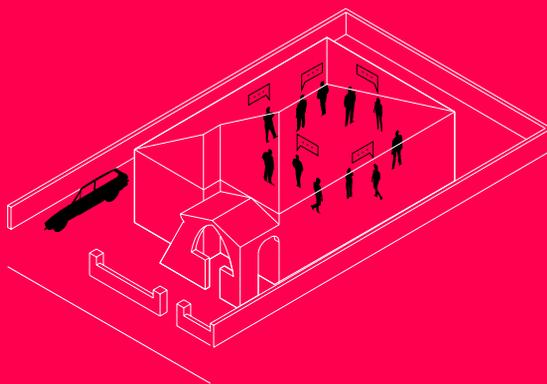
Os militantes e dirigentes políticos que não residiam nos aparelhos eram levados a estas casas de olhos vendados, em sigilo absoluto e com grande rapidez, a fim de que, se presos, não fossem capazes de identificar o espaço onde estiveram.

No interior da casa, segundo **Aldo Arantes**, ex-militante da organização **Ação Popular** e desde 1972 membro do **Partido Comunista do Brasil - PCdoB**, havia uma sala, dois quartos, banheiro, cozinha e uma área envidraçada que permeava o acesso entre a cozinha e o quintal; atrás da casa, havia um terreno em construção. Os militantes que lá estavam eram orientados a andar longe das janelas e apenas no interior da residência.

A Casa da Lapa tinha como ocupantes oficiais **Maria Trindade**, responsável pelas atividades domésticas e de infraestrutura, e **Joaquim Celso de Lima**, responsável pela segurança das reuniões. Também moraram ali, clandestinamente, **Elza Monnerat**, **Ângelo Arroyo** e **João Amazonas**, vindos da região da **Guerrilha do Araguaia**, após o fechamento da área pelo **Exército Brasileiro**.

A REUNIÃO

Entre os dias 12 e 15 de dezembro, o Comitê Central do PCdoB estava reunido para realizar uma avaliação da Guerrilha do Araguaia, movimento guerrilheiro instalado na região amazônica, que almejava iniciar, no campo, uma revolução para destituir o governo militar, bem como o sistema capitalista, e instaurar um regime de caráter democrático e popular, rumo ao socialismo. Seguindo as rotinas de entrada na casa, onze militantes estavam reunidos: **Ângelo Arroyo, Wladimir e Pedro Pomar, João Batista Franco Drummond, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Elza Monnerat, Manoel Jover Teles, José Novais**, além de Maria e Joaquim.



REUNIÃO COM ONZE MILITANTES DO PARTIDO COMUNISTA EM UMA CASA NO BAIRRO DA LAPA



DOIS MILITANTES SÃO SURPREENDIDOS E PRESOS APÓS DESEMBARQUE

A EMBOSCADA

Ao final da reunião, Elza e Joaquim passam a fazer viagens em seus carros para conduzir os participantes a suas casas ou ao metrô. Wladimir Pomar e João Drummond são os primeiros a deixar a casa e, tão logo saem, são surpreendidos e presos. Ambos são severamente torturados e João morre nas dependências do **DOI-CODI p.76** na mesma madrugada. Elza e Joaquim não percebem qualquer anormalidade e retornam à casa.

Os próximos a sair são Aldo Arantes e Haroldo Lima. Aldo é preso pouco antes de embarcar na estação Paraíso do metrô. Haroldo volta para sua residência, mas é preso ao sair na manhã seguinte.

Já é madrugada do dia 16 de dezembro quando Elza e Joaquim retornam à casa, dessa vez para conduzir Jover Teles e José Novais. Pouco tempo após partirem, Joaquim percebe que estão sendo seguidos e procura despistar os perseguidores. A certa altura, o carro para rapidamente para que os passageiros possam fugir a pé. Os dois conseguem escapar, mas Elza e Joaquim são presos.



AO PARAR O CARRO, DOIS MILITANTES FOGEM ENQUANTO OS CONDUTORES SÃO PRESOS



A CASA É CERCADA POR POLICIAIS E METRALHADA

Às 7 horas do dia 16, Maria Trindade, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo seguem dentro da casa, mas não percebem a movimentação de militares e policiais que montam um cerco. Repentinamente, a casa é metralhada. Pomar e Arroyo morrem no local com várias perfurações à bala. Maria Trindade consegue sobreviver, mas é presa e encaminhada ao **DOI-CODI p.76**, assim como todos os demais sequestrados.

Assim que soube do massacre, **Dom Paulo Evaristo Arns**, então Cardeal-Arcebispo de São Paulo, dirigiu-se imediatamente ao Doi-Codi, intervindo na defesa dos presos que sobreviveram.



Movimentação de vizinhos e policiais entorno da casa no dia do evento conhecido como Massacre da Lapa | foto Alfredo Rizzutti / AE | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

AS VERSÕES

Como de praxe, o Exército afirmou em pronunciamento oficial que Pedro e Arroyo resistiram à prisão, atirando contra os militares. O primeiro jornalista que chegou ao local, Nelson Veiga, viu os corpos dos militantes sem vida e sem nenhuma arma ao lado deles. Mesmo sendo reconhecido imprensa pelo delegado Fleury, que estava no local, Nelson foi agredido e levado preso.

Tempos depois, a partir de relatos e investigações dos próprios militantes, descobriu-se que o massacre acontecera de forma premeditada, quando um dos militantes presentes na reunião deixou-se ser seguido, revelando à repressão o local da reunião. O massacre gerou manifestações internacionais e um manifesto com mais de 40 mil assinaturas

condenou a ação dos militares. O jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar, autor de um livro sobre o tema e neto de Pedro Pomar, escreveu um depoimento para a **Comissão Nacional da Verdade** afirmando que o violento massacre poderia ter sido evitado: "O ataque foi premeditado e, se os militares quisessem, os dirigentes comunistas poderiam ter sido capturados, em vez de fuzilados".



SAIBA MAIS!

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o exército liquidou o comitê central do PCdoB – São Paulo, 1976*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

ARANTES, Aldo. *Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar*. Memorial da Resistência de São Paulo. Entrevista concedida a Karina Teixeira e Ana Paula Brito, em 08/08/2014.



INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO - ICIB | CASA DO POVO



Fachada do Instituto Cultural Israelita Brasileiro | foto Ana Paula Britto | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

O impacto da perda do Jornal foi muito grande para a coletividade em geral e um motivo de satisfação para aqueles que sempre nos combateram. Depois disso muitos associados abandonaram a Casa do Povo por medo da perseguição. Nós sabíamos que a situação era precária para todos, que estavam prendendo e torturando pessoas, mas nunca esperávamos que chegasse a um ponto com aquele, tão violento.



HEGUETA SENDACS

Uma das fundadoras da Casa do Povo, em entrevista à edição 1012 do *Jornal A Nossa Voz*

ENDEREÇO

Rua Três Rios 252

DISTRITO

Bom Retiro

ZONA

Central



- A** Estação Júlio Prestes
● CPTM | Linha 8
- B** Estação da Luz
● CPTM | Linhas 7 e 11
- C** Estação Luz
● Metrô | Linhas 1 e 4
- D** Estação Tiradentes
● Metrô | Linha 1

Conhecido como *Casa do Povo*, o **Instituto Cultural Israelita Brasileiro - ICIB** foi inaugurado em 1953 para homenagear os mais de seis milhões de judeus mortos durante a **Segunda Guerra Mundial**, promover a cultura iídiche e resgatar as tradições seculares judaicas, fazendo do espaço um centro para a produção, reflexão e fruição livre de ideias, sobretudo, entre judeus de esquerda.

IÍDICHE COMO IDENTIDADE

O iídiche é uma língua falada originalmente por judeus, sendo conhecida como “judeu-alemão” por ter surgido na fronteira da França com a Alemanha por volta dos séculos X e XI. É uma mistura de outras línguas, como o hebraico, e alguns dialetos do alemão medieval e eslavo. O iídiche é um idioma híbrido que quase foi extinto durante o Holocausto na Segunda Guerra Mundial.

Com uma arquitetura que garantia diferentes tipos de ocupação, o prédio tinha três andares livres para montagem de espetáculos e mostras artísticas, reuniões e atividades coletivas. A sede reunia importantes iniciativas, com atividades voltadas para o cultivo da cultura judaica progressista – por exemplo, a **Escola Israelita Scholem Aleichem**, a **Associação Feminina Israelita Brasileira - AFIB** e o **Teatro de Arte Israelita Brasileiro - TAIB**.

Na contramão de muitas instituições judaicas, os fundadores e frequentadores do ICIB defendiam a criação do **Estado Palestino** e o fim das guerras no Oriente Médio, não se associando, portanto, ao sionismo, um movimento de caráter nacionalista que defendia a criação e a expansão de um Estado independente para os judeus. Seus fundadores eram, em sua maioria, judeus progressistas, socialistas e comunistas, que haviam fugido de perseguições políticas e religiosas sofridas em seus países de origem, na Europa Oriental.

Muitos dos seus membros tinham relação próxima ou eram militantes de partidos políticos de esquerda, em especial o **Partido Comunista Brasileiro**. Na

PELA CULTURA

O ICIB fazia parte da **União da Cultura Iídiche**, um movimento internacional fundado em 1937 na França durante o **I Congresso Internacional de Cultura Judaica**. A diretiva desse movimento internacional era resistir às crescentes investidas de intimidação fascistas, promovendo as tradições iídiches por meio da criação de associações educacionais e culturais.

sede, e nas diferentes instituições que compunham o ICIB, desde sua fundação, o clima era de resistência e ativismo político: reuniões clandestinas, mostras de arte e circulação de informação eram as estratégias utilizadas para questionar o regime.

VOZES RESISTENTES

O ICIB ainda manteve duas publicações, a revista *O Reflexo* e o jornal *A Nossa Voz*. A primeira funcionou de 1947 a 1956, e o jornal, que era rodado na rua Ribeiro de Lima, funcionou de 1947 a 1964, quando o local foi invadido e foram destruídos os maquinários de impressão e distribuição do periódico.

O **TAIB**, fundado em 1960, não apenas trouxe artistas e peças do repertório iídiche clássico e contemporâneo, como abrigou e apoiou peças, diretores e dramaturgos nacionais. **Augusto Boal**, **José Celso Martinez Corrêa** e **Gianfrancesco Guarnieri** foram alguns de seus parceiros, aproximando as atividades do teatro ao cenário de resistência cultural à ditadura, em diálogo com espaços como o **TEATRO OFICINA p.198** e o **TEATRO DE ARENA p.196**.

A **Associação Feminina**, também conhecida como **Associação Vita Kamper**, reunia mulheres que eram responsáveis, entre outras ações, pela criação e manutenção da colônia de férias *Kinderland* (Terra das Crianças), que reunia adolescentes na faixa dos 13 anos para atividades esportivas, passeios e para discutir filmes, textos sobre a situação política do Brasil e do mundo e sobre histórias da cultura judaica. Organizada em valores como correspon-

sabilidade, coletividade e compromisso social, a iniciativa apostava na autonomia dos jovens que participavam do gerenciamento e organização de todas as ações da proposta. A colônia foi ainda o embrião do **Clubinho Peretz**, que, por sua vez, apoiou a criação do movimento secundarista do PCB. Muitas lideranças do partido frequentaram as atividades da proposta.

Autonomia e corresponsabilidade eram também valores estruturantes para a **Escola Israelita Scholem Aleichem**, braço educativo do ICIB que era também aberto a estudantes não judeus. Dada sua proximidade com a militância, a escola matriculava filhos de militantes com nomes falsos e os mantinha protegidos da vigilância dos militares. Mesmo com excelente padrão acadêmico e uma proposta pedagógica inovadora, a escola encerrou suas atividades em 1982 por não conseguir manter seu financiamento: o quadro de funcionários era muito bem pago, a política de bolsas era extensa e, por seus ideais progressistas, não conseguia apoio para se sustentar.

Por todas as suas atividades, vários membros do ICIB foram presos e levados para diferentes aparatos de repressão com a violência típica do regime militar.

PELO VÍNCULO COM O TERRITÓRIO

O ICIB segue em atividade e, atualmente, atua com foco na conexão com a comunidade do **Bom Retiro**, fortalecendo o espaço como lugar de memória da cidade de São Paulo. Com atividades políticas e culturais, ex-alunos e frequentadores do espaço buscam resgatar o papel da instituição na sociedade paulistana. Entre as ações atuais, o grupo resgatou e reiniciou a publicação do jornal *A Nossa Voz*.



SAIBA MAIS!

O ano em que meus pais saíram de férias
Direção: Cao Hamburger
Buena Vista, 2006. 110 min



**SEDE DO INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA
BRASILEIRO – CASA DO POVO**

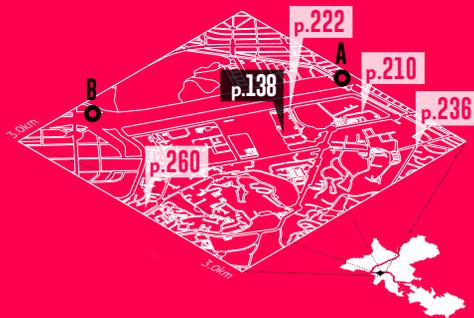


Fachada do MAC USP localizado dentro da Cidade Universitária | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

Rua da Praça do Relógio 160 | Cidade Universitária

DISTRITO	ZONA
Butantã	Oeste



- A** Estação Cidade Universitária
- CPTM | Linha 9

- B** Estação Vila Lobos - Jaguaré
- CPTM | Linha 9

O Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo - MAC USP foi criado em 1963 no campus da USP, no Butantã, com o objetivo de conservar e difundir o acervo da produção artística contemporânea brasileira e internacional. Desde o início, o espaço tinha como premissa a valorização da expressão artística de forma livre e plena e, apesar da censura e do controle à produção artística por parte da ditadura civil-militar, o museu não abriu mão de sua proposta e manteve essa defesa. Como uma das suas ações, em 1967, o MAC promoveu exposições da **Jovem Arte Contemporânea - JAC**, que questionavam o contexto político-cultural da época e deram espaço para artistas até então desconhecidos. Ao entender a arte como forma de expressão acessível, o MAC assumiu uma postura alternativa e desafiadora, capaz de caracterizá-lo como um espaço de resistência ao regime. Atualmente o museu fica próximo ao **PARQUE IBIRAPUERA p.149**, em um complexo arquitetônico de Oscar Niemeyer.



CENTRO PASTORAL VERGUEIRO - CPV



Fachada corresponde aos fundos da casa onde funcionou o CPV entre 1973 e 1989. A entrada (à direita) também existia nesse período | foto Paula Ribeiro Salles | fonte Acervo Paula Ribeiro Salles

O CPV, com sede na **Comunidade Cristo Operária**, localizada na Rua Vergueiro, foi fundado em 1973 por universitários e religiosos vinculados à **ORDEM DOS DOMINICANOS p.228**. A ordem contava com muitos adeptos da **Teologia da Libertação**, movimento que interpretava os ensinamentos de **Jesus Cristo** como enfrentamento às condições de injustiça econômicas, políticas ou sociais. Essa relação marcou o surgimento do CPV como um centro pastoral que atuava junto à educação popular e às atividades eclesiais locais, mas que, com o tempo, passou também a produzir e reunir documentos sobre os movimentos sociais e operários do período. Ao articular essas duas funções, o CPV se configurou como uma importante instância de formação de trabalhadores, desenvolvendo projetos de alfabetização de adultos, cursos, organização de bibliotecas e grupos de teatro, além de atividades de documentação e pesquisa. Em 1989, o centro se desvinculou dos Dominicanos, tornando-se o **Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro**, com sede no bairro da Bela Vista, atualmente dedicado à promoção do acesso digital à documentação reunida.

ENDEREÇO

Rua Vergueiro 7290

DISTRITO

Cursino

ZONA

Leste



A Estação Alto do Ipiranga
● Metrô | Linha 2

C Terminal Sacomã
● Ônibus

B Estação Sacomã
● Metrô | Linha 2



LIVRARIA DUAS CIDADES



Fachada atual da antiga Livraria Duas Cidades | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

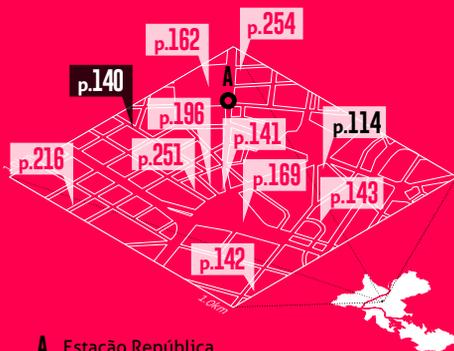
VERSÕES DO ACONTECIDO

Há duas versões sobre o envolvimento dos frades na captura de Marighella, ainda sem esclarecimento. Segundo uma delas, os freis, depois de muitas sessões de tortura, acabaram indicando o dia, horário e local do encontro que teriam com o *Professor*, como o revolucionário era conhecido. A outra, por sua vez, afirma que uma ligação entre os freis e o líder da ALN foi interceptada, inclusive com apoio de agentes da **Central de Inteligência Americana - CIA**, órgão de investigação dos Estados Unidos.

ENDEREÇO

Rua Bento Freitas 158

DISTRITO	ZONA
República	Central



- A Estação República
- Metrô | Linhas 3 e 4

A livraria e editora **Duas Cidades** foi criada em 1954. Durante a ditadura civil-militar, quando era administrada por frades dominicanos, servia como ponto de comunicação entre integrantes de organizações clandestinas e **Carlos Marighella**, líder da **Ação Libertadora Nacional - ALN**, e também como espaço para a realização de reuniões feitas por alguns militantes. O espaço logo passou a ser vigiado pelos agentes do **DEOPS/SP p.44**, que, por meio da **Operação Batina Branca**, prenderam e torturaram os freis que trabalhavam ali. A partir dessa operação, os agentes obtiveram as informações necessárias para mais tarde, encontrar e assassinar **Carlos Marighella**, na **ALAMEDA CASA BRANCA p.59**.



Fachada atual do antigo Bar Redondo | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

A BANDA MAIS ANTIGA DA CIDADE

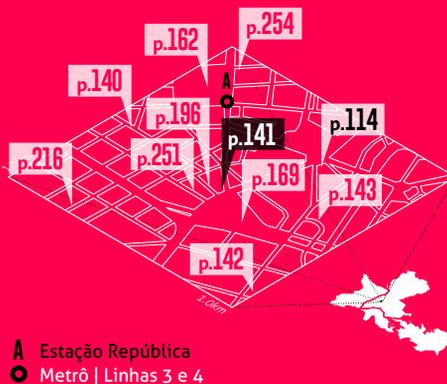
Foi neste espaço que, em 1972, no auge da repressão militar, nasceu a **Banda Bandalha**, rebatizada anos mais tarde de **Banda Redonda**, em homenagem ao estabelecimento. Criada por atores, dramaturgos e por membros do **TEATRO DE ARENA p.196**, entre eles **Plínio Marcos**, a banda desfilava no Carnaval e até hoje abre as festividades na cidade.

O hoje extinto **Bar e Restaurante Redondo** ficou conhecido durante o período da ditadura civil-militar como um importante reduto de intelectuais de esquerda. Localizado à frente do **TEATRO DE ARENA p.196**, era frequentado por artistas, estudantes e professores universitários, muitos deles integrantes ou frequentadores do Arena. O bar levava o nome de Redondo por ficar no térreo de um edifício arredondado, entre as esquinas da **Avenida Ipiranga** e da **Rua Teodoro Baima**.

ENDEREÇO

Avenida Ipiranga x Rua da Consolação

DISTRITO	ZONA
República	Central



- A Estação República
- Metrô | Linhas 3 e 4



SPAZIO PIRANDELLO



Fachada do antigo Spazio Pirandello | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

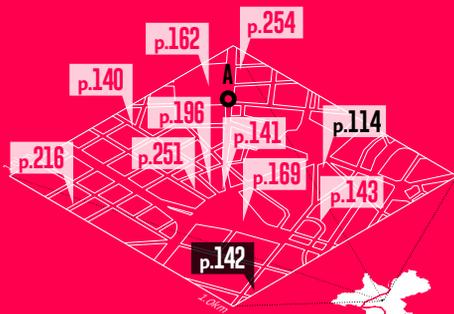
Rua Augusta 311

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



A Estação República

● Metrô | Linhas 3 e 4

O **Spazio Pirandello** foi muito frequentado, durante o final da década de 1970 e início de 1980, por artistas e intelectuais, especialmente pelos que defendiam maior liberdade sexual e questionavam o comportamento vigente. Pertencente a artistas, o estabelecimento não reunia apenas a classe teatral, mas todos aqueles considerados alternativos – era comum encontrar nas mesas desse bar mulheres solteiras e desacompanhadas, o que, para a época, era considerado bastante ousado. O espaço alcançou seu auge no final da ditadura, quando lá aconteciam várias discussões acaloradas sobre os rumos do **Movimento Diretas-Já** e reuniões de militantes que fundaram o **Partido dos Trabalhadores - PT**. Hoje, funciona no local a cantina e pizzaria **Piolin**, que mantém a tradição de ser frequentado por pessoas ligadas à cena teatral paulistana.



RESTAURANTE GIGETTO



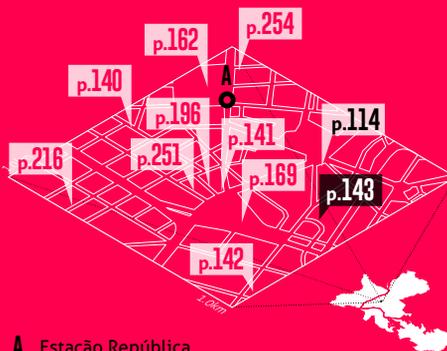
Edifício onde no térreo funcionava o restaurante Gigetto | fonte Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Ponto de encontro da intelectualidade paulistana ao longo de todo o período da ditadura civil-militar e também nas décadas de 1980 e 1990, o **Gigetto** era uma segunda casa para aqueles ligados aos teatros da cidade e para os jornalistas que questionavam o regime ditatorial brasileiro. O restaurante, aberto em 1938, que já funcionou na Avenida Rio Branco, marcou época na Rua Nestor Pestana e passou 44 anos de atividade localizado na Rua Avanhandava. Servia pratos da culinária italiana e seguia aberto até tarde. Por ficar em uma região com bastante movimento da cena cultural paulistana, era ali que depois das peças e do fechamento dos jornais que as pessoas se encontravam, discutindo música, teatro, cinema, política e estratégias para resistir ao governo ditatorial. Em 2013, o estabelecimento foi transferido para um casarão no Bixiga, e, em 2016, fechou suas portas.

ENDEREÇO

Rua Avanhandava 63

DISTRITO	ZONA
República	Central



- A Estação República
- Metrô | Linhas 3 e 4



BAR RIVIERA



Fachada do Bar Riviera após a nova reforma | fonte Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

Avenida Paulista 2584

DISTRITO ZONA

Consolação Central



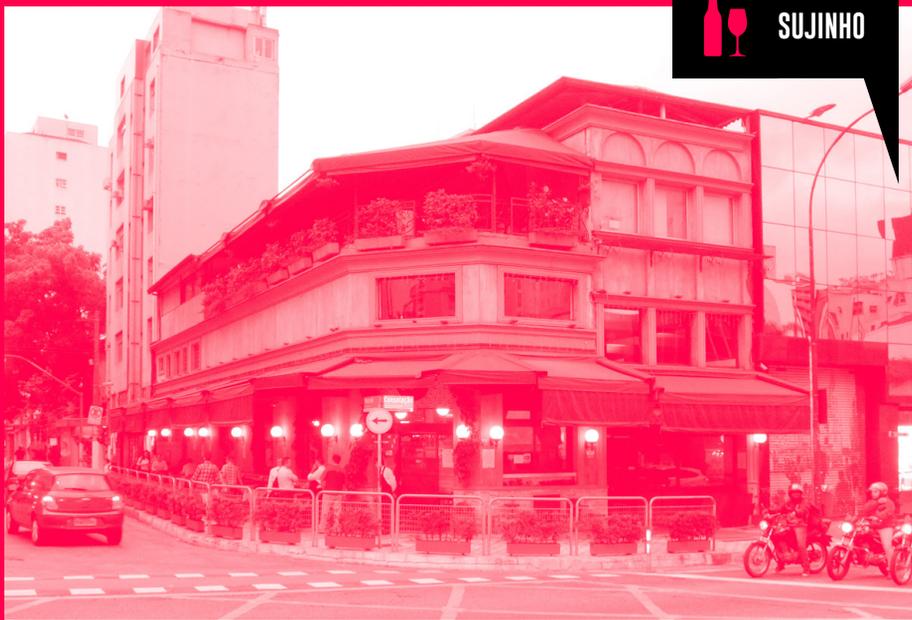
A Estação Paulista
● Metrô | Linha 4

B Estação Consolação
● Metrô | Linha 2

Em uma época de cerceamento das liberdades políticas e individuais, os jovens – muitos deles artistas do teatro e do cinema, músicos e universitários da USP, da PUC-SP p.220 e do Mackenzie – se reuniam no balcão vermelho do Riviera para discutir a situação do país, debater sobre artes, teatro, cinema, música e literatura e, de alguma forma, mesmo em um cenário de muita tensão, aproveitar os tempos da juventude. O icônico garçom do bar, Juvenal, foi depois imortalizado no quadrinho Rê Bordosa, do cartunista Angeli. O estabelecimento foi fechado em 2006, mas, após reformas, reabriu em 2013, evocando sua época célebre e as memórias de uma juventude contestadora.



SUJINHO



Fachada do Sujinho | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

À época conhecido como *Bar das Putas*, o boteco servia bisteca e cerveja gelada principalmente para uma juventude contestadora de comportamentos e costumes tradicionais. Também se reuniam no local artistas das diversas áreas do teatro e cinema, jornalistas, músicos, universitários, professores de cursinhos pré-vestibular, escritores, poetas, notívagos e boêmios em geral. Palco de muitas discussões sobre música e política, o atual restaurante **Sujinho** tinha esse perfil graças a sua localização, próxima de muitos teatros de vanguarda e resistência e de várias redações de jornais e estúdios de TV da cidade, além do **SINDICATO DOS JORNALISTAS** p.251. O apelido do bar aludia às prostitutas que frequentavam o bar e remetia à diversidade da noite paulistana na localidade

ENDEREÇO

Rua da Consolação 2063

DISTRITO ZONA

Consolação Central



A Estação Paulista
● Metrô | Linha 4

B Estação Consolação
● Metrô | Linha 2



BAR BARTOLO



Fachada atual do Pasquim Bar e Prosa, antigo Bar Bartolo | fonte Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

Rua Fradique Coutinho 1097

DISTRITO

Pinheiros

ZONA

Oeste



- A Estação Fradique Coutinho
- Metrô | Linha 4

FALA AFIADA!

O grupo **Língua de Trapo** surgiu no final dos anos 1970, no interior da **Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero**. Com letras bem humoradas, a trupe foi um dos destaques do movimento cultural apelidado pela imprensa como **Vanguarda Paulista**, que não dependia das gravadoras e lançava títulos independentes, criando uma espécie de mercado paralelo na cena cultural e musical da cidade. O grupo surgiu e se apresentava com frequência no teatro **LIRA PAULISTANA p.186**.

A canção do grupo musical paulistano **Língua de Trapo** ilustra bem o clima do **Bar Bartolo**, localizado em um antigo casarão na Vila Madalena. Um dos primeiros bares a se instalar por ali, o Bartolo vivenciou intensamente, nos anos 1970, a transformação da Vila no bairro boêmio e cultural que é hoje, servindo de espaço de encontro entre grupos que, de maneiras muito diversas, construíram formas de resistência e oposição à ditadura, entre jovens estudantes, intelectuais, artistas plásticos, cineastas, músicos e jornalistas.

*Bartolo Bar à média-luz, una porraloca me seduz
Hasta me enfeitiçar
Bartolo Bar de mi amor,
una empanada de couve-flor
E una cerveza pra entornar
Stalin, Trotsky y Mao
Son tratados por igual, sin ninguna distinción
Porque o que vale en Fradique
É ser mismo beatnik, abajo la revolución
Yo creo mismo que no hay un ser humano
Igual ao fulano que habita la Vila
Porque en la noche, elle, que és un farrista
En la mañana segunte se tuerna un naturalista
Por esto mismo és tan difícil defini-lo
Ellem que seguramiente,
tiene un extraño estilo
Pero se vires alquién de sandália Havaiana
A fumar marijuana
Estás delante de un bicho-grilo!*



BANDA LÍNGUA DE TRAPO

Canção *Bartolo Bar*, letra de Carlos Melo

O Bartolo era frequentado inicialmente por estudantes das universidades próximas à região, que alugavam quartos e instalavam repúblicas. O bairro, que à época era barato, os atraiu em maior número principalmente após o fechamento do **CRUSP p.222**, moradia estudantil da **Universidade de São Paulo**, pela ditadura. De estudantes – muitos deles vinculados ao movimento estudantil –, o bar passou a atrair outros personagens que foram aderindo à região: artistas plásticos, que já viviam e mantinham seus ateliês no bairro; músicos, mais presentes após a inauguração do teatro **LIRA PAULISTANA p.186**; cineastas, produtores e atores reunidos em torno das produtoras de cinema que, também nessa época, foram se instalando na região. Com o tempo, os bares foram se multiplicando, mas o Bartolo manteve-se como um dos mais importantes de um circuito onde nasceram músicas, artes plásticas, literatura, jornais, panfletos, fanzines e revistas. Servindo de boemia tanto quanto para reuniões de arte produção de informação e para criação de arte contra o autoritarismo, o Bartolo virou um espaço de agentes contestadores da ditadura, na mesma medida em que a Vila Madalena foi se tornando um polo de resistência boêmia, cultural e alternativa.

Por conta das mudanças e características do bairro, o bar eventualmente fechou suas portas. No lugar, por muitos anos funcionou o *Bar Zeppelin Madalena*, e que por sua vez, em 2015, deu lugar ao *Pasquim Bar e Prosa*, uma homenagem à publicação que, de forma bem humorada, criticava e combatia as violências do regime militar no país.



SAIBA MAIS!

Língua de Trapo. *Bartolo Bar*.

► <https://www.youtube.com/watch?v=FbmDMLendJU>

**LARGO DE PINHEIROS****BAR DAS BATIDAS**

No período da ditadura civil militar, a história do **Largo de Pinheiros** dialoga diretamente com o movimento estudantil da **Universidade de São Paulo - USP**. Violentemente reprimidos desde o final dos 1960, os estudantes adentravam a segunda metade dos 1970 dando início a um processo de reorganização de suas demandas específicas, de retomada de suas mobilizações e reconstrução de suas entidades. Como exemplo, esse processo resultou na refundação, em 1976, do **Diretório Central da USP**, o **DCE Livre Alexandre Vannucchi Leme**, reafirmando a organização dos estudantes e a realização de lutas relacionadas com a vida estudantil, desenvolvidas, em um primeiro momento, dentro do cam-

pus. Contudo, no dia 30 de março de 1977, os estudantes voltaram a tomar as ruas da cidade após quase uma década sem mobilizações em espaços públicos. Neste dia, cerca de 3 mil alunos partiram da Cidade Universitária com destino à **Secretaria Estadual de Educação**, no Largo do Arouche, com a intenção de entregar um documento com reivindicações. A decisão da **Polícia Militar**, sob o comando do **Coronel Erasmo Dias**, foi impedi-los de lá chegar, com uma operação que bloqueou as ruas de acesso ao centro, causando um enorme tumulto na cidade. Resistindo, os estudantes caminharam em direção ao Largo de Pinheiros, levantando cartazes a favor da universidade pública. No largo, leram uma carta aberta à população em que denunciavam mortes, assassinatos e torturas, defendiam o fim das violências, as liberdades democráticas e o direito de todos à organização política.

A região, dada a proximidade com várias universidades, também reunia muitos bares e espaços de reuniões e atividades das organizações e movimentos de resistência. Um dos lugares famosos por reunir estudantes e militantes de oposição ao governo era o **Bar das Batidas**, também chamado de **Cu do Padre**, por estar localizado bem atrás da **Nossa Senhora do Monte Serrat**, igreja no Largo de Pinheiros. Nele, durante as noites das décadas de 1960 e 1970, sempre era possível encontrar os que discutiam caminhos para a construção de outra sociedade.

ENDEREÇO

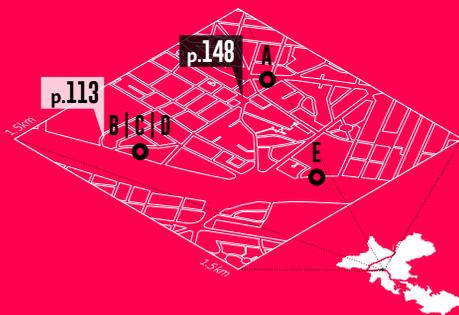
Largo de Pinheiros

DISTRITO

Pinheiros

ZONA

Oeste



- A** Estação Faria Lima
● Metrô | Linha 4
- B** Estação Pinheiros
● Metrô | Linha 4
- C** Terminal Pinheiros
● Ônibus
- D** Estação Pinheiros
● CPTM | Linha 9
- E** Estação Hebraica-Rebouças
● CPTM | Linha 9

**SAIBA MAIS!**

O apito da panela de pressão
DCE-Livre USP e DCE PUC, 1981, 24 min
▶ <https://www.youtube.com/watch?v=DUGZAB0QL5c&list=PLzC4rq-1oifYjY8mTIlN6UhYvmGQxhLzk&index=130>



MONUMENTOS EM HOMENAGEM AOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS PARQUE IBIRAPUERA

MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

ENDEREÇO

Avenida Pedro Álvares Cabral s/n, em frente ao Portão 10

DISTRITO

Moema

ZONA

Centro-Sul



A Estação Paraíso
● Metrô | Linhas 1 e 2

B Estação Ana Rosa
● Metrô | Linhas 1 e 2

Em 8 de dezembro de 2014, foi inaugurado, na **Avenida Pedro Álvares Cabral**, em frente ao **Parque Ibirapuera**, o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos. A obra, assinada pelo arquiteto e artista plástico **Ricardo Ohtake**, é uma homenagem a todos os mortos e desaparecidos políticos que foram reconhecidos como vítimas da ditadura civil-militar no Brasil.

Na parte da frente, as cinco chapas brancas de seis metros de altura que compõem o monumento carregam, grafados em baixo-relevo, os nomes oficialmente registrados daqueles que morreram ou desapareceram durante a ditadura. Já na parte de trás, placas desiguais e de aparência enferrujada representam as diferentes trajetórias de vida que convergem para o mesmo desfecho trágico. Uma lança transpassa a obra, revelando as vidas abreviadas pelo regime e a necessidade de romper com o legado de violência e impunidade que ainda hoje segue fazendo novas vítimas.

Produzido pela **Coordenação de Políticas de Direito à Memória e à Verdade** da **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo**, ele é o primeiro monumento do gênero no país e tem também a missão de lembrar todos aqueles que morreram pela mão do Estado durante o período, como as populações indígenas, os trabalhadores rurais e os jovens de periferia vítimas dos grupos de extermínio.

Esse marco responde a uma antiga demanda de familiares de mortos e desaparecidos, constituindo-se como reparação simbólica às violações aos direitos humanos perpetradas durante o regime militar e lugar de memória para a cidade de São Paulo, como recomendam o **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3** e o relatório final da **Comissão Nacional da Verdade**.

Com criação anunciada em 1930, o **Parque Ibirapuera** tornou-se realidade apenas em 1951, quando **Ciccillo Matarazzo** assumiu a organização das comemorações dos 400 anos de São Paulo. A convite dele, **Oscar Niemeyer** liderou os projetos dos espaços do parque, convertendo o local em um dos expoentes da arquitetura modernista brasileira. A seu lado, **Roberto Burle Marx** foi chamado para desenvolver o desenho paisagístico dos mais de 1,5 milhão de m² de área do parque.



Detalhe do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos no Parque do Ibirapuera | foto Ariana Lara de Paula | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

PASSADO DE RESISTÊNCIA

Em fevereiro de 1966, os estudantes do **CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO p.184** da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP fundaram um grupo de teatro. Batizado inicialmente como *Teatro do Onze*, o coletivo de artistas assumiria mais tarde o nome **TEATRO UNIÃO E OLHO VIVO – TUOV p.204**. Sua apresentação mais significativa ocorreu em setembro de 1970, no Parque Ibirapuera. Em um picadeiro armado no espaço, centenas de pessoas se amontoaram para acompanhar a peça **O Evangelho Segundo Zebedeu**, baseado na história de **Canudos**. Dirigido por **Silnei Siqueira**, o musical de **César Vieira** fundia a saga de **Antônio Conselheiro** à realidade do circo, resultando em um espetáculo repleto de críticas à igreja, às desigualdades sociais e ao militarismo. A apresentação do grupo

no Parque Ibirapuera, localizado a poucas quadras da sede do **DOI-CODI p.76**, tornou-se um marco da resistência artística durante a ditadura.



SAIBA MAIS!

Emoção: monumento homenageia mortos e desaparecidos da ditadura

Rede TVT, 2014. 8 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=62t14YuvC6Y>

Inauguração do Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC

Estúdio Luzia, 2014. 4 min

► https://www.youtube.com/watch?v=_1lx5x152sc

PRADO, Carol. Monumento com nomes de mortos na ditadura é inaugurado no Ibirapuera

Jornal Folha de S.Paulo, 2014

► <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1559332-monumento-com-nomes-de-mortos-na-ditadura-e-inaugurado-no-ibirapuera.shtml>



Vista aérea do Complexo do Ibirapuera no final da década de 1960 | foto Ivo Justino | fonte Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo



VALE DO ANHANGABAÚ | VIADUTO DO CHÁ



Vista do Vale do Anhangabaú, 1938 | foto Benedito Junqueira Duarte - BJ Duarte | fonte Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

ENDEREÇO

Vale do Anhangabaú | Viaduto do Chá

DISTRITO

República | Sé

ZONA

Central



- A** Estação República
● Metrô | Linhas 3 e 4
- B** Estação Anhangabaú
● Metrô | Linha 3
- C** Terminal Bandeira
● Ônibus
- D** Estação São Bento
● Metrô | Linha 1

É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras: fim às torturas, prisões e perseguições políticas.

trecho do manifesto distribuído pelos estudantes em passeata no centro de São Paulo em 5 de maio de 1977

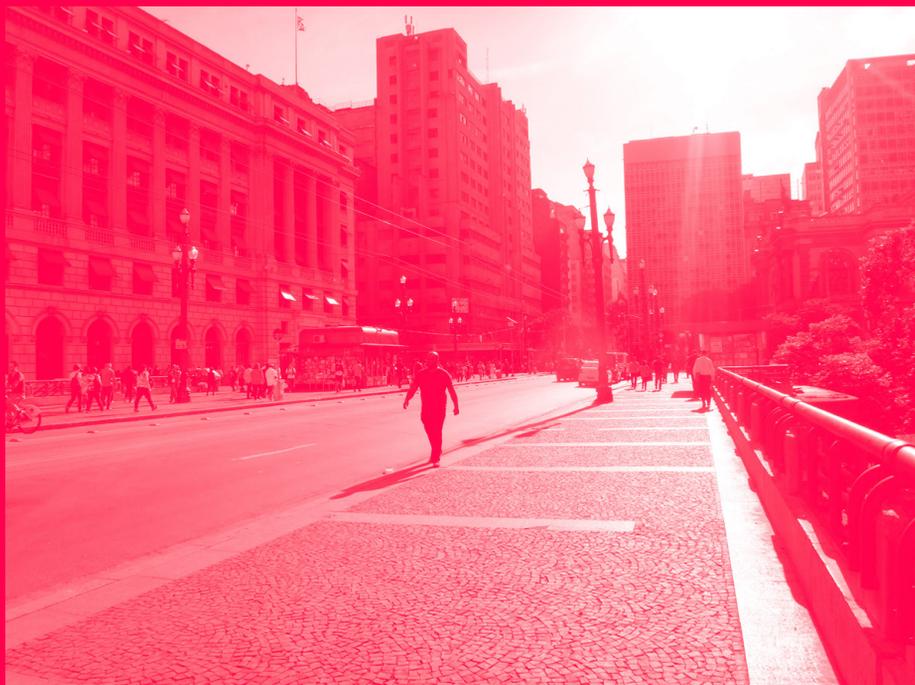


No século XIX, a cidade de São Paulo se expandia muito rapidamente, ultrapassando os limites de seu núcleo urbano original. Entre 1880 e 1910, esse antigo núcleo, convertido em centro da cidade, foi inteiramente remodelado. Novas praças e ruas foram abertas ou reformadas e vias de ligação com novos bairros foram criadas. No Vale do Anhangabaú, a construção do Viaduto do Chá, em 1892, tinha esse objetivo, enquanto as construções do **THEATRO MUNICIPAL p.165** e do **Parque do Anhangabaú** passaram a compor um conjunto de obras arquitetônicas de inspiração europeia e belos jardins de pedestres que pretendiam dar ares sofisticados à região. Desde então, o Vale e o Viaduto são pontos importantes de circulação da cidade.

Além de cartão postal da cidade, o Vale foi apropriado pela população, em diversos momentos de

sua história, como um local de realização de comícios e manifestações políticas. Entre os acontecimentos que o marcaram como importante lugar de memória durante a ditadura está a realização de um dos maiores comícios da *Campanha das Diretas Já!*, no dia 16 de abril de 1984, que reuniu mais de 1,5 milhão de pessoas exigindo eleições diretas e o fim do regime ditatorial.

No início de 1983, o deputado **Dante de Oliveira** apresentou, no **Congresso Nacional**, a emenda – popularmente conhecida como *Emenda Dante de Oliveira* – que restabeleceria as eleições diretas para a presidência da república. Progressivamente, o assunto ganhou destaque e **Comitês Pró-Diretas** foram organizados nas cidades mais importantes do país. As manifestações públicas realizadas durante a Campanha das Diretas ficaram conhecidas como *Comícios das Diretas*, ou, ainda, *Festas da De-*



Vista do Viaduto do Chá | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

mocracia, por promoverem uma ocupação lúdica e, ao mesmo tempo, política do espaço público.

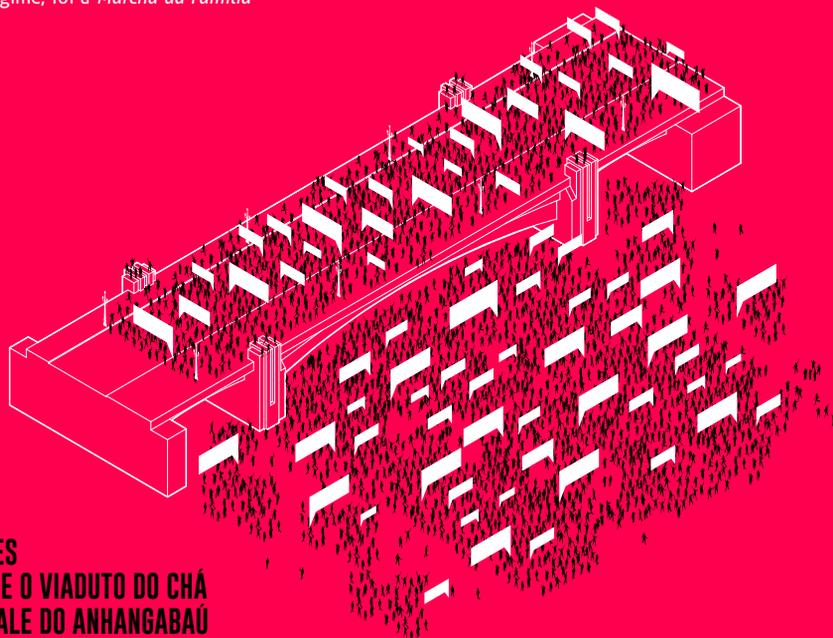
O Comício das Diretas no Vale do Anhangabaú seguiu a tônica das gigantescas manifestações ocorridas a partir de janeiro daquele ano. Entre as diversas "personalidades" que subiram ao palco destacam-se os cantores **Chico Buarque**, **Beth Carvalho** e **Fafá de Belém**, os jogadores de futebol **Sócrates**, **Vladmir** e **Casagrande** (integrantes do movimento da **Democracia Corinthiana**) e políticos de diferentes partidos como **Luís Inácio Lula da Silva**, **Fernando Henrique Cardoso**, **Leonel Brizola**, **Ulisses Guimarães**, **Franco Montoro**, **Mário Covas** e outros. Apesar da frustração pela derrota da emenda no Congresso Nacional, o movimento das *Diretas Já!* marcou o ápice da mobilização popular durante a redemocratização brasileira.

Ao longo do regime, o Vale do Anhangabaú reuniu inúmeras outras manifestações, tanto de apoio quanto de resistência à ditadura. Uma delas, como ação favorável ao regime, foi a *Marcha da Família*

com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964, que convocava uma intervenção contra **João Goulart**, à época presidente do país. Entre os vários atos de resistência, em 1977, cerca de 10 mil estudantes do estado de São Paulo realizaram uma manifestação, considerada uma das maiores da época, contra a prisão de oito alunos em maio do mesmo ano.

Em 1978, o Viaduto do Chá, nas escadarias do **THEATRO MUNICIPAL p.165** foi palco de uma manifestação emblemática para a história do país, um ato que marcaria a organização de uma frente de ação unificada contra a discriminação racial e que deu origem ao **Movimento Negro Unificado - MNU**.

Com o fim do regime, o Vale do Anhangabaú continuou sendo ocupado pela população, tanto em manifestações culturais quanto para dar sequência a sua vocação política. Atualmente, é o local tradicional de realização dos comícios de 1º de Maio, **Dia do Trabalhador**.



**MANIFESTAÇÕES
EM CIMA SOBRE O VIADUTO DO CHÁ
EMBAIXO NO VALE DO ANHANGABAÚ**



LARGO DO PAISSANDU

Comemoração em 1969 do "13 de maio" em frente ao Monumento à Mãe Preta no Largo do Paissandu | foto Autor desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

Desde o início do século XX, após a transferência forçada da **Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos** para o Largo do Paissandu, este local se configurou como um tradicional espaço de convivência da população negra na cidade de São Paulo. Em 1978, as tradicionais comemorações do 13 de maio foram interrompidas pela chegada de diversos manifestantes do **Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial - MUCDR** e da **Liga Operária**, que mais tarde formariam o **Movimento Negro Unificado - MNU**, fundado em ato nas escadarias do **THEATRO MUNICIPAL p.165**. Portando faixas e cartazes, os manifestantes leram perante as autoridades presentes a *Primeira Carta Aberta à População*, denunciando, entre outras questões, a violência policial contra negros e pobres em São Paulo.

Em 2004, a pedido da **Irmandade do Rosário dos Homens Pretos**, o **Monumento à Mãe Preta** foi tombado pelo **Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP**.

ENDEREÇO

Largo do Paissandu

DISTRITO ZONA

República Central



- A** Estação República
● Metrô | Linhas 3 e 4
- B** Estação Anhangabaú
● Metrô | Linha 3
- C** Terminal Bandeira
● Ônibus
- D** Estação São Bento
● Metrô | Linha 1



FFCL em outubro de 1968 após o confronto da Batalha da Maria Antônia: o enfrentamento ocorrido entre os estudantes da USP e os estudantes do Mackenzie, com apoio do CCC | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

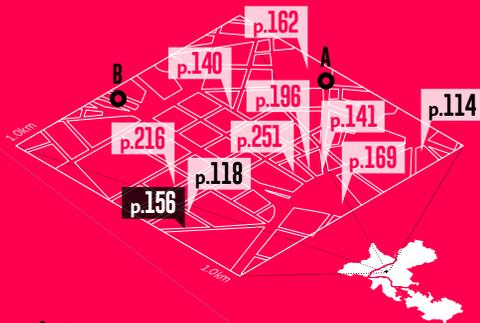
Rua Maria Antonia

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



A Estação República
● Metrô | Linhas 3 e 4

B Terminal Amaral Gurgel
● Ônibus

A Rua Maria Antônia é uma referência à **Dona Maria Antônia da Silva Ramos** (1815-1902), senhora da sociedade paulistana e filha do senador do Império **João da Silva Machado**, o **Barão de Antonina**. Em 1870 parte de sua chácara, localizada na região que hoje abriga o bairro Higienópolis, zona oeste de São Paulo, foi vendida ao **Reverendo George Chamberlain** e sua esposa **Mary Ann Chamberlain**. O casal missionário foi responsável pela construção da **Escola Americana**, precursora da atual **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, denominação adotada a partir de 1999.

Na década de 1950, o bairro da Vila Buarque começou a receber uma grande quantidade de investimentos imobiliários que levaram à demolição de parte dos antigos casarões que o caracterizavam. Nesse mesmo período, estudantes de duas universidades passaram a dividir a Rua Maria Antônia: a **Universidade Mackenzie** e a **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - FFCL USP**.

A Maria Antônia se tornou um dos centros de uma mentalidade renovada, que a ligou em profundidade a outros grupos sociais. À noite, sobretudo, dava a impressão de ser quartel-general que enquadrava a convivência inquieta de jovens da casa e de fora, estes atraídos pela sua capacidade de aglutinar, e enchendo calçadas e os bares vizinhos com debates sem fim. Por isso mesmo, quando veio o golpe militar de 1964, ela foi imediatamente invadida, depredada, com alunos e professores detidos, inquéritos abertos num vasto movimento de intimidação e repressão



ANTÔNIO CÂNDIDO

em *Maria Antônia: Uma Rua Na Contramão*

A primeira foi criada em 1952, mas sua origem remonta ao final do século XIX com a **Escola Americana**, sendo o mais antigo estabelecimento privado e religioso de ensino de engenharia do país, além de um dos primeiros a oferecer curso superior de Filosofia e Comércio. Já **FFCL USP**, fundada em 1934, e instalada na Rua Maria Antônia em 1949, tem como objetivo integrar o conhecimento em todas as áreas da vida humana, não apenas nos campos da advocacia, engenharia e medicina, como era habitual no circuito universitário até o momento. Para a **FFCL**, o ensino deveria ser um mecanismo de transformação do homem e um instrumento de mudança social.

Além das duas universidades, outras faculdades se espalhavam pela região como a **Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA USP**, na **Rua Dr. Vila Nova**; a **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU USP**, na **Rua Maranhão**; a **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP** p.216 e a **Santa Casa**, na **Rua Cesário Mota Júnior**; a **Faculdade de Medicina - FMUSP** p.218, na **Avenida Dr. Arnaldo**; e a **Faculdade**



Ação policial durante a Batalha da Maria Antônia em outubro de 1968 | fonte Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

de Direito, no **LARGO DE SÃO FRANCISCO**, p.184 . Muitas escolas públicas e particulares também funcionavam no bairro, aumentando ainda mais o fluxo de estudantes na região.

Na tríade constituída pelo **Bar do Meio**, **Cientista** e pelo **Bar do Zé**, próxima ao **Bar sem Nome**, na Rua Dr. Vila Nova, a Maria Antônia encerrava as noites com as calçadas cheias de estudantes. Às vezes, era possível escutar um grupo cantarolando um samba antigo ou uma música de **Chico Buarque**. Bares e livrarias completavam o cenário de efervescência cultural que marcou os anos 1960 no centro de São Paulo.

Sede de encontros culturais e políticos de estudantes, não demorou muito para que a Maria Antônia refletisse os anseios de uma juventude disposta a retomar a democracia no Brasil e se convertesse em palco de contestação à ordem estabelecida. Catalisadora das mais diversas ideologias, a FFCL deu vida a projetos inovadores no campo da educação, das artes e da cultura, como os **Centros Populares**

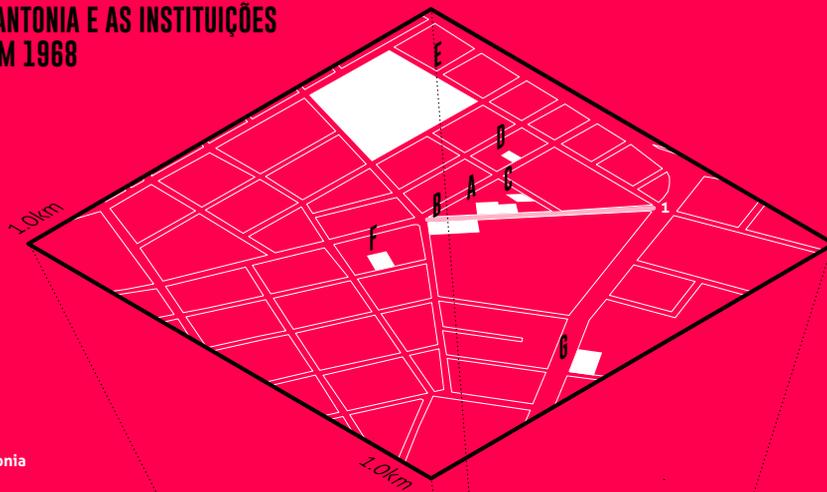
de Cultura - CPCs da UNE, o **Movimento de Educação de Base - MEB**, o **Movimento de Cultura Popular - MCP**, além de iniciativas de alfabetização de adultos pelo método **Paulo Freire**.

O contato orgânico com a população traduzia-se na articulação dos estudantes com os movimentos sociais. Da universidade para as ruas, foi imersa nessa dinâmica que a Maria Antônia se tornou um espaço estratégico do movimento estudantil brasileiro, sendo reconhecida como local por onde circulavam lideranças e se organizavam manifestações e assembleias.

BATALHA NA RUA

Ao longo de sua história, o Mackenzie havia se consolidado como a universidade dos filhos da burguesia paulista, reunindo muitos estudantes de perfil conservador. Com o golpe de 1964, a escola se caracterizaria como um grande reduto ideológico de direita, tendo inclusive alguns de seus alunos como membros do **Comando de Caça aos Comunistas** -

RUA MARIA ANTONIA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM 1968



1 Rua Maria Antônia

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP - FFCL
Rua Maria Antônia 294

B Universidade Mackenzie
Rua Maria Antônia 307

C Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas - FCEA
Rua Doutor Vila Nova 268

D Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP
Rua General Jardim 522

E Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo - FCMSCSP
Rua Cesário Mota Júnior 61

F Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP - FAU USP
Rua Maranhão 88

G Colégio Maria Cintra
Rua da Consolação 1289

H Faculdade de Direito da USP
Largo São Francisco 95

I Fundação Getúlio Vargas - FGV
Avenida Nove de Julho 2029

J Faculdade de Medicina da USP - FMUSP
Avenida Doutor Arnaldo 45

K Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP
Rua Monte Alegre 984



CCC, organização paramilitar que agia em estreita colaboração com o **DEOPS/SP** p.44 . Do outro lado da rua, os estudantes da USP contavam com o apoio do movimento estudantil e de organizações e partidos de esquerda.

Na manhã do dia 3 de outubro de 1968, estudantes secundaristas realizavam um pedágio na rua Maria Antônia, com o objetivo de arrecadar fundos para participarem do **Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE**, que aconteceria em Ibiúna de forma clandestina, já que a UNE fora extinta pelo governo um dia depois do golpe de 1964. Em meio ao pedágio, os estudantes pararam o carro de alguns mackenzistas, que reagiram com indignação. Começaram aí os insultos e as agressões verbais, até que um ovo foi atirado em um estudante da FFCL.

O que poderia ter sido apenas uma provocação terminou em um confronto de quatro horas entre os estudantes da USP e do Mackenzie. Paus, pedras, rojões, coquetéis molotov, bombas, ácido sulfúrico, tiros e incêndios dominaram a Maria Antônia.

Com o avanço dos estudantes da FFCL para os portões da universidade rival, a reitora do Mackenzie à época, **Esther de Figueiredo Ferraz**, entrou em contato com o governador **Abreu Sodré** para solicitar a presença da polícia. Nesse telefonema, ela dizia que a universidade estava prestes a ser invadida e que o patrimônio seria depredado. Imediatamente, um contingente com mais de cem homens da **Guarda Civil** dirigiu-se à Maria Antônia, munidos de cassetetes, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, entre outros.

Perfilados por toda sua extensão, posicionando-se em cima dos muros, perto dos portões e por todo o pátio do Mackenzie, estudantes relatam que os homens da Guarda pareciam mais preocupados em salvaguardar o patrimônio da universidade do que em apartar o confronto entre os estudantes. Aos poucos, os estudantes de esquerda sentiram-se obrigados a recuar. Não havia como enfrentar os membros do CCC e a polícia de uma só vez e, além disso, era preciso apagar o fogo que se alastrava pelo prédio da USP, provocado por bombas incendiárias.



Manifestantes carregam estudante morto por tiro durante a Batalha da Maria Antônia | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

A batalha entre as universidades terminou com um grande número de feridos e um morto: **José Carlos Guimarães**, estudante secundarista do **COLÉGIO MARINA CINTRA p.224**, assassinado por **Osni Ricardo**, membro do CCC e informante policial do **DEOPS/SP p.44**. **José Dirceu**, à época importante líder estudantil, procurou conferir significado àquela morte. Da janela de um prédio da Rua Maria Antônia, tomando a camisa ensanguentada do colega, ele discursou: *José, o rapaz morto, é um segundo Édson Luís. Vamos às ruas!*. Ele referia-se ao estudante morto no Rio de Janeiro no dia 28 de março de 1968, durante uma ação da polícia no **Restaurante Universitário Calabouço**.

1968, O ANO QUE NÃO ACABOU

Além da batalha da Maria Antônia, outro acontecimento marcante de 1968 para o movimento estudantil foi o **XXX Congresso da UNE**, realizado em outubro em Ibiúna, interior de São Paulo. O encontro, que decidiria a próxima liderança da organização, teve seu local descoberto pela polícia logo nos primeiros dias e seus participantes terminaram presos – incluindo praticamente toda a liderança estudantil do país. Para concluir esse ano de efervescência política, em 13 de dezembro foi decretado o **Ato Institucional nº 5** (conhecido por **AI-5**), que autorizava o governo a adotar medidas de exceção, como colocar o **Congresso Nacional** em recesso e legislar em seu lugar, além de suspender temporariamente os direitos e garantias fundamentais da população brasileira.



SAIBA MAIS!

A universidade em crise

Direção: Renato Tapajós, 1965. 20 min

A Batalha da Maria Antônia

Direção: Renato Tapajós
Tapiri Cinematográfica, 2013. 76 min

Aconteceu bem aqui – Maria Antônia

Direção: Camilo Tavares
Pequi Filmes, 2015

► https://www.youtube.com/watch?v=08fVXlGG_UU

CENTRO CULTURAL MARIA ANTONIA

A batalha apressou os planos de mudança da faculdade para o que hoje é conhecido como **Cidade Universitária**, localizada no Butantã. A Universidade Presbiteriana Mackenzie praticamente não sofreu danos e segue ativa. O antigo prédio da USP, totalmente devastado após o confronto, só voltou a ser ocupado muitos anos depois, sendo que em 1985 o edifício principal foi tombado pelo **Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT** por sua importância histórica. Atualmente o prédio abriga o **Centro Cultural Maria Antônia**, uma instituição cultural vinculada à USP, de referência na cidade de São Paulo. Com dezenas de exposições anuais, o Centro Cultural Maria Antônia reúne artistas contemporâneos e abre espaço para as mais diversas técnicas de produção.

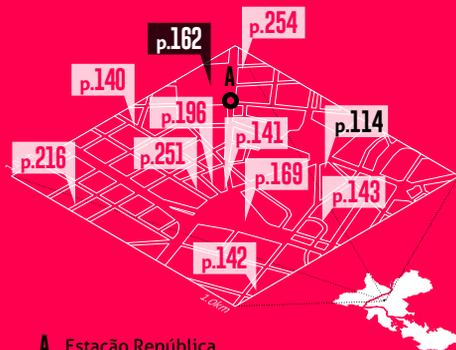


Manifestação política na Praça da República em 1986 | foto Mirian Fichtner | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

Praça da República

DISTRITO	ZONA
República	Central



- A Estação República
- Metrô | Linhas 3 e 4

A **Praça da República** era originalmente chamada de *Praça dos Milicianos*, por ser um espaço dedicado a exercícios e treinamentos de militares. Posteriormente, conhecida como *Praça dos Curros* se tornou um local típico de touradas e cavalgadas. Em 1889, ganhou seu nome e configuração atual, inspirada em um modelo de urbanização europeia. A ideia era que o local se tornasse um espaço de descanso e lazer condizente com a modernidade propiciada pela economia cafeeira, atendendo a classe dominante paulista.

Com o passar dos anos, e seguindo as diferentes ocupações e mudanças de cenário do centro de São Paulo, a Praça se popularizou, tornando-se um ponto importante da vida da cidade. Além disso, diferentes grupos políticos e ideológicos encontraram nela, caminhos para suas reivindicações e manifestações públicas. No período que antecedeu o

golpe civil-militar de 1964, a Praça da República foi o ponto de encontro escolhido para as manifestações de oposição ao governo de **João Goulart**, que tencionavam contra sua perspectiva progressista, anunciada nas **Reformas de Base**. À época, tanto os conservadores quanto os progressistas disputavam sistematicamente o espaço público, levando às ruas e praças suas reivindicações, por meio de comícios e passeatas.

Em 19 de março de 1964, a praça recebeu a concentração de aproximadamente 500 mil pessoas, que caminharam, na **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, pela Rua Barão de Itapetininga **PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO p.165**, **VIADUTO DO CHÁ p.152**, Praça do Patriarca, em direção a **PRAÇA DA SÉ p.174**, com discursos em favor da intervenção militar contra o governo de João Goulart. Na **CATEDRAL DA SÉ p.174**, ao final da passeata, realizou -se a missa para salvação da democracia.

Em outubro de 1968, já durante a ditadura, a Praça da República serviu de espaço para manifestações do movimento estudantil. Palavras de ordem de *Abaixo à Ditadura* foram repetidas pelos jovens que se reuniram em torno do coreto ali presente, denunciando a morte de um colega na **RUA MARIA ANTÔNIA p.156**. A **União de Mães contra a Violência** apoiou o ato organizado e às 17h00 iniciou-se uma passeata pelas ruas do centro, que acabou sendo duramente reprimida pela força policial.

Na década de 1980, não só os estudantes, mas outros setores da sociedade sufocados por 20 anos de regime autoritário, retomaram as ruas e praças como espaço político.. Em várias manifestações pelas *Diretas Já!*, reivindicando eleições diretas, as ruas do centro de São Paulo foram tomadas. Em janeiro de 1984, aproximadamente 1 milhão de pessoas em uníssono exigiriam o direito ao voto, o retorno a democracia e o fim dos governos militares.



Convenção da Arena (partido de apoio à ditadura civil-militar) nas proximidades da Praça da República em 1972 | foto João Tavares de Medeiros | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo



Praça Benedito Calixto | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

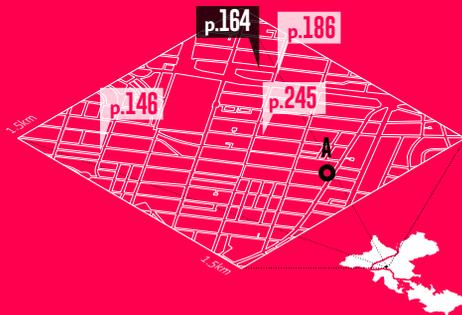
Praça Benedito Calixto

DISTRITO

Jardim Paulista

ZONA

Oeste



A Estação Fradique Coutinho

● Metrô | Linha 4

Conhecido ponto da Vila Madalena, a **Praça Benedito Calixto** é um marco nas mudanças que, na ditadura, alteraram a configuração do bairro de origem operária. Essas transformações começaram com a ocupação da região por artistas ligados à contracultura dos anos 1960 e seus ateliês. Em 1968, vieram as repúblicas dos estudantes desalojados pela invasão e fechamento do **CRUSP p.222** pela polícia. A partir daí, o bairro atraiu bares e casas noturnas que lhe deram a atual fama boêmia. De ponto de encontro político e de diversão de universitários, a praça assumiu caráter de resistência cultural no final dos anos 1970. Em 1979, a inauguração do teatro **LIRA PAULISTANA p.186** consagrou a região da cidade como reduto das expressões artísticas consideradas alternativas, que se posicionavam contrárias à indústria cultural e ao ambiente repressivo. Posteriormente, em 1987, a praça passou a receber a *Feira de Artes, Cultura e Lazer*, com artesanato variado e antiguidades.



PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO



THEATRO MUNICIPAL



Theatro Municipal entre o final do século XIX e início do século XX | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

Projetado por Ramos de Azevedo, o Theatro Municipal começou a ser construído em 1903, mas foi inaugurado somente em 12 de setembro de 1911, na região do antigo Morro do Chá – que, em 1928, passou a se chamar Praça Ramos de Azevedo, em homenagem ao arquiteto falecido naquele ano. A idealização do imponente teatro lírico, inspirado em *L'Opéra* de Paris, atendia aos anseios da elite paulistana por uma modernização da cidade aos moldes europeus, e, assim, o edifício-monumento que se ergueu tornou-se um símbolo político e cultural da nova São Paulo. A construção foi assumida pelo poder público e redesenhou o centro de São Paulo com desapropriações e demolições, assim como com o ajardinamento do VALE DO ANHANGABAÚ p.152 .

ENDEREÇO

Praça Ramos de Azevedo s/n

DISTRITO

República

ZONA

Central



- A Estação República
- Metrô | Linhas 3 e 4
- B Estação Anhangabaú
- Metrô | Linha 3
- C
-
- D
-

O Theatro Municipal inscreveu a cidade no circuito internacional de óperas e desde sua inauguração funcionou como uma luxuosa vitrine para os hábitos e circulação da elite paulistana. Um marco da utilização do teatro foi a realização, em 1922, da **Semana de Arte Moderna**, um festival artístico com exposição de obras e sessões literárias e musicais. A Semana era parte das comemorações do *Centenário da Independência*, mas os artistas envolvidos, membros da elite tradicional, se abstiveram do debate cívico e organizaram uma manifestação coletiva, cujo propósito era rejeitar o conservadorismo vigente na produção artística brasileira. O Theatro, que até o momento era frequentado basicamente pela elite,

apenas no fim dos anos 1930, com o **Departamento de Cultura** chefiado por **Mário de Andrade**, passou a diversificar seu público, com recitais gratuitos, óperas a preços acessíveis e flexibilização na exigência das vestimentas dos frequentadores.

No entanto, ainda que tivesse se aberto a experiências mais populares, o Theatro fora construído para atender a certo padrão de cultura e, por muitos anos, manteve-se como uma referência erudita para a elite, cabendo à população geral usufruir apenas de seu espaço externo. Por essa razão, e por estar localizado no centro da cidade, local de grande circulação de pessoas, foi muito comum que



Localizada na região central de São Paulo, a Praça Ramos de Azevedo tornou-se também, no final da década de 1970, um local simbólico para os movimentos negros | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

sua escadaria servisse de palco para manifestações populares diversas, tivessem elas caráter artístico ou político. Um desses eventos foi a fundação do **Movimento Negro Unificado - MNU**, em 1978.

Desde o final do século XIX, a construção da identidade nacional se debatia com a questão racial num país eurocêntrico em que grande parte da população tem origem africana. Na década de 1930, difundiu-se a noção da democracia racial, que defendia a ideia de que o Brasil era um país harmônico, garantindo igualdade entre brancos e negros. Tal teoria rapidamente se converteu em um instrumento ideológico para a manutenção do poder vigente, marcada pela discriminação e marginalização do negro.

MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

O movimento negro no Brasil passou por três fases: a primeira, do início do século XX até o início do **Estado Novo**, em 1937, buscou integrar a população negra à sociedade a partir da assimilação dos padrões de vida dos brancos. A segunda teve início com o fim do Estado Novo, em 1945, e seguiu até o golpe de 1964, período em que foram organizadas sociedades e agremiações negras de afirmação da dignidade e pelo reconhecimento social dos negros. A última fase marcou o início do movimento negro contemporâneo e surgiu no final da década de 1970 como denúncia ao mito da democracia racial.

DITADURA E OPRESSÃO

A marginalização da população negra, bastante antiga no país, seguiu presente também em períodos democráticos. Contudo, em períodos autoritários,

como o **Estado Novo** e a ditadura civil-militar, as organizações do movimento negro foram desarticuladas, a fim de se encerrar o debate público sobre a democracia racial, colaborando com projetos de construção de uma nação integrada.

O lançamento do **MNU** nas escadarias do Theatro Municipal em julho de 1978 foi organizado como ato público em protesto contra a morte de um negro em uma delegacia de São Paulo e contra a proibição da entrada de alguns atletas jovens e negros no **Clube de Regatas Tietê**.

O ato contou com repercussão nacional e internacional e, a partir dele, desenvolveu-se a proposta de unificar, em escala nacional, a luta antirracista, fortalecendo o poder político do movimento negro. Da mesma forma, a nova perspectiva de luta passava a articular as categorias de classe e de raça. Com isso, foi possível promover maior aproximação com outros setores reivindicativos da sociedade, principalmente com grupos de esquerda que se opunham à ditadura.

Outra característica importante do movimento foi a reavaliação do papel do negro na formação da cidade de São Paulo e na história do Brasil – daí o questionamento sobre as tradicionais celebrações do 13 de maio que aconteciam no **LARGO DO PAISSANDÚ** p.155 . A discussão, que envolvia a valorização da cultura, política e identidade negras, passou a celebrar o dia 20 de novembro, dia da morte de **Zumbi dos Palmares**, e deslocou o protagonismo da celebração para o universo negro. Em 2004, a Prefeitura de São Paulo, em reconhecimento à luta do movimento, decretou o dia 20 de novembro como feriado municipal do **Dia da Consciência Negra**.

AS ESCADARIAS DO MUNICIPAL E AS MANIFESTAÇÕES PELOS DIREITOS LGBT

São ainda pouco conhecidas as formas pelas quais a homofobia deu margem a políticas de perseguição na Ditadura. Sustentando valores conservadores, o regime disseminou uma visão das pessoas LGBT como perigosas ameaças à sociedade, à família e aos "bons costumes", associando-as tanto aos setores de esquerda (a chamada "subversão"), quanto a setores considerados moralmente desviantes, ao lado de usuários de drogas, traficantes e prostitutas, que também recebiam atenção repressiva. Estes discursos legitimaram variadas formas de violência direta contra estes grupos, assim como a censura e a perseguição contra indivíduos e organizações políticas. Um exemplo disso foi o plano de policiamento da cidade de São Paulo elaborado em 1979, pela **Secretaria de Segurança Pública**, que consistia na realização de rondas ostensivas, sobretudo na região central, onde a operação era coordenada pelo delegado **José Wilson Richetti**, com o objetivo de "limpar" a área da presença de prostitutas, travestis e homossexuais. Qualquer indivíduo assim identificado podia ser levado "para averiguação" nas dependências policiais, tendo por fundamentos legais a contravenção penal de vadiagem. Em 1980, como reação a essa repressão, organizações dos movimentos sociais que emergiam nesse momento de abertura política se uniram para realizar pela primeira vez um ato público relacionado à questão. Marchando da frente do Teatro Municipal até o Largo do Arouche, cerca de mil gays, lésbicas, travestis e prostitutas protestaram contra a violência policial, entoando a palavra de ordem: *Abaixo a repressão – mais amor e mais te-são*. Uma carta aberta à população foi assinada por 13 entidades, entre as quais o **SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual**, o **Movimento Negro Unificado**, a **Ação Lésbica-Feminista** e o **Nós Mulheres**. A passeata é considerada um dos marcos do nascimento do movimento LGBT no Brasil.



SAIBA MAIS!

Museu Afro Brasil. Av. Pedro Álvares Cabral. Portão 10. Parque Ibirapuera – São Paulo/SP

A Negação do Brasil

Direção: Joel Zito Araújo
Casa de Criação, 2000. 91 min

Raça na Praça

Direção: Luiz Alberto Pereira.
Lapfilme. Documentário, 1987. 7 min



PRAÇA ROOSEVELT



IGREJA N.SRA. DA CONSOLAÇÃO



Faixas diante da Igreja da Consolação onde se velava o corpo do operário Santos Dias em 31 de Outubro, 1979 | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

Localizada no centro da cidade e limitada, de um lado, pela Rua da Consolação e, do outro, pela Rua Augusta, a **Praça Roosevelt** é um importante espaço de convivência de São Paulo, que recebeu diferentes usos ao longo de sua história.

O marco inicial de sua ocupação social foi a construção da **Capela da Consolação**, em 1801, tornando a **Igreja Nossa Senhora da Consolação** em 1840. Sua presença fez dos arredores do que à época era uma chácara particular um ponto de convivência da população e de realização de festividades religiosas. Na década de 1930, quando a região central da cidade passava por acelerado processo de urbanização, o espaço foi loteado e doado ao poder público. Em 1940, o terreno foi transformado em um grande calçadão de paralelepípedo, utilizado como estacionamento e feira livre, mas também ocupado pela população com diferentes usos, como o lazer nos fins de semana.

ENDEREÇO

Praça Franklin Roosevelt | Rua da Consolação 585

DISTRITO

República

ZONA

Central



A Estação República

● Metrô | Linhas 3 e 4

Entre 1960 e 1970, a praça foi se tornando palco de variadas atividades de resistência contra a ditadura. Sua proximidade com o circuito universitário composto pela **Universidade Mackenzie** e a **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - FFCL**, ambas na **RUA MARIA ANTÔNIA p.156**, e a Pontifícia Universidade Católica - **PUC-SP p.220**, a coloca no percurso de passeatas do movimento estudantil. Com o **TEATRO DE ARENA p.196** localizado do outro lado da Rua da Consolação e o **TEATRO OFICINA p.198** bastante próximo, a praça Roosevelt também atraía grupos engajados em experiências artísticas ligadas à resistência ou vistas com desconfiança pelo regime militar.

Nesse período, a praça reuniu diversos estabelecimentos culturais e de lazer, como boates, cinemas de arte, teatros, bares e restaurantes, como o **GIGETTO p.143** e o **BAR REDONDO p.141** fre-

quentados por artistas, boêmios e estudantes. Foi considerada um reduto boêmio e de expressão da **Bossa Nova** paulista. No bar **Baiúca**, por exemplo, formou-se o grupo **Zimbo Trio**, enquanto o **Djalma's** recebeu, em 1964, o primeiro show de **Elis Regina** na cidade.

CINE BIJOU

Como um dos destaques da praça estava o **Cine Bijou**, inaugurado em 1962 com o objetivo de exibir filmes de arte que estavam fora do circuito tradicional dos cinemas da cidade. Em suas telas foram projetados filmes de cineastas vanguardistas, de **Stanley Kubrick** a **Luis Buñuel**, muitos condenados como impróprios ou mesmo censurados pelo regime. Ao atrair estudantes, artistas e intelectuais, oferecendo-lhes um espaço para o debate político e cultural, o cinema cumpria um papel de resistência simbólica ao ambiente ditatorial, refratário à re-



Missão em homenagem a Santo Dias da Silva, operário assassinado pelos agentes da repressão durante manifestação na porta da Fábrica Sylvania em 1979 | foto Maristela Mafei | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

flexão e à crítica. Em 1973, o Bijou inaugura, ao seu lado, uma segunda sala chamada **Sérgio Cardoso**, em homenagem ao já falecido ator. O cinema cumpriu essa função até o final da ditadura, fechando suas portas em meados dos anos 1990. Em seguida, a sala Sérgio Cardoso foi ocupada pela companhia **Teatro Studio 184**, atualmente **Teatro Studio Heleny Guariba**, que, entre 2010 e 2013, em parceria com o **Núcleo de Preservação da Memória Política**, promoveu no local o *Cine Bijou – Cinema e Memória* para reproduzir filmes que fizeram sucesso à época.

REFORMA E USOS DO ESPAÇO PÚBLICO

Em 1967, deu-se início à construção da **Praça Roosevelt**, marco do projeto de urbanização da cidade. Sem áreas verdes e como um imenso bloco de concreto vazio, o espaço acabou, pouco a pouco, afetando a cena cultural que se apresentava nas imediações, fazendo com que, em razão da repressão do regime, muitos desses pontos fechassem suas portas. Este caráter só seria progressivamente retomado a partir da chegada de duas companhias teatrais à região, **Os Satyros** e o **Espaço Parlapatões**, nos anos 2000; da nova reforma da praça, entregue em 2012, e da crescente reapropriação do espaço pela população.



SAIBA MAIS!

Praça Roosevelt, em SP, pode ter se tornado a nova Augusta. *Jornal Metro*, 2014

- ▶ <http://www.metrojornal.com.br/nacional/plus/praca-roosevelt-pode-ter-se-tornado-a-nova-augusta-113256>

Livros 46: Marcelo Coelho, *Cine Bijou*

Univesp TV, 2013. 13 min

- ▶ <https://www.youtube.com/watch?v=vj4WGYGlaAY>

Praça Roosevelt

TV Augusta, 2013. 15 min

- ▶ <https://www.youtube.com/watch?v=qn56e2lk5qs>

Ninguém mais se lembra nestas alturas das barbas sandálias posturas politizadas de quem trocava os valores dos pais por outros amores de desconforto: utopias especializadas na raiz do aborto insuspeitado de um novo país

MINÁS KUYUMJIAN NETO

trecho do poema *Cine Bijou*





ENDEREÇO

Largo da Concórdia

DISTRITO

Brás

ZONA

Leste



- A** Estação Brás
● Metrô | Linha 3
- B** Estação Brás
● CPTM | Linhas 10, 11 e 12
- C** Estação Bresser-Moooca
● Metrô | Linha 3

LARGO DA CONCÓRDIA

Conhecido por ser um bairro fundamentalmente de migrantes, o Brás, historicamente, reúne diferentes culturas da capital paulista, com destaque para a presença italiana. O bairro cresceu e se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, impulsionado pela industrialização proporcionada pelo desenvolvimento da indústria do café. A região, incluindo os bairros do entorno, tornou-se destino de indústrias e local de moradia dos operários que chegavam à cidade, principalmente após a construção da estação do Brás, da ferrovia São Paulo Railway, que ligava Santos a Jundiaí.

A partir do final do século, os trabalhadores começaram a se organizar em torno de demandas por melhores condições de trabalho e de vida, atuando desde em manifestações mais espontâneas até na organização de sindicatos, associações, jornais e outras estruturas de atuação política, o que marcou a região como o berço do movimento operário na cidade de São Paulo. Até meados da década de 1930, o Largo da Concórdia, principal praça da região, foi constante palco de assembléias populares, comícios e passeatas, como as da greve geral de 1917. Em 15 de setembro de 1966, estudantes de todo o Brasil levantaram-se contra o golpe de 64. Em São Paulo, a passeata saiu do Largo do Paissandu e, ao chegar à **PRAÇA DA SÉ p.174**, foi violentamente reprimida e dispersada. Os jovens se rearticularam e seguiram até o Largo da Concórdia, onde sentaram no chão, lotando a praça, até serem novamente reprimidos pelas forças policiais.

TEATRO COLOMBO

Localizado no Largo da Concórdia, o **Teatro Colombo**, inaugurado em 1908 a partir da adaptação de um antigo mercado que existia no local, foi arrendado pela **Companhia Dramática Italiana** e, posteriormente, transformado em cinema. Por praticar preços populares, o teatro figurou entre as principais diversões dos trabalhadores da região e também se tornou palco constante das manifestações e reuniões do movimento operário local. Interditado por questões de segurança em 1957, o prédio foi consumido em um grande incêndio em 1966.

Embora tenha ficado marcado como lugar de memória do nascimento do movimento operário, nas primeiras três décadas do século XX, o Largo da Concórdia seguiu registrando manifestações públicas de movimentos sociais ao longo dos anos. No contexto da ditadura civil-militar, por exemplo, foram realizadas atividades como o protesto da **União Nacional dos Estudantes - UNE**, em junho de 1969, contra a vinda do empresário e magnata norte-americano **Nelson Rockefeller**, em comitiva organizada pelo presidente **Richard Nixon**, e a manifestação pelo 1º de maio de 1970.

Hoje, no Largo da Concórdia, ainda como símbolo dos processos migratórios para a região, é possível encontrar o **Monumento ao Migrante Nordestino**, uma escultura com dez metros de comprimento em homenagem aos Migrantes do Nordeste, que também fizeram parte da história do bairro.

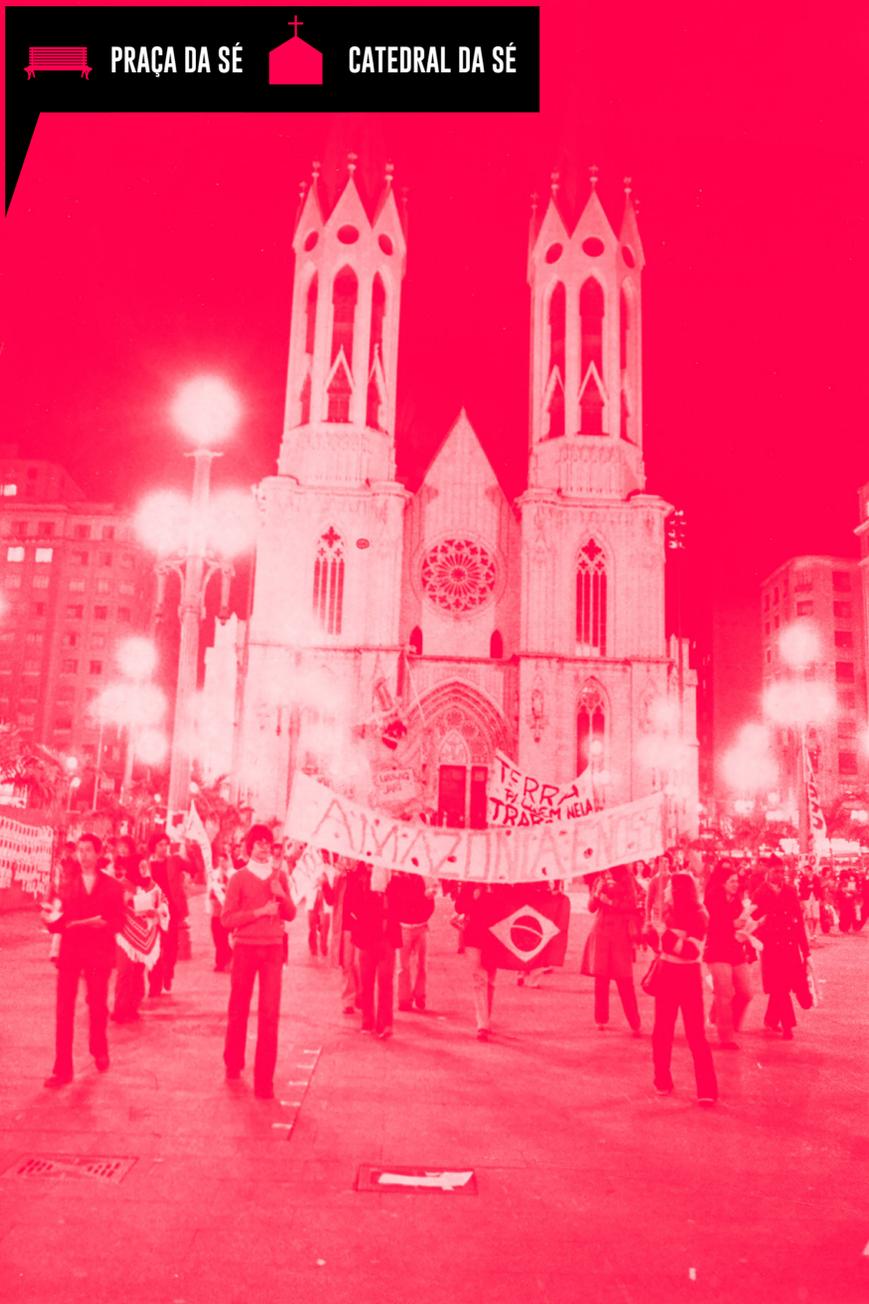


SAIBA MAIS!

Libertários

Direção e produção: Lauro Escorel Filho, 1976. 29 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=yBysX6-7ez>



Protesto em defesa da Amazônia em 05 de setembro de 1979 | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

Praça da Sé s/n

DISTRITO

Sé

ZONA

Central



A Estação Sé
● Metrô | Linhas 1 e 3

B Estação Liberdade
● Metrô | Linha 1

A **Catedral** e a **Praça da Sé** são marcos muito importantes da história da ditadura civil-militar na cidade de São Paulo, especialmente por terem sido palco de grandes manifestações contrárias ao regime e em defesa das liberdades civis e democráticas.

Por sua localização privilegiada, que demarca o centro da cidade de São Paulo, a Praça da Sé sempre foi um espaço para encontros e reivindicações das mais diferentes correntes ideológicas, ora abrindo movimentos conservadores como a **Ação Integralista** e a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, ora reunindo manifestações operárias, em defesa de direitos políticos e sociais e pelos direitos humanos.

Ao fundo da Praça fica a Catedral da Sé, inaugurada em 1954, que foi, por muito tempo, a maior igreja da cidade de São Paulo. Hoje, é o quarto maior templo de estilo gótico do mundo, com mais de 100 metros de comprimento e quase 50 de largura. Em seu interior, que abriga aproximadamente 8 mil pessoas, os militantes contrários à ditadura en-

*Sonhas, sonhas, ó infância amada
Que em poetas acalanta o descanso de ti.
Em teus braços frágeis trazes flores
Para enfeitar um mundo de dores
Onde a alma não encontrou as dores
Para uma realidade maior*

FREI TITO

em poema escrito no exílio



Entre muitos outros exemplos, a Praça da Sé foi palco, em outubro de 1934, de uma importante batalha em que anarquistas, comunistas, sindicalistas e trotskistas, organizados em uma frente antifascista, colocaram-se contra a marcha da **Ação Integralista**, o que resultou em um confronto violento com seis mortes.

contravam refúgio e um espaço para denunciar as graves violações aos direitos humanos cometidas pelo regime.

Essas ações de resistência ganharam dimensão ainda maior quando, em 1970, no auge da repressão, **Dom Paulo Evaristo Arns**, guiado por valores humanitários e em defesa da paz, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de São Paulo, tornando-se Cardeal em 1973. Com o apoio de Dom Paulo, a Catedral se envolveu de maneira intensa com a proteção de manifestantes perseguidos pela Polícia e pelo Exército. Também estendeu seu amparo a organizações políticas que lutavam contra o regime e movimen-

tos sociais que articulavam lutas por direitos ou denúncias de violências e perseguições. A ação firme do Cardeal deu segurança e suporte para atitudes solidárias semelhantes manifestadas por diversos bispos e párocos de São Paulo.

Em 1972, Dom Paulo instaurou a **Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo**, reunindo um grupo de pessoas que pudessem auxiliar, especialmente na esfera jurídica, os perseguidos pelo regime e seus familiares. As reuniões aconteciam na própria Catedral da Sé e contavam, além de juristas, com representantes de diversos segmentos sociais. Em março de 1973, quando os militares celebravam o 14º aniversário do golpe, a Arquidiocese distribuiu cerca de 500 panfletos sobre a **Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas - ONU**. O texto ganhou ainda uma versão ecumênica e mais de 500 mil cópias foram distribuídas em forma de livreto. Como represália a essas ações, consideradas subversivas, o governo do general Médici fechou a *Rádio Nove de Julho* e o *Semanário O São Paulo*, veículos de comunicação da **Cúria Metropolitana de São Paulo**.

LÁGRIMAS E RESISTÊNCIA

A Catedral também foi palco de importantes ações de resistência contra o regime, com celebrações de missas fúnebres ou atos ecumênicos em memória às vítimas da ditadura civil-militar.

Em 1975, frente à indignação popular causada pelo assassinato do jornalista **Vladimir Herzog**, militante pelo **Partido Comunista Brasileiro - PCB**, Dom Paulo, o rabino **Henry Sobel** e o pastor **James Wright** realizaram um ato ecumênico na Catedral da Sé. O ato reuniu cerca de 8 mil pessoas que venceram o medo e as ameaças da repressão e compareceram à manifestação, que seria um dos maiores protestos públicos contra a ditadura desde o final dos anos 1960. Alguns anos antes, em 1973, o Cardeal já havia reunido cerca de 3 mil pessoas na Catedral durante a missa em homenagem ao estudante **Alexandre Vannuchi Leme**, militante da **Ação Libertadora Nacional - ALN**, também assassinado pelo regime. Tanto Vannuchi quanto Herzog foram torturados e mortos por agentes de repressão nas dependências do **DOI-CODI p.76**.

Quatro anos mais tarde, também na Catedral, Dom Paulo celebrou uma missa em memória do operário, líder sindical e seu amigo pessoal **Santo Dias**, assassinado a tiros no dia 30 de outubro de 1979, dois meses depois da promulgação da **Lei de Anistia**, durante um piquete em frente à **FÁBRICA SYLVANIA p.266** na Zona Sul de São Paulo. O cortejo, com o corpo de Santo Dias, saiu da **IGREJA DA CONSOLAÇÃO p.169** em direção à Catedral e reuniu mais de 30 mil pessoas que protestavam pela livre associação sindical e contra as violências do governo.



CORTEJO DO OPERÁRIO SANTO DIAS ATÉ A CATEDRAL DA SÉ

O CARDEAL DA CORAGEM

Chamado de *Cardeal da Coragem*, *Cardeal da Esperança* e *Cardeal da Resistência*, Dom Paulo teve um papel extremamente relevante ao se posicionar publicamente contrário aos abusos de poder do governo e ao defender e conviver, de forma próxima, com lideranças operárias, sindicais e de organizações revolucionárias. Dom Paulo deu abrigo às famílias que procuravam seus parentes desaparecidos, ajudando também vítimas do regime autoritário dos países do Cone Sul. Com seu auxílio, os familiares puderam fazer suas primeiras reuniões na Catedral e, assim, organizar a primeira lista de desaparecidos políticos do Brasil. Enviada pelo Cardeal ao general **Golbery do Couto e Silva**, então chefe da **Casa Civil**, a lista provocou, em 1974, o primeiro pronunciamento público da ditadura sobre os 22 desaparecidos políticos listados até o momento, ainda que fosse para alegar que eles estavam foragidos.

Em março de 1983, Dom Paulo celebrou a missa de corpo presente de **Tito de Alencar**, frei dominicano preso e barbaramente torturado no **DEOPS/SP** p.44 e no **DOI-CODI** p.76 . Tito foi banido do Brasil em 1970 e, em exílio na França, suicidou-se por não conseguir esquecer as imagens e as ações de seus torturadores. Para a cerimônia de homenagem, o Arcebispo usou vestes vermelhas, tradicionalmente utilizadas em ritos para mártires, em ato de coragem ao celebrar a vida do frade.

A Praça da Sé também foi palco de encontros que marcaram os anos finais do regime, como o **Movi-**

A IGREJA CATÓLICA NA DITADURA MILITAR

Nos anos que precederam o golpe e logo após o início da ditadura civil-militar brasileira, alguns setores da alta hierarquia da Igreja Católica declararam-se publicamente a favor da deposição do presidente eleito **João Goulart**. A postura desses religiosos estimulou o envolvimento de católicos em manifestações como as **Marchas da Família com Deus pela Liberdade**. Embora alguns deles tenham continuado a apoiar o regime durante todo o período, setores da Igreja Católica, inspirados pela **Encíclica Mater et Magistra** (1961) do **Papa João XXIII**, fizeram forte oposição aos militares: os contrários passaram não apenas a denunciar os abusos de poder e as violências, como também a abrigar e esconder militantes da resistência. Esses religiosos foram fundamentais como apoio às greves e movimentos pelas liberdades democráticas a partir do final dos anos 1970.

mento Contra o Custo de Vida - MCV, que lutava por melhores condições de vida para os mais pobres. O Movimento surgiu da articulação realizada pelos **CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL** p.250 , grupo de mulheres que se reunia em paróquias dessa região da cidade, inicialmente para aprender trabalhos manuais e que, posteriormente, passou a discutir questões sociais e políticas. O MCV promovia encontros na Praça da Sé e incorporou, além de mulheres, as **Comunidades Eclesiais de Base**, militantes da oposição sindical e demais organizações de esquerda, como o PCB. Em um dos encontros, realizado no dia 27 de agosto de 1978, cerca de 20 mil pessoas foram reprimidas pelo aparato policial, que usou bombas e cães para dispersar os manifestantes. Neste dia, mais uma vez, a Catedral abriu suas portas para abrigar e proteger a população.

UMA PRAÇA PELAS DIRETAS

Em 25 de janeiro de 1984, a Praça da Sé recebeu importante comício com cerca de 300 mil pessoas pelo fim da ditadura e a volta das eleições para presidente. Pouco tempo depois, em Abril do mesmo ano, o maior ato público do período reuniu mais de 1 milhão e meio de pessoas, que marcharam da Sé até o **VALE DO ANHANGABAU** p.152 em um das mais importantes ações da **Campanha pelas Diretas Já!** Como resultado dessa ampla mobilização, em 1985, ainda que pelo voto indireto, foi eleito o primeiro presidente civil, **Tancredo Neves**. Em seguida uma **Assembleia Nacional Constituinte** foi convocada para elaborar nova **Carta Magna** para o país, a **Constituição Cidadã**, aprovada em 1988. Logo depois, em 1989, **Fernando Collor de Melo** foi eleito o primeiro presidente pelo voto direto.



Comício das Diretas em frente à Catedral da Sé, 1984 | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo



SAIBA MAIS!

SILVA, Ana Maria do Carmo. *Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo*

Entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito, em 30/09/2014

Dom Paulo – Coragem e Fé

Direção: Renato Levi

TV PUC e TV Cultura-SP, 2002. 27 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=IO3W86-gdkE>

Igreja da Libertação

Direção: Sílvio Da-Ri

Lumiar Produções Audiovisuais, 1985. 57 min

Frei Tito

Direção: Marlene França, 1983. 16 min

Aconteceu bem aqui – Praça e Catedral da Sé

► <https://www.youtube.com/watch?v=aOitKVIMbEg>



LARGO TREZE DE MAIO



IGREJA MATRIZ DE SANTO AMARO



Assembleia dos metalúrgicos na Igreja Matriz de Santo Amaro em 1979, em 21 de abril de 1979 | foto Ennio Brauns | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

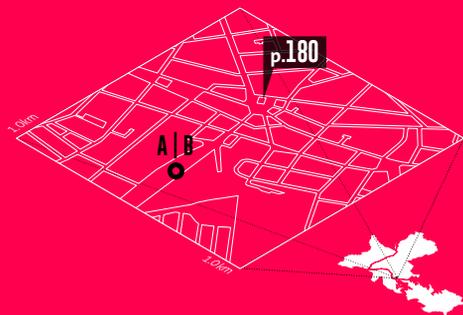
Largo Treze de Maio

DISTRITO

Santo Amaro

ZONA

Centro-Sul



- A** Estação Largo Treze
- Metrô | Linha 5

- B** Terminal Santo Amaro
- Ônibus

A IGREJA E OS TRABALHADORES

Inaugurada como Igreja Matriz em 1924, a catedral faz parte do Eixo Histórico de Santo Amaro, um conjunto de bens tombados no ano de 2002 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade. Assim como quando aconteciam no Largo, as ações políticas encontravam refúgio e apoio da Igreja. Em novembro 1979, durante a greve dos metalúrgicos, a igreja abriu suas portas para proteger os trabalhadores reprimidos pelos agentes da repressão.

Desde o início do século XX, a região de **Santo Amaro** passou por um acelerado e desordenado processo de urbanização e, à época, passaram a funcionar ali as principais indústrias do estado. As fábricas da região começaram a receber muitos imigrantes do interior e de outros estados do país que encontravam, nos bairros localizados mais ao sul, lugares mais acessíveis para morar.

Nesse contexto, e em especial no período da ditadura civil-militar, a zona sul de São Paulo representava um retrato da desigualdade social do país, concentrando, ao mesmo tempo, casas de luxo, clubes e fábricas e, na periferia, habitações precárias da mão de obra que empregava tanto no centro de Santo Amaro quanto no da capital paulista. Frente às disparidades, surgiram muitos dos movimentos populares por moradia, saúde, transporte, contra o desemprego e custo de vida que, no contexto autoritário da época, adquiriram significados e formas de luta, essencialmente, políticos.

Assim, o **Largo Treze de Maio**, que já havia se consolidado como um centro de comércio popular, passou a ser apropriado como um local de manifestações e protestos em razão da grande concentração de pessoas, especialmente as que moravam nas regiões periféricas e dialogavam diretamente com as causas apresentadas pelos movimentos.

Como exemplo, em 27 de julho de 1979, o **Comitê Brasileiro de Anistia - CBA** de São Paulo, em conjunto com representantes da **União Nacional dos Estudantes - UNE** e de outros movimentos sociais, reuniram-se no Largo Treze de Maio para protestar contra o formato do projeto de anistia governamental que não contemplava, como defendiam, uma *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita*.

Em 1983, o Largo Treze de Maio voltou a ser palco de um importante acontecimento, que ficou conhecido como a *guerra da fome*. Em três dias de atos, manifestações e confrontos com a **Polícia Militar**, muitos estabelecimentos comerciais foram saqueados. A ação que se espalhou para outros bairros da Zona Sul e chegou até o centro da capital paulista.

Como continuidade das ações, manifestantes marcharam do Largo Treze até o **Palácio dos Bandeirantes**, pedindo uma audiência com o governador **Franco Montoro**, que pertencia ao recém-criado **Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB** oriundo do **Movimento Democrático Brasileiro - MDB**, partido de oposição à ditadura. Ao chegarem ao palácio, enquanto uma **Comissão de Desempregados** tentava ser recebida pelo governador, alguns manifestantes derrubaram as grades do palácio para invadi-lo e foram reprimidos pela polícia.



LARGO DA PENHA



BASÍLICA N.SRA. DA PENHA



Concentração do *Movimento, Justiça e Liberdade* na Basílica N.Sra. da Penha | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

Rua Santo Afonso 199

DISTRITO

Penha

ZONA

Leste



A Terminal Aricanduva

● Ônibus

B Estação Penha

● Metrô | Linha 3

Costumávamos dizer que uma boa reunião ia da Penha à Lapa para resolver todos os problemas.



CARLOS AZEVEDO

jornalista e um dos idealizadores da *Revista Realidade*, publicada pela EDITORA ABRIL p.113

A construção da igreja remonta ao desenvolvimento do bairro da Penha, um dos mais antigos da cidade. Ao longo do século XX, a região viveu intenso processo de transformação urbana, com a implantação de bondes e ampliação das linhas ferroviárias, assumindo a configuração de um bairro de trabalhadores. Durante a ditadura civil-militar, a basílica, que era referência para articulação religiosa no bairro, tornou-se um importante espaço de encontro de movimentos de resistência.

Em setembro de 1977, a basílica reuniu cerca de 5 mil pessoas no **Ato de Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos**, convocada pela **Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e dos Marginalizados**, ação pastoral criada pelo cardeal **Dom Paulo Evaristo Arns**. A manifestação, que foi prontamente reprimida pelo regime militar, visava denunciar os

atos de perseguição a entidades religiosas progressistas, que enfrentavam e questionavam as violências cometidas pelo governo em curso.

Como uma extensão da própria igreja, o **Largo da Penha** também e foi palco de muitas atividades do movimento operário. Como era muito perigoso para os militantes se reunirem em casas e centros de resistência - constantemente monitorados pelas forças da repressão - a rua se tornava um importante ponto de encontro. À época existia uma importante linha de ônibus que percorria boa parte da cidade, e ligava os Bairros da Penha a Lapa, duas importantes regiões para os trabalhadores e para as atividades contrárias ao regime. Muitos estudantes, operários e militantes de organizações de esquerda percorriam essa linha em seus trajetos diários e de militância.



Concentração do *Movimento, Justiça e Liberdade* na Basílica N.Sra. da Penha | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo



Manifestação contra a ditadura na Tribuna Livre do Largo São Francisco, um palanque para discursos públicos construído na década de 1930 | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

Largo São Francisco 95

DISTRITO

Sé

ZONA

Central



- A** Estação República
● Metrô | Linhas 3 e 4
- B** Estação Anhangabá
● Metrô | Linha 3
- C** Terminal Bandeira
● Ônibus
- D** Estação São Bento
● Metrô | Linha 1

Em meados do século XIX, o Largo São Francisco recebeu oficialmente essa denominação em referência à ocupação desse espaço pelos franciscanos desde o século XVII. Em 11 de agosto de 1827, o antigo convento dos franciscanos passa a abrigar a **Academia de Direito de São Paulo**, fundada pelo Imperador **D. Pedro I** e incorporada em 1934 à recém-criada **Universidade de São Paulo**. Dirigido e destinado à representatividade do corpo discente da Academia, foi fundado, em 1903, o **Centro Acadêmico - CA XI de Agosto**, entidade que em muitos momentos extrapolou as fronteiras acadêmicas e participou ativamente de movimentos político-sociais da cidade. Um exemplo ocorreu durante a **Revolução de 1930**, quando estudantes de Direito promoveram uma passeata em frente à faculdade, mas foram reprimidos pela polícia. Alguns dias depois, os alunos declararam o Largo São Francisco como **Território Livre**, construindo simbolicamente nesse entorno uma memória da resistência dos estudantes.



Vista da Faculdade de Direito da USP em 1943 | foto Benedito Junqueira Duarte | fonte Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

Durante a ditadura civil-militar, outro exemplo de atuação do movimento estudantil da Faculdade aconteceu em 1968, no contexto da parceria entre o **Ministério da Educação - MEC** e **United States Agency for International Development - USAID** para reformar o ensino no Brasil por meio de privatizações. Em protesto, cerca de 80 estudantes ocuparam a Faculdade de Direito durante 26 dias, quando a diretoria ganhou na Justiça a reintegração de posse do edifício e os estudantes foram força-

dos a deixar o prédio com ação movida pela polícia. Outro ano marcante foi 1977, quando foi construída, em frente à faculdade, a **Tribuna Livre**, um palanque público para discursos que foi palco de grande concentração popular quando o advogado **Goffredo da Silva Telles Jr.**, professor da instituição, leu para uma multidão a *Carta aos Brasileiros*, na qual pedia a volta do Estado de Direito no país e chamava as pessoas à luta pelos Direitos Humanos, contra a opressão de todas as ditaduras.



LIRA PAULISTANA



Teatro Lira Paulistana | foto Autor Desconhecido | fonte Acervo Riba de Castro

ENDEREÇO

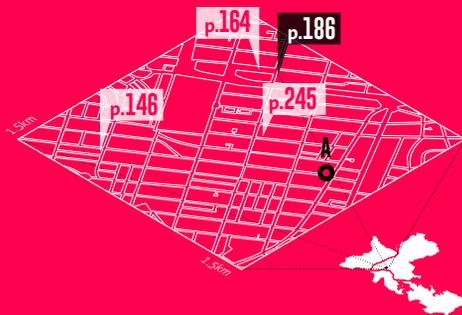
Rua Teodoro Sampaio 1091

DISTRITO

Jardim Paulista

ZONA

Oeste



A Estação Fradique Coutinho

● Metrô | Linha 4

Criado pelo músico **Wilson Souto Jr.** e o empresário **Valdir Galeano**, o **Teatro Lira Paulistana** foi um centro catalisador de um movimento cultural de São Paulo nomeado pela imprensa da época como *Vanguarda Paulista*. O porão do número 1091 da Avenida Teodoro Sampaio, próximo à Praça Benedito Calixto, foi convertido pelos sócios em um teatro de arena, com capacidade para 250 pessoas, que veio a ser inaugurado no dia 25 de outubro de 1979, com a apresentação da peça-musical *É Fogo Paulista*.

Responsável pelo lançamento de muitos artistas novos ou desconhecidos do grande público, o Lira Paulistana foi idealizado como uma alternativa ao cenário artístico promovido pela indústria cultural da época. Considerado excludente, esse cenário refletia o tipo de industrialização que vinha sendo promovida no país pela ditadura civil-militar e que tinha efeitos também na área da cultura.

Com uma programação artística intensa que privilegiava apresentações musicais, o Lira também abrigava espetáculos de teatro para os públicos adulto e infantil, além de projeção de filmes, exposições de artistas plásticos e lançamento de livros. A abertura de espaço para projetos sem apelo comercial estimulou e viabilizou uma produção independente na cidade, que se permitia desviar das regras da ditadura e do mercado.

O **Centro de Produções Artísticas**, instalado próximo ao Lira, na Praça Benedito Calixto, agregou à administração do teatro uma gravadora, uma produtora, uma editora, uma gráfica e uma loja, o que permitiu aos artistas associados ter domínio sobre todo o processo de produção de seus trabalhos. Entre os artistas que passaram por lá estão **Itamar Assumpção, Tetê Espíndola, Na Ozzetti, Suzana Salles, Língua de Trapo, Arrigo Barnabé, Luiz Tatit, Cida Moreira, Eliete Negreiros, Ira!, Ultraje a Rígor, Titãs e Ratos de Porão.**

Durante toda a sua existência, o Lira foi sustentado pela venda de ingressos, discos e publicações,

sem qualquer incentivo oficial governamental. Encerrou suas atividades em 1986, em razão de problemas financeiros e administrativos. O espaço foi fechado pela prefeitura depois de constatadas falhas estruturais que comprometeriam a segurança de seus visitantes.

Em 1982, o muro do terreno ao lado foi transformado em um grande mural do Lira. Com materiais cedidos por casas de tintas da vizinhança, a cada dois meses um artista plástico era convidado para pintar o mural, com temática totalmente livre – uma vitrine que estendeu ainda mais o espaço do teatro. Hoje, no endereço do Lira, encontra-se um estabelecimento comercial.



SAIBA MAIS!

Lira Paulistana – A Vanguarda Paulista

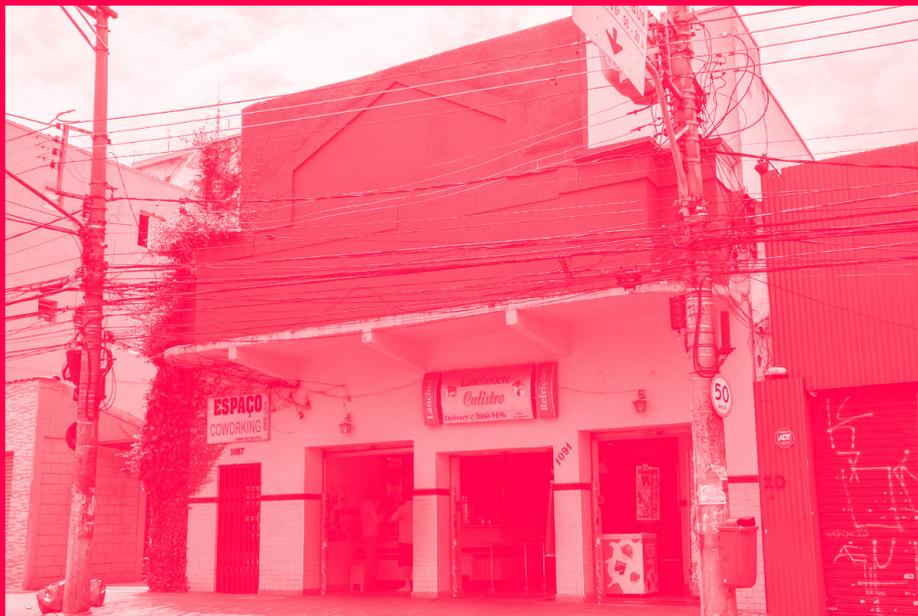
Direção: Riba de Castro. Busca Vida Filmes, 2012. 97 min

► <http://www.vanguardapaulista.com.br/o-filme/#produtora>

Sabor de Vanguarda

Direção: Fábio Freitas. Rádio e TV da Universidade Metropolitana de São Paulo, 2008. 60 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=q1Lt2-HmIWE>



Fachada do antigo teatro Lira Paulistana | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo



TEATRO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA - TUCA

*De sua formosura
deixai-me que diga: é belo como o coqueiro
que vence a areia marinha.
Belo como a última onda
que o fim do mar sempre adia.
É tão belo como um sim
numa sala negativa.*

CHICO BUARQUE DE HOLANDA

início a peça *Morte e Vida Severina*



ENDEREÇO

Rua Monte Alegre 1024

DISTRITO

Perdizes

ZONA

Oeste



A Estação Barra Funda
● CPTM | Linhas 7 e 8

B Estação Barra Funda
● Metrô | Linha 3

C Terminal Barra Funda
● Ônibus

D Estação Sumaré
● Metrô | Linha 2

É assim que se inicia a peça *Morte e Vida Severina*, musicada por **Chico Buarque** a partir do poema homônimo de **João Cabral de Mello Neto** e encenada em 11 de setembro de 1965 na estreia do **Teatro dos Universitários da Católica**.

Mesclado à história desse grupo de teatro universitário nasceu o **Teatro da Universidade Católica**. O **TUCA**, vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - **PUC-SP p.220**, foi um dos principais espaços de resistência política e cultural durante a ditadura civil-militar em São Paulo e palco de uma das mais assustadoras noites da década de 1970, quando a polícia militar invadiu a Universidade e prendeu mais de 700 estudantes ali reunidos para o **III Encontro Nacional de Estudantes - ENE**.

O TEATRO

Para atender à necessidade da Universidade, que desejava um espaço para eventos solenes capaz de abrigar maior número de pessoas, deu-se início em 1957 a construção de dois auditórios, um com capacidade para 1200 pessoas e outro para 300 pessoas. O projeto arquitetônico foi assinado por **Benedito Calixto de Jesus Neto**, profissional especializado em construções religiosas, que seguiu a estética clássica dos prédios da PUC, que datavam da década de 1920.

A construção levou bastante tempo para ficar pronta, mas, no dia 28 de agosto de 1965, foi inaugurado o primeiro auditório, o maior deles, que recebeu o nome de **Auditório Tibiricá**, conhecido atualmente como **TUCA**. Nessa época, já em tempos da ditadura civil-militar, os ventos haviam mudado e a abertura do novo espaço, que a PUC-SP já considerava transformar em um espaço cultural, coincidia com o cerceamento da liberdade de expressão que o governo impunha.

O GRUPO

Alguns anos antes da inauguração do espaço, os estudantes da PUC-SP se movimentavam para a criação de um grupo de teatro aos moldes dos **Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes - UNE**, que haviam sido extintos com o golpe de 1964 e tinham como objetivo valorizar o repertório popular brasileiro, fortalecendo o engajamento político pela arte.

Certamente a época não era a mais propícia para uma iniciativa como esta, mas os estudantes, convictos da importância da atividade, conseguiram mobilizar a comunidade universitária não apenas para apoiar a existência de um grupo de teatro na PUC-SP, mas para fazer parte dele. Por meio da campanha *O TUCA Vem Aí* o **Teatro dos Universitários da Católica** passou a divulgar a criação do coletivo e a chamar os estudantes para a realização de testes para uma peça a ser montada por eles.

Para a montagem de estreia, o grupo optou por encenar como um musical, o texto *Morte e Vida Severina*, poema de **João Cabral de Mello Neto**, que dialogava diretamente com a proposta de discutir política pela arte. A atenção do grupo era, agora, desenvolver a peça de modo que ela contornasse a censura do governo militar. Com direção geral de **Silnei Siqueira** e **Roberto Freire**, o espetáculo contou com uma vasta gama de apoiadores engajados com a proposta, entre eles o cantor e compositor **Chico Buarque**, na época pouco conhecido, que assumiu a composição das canções e assinou a direção musical da peça.

Com o espetáculo, que teve grande sucesso, o grupo viajou o mundo e fez do TUCA um importante grupo teatral. Como destaque, a trupe venceu o **4º Festival Mundial de Teatro Universitário em Nancy**, na França, e participou do **Festival Internacional do Teatro das Nações**, um dos mais importantes do mundo. O retorno ao Brasil foi triunfal e contou com mais de 200 apresentações país a fora, mesmo frente à censura e ao crescente cerceamento da li-

berdade artística no país. Fortalecidos pelo apoio do público, o grupo montou seu segundo espetáculo, **O&A**. A peça, que discutia a impossibilidade do pensamento livre na época, foi construída com diálogos que continham apenas os sons das letras "o" e "a". A peça desafiava a censura do regime e, a fim de interromper as apresentações, agentes da repressão prendiam os atores horas antes das encenações, impedindo que a peça fosse encenada.

Após várias apresentações de outras peças e prêmios, em 1970, por questões internas e pela situação política da época, o grupo deixou de utilizar o Teatro da Universidade Católica e passou a ensaiar nas dependências do **COLÉGIO EQUIPE p.214**. Curiosamente, foi nesse ano que o auditório passou a ser chamado de **TUCA**, em referência ao grupo de teatro e ao grande sucesso por eles alcançado.

O Teatro dos Universitários da Católica, frente às dificuldades dos próprios membros e principalmente com o fortalecimento do regime, dissolveu-se algum tempo depois, e muitos de seus integrantes migraram para outras companhias teatrais.

O ESPAÇO E OS EVENTOS DE CORAGEM

O prédio, que passara a ser reconhecido como TUCA, recebeu, ao longo das décadas de 1960 e 70, eventos de imensa importância e de grande resistência, como peças de teatro, festivais de música, shows nacionais e internacionais, palestras e muitas discussões consideradas subversivas pela ditadura civil-militar. Um deles foi a **29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC**, entidade que reúne pesquisadores, acadêmicos e estudantes para discutir os caminhos da educação e das ciências no país. A reunião, que deveria ter acontecido em Fortaleza - CE, mas acabou sendo inviabilizada pelo governo federal, que negou verbas e espaço para o evento, foi feita no TUCA e produziu um documento a favor da reintegração de cientistas cassados às suas instituições de origem.

UM CONGRESSO E UMA NOITE TERRÍVEL

Buscando reativar a **União Nacional dos Estudantes - UNE**, cujas atividades foram declaradas ilegais logo após o golpe de 1964, centenas de estudantes se reuniram no dia 22 de setembro de 1977 na **PUC-SP p.220** com o apoio da reitoria, para a realização do **III Encontro Nacional de Estudantes**. Os estudantes imaginavam que estariam seguros num espaço pertencente à **Igreja Católica**, mas, sob comando do **Coronel Erasmo Dias**, a polícia invadiu o campus com bombas de gás e de efeito moral e levou presos mais de 700 estudantes, encaminhando-os para o **Quartel Tobias de Aguiar - ROTA p.54**, alguns dos quais seguiram posteriormente para o **DEOPS/SP p.44** e **DOI-CODI p.76**. A invasão gerou revolta na sociedade e recebeu várias condenações públicas.

Em junho de 1998, por resolução do **Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT**, o **TUCA** foi tombado como bem cultural, histórico e arquitetônico. Em 2002, todo o conjunto de edifícios da **PUC-SP p.220** foi incorporado ao tombamento, com o intuito de preservar a memória do bairro, a história do ensino superior e as lembranças da resistência frente ao autoritarismo do regime militar.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ANISTIA

Foi no Auditório do **TUCA** que se realizou a abertura do **Primeiro Congresso Brasileiro de Anistia**, que se reuniu em novembro de 1978. Realizado nas dependências da **PUC-SP p.220** e do **Sedes Sapientiae**, o Congresso teve ainda, na véspera de seu encerramento, um show musical onde se apresentaram o **TEATRO UNIÃO E OLHO VIVO - TUOV p.204**, **Gonzaguinha**, **Elis Regina** e outros importantes cantores e músicos. O Show aconteceu no auditório da **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV p.219**. O encerramento, no dia seguinte, foi realizado na **Sala Gil Vicente**, do **TEATRO RUTH ESCOBAR p.206**.

INCÊNDIOS

No ano de 1984, esse espaço de resistência ao regime sofreu um duro golpe quando foi quase completamente destruído por dois incêndios. No primeiro deles, ocorrido em 22 de setembro, data em que se lembrava a truculenta invasão policial da **PUC-SP p.220**, o fogo começou perto do palco e rapidamente se alastrou por todo o teatro, queimando-o quase totalmente. Embora existissem fortes suspeitas de que fosse um ato criminoso, a perícia apontou que falhas técnicas tinham sido as responsáveis pela destruição. O segundo incêndio ocorreu pouco tempo depois, no dia 13 de dezembro. Desta vez, após encontrarem restos de uma bandeira embecida em thinner, os peritos concluíram que o ato havia sido criminoso. Ainda há relatos que apontam para a ocorrência de outro incêndio no **TUCA** durante a invasão da **PUC** pelos militares no ano de 1977, quando duas estudantes foram atingidas por uma bomba de gás e tiveram suas vestes e corpos queimados.

Praticamente destruído, o teatro fechou suas portas e, para recuperar o local, uma grande campanha chamada **S.O.S. TUCA** reuniu doações e apoio de artistas, estudantes e entidades. Os recursos arrecadados não foram, no entanto, suficientes para concluir as reformas, e o teatro funcionou de forma precária por vários anos. Em 2002 teve início uma nova reforma do prédio, finalizada no ano seguinte, quando o espaço foi reaberto com uma apresentação do cantor e compositor **Toquinho**.



SAIBA MAIS!

Tuca 50 anos
▶ <http://www.teatrotuca.com.br/index.html>

Incêndio TUCA

Direção: Jorge Cláudio Ribeiro e Roberta Alexandre Sundfeld. Rede Globo, 1985. 37 min

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Alguara, 2007



TEATRO MARIA DELLA COSTA



Fachada atual do Teatro Maria Della Costa, na Bela Vista | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

Em 1948, a atriz **Maria Della Costa** e o ator **Sandro Polloni** criaram a companhia *Teatro Popular de Arte* que, ao lado do **TBC p.194**, é considerada pioneira na profissionalização do teatro em São Paulo. Em 1955, a companhia construiu sua sede própria e a batizou com o nome da atriz, **Teatro Maria Della Costa**. O período de profissionalização do teatro no Brasil, entre os anos 1940 e 1960, foi marcado pela ascensão das *grandes damas*, como são até hoje conhecidas atrizes como **Fernanda Montenegro**, **Cacilda Becker**, **Tônia Carrero**, **Ruth Escobar** e própria **Maria Della Costa**. O Teatro Maria Della Costa foi um dos responsáveis por abrir seus palcos para a projeção dessas atrizes e suas companhias. Ao longo de sua existência, a companhia foi bastante vigiada pelo regime e enfrentou diversos problemas com a censura, apresentando peças de conteúdo político ou escritas por autores visados pelo regime, como *Anjo Negro*, de **Nelson Rodrigues**, *A alma boa de Set-Tsuan*, de **Bertold Brecht**, *Gimba*, de **Gianfrancesco Guarnieri** e *Homens de Papel* e *Navalha na Carne*, de **Plínio Marcos**.

ENDEREÇO

Rua Paim 72

DISTRITO

Bela Vista

ZONA

Central



- A Estação Trianon-Masp
- Metrô | Linha 2



TEATRO PARAMOUNT



Fachada atual do Teatro Paramount | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

Avenida Brigadeiro Luís Antônio 411

DISTRITO

República

ZONA

Central



A Terminal Bandeira
● Ônibus

B Estação Liberdade
● Metrô | Linha 1

Em 1929, foi inaugurado o **Cine-Teatro Paramount**, o primeiro a exibir filmes sonoros na América Latina. Na década de 1960, a história do teatro passou a se relacionar à da **Música Popular Brasileira - MPB**. Tudo começou quando o teatro passou a receber shows que eram, então, organizados por entidades do movimento estudantil; muitos cantores como **Elis Regina**, **Chico Buarque** e **Nara Leão** iniciaram suas carreiras nessas atividades. Ainda nos anos 1960, o teatro foi vendido para a **TV RECORD p.246**, que passou utilizar o espaço para gravações marcantes para a história da música nacional, como a do programa *O Fino da Bossa*, apresentado por Elis Regina e **Jair Rodrigues**, e do *III Festival de Música Popular Brasileira*, em 1967, que contou com artistas como **Edu Lobo**, **Caetano Veloso**, **Chico Buarque** e **Gilberto Gil**. Muito popu-

lares, os festivais se organizavam como concursos de músicas inéditas que impulsionaram a carreira de novos compositores e intérpretes da MPB. A proposta, que foi primeiramente coordenada pela **TV EXCELSIOR p.239** e reproduzida pela TV Record e pela **REDE GLOBO p.116**, obteve enorme sucesso, reunindo uma audiência fiel e motivada, algo que pode ser explicado, em parte, pelas circunstâncias políticas. Diante do ambiente restrito e sufocante promovido pela ditadura, a música era capaz de proporcionar, em especial para a juventude de esquerda, momentos libertadores que estimulavam as trocas afetivas e os debates políticos. Nesse contexto, a MPB despontou como um canal de expressão das visões e sentimentos políticos dessa geração e, conseqüentemente, de resistência ao regime.



O Teatro abrigou nos anos 1960 os Festivais de Música da TV Record. Os Festivais foram importantes espaços de resistência cultural e política durante a ditadura civil-militar | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo



TEATRO BRASILEIRO DE COMÉDIA - TBC



Fachada do antigo Teatro Brasileiro de Comédia - TBC | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

A companhia foi fundada, em 1948, pelo empresário italiano **Franco Zampari**, a partir de sua aproximação com grupos de teatro amadores, como o **Grupo de Teatro Experimental - GTE** e o **Grupo Universitário de Teatro - GUT**. Sem espaço para se apresentar, essas companhias realizavam suas produções em espaços privados, como galpões e casas da elite paulista. Com a intenção de apoiar a profissionalização da produção artística, Zampari transformou um casarão na Bela Vista em um teatro com moldes modernos. Com estrutura sofisticada e luxuosa, o espaço reunia, além do palco, salas de ensaio, camarins e salas para construção e manutenção de figurinos e cenografia. Para dar início à nova companhia, também foram contratados diretores e técnicos estrangeiros, considerados capazes de formar, em conjunto com o teatro amador, um grupo de alto nível, profissional e que pudesse apresentar repertórios sofisticados. Com o edifício e equipe prontos, nasceu o **Teatro Brasileiro de Comédia - TBC**.

ENDEREÇO

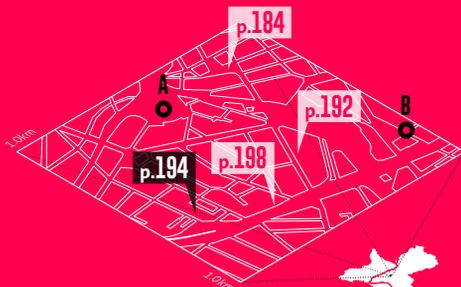
Rua Major Diogo 315

DISTRITO

República

ZONA

Central



A Terminal Bandeira
 ● Ônibus

B Estação Liberdade
 ● Metrô | Linha 1

Considerado mais do que uma oficina de atores que marcou o início da modernização e profissionalização do teatro em São Paulo e no Brasil, o TBC agregou jovens e estudantes que aprenderam e conviviram com a tradição teatral europeia. Entre os atores formados nessa escola, estão nomes como **Cacilda Becker, Sérgio Cardoso, Nydia Lícia, Cleide Yáconis, Paulo Autran, Tônia Carrero, Fernanda Montenegro, Fernando Torres e Walmor Chagas**, além dos fundadores do **TEATRO DE ARENA p.196** que deixaram o TBC em busca de um teatro nacional e popular, no espírito dos debates políticos que envolviam a juventude à época. A experiência foi o berço de muitas outras companhias e iniciativas.

Em 1960, contudo, o teatro entrou em uma grave crise financeira que levou Zampari a entregar a direção, pela primeira vez, a um brasileiro, o diretor e cenógrafo **Flávio Rangel**, que permaneceu no posto até 1964, ano em que a crise finalmente determinou o fechamento do espaço. Nesse período, o TBC assumiu um repertório de autores nacionais, montando peças do jovem **Gianfrancesco Guarnieri**, do Arena, e de **Dias Gomes**. Apesar da curta experiência, foram apresentadas 144 peças no palco do teatro, reunindo aproximadamente dois milhões de espectadores.

O TBC foi reaberto e fechado outras quatro vezes, mas, atualmente, o prédio está abandonado. Quem passa em sua frente nem sequer imagina que o espaço pode ser considerado o coração do teatro nacional, de onde saíram os responsáveis pelas grandes inovações da dramaturgia brasileira. O prédio foi tombado, em 1982, pelo **CONDEPHAAT**. Apesar das tentativas de reabri-lo e das comemorações em torno dos 50 anos de sua inauguração, o então majestoso edifício permanece fechado.



SAIBA MAIS!

Rastros da história: TBC e Teatro de Arena
 Direção: Amílcar M. Claro. Sesc TV, 2014

► <https://www.youtube.com/watch?v=37PFvEc3amk>



TEATRO DE ARENA



Fachada atual do Teatro de Arena | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

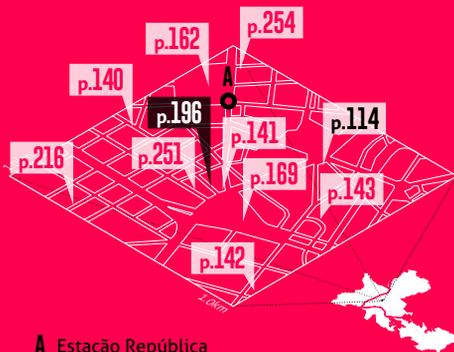
Rua Doutor Teodoro Baima 94

DISTRITO

República

ZONA

Central



A Estação República

● Metrô | Linhas 3 e 4

José Renato, Eva Wilma, John Herbert, Augusto Boal, Flávio Império, Oduvaldo Vianna Filho - o *Vianinha*, Flávio Migliaccio, Davi José, Marília Medalha, Izaías Almada, Jairo Arco e Flexa, Milton Gonçalves, Paulo José, Juca de Oliveira, Lima Duarte, Joana Fomm, Augusto Boal, Dina Sfat, Heleny Guariba, Denise del Vecchio, Celso Frateschi e Gianfrancesco Guarnieri são alguns nomes vinculados à história do grupo Teatro de Arena, que hoje leva o nome Teatro de Arena Eugênio Kusnet.

Fundado em 1953 pelo ator e diretor José Renato e estudantes que formavam a primeira turma da Escola de Arte Dramática de São Paulo - EAD, a companhia tinha como proposta inicial realizar produções informais, de baixo custo, em lugares improvisados e com o uso do palco tipo arena, em que a plateia envolve completamente os atores e a encenação. Nesse início, o Arena buscava apenas, no dizer de seu fundador, "o despojamento do espetáculo", pensando formas alternativas, em termos de montagem e direção, às grandes produções do Teatro Brasileiro de Comédia - TBC p.194 .

Após dois anos se apresentando em locais improvisados e cedidos, como os salões do **Museu de Arte Moderna de São Paulo - MAM**, a companhia ocupou, em 1955, uma garagem adaptada na Rua Teodoro Baima, onde um teatro de arena foi construído, com cerca de 90 lugares.

Na ocasião, o **Teatro Paulista do Estudante**, grupo amador formado por secundaristas ligados ao **Partido Comunista Brasileiro** e ao movimento estudantil, passou a ensaiar no local, trazendo para a companhia atores como Guarnieri e Vianinha, que em pouco tempo também se tornariam importantes dramaturgos. A contratação do diretor Augusto Boal, nesse mesmo período, agregou mais um personagem importante na formação do perfil pelo qual o grupo seria reconhecido, alcançando enorme projeção, em 1958, com a peça *Eles não usam Black-Tie*, do jovem Guarnieri, e no qual estreou sua carreira de atriz **Lélia Abramo** que ficou em cartaz por mais de um ano.

Entre 1958 e 1961, o Arena viveu seu auge. Internamente, seus integrantes iniciavam um debate intenso estabelecendo relações entre o fazer artístico e o contexto político nacional, discorrendo sobre a necessidade de desenvolver uma forma brasileira de atuar e dirigir peças e recriando as tradições estrangeiras na qual a produção dramaturgúrgica se baseava. Foi assim que a trupe organizou o *Seminário de Dramaturgia*, um grupo de pesquisa que buscava estimular novos nomes e produções que pudessem unir a qualidade teatral com a crítica social comprometida com o nacional e o popular. Essa iniciativa não apenas marcou a história da companhia, proporcionando um período de encenação de textos produzidos pelo grupo, como inspirou a criação de outros grupos interessados na realização de teatro politizado, como os **Centros Populares de Cultura - CPCs**, grupos teatrais ligados à **União Nacional dos Estudantes - UNE**.

No início da década de 1960, o Arena, que havia entrado em um momento de dificuldades internas, vivendo o afastamento de alguns de seus membros, foi duramente atingido pela ditadura. Mesmo sob os olhares atentos do regime, a trupe seguiu encenando peças de conteúdo político, em uma fase marcada pela realização de musicais como *Arena conta Zumbi*, de Boal e Guarnieri, com canções de **Edu Lobo** e **Ruy Guerra**,

em 1965, e *Arena conta Tiradentes*, da mesma dupla, realizada em 1967.

No entanto, com a promulgação do **AI-5**, em 1968, a censura endureceu, dificultando e cerceando as produções artísticas pelo país. O ambiente político incerto também gerou um afastamento do público, tanto em função do medo, quanto como reflexo das inúmeras divergências políticas que surgiam no interior da esquerda. Nesse contexto, o Arena promoveu a peça *Primeira Feira Paulista de Opinião*, dirigida por Boal e realizada no **TEATRO RUTH ESCOBAR p.206**, que seria o alvo de um atentado do **Comando de Caça aos Comunistas**, mas que atingiu a peça *Roda Viva*.

Mesmo frente a sucessivas repressões contra o Arena, como a proibição, em 1971, de *Arena conta Bolívar*, Boal chegou a encenar o *Teatro Jornal – 1ª Edição*, em que o elenco improvisava cenas a partir das notícias de jornal e que deu origem à elaboração do *Teatro do Oprimido*, método teatral reconhecido internacionalmente. Jovens atores que participaram desse projeto, alguns dos quais mais diretamente envolvidos com organizações clandestinas de resistência à ditadura, acabaram detidos, como a desaparecida política **Heleny Guariba**. Acusado por esse mesmo envolvimento, Boal foi detido e depois exilado, em um processo que acabou desarticulando o Arena. A sala foi comprada pelo **Serviço Nacional de Teatro** em 1977, e só voltou a apoiar artistas e o teatro experimental com a redemocratização após 1985, sendo, hoje, coordenada pela **Fundação Nacional das Artes - Funarte**.

ESTUDANTES E A MEMÓRIA

Em 2015, após um ato de estudantes secundaristas, jovens se abrigaram da repressão policial no **Teatro Arena**. O teatro foi invadido e os manifestantes foram agredidos pela Polícia Militar, em uma ação que chocou a sociedade e trouxe à tona as violências herdadas do regime ditatorial.



SAIBA MAIS!

A aventura do teatro paulista – O Teatro de Arena
TV Cultura, 2014. 60 min.

► <https://www.youtube.com/watch?v=srJ-l546U2Q>



Fachada do Teatro Oficina na Bela Vista | foto Alessanda Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

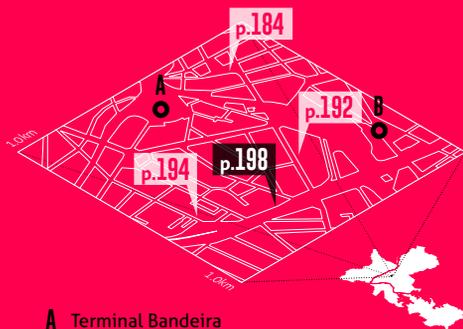
Rua Jaceguai 520

DISTRITO

República

ZONA

Central



A Terminal Bandeira
● Ônibus

B Estação Liberdade
● Metrô | Linha 1

O **Teatro Oficina** foi fundado em 1958, como parte das atividades culturais do **CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO** p.184 . Após alguns anos sem sede, o grupo ocupou o antigo espaço do **Teatro Novos Comediantes**, localizado na Rua Jaceguai, na Bela Vista. O lugar foi completamente reformulado e modificado, com a criação de uma semiarena no centro e plateia em dois lados.

O grupo começou sua trajetória encenando peças autorais, como *A Ponte*, de **Carlos Queiroz Telles**, e *Vento forte para um papagaio subir*, de **José Celso Martinez Corrêa**, até hoje à frente da direção do grupo.

Sem sede própria durante seus anos iniciais, o Oficina se apresentou em vários locais, entre os quais o **TEATRO DE ARENA** p.196 , permitindo que os dois grupos pudessem trabalhar em estreita relação. O Oficina contou, em diversos momentos, com a direção de **Augusto Boal** e a cenografia de **Flávio Império** em seus trabalhos.

Ao longo de sua trajetória, o Oficina teve muitas vezes suas peças censuradas. Ainda como grupo

O que eu quero é tremer de medo, de alegria, o que eu quero é um texto cheio de fôlego, de verdade, de cólera...palavras afiadas como punhais, queimando como uma tocha...



trecho da peça *Os Inimigos*, de 1966

amador, houve uma tentativa de encenar *A Engrenagem*, de **Jean-Paul Sartre**. Em protesto contra a censura, os integrantes se amordaçaram e desfilaram em uma praça pública, mas a manifestação foi rapidamente impedida pela polícia. Em outra ocasião, logo após o golpe de 1964, a peça *Pequenos burgueses* foi retirada de cartaz e a prisão preventiva dos envolvidos decretada, mas, após alguns meses, voltou a ser encenada, dessa vez sem o hino da **Internacional Comunista** que a encerrava.

A partir de então, o Oficina procurou encenar peças de conteúdo político que, mesmo estranhas, pudessem responder àquela nova realidade vivida pelo país. Mas foi com *O Rei da Vela*, em 1967, que esse objetivo se concretizou de maneira especial. Relançado no ano em que se completava 45 anos da **Semana de 22**, o texto, escrito em 1933 pelo modernista **Oswald de Andrade**, nunca havia sido encenado. Além de um enorme sucesso de público, a peça provocou uma revolução no processo cultural nacional, ao apresentar elementos como a interação estreita e provocativa com o público, o deboche e um

olhar para a cultura brasileira que buscava não sua pureza, mas sua capacidade de reinterpretar diferentes influências. Por esse motivo, a peça é considerada um dos emblemas da **Tropicália**, movimento de ruptura da cultura brasileira, liderado por vários artistas do país.

Ao longo do tempo, a atenção da repressão foi atraída não somente pelos temas políticos abordados pelo grupo, mas também por sua maneira de abordá-los, fugindo cada vez mais dos padrões morais impostos pelo regime.

Em 1974, o teatro foi invadido, boa parte dos atores foi chamada para depor e alguns deles foram presos – inclusive Zé Celso, que passou quase três meses na prisão e partiu para o exílio em Portugal e Moçambique, onde o grupo continuou com seus trabalhos.

O Oficina só reiniciou suas atividades no Brasil em 1979, e, após grandes esforços para comprar o terreno, conseguiram, em 1982, fazer com que o prédio fosse tombado pelo **Condephaat**. Atualmente, além da produção de peças autorais, o grupo ainda apoia a formação de crianças e jovens do bairro, envolvendo a comunidade em suas apresentações.



**INTERIOR DO TEATRO
OFICINA PROJETADO
POR LINA BO BARDI**

A dramaturgia bombástica me fazia sentir atuando dentro da raiz e da alma brasileira; nesta peça, Oswald falava do Brasil de uma forma antropofágica, devorando o que gente tinha de bom e de péssimo. O Oswald pegou o Brasil por todos os lados, devorou-o e depois o cuspiu no palco. E eu assinei em baixo, com sangue, suor e lágrimas...

JOSÉ CELSO MARTINEZ CORRÊA



SAIBA MAIS!

Teatro Oficina
<http://www.teatrooficina.com.br/>

O rei da vela
Direção: José Celso Martinez Corrêa. 1967. 8 min
▶ <https://www.youtube.com/watch?v=A10DbA7P5oI>

Teatro e circunstâncias: Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona
Direção: Amílcar Claro. Sesc TV, 2014
▶ <https://www.youtube.com/watch?v=5IoiRyw2IU0>



TEATRO BANDEIRANTES

Reinaugurado em 1974, o teatro passou a abrigar apresentações que reuniam os principais artistas da música popular brasileira. Essas apresentações foram importantes veículos de resistência cultural contra a ditadura civil militar. Um dos shows de maior repercussão foi *Falso Brillhante*, de **Elis Regina**, em 1975, que apresentava críticas contra os sistemas políticos ditatoriais da América Latina.

Em 1969, após um incêndio em seus estúdios, a **TV BANDEIRANTES** p.244 alugou o **Cine Arlequim**, de onde passou a produzir sua programação. Esse cinema, cinco anos depois, foi adquirido pela emissora, recebeu o nome de **Teatro Bandeirantes** e passou a promover shows para a produção dos programas musicais da emissora até 1980. O Teatro Bandeirantes foi inaugurado em agosto de 1974 com **Rita Lee**, **Tim Maia**, **Elis Regina**, **Chico Buarque** e **Maria Bethânia**. Apesar da censura, a MPB se tornou, a partir de meados de 1970, uma importante fatia da indústria cultural sem deixar de ser também um espaço de resistência artística à ditadura. Colhendo frutos desse sucesso comercial, o Teatro Bandeirantes deu espaço a essas expressões de resistência ao regime e abrigou, por exemplo, o show *Falso Brillhante*, de Elis Regina, que abordava a vida e carreira da artista, com alusões e críticas à ditadura civil-militar no país. Após a morte precoce da cantora, o teatro também foi palco de sua despedida. Na manhã do dia 19 de janeiro de 1982, um cortejo fúnebre reuniu cerca de 50 mil pessoas na frente do teatro, de onde partiu o cortejo de Elis. Atualmente o espaço é utilizado por uma igreja evangélica.

ENDEREÇO

Avenida Brigadeiro Luís Antônio 1401

DISTRITO

Bela Vista

ZONA

Central



Estação Trianon-Masp
Metrô | Linha 2



Sede do Teatro São Pedro na Barra Funda | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

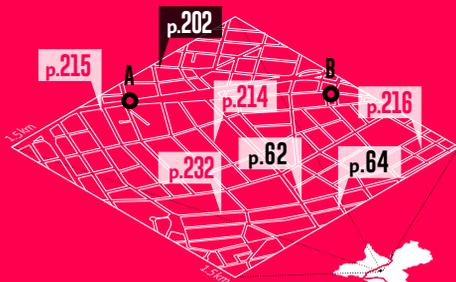
Rua Barra Funda 171

DISTRITO

Santa Cecília

ZONA

Central



A Estação Marechal Deodoro

● Metrô | Linha 3

B Estação Santa Cecília

● Metrô | Linha 3

O **Teatro São Pedro** é o segundo mais antigo da cidade. Foi construído pelo imigrante português **Manuel Fernando Lopes** e inaugurado em 17 de janeiro de 1917, com uma campanha publicitária que o classificava como o mais moderno, artístico e luxuoso de São Paulo. Durante anos, apresentou uma programação eclética e diversificada, com música, teatro e cinema. A partir dos anos 1940, passou a funcionar apenas como cinema, sendo desativado em 1960. Em 1968, foi arrendado por **Fernando Torres**, **Beatriz** e **Maurício Segall**, que montaram a *São Pedro Produções Artísticas*. Entre a locação do espaço para outras companhias e a realização de produções próprias, o Teatro São Pedro passou a apresentar uma série de peças que se destacavam por projetar, através de ações artísticas, uma resposta política ao regime em um dos momentos de mais forte repressão.

É a partir dessa premissa que a companhia estreia suas produções, com a peça *Um Inimigo do Povo*, de **Henrik Ibsen**. O teatro recebe, em seguida, **Fernando Torres** com *Marta Saré*, de **Gianfrancesco Guarnieri** e **Edu Lobo**, tendo **Fernanda Montenegro**, **Beatriz Segall** e o próprio **Gianfrancesco** no elenco, e *Morte e Vida Severina*, de **João Cabral de Melo Neto**, com direção de **Silnei Siqueira**. Em 1968, havia recebido *Os Fuzis da Senhora Carrar*, de **Bertolt Brecht**, com direção de **Flávio Império**, pelo **Teatro da Universidade de São Paulo – TUSP**.

CENSURA

Em 1970, após uma reforma, o teatro inaugurou o **Studio São Pedro**, com 200 lugares. Em 1970, esse espaço recebe a obra *O Interrogatório*, de **Peter Weiss**, baseado nas atas do **Julgamento de Nuremberg**. A peça fazia uma relação direta com a reali-

dade dos violentos órgãos de repressão do regime militar. Quinze dias antes da estreia, o próprio **Segall** seria sequestrado e torturado pela equipe do delegado **Fleury**, do **DEOPS/SP** p.44, acusado de ligação **Joaquim Câmara Ferreira**, o **Toledo**, principal líder e dirigente da **ALN** desde o assassinato de **Carlos Marighella**, no ano anterior.

O espaço também abrigou os remanescentes do **Núcleo 2** do **TEATRO DE ARENA** p.196 – que, após a desarticulação do **Arena**, e atuando com o nome de **Núcleo Independente**, passaram a desenvolver trabalhos de teatro na periferia, buscando atingir um público marginalizado em relação ao teatro comercial. O Núcleo realizou algumas peças no Teatro São Pedro.

Durante a apresentação de *A Queda da Bastilha*, os atores **Celso Frateschi** e **Denise del Vecchio** foram presos em cena. As constantes perseguições, censuras e as dificuldades financeiras enfrentadas obrigaram os diretores a sublocarem o Teatro. Contudo, ainda na segunda metade da década de 1970, grandes espetáculos ainda foram apresentados no local, como *Macunaíma*, *A Ópera do Malandro* e *Calabar*.

Maurício Segall permaneceu na direção até 1981, quando o teatro passou a sofrer os riscos de ser vendido e demolido por conta da especulação imobiliária no bairro. Em 1984, o Teatro foi tombado como patrimônio histórico pelo **Condephaat** por ser um dos mais antigos da cidade e por ter sido epicentro das transformações no campo da atividade teatral em São Paulo. A restauração do edifício foi concluída em 1998 e o Teatro foi reaberto com capacidade para 800 espectadores e, atualmente, dá ênfase à programação operística.



TEATRO UNIÃO E OLHO VIVO - TUOV



Teatro União e Olho Vivo durante ensaio de *Bumba, meu Queixada* de Cesar Vieira | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

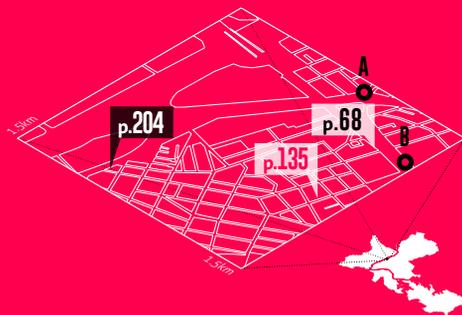
Rua Nilton Prado 766

DISTRITO

Bom Retiro

ZONA

Central



A Estação Armênia
● Metrô | Linha 1

B Terminal Tiradentes
● Metrô | Linha 1

Eu tenho um sonho:

De que nossa prática de teatro e música nos bairros populares e nas organizações de trabalhadores é um ato de fé, amor e ódio. É amor pelo oprimido e ódio pelo opressor. É integração do poeta com sua trova! Do guerrilheiro com seu fuzil! Do metalúrgico com sua forja!



CÉSAR VIEIRA

texto do manifesto *Em Busca de um Teatro Popular*

O **TUOV** tem origem em 1966 como Teatro do XI, vinculado ao **CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO** p.184 da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. A adoção do nome **Teatro Popular União e Olho Vivo** - TUOV viria a acontecer entre 1972 e 1973, quando ele se separa do Centro Acadêmico. A escolha do novo nome veio da peça *Rei Momo*, encenada naquele momento, e se refere a uma saudação utilizada por **Dom Pedro I** - personagem da peça: *União e olho vivo*. No entanto, parte do nome também evidencia sua atuação junto ao teatro popular.

A proposta dos teatros populares, que marca a ida dos espetáculos a bairros de periferia, já acontecia no país com os **Teatros de Arena** e **Centros Populares de Cultura**, que tinham o patrocínio da **União Nacional dos Estudantes - UNE**. Antes do golpe de 64, as reivindicações populares e a História do Brasil contada pelo ponto de vista do homem comum passaram a ter vez nos palcos, fazendo oposição ao teatro marcado pela estética e temas europeus. Com a ditadura, esse movimento foi tolhido pelas forças repressoras.

A primeira peça do TUOV foi *O Evangelho Segundo Zebedeu*, que abordava a **Guerra de Canudos** através do circo e da literatura de cordel. Sua estreia, em um circo no **PARQUE IBIRAPUERA** p.149, contou com apresentações a preços baixos e atraiu o público popular. A segunda peça, *Corinthians, Meu Amor*, também apresentada no Ibirapuera, foi vista pelo mesmo público de *Zebedeu*: classe média nas

sessões noturnas e famílias humildes nas tardes. Com essas apresentações populares o grupo passou a receber convites das comunidades e as peças foram levadas para a periferia. Com *Rei Momo*, terceira peça, o TUOV passa à tática "Robin Hood", que revertia a renda da venda de ingressos para o público de classe média em apresentações em bairros da periferia. Assim, para cada espetáculo vendido para a classe média, eram realizadas oito apresentações em bairros e, por isso, o grupo cuidou de adaptar suas peças para locais mais cotidianos das comunidades, como quadras e clubes esportivos, salas de aula, praças, igrejas e sindicatos.

Durante a ditadura civil-militar, o TUOV sofreu tanto pela censura de suas peças como pela prisão de seus integrantes. Seu cofundador e diretor, **Idibal Pivetta**, teve diversas peças proibidas. Por trás da censura, estava a atuação de Pivetta como advogado de presos políticos – cerca de 800 pessoas foram representadas por ele durante esse período, entre elas **Luiz Inácio Lula da Silva**, **Augusto Boal** e **Sebastião Salgado**. Quando o diretor adotou o nome artístico de *César Vieira*, os espetáculos começaram a ser liberados e só voltaram a ser proibidos em maio de 1973, quando ele, **Roberto Cunha Azzí** e **Tânia Mendes** foram presos.

Atualmente, o TUOV, apesar de ter conquistado uma sede na década de 1980, segue tendo como principal circuito de apresentações os bairros da periferia de São Paulo e municípios próximos.



TEATRO RUTH ESCOBAR



Fachada do Teatro Ruth Escobar | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

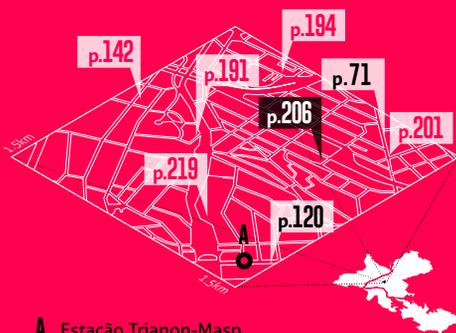
Rua dos Ingleses 209

DISTRITO

Bela Vista

ZONA

Central



A Estação Trianon-Masp
 ● Metrô | Linha 2

*Tem dias que a gente se sente
 Como quem partiu ou morreu
 A gente estancou de repente
 Ou foi o mundo então que cresceu
 A gente quer ter voz ativa
 No nosso destino mandar
 Mas eis que chega a roda-viva
 E carrega o destino pra lá*



CHICO BUARQUE DE HOLANDA

trecho da canção *Roda Viva*

Hoje considerado um símbolo da resistência artística e cultural contra a ditadura civil-militar em São Paulo, o **Teatro Ruth Escobar** nasceu por iniciativa da atriz e produtora que dá nome ao espaço e teve um papel importante no fortalecimento de grupos

amadores da cidade e na popularização de artistas e dramaturgos muitas vezes desconhecidos do grande público.

Portuguesa de origem, Ruth conseguiu apoio e doações, sobretudo com a colônia luso-brasileira, para montar sua própria casa de espetáculos, fundada em 1963.. Como primeira montagem, a casa exibiu a *Ópera dos três vinténs*, de **Bertolt Brecht**, seguida de outras montagens que provocaram a censura da ditadura civil-militar, na medida em que discutiam as desigualdades sociais, as injustiças contra as mulheres e o desejo por liberdade de expressão.

PELAS RUAS

Em 1964, Ruth Escobar adaptou um palco itinerante em um ônibus que percorria as periferias da cidade de São Paulo. Por um ano, o *Teatro Popular Nacional*, como era chamada a iniciativa, levou gratuitamente às áreas mais afastadas do cenário teatral obras de vanguarda da dramaturgia nacional e internacional.

À época com duas salas, a **Sala Gil Vicente** e o **Teatro Galpão**, o Ruth Escobar apresentou várias montagens internacionais até então inéditas no país ao mesmo tempo em que ajudou a projetar iniciativas nacionais em festivais de renome e a fortalecer a dramaturgia nacional.

DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Em 1968, a peça *Primeira Feira Paulista de Opinião*, montada pelo **TEATRO DE ARENA** p.196 , seria encenada no **Teatro Galpão**, mas os censores atrasaram sua resposta sobre o texto. Poucas horas antes da estreia do espetáculo, liberaram somente 15 das 80 páginas que haviam sido enviadas e, diante da ação desrespeitosa, os teatros de São Paulo decretaram uma greve geral. No momento marcado para a estreia, a atriz e diretora **Cacilda Becker** proclamou o texto original. Os atores disseram que não reconheceriam mais a censura, optando pelo

que chamaram de desobediência civil, e foram aclamados pelo público presente.

No dia seguinte, o teatro foi cercado pela polícia. De boca em boca, os atores e dramaturgos combinaram uma segunda apresentação no **MARIA DELLA COSTA** p.191 , onde foi realizado um novo ato de protesto.

No terceiro dia, todos os teatros estavam cercados por policiais e militares. O movimento tentou rumar para **Santo André**, e, depois da primeira apresentação, os teatros do município também foram postos sob a vigilância atenta do regime.

RODA DE REPRESSÃO

Semanas depois do ato de desobediência, ocorreria no teatro um evento ainda mais traumático. Possivelmente confundindo com a *Primeira Feira Paulista de Opinião*, que ocorreria na Sala Gil Vicente, o **Comando de Caça aos Comunistas - CCC**, capitaneado por estudantes da **Universidade Presbiteriana Mackenzie** e agentes do **DEOPS/SP** p.44 , invadiu a apresentação, que ocorria no Teatro Galpão, da peça *Roda Viva*, de **Chico Buarque**, com direção de **José Celso Martinez Correa**, fundador do **TEATRO OFICINA** p.198 .

Ruth promoveu debates em tempo de ditadura, leituras de peças proibidas com ameaças de bombas e de invasão à porta, passeatas de protesto. Invadiu gabinetes de ministros de Estado e de censores e, de peito aberto, foi várias vezes à praça pública clamar pelos direitos pisoteados do teatro



ILKA MARINHO ZANOTTO

ensaísta e crítica de teatro, no livro *Teatro Ruth Escobar: 20 Anos de Resistência*

VOZES SEM VOZ

Como estratégia para calar opositores ao regime e manter a percepção de que o país se desenvolvia com a ditadura civil-militar, o governo fortaleceu a já existente **Divisão de Censura de Diversões Públicas - DCDP**, órgão subordinado à **Polícia Militar** responsável por analisar e autorizar a programação artística exibida em rádio, cinema, teatro, música e televisão entre 1946 e 1988. As obras eram monitoradas tanto em relação ao conteúdo político, quanto “contrárias à moral e aos bons costumes”.

Atrizes, atores e funcionários do teatro foram brutalmente espancados e o teatro foi inteiro destruído. A peça, que conta a história de um ícone musical manipulado pela indústria fonográfica, foi posteriormente encenada em Porto Alegre, onde seus atores voltaram a ser vítimas de violência e intransigência do CCC.

Quando abri a porta, vi uns rapazes correndo em direção ao meu camarim. Nisso, Margot [Baird] apareceu e tratamos de trancar a porta. Do lado de fora começaram a bater e a gritar para que abrissemos. Quando ela foi arrombada, pularam feito loucos em cima da gente. Tiraram todas nossas roupas e, enquanto apertavam nosso corpo, gritavam “Isso é que é revolução, isso é revolução”. Depois, nua como estava, foram me batendo com cassetetes em direção à rua



MARÍLIA PÊRA

atriz de *Roda Viva*, em depoimento ao **Jornal O Cruzeiro**, em 1968

PELA MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA

Em 1997, após várias mobilizações de apoio de frequentadores e trabalhadores da cena teatral paulistana, o imóvel foi comprado pela **Associação**

dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo - APETESP para preservar o teatro Ruth Escobar, que estava fechando e sofrendo com a especulação imobiliária no bairro. O movimento e a própria associação seguem buscando a transformação do teatro em um centro cultural, a fim de que o espaço possa virar, como foi planejado desde a sua inauguração, um ponto fixo para a produção cultural popular na cidade.

Em abril de 1980, o Teatro Ruth Escobar sediou o **I Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados**. Como indica o nome, o encontro fez parte dos primeiros esforços e iniciativas de gays e lésbicas pela construção de um movimento social representativo de suas questões. A partir de 1978, no contexto mais amplo de emergência dos movimentos sociais, que estiveram sufocados durante uma década pela repressão política, surgiram em todo o país organizações políticas que denunciavam a violência contra gays, lésbicas e travestis, reivindicavam direitos específicos, e combatiam sua invisibilidade e marginalização na sociedade. Ao lado de segmentos como o movimento negro e o feminista, estas organizações passaram a chamar atenção, inclusive da esquerda e dos demais movimentos sociais, para as formas de opressão e discriminação que pesavam especificamente sobre estes setores da sociedade. De maneira pioneira, trouxeram para o espaço da política temas até então encarados como pessoais, tais como a identidade, o gênero e a sexualidade e, por meio deles, apresentaram outro ângulo de contestação do autoritarismo. O I Encontro Nacional no Ruth Escobar é até hoje lembrado como um dos momentos mais importantes nesse processo de politização que levou à formação do atual movimento LGBT no Brasil.



SAIBA MAIS!

Semana do proibido: censura ao Teatro
Repórter Brasil - TV Brasil, 2013, 6min

► https://www.youtube.com/watch?v=ANFOWLUu_s



Atualmente **Centro Acadêmico da Filosofia - CAFi**, a entidade foi fundada em 1964 com o objetivo de representar legalmente os alunos da **Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo - USP**. Durante a ditadura civil-militar, teve importante papel na organização dos estudantes contrários ao regime, promovendo atividades culturais e políticas de resistência ao regime. Em 1971, **José Roberto Arantes de Almeida**, eleito presidente do **GUF** em 1966 e vice-presidente da **UNE** em 1967, militante da **Aliança Libertadora Nacional - ALN** e um dos fundadores do **Movimento de Libertação Popular - Molipo**, foi morto pelas forças da repressão e enterrado como indigente no **CEMITÉRIO DOM BOSCO** p.98 .

O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NA DITADURA

Na década de 1960, o movimento estudantil universitário tinha importante papel na defesa não apenas dos interesses dos estudantes, mas também de uma política universitária para o país, com processos de decisão mais democráticos, ampliação do acesso ao ensino superior e qualificação das unidades de ensino. Com a dissolução da **União Nacional dos Estudantes - UNE**, o movimento estudantil continuou ativo e organizado, atuando na semiclandestinidade. Entretanto, com recrudescimento do regime, dois fatos tiveram forte impacto sobre a organização dos estudantes: a forte repressão ao **Congresso Clandestino da UNE**, em Ibiúna, em outubro de 1968, onde várias lideranças estudantis foram presas, identificadas e fichadas. E a promulgação do **Ato Institucional nº 5 - AI-5**, em dezembro do mesmo ano, proibindo toda e qualquer forma de reunião e discussão política. Fortemente sufocado, o movimento estudantil levou mais de meia década para se reerguer e, em meados da década de 1970, os estudantes conseguiram se reorganizar em entidades, recuperaram a **UNE** e tiveram papel central em denunciar as violências do regime, além de mobilizar a sociedade pela redemocratização do país.



ESCOLA DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP



Fachada da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

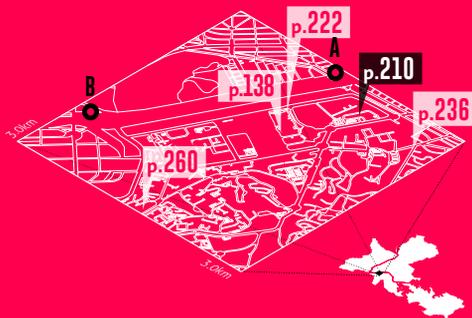
Avenida da Universidade 220 | Cidade Universitária

DISTRITO

Butantã

ZONA

Oeste



A Estação Cidade Universitária
● CPTM | Linha 9

B Estação Vila Lobos - Jaguaré
● CPTM | Linha 9

A LOB DE 1961 A DITADURA E OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

Com a promulgação da primeira **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, em 1961, as escolas ganharam maior autonomia para desenhar suas propostas curriculares. Nessa época, surgiram e se fortaleceram muitas experiências educacionais libertárias, que visavam a formação de sujeitos críticos e autônomos, e, ao mesmo tempo, escolas com propostas técnicas, voltadas à formação de mão de obra qualificada e atendimento às demandas do mercado. No governo militar, enquanto o segundo tipo foi bastante beneficiado e estimulado, as escolas de caráter mais libertário foram duramente cerceadas e perseguidas.

Aquela que viria a se tornar a **Escola de Aplicação - EA da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP** foi fundada em 1959, em caráter experimental, pelo **Centro Regional de Pesquisas Educacionais Professor Queiroz Filho - CRPE/USP** e, à época, era denominada *Escola de Demonstração*. Quando o Centro Regional foi extinto, em 1972, a Faculdade de Educação incorporou a Escola de Demonstração e alterou seu nome para *Escola de Aplicação*.

Até 1975, a EA funcionou nos moldes experimentais da antiga Escola de Demonstração. Com a revogação das diretrizes experimentais, medida implementada pelo professor **José Mário Pires Azanha**, a EA se aproximou das condições encontradas em outras escolas públicas, de modo que não houvesse distinções ou privilégios.

Essa mudança coincidiu com as políticas implementadas na educação pelo regime militar, como a preferência pela racionalização do ensino em todos os estágios, além da inclusão de elementos disciplinadores e moralizantes nas escolas brasileiras. Na Escola de Aplicação, foi diminuída a carga horária das disciplinas de História, Filosofia e Sociologia, consideradas ameaçadoras à manutenção dos valores de obediência, passividade, ordem, fé e patriotismo.

A Escola de Aplicação continua ativa e permanece vinculada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

CURSINHO DA POLI

Organizado pelo **Grêmio Politécnico**, associação que representa os estudantes da **Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP**, o **Curso do Poli**, que existe até hoje, visa apoiar o ingresso de estudantes oriundos da rede pública no ensino superior. À época da ditadura civil-militar, o cursinho reunia em seu corpo docente muitos estudantes da USP, que, ligados ao movimento estudantil, faziam resistência e oposição ao regime. Vários deles foram perseguidos arduamente por suas atividades de militância.



Antigo Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha, atual Cordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

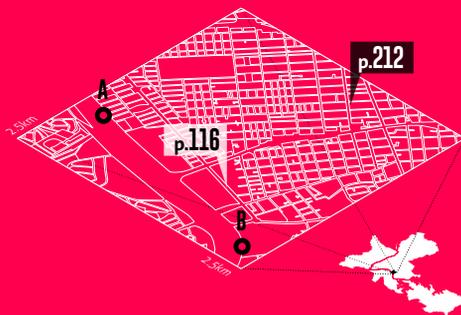
Avenida Portugal 859

DISTRITO

Itaim Bibi

ZONA

Centro-Sul



A Estação Berrini

● CPTM | Linha 9

B Estação Morumbi

● CPTM | Linha 9

Em 1962, liderados pela professora **Maria Nilde Mascellani**, professores se reuniram para colocar em prática uma proposta inovadora: o **Serviço de Ensino Vocacional**, projeto interessado em promover a formação abrangente do indivíduo, que integrasse as diferentes áreas do saber e fortalecesse a ideia de "aprender a aprender". Em 1969, Maria Nilde foi afastada da coordenação da unidade, após se recusar a receber estudantes indicados pelo governo que não haviam passado pelo processo seletivo do colégio. Anos mais tarde, em 1974, a professora e outros companheiros foram presos e torturados pelo regime ao trabalharem para uma assessoria educacional privada aos moldes da proposta dos ginásios vocacionais.



 **ESCOLA EXPERIMENTAL DA LAPA**

Fachada da antiga Escola Experimental da Lapa, que atualmente é parte da rede estadual de ensino do Governo de São Paulo | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

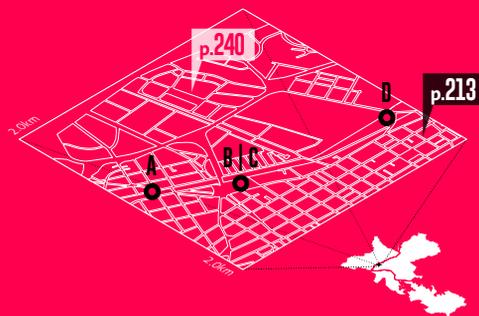
Criado como instituição experimental em 1939 e incorporado à rede pública em 1961, o **Grupo Escolar Experimental da Lapa**, com uma proposta pedagógica inovadora, propôs, por décadas, a superação da lógica de ensino tradicional, operando novas formas de ensinar e viabilizando a interlocução da unidade com seu território, tanto para atividades fora das salas de aula, quanto para a convocação de agentes educativos da comunidade para dentro do ambiente escolar.

Durante o período ditatorial, por ser uma escola ligada à rede estadual, a unidade foi alvo frequente de intervenções governamentais, como a exclusão de algumas disciplinas – por exemplo, a aula bastante progressista de Educação Sexual, que contrariava a ordem imposta pela ditadura. Em 1980 houve uma ameaça de explosão de bomba no edifício da unidade.

ENDEREÇO

Rua Tibério 145

DISTRITO	ZONA
Lapa	Oeste



- A** Estação Lapa
● CPTM | Linha 7
- B** Estação Lapa
● CPTM | Linha 8
- C** Terminal Lapa
● Ônibus
- D** Estação Água Branca
● CPTM | Linha 7



Sede atual do Colégio Equipe | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

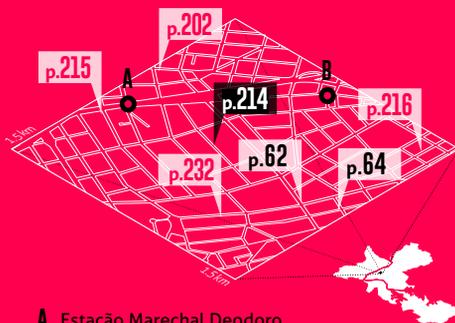
Rua São Vicente de Paula 374

DISTRITO

Santa Cecília

ZONA

Central



A Estação Marechal Deodoro

● Metrô | Linha 3

B Estação Santa Cecília

● Metrô | Linha 3

Privado, o colégio foi criado no final de 1968, inicialmente como curso preparatório para o vestibular, por professores saídos do Cursinho do **GRÊMIO UNIVERSITÁRIO DA FILOSOFIA p.209**. Espaço privilegiado de ensino, o **Equipe** contava com muitos professores e alunos militantes, que encontravam no colégio um caminho para resistir às ações de violência e censura do governo. Por isso, era uma instituição muito visada pelos órgãos da repressão. A escola tinha ainda um centro cultural desenvolvido por estudantes e professores e recebeu, por muitos anos, shows e atividades artísticas de resistência à ditadura, além de apoiar ativamente o movimento grevista e reuniões que deram origem ao **Partido dos Trabalhadores - PT**.



 **COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS DA USP**

Antiga sede do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia e Letras da USP | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

A escola, assim como muitas outras instituições de ensino que apresentavam propostas educativas experimentais e mais libertárias, foi retirada da administração da universidade e reincorporada ao sistema público, em 1969, sob a alegação de subversão. A escola pertencia à rede pública, mas, por estar ligada à USP, seguia uma linha diferente de ensino, que permitia inovações pedagógicas como parte do trabalho de pesquisa e investigação acadêmica.

Com a instauração do regime militar, dadas sua própria natureza e relação com a Faculdade de Filosofia e Letras, a instituição passou a viver tensões entre sua administração, ligada à FFCL, e o governo estadual. Em decorrência dessas tensões, antes da sua desativação, a escola foi ocupada por estudantes que reivindicavam direitos e mais espaço para a participação política estudantil. À época, alunos e professores foram fichados, interrogados e presos pelo **DEOPS/SP** p.44 .

ENDEREÇO

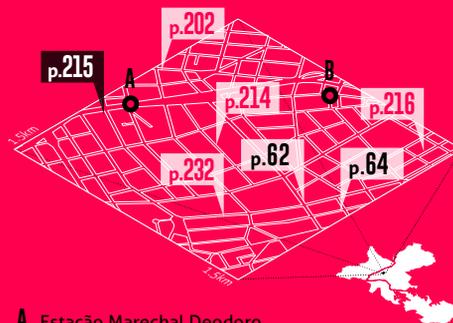
Rua Gabriel dos Santos 30

DISTRITO

Santa Cecília

ZONA

Central



- A** Estação Marechal Deodoro
● Metrô | Linha 3
- B** Estação Santa Cecília
● Metrô | Linha 3



FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA - FESPSP



Sede do núcleo original da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo criada em 27 de maio de 1933 | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

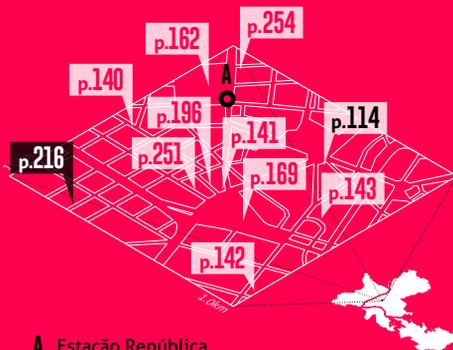
Rua General Jardim 522

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



A Estação República

● Metrô | Linhas 3 e 4

Precursora no ensino de ciências sociais no Brasil e tendo formado importantes figuras nacionais como **Florestan Fernandes**, **Luíza Erundina**, **Darcy Ribeiro** e **Fernando Henrique Cardoso**, a **Escola Livre de Sociologia e Política**, atualmente **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP**, foi fundada em 1933 a partir da iniciativa de figuras eminentes da sociedade paulistana. Até o início da década de 1950 funcionou no Largo São Francisco mas, desde 1954, fica numa sede própria na Vila Buarque. Voltada para formação de intelectuais e técnicos qualificados em ciências sociais, seu projeto pedagógico visava a racionalizar a administração pública, formular políticas públicas inseridas em um projeto de modernização da sociedade brasileira e restabelecer a hegemonia política do estado de São Paulo, abalada com a **Revolução Constitucionalista** de 1932.

Entre as décadas de 1930 e 1950, a Escola ganhou destaque acadêmico por sua produção intelectual, mas os anos seguintes trouxeram grandes problemas administrativos e financeiros para a Fundação, que viveu em crise durante três décadas, com ameaças de fechamento de cursos, atraso no pagamento dos professores, boicote das mensalidades e greves dos corpos docente e discente. Esse período ensejou também uma mudança no perfil dos alunos da FESP: se em um primeiro momento a Escola se havia destinado à formação intelectual e científica dos filhos da elite, a partir da década de 1960 observou-se a diversificação das origens sociais dos alunos, com formação de quadros da esquerda diplomados nas Ciências Sociais. Em oposição a essa nova configuração estudantil, a Diretoria da FESP era ativa em movimentos de direita, estando identificados ideologicamente no combate ao comunismo. Os embates entre Diretoria e estudan-

tes eram frequentes e agravavam ainda mais as crises vividas pela instituição. A mais dramática delas teve início em 18 de agosto de 1983, quando os professores da FESP entraram em greve por causa de um atraso salarial de três meses, sob a alegação de crise financeira. Em apoio à situação dos professores, os estudantes ocuparam o casarão da Escola, onde funcionavam as salas da Diretoria. Na sala do secretário geral da FESPSP os alunos localizaram uma série de documentos que apontavam para a existência de um esquema de financiamento e uma rede de relações entre a Diretoria e grupos de extrema direita na América Latina, além de evidências de que o corpo diretivo apoiava a manutenção de uma célula do **Comando de Caça aos Comunistas - CCC** na Escola. Eram comuns relatos de que membros desse grupo faziam rondas em frente à FESP, ameaçando alunos de esquerda.

Em outubro de 1983, com o início das auditorias nas contas da Fundação, os alunos desocuparam o casarão. A crise institucional e política da instituição começou a ser abrandada no final de 1984, após uma intervenção estadual e a demissão de parte do conselho da Fundação e posse de nova diretoria. Sustentada pelo argumento de uma real crise financeira na instituição, acredita-se, no entanto, que o objetivo da antiga Diretoria da FESP era promover uma quebra na Escola de Sociologia e Política e na **Faculdade de Biblioteconomia**, que contavam com forte presença de alunos de esquerda. Com o processo de reorganização da Escola, iniciado em 1999, a instituição retomou a atividade de pesquisa e as cooperações acadêmicas. Atualmente, a Fundação mantém a **Escola de Sociologia e Política**, a **Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, a **Faculdade de Administração** e a **Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais**.



Edifício da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1953 | foto Gabriel Zellau | fonte Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

ENDEREÇO

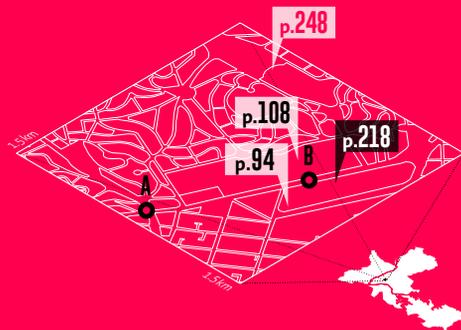
Avenida Doutor Arnaldo 455

DISTRITO

Jardim Paulista

ZONA

Oeste



A Estação N.Sra.de Fátima - Sumaré

● Metrô | Linha 2

B Estação Clínicas

● Metrô | Linha 2

A **Faculdade de Medicina** foi criada em 1912 e começou a funcionar em 1913, mas sua sede foi construída apenas em 1931. Durante o período ditatorial, professores foram perseguidos pelos agentes da repressão, acusados de serem líderes comunistas, sendo posteriormente presos. Muitos foram denunciados, demitidos e forçados ao exílio pela própria instituição, em colaboração com o regime. Em 1964, a **Congregação da Medicina** deliberou apoio ao regime e encampou perseguição interna aos que se posicionavam contra o regime, atingindo, inclusive o **Hospital das Clínicas**. Os alunos também foram reprimidos por atos considerados subversivos, como manifestações do **Centro Acadêmico Oswaldo Cruz - CAOC** contra as prisões e demissões de professores, pedindo uma Reforma Universitária, na participação pela reorganização do **Diretório Central Estudantil - DCE** Livre e realizando atos públicos contra a ditadura e pela redemocratização do país.



Fundação Getúlio Vargas - FGV | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

Criada em dezembro de 1944 no Rio de Janeiro, somente dez anos depois a FGV ganhou uma sede em São Paulo, quando fundou a primeira instituição na América do Sul voltada para curso de administração privada, a **Escola de Administração de Empresas de São Paulo**. Durante o período ditatorial, alunos que se posicionavam contra o regime foram reprimidos por parte da diretoria e por agentes da repressão. A unidade chegou a ser invadida por membros do **Comando de Caça aos Comunistas - CCC**. Em 1968, como organizações e o movimento estudantil estavam proibidos, muitos estudantes foram reprovados e “fichados” internamente na escola por participarem de uma greve contra a má infraestrutura da unidade. Em novembro de 1978, o show do **Primeiro Congresso Brasileiro de Anistia** foi realizado no seu auditório e contou com a presença, entre outros, do grupo de **TEATRO UNIÃO E OLHO VIVO - TUOV** p.204 , Gonzaguinha e Elis Regina.

ENDEREÇO

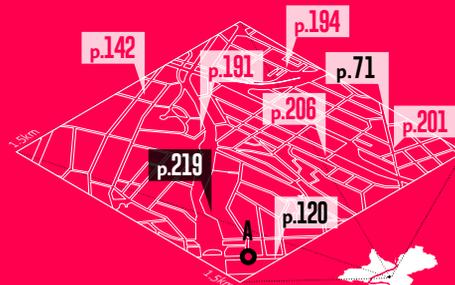
Avenida Nove de Julho 2029

DISTRITO

Bela Vista

ZONA

Central



- A Estação Trianon-Masp
- Metrô | Linha 2

 **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA - PUC-SP**



Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência na PUC-SP em 1977 | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

Rua Monte Alegre 984

DISTRITO

Perdizes

ZONA

Oeste



A Estação Barra Funda
● CPTM | Linhas 7 e 8

C Terminal Barra Funda
● Ônibus

B Estação Barra Funda
● Metrô | Linha 3

D Estação Sumaré
● Metrô | Linha 2

A **Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP**, cujo campus de Perdizes formou-se a partir de um edifício construído na década de 1920 para abrigar o antigo **Convento das Carmelitas Descalças**, foi fundada em 1946 a partir da união entre a **Faculdade Paulista de Direito** e a **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento**, e reconhecida como Pontifícia pelo **Papa Pio XII** um ano após sua criação.

Com uma história marcada pela forte atuação do movimento estudantil, a PUC teve um destacado papel na resistência ao regime ditatorial vigente no país entre 1964 e 1985: contratou diversos professores que haviam sido exonerados de seus cargos em universidades públicas; abrigou, em 1977, a **29ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC**, proibida em faculdades públicas. Em parceria com o **Sedes Sapientiae**, em 1978, acolheu em seus espaços o **Primeiro Congresso Brasileiro de Anistia**. Realizou também, em 1980, eleição direta para a reitoria, por meio dos votos de alunos, professores e funcionários.

INVASÃO

No dia 22 de setembro de 1977, estudantes realizaram secretamente no campus PUC-SP o **III Encontro Nacional dos Estudantes - ENE**. Tal evento, uma importante etapa para a refundação da **União**

Nacional dos Estudantes - UNE, havia sido proibido pelos militares e impedido de ser realizado em outros espaços. Minutos após a concentração dos alunos no local, bombas de gás lacrimogêneo foram atiradas no meio da multidão, agentes da repressão à paisana se revelaram entre os estudantes e os policiais invadiram as dependências do **Teatro da Universidade Católica - TUCA p.188** onde aconteceu o ato, agrediram os alunos, destruíram as salas e levaram centenas de estudantes presos para o **1º Batalhão de Polícia de Choque Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar - ROTA p.54**.

O campus da PUC-SP em Perdizes ainda seria o cenário de mais alguns episódios de resistência ao regime autoritário. Em maio de 1978, **Abdias do Nascimento** – intelectual e militante negro, exilado do país desde 1968 – proferiu na universidade sua primeira palestra em território nacional desde o seu retorno ao Brasil. Com apoio de **Dom Paulo Evaristo Arns**, então grão-chanceler da PUC-SP, Abdias articulou em 1981 a fundação do **Instituto de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras - IPE-AFRO** dentro do campus. A partir desses grupos e da atuação de professores que trabalhavam com o questionamento da ideologia de democracia racial, como **Florestan Fernandes** e **Octavio Ianni**, a PUC-SP estabeleceu uma tradição nos estudos relativos às questões raciais e contra o racismo.



CONJUNTO RESIDENCIAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CRUSP



Vista parcial do CRUSP | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

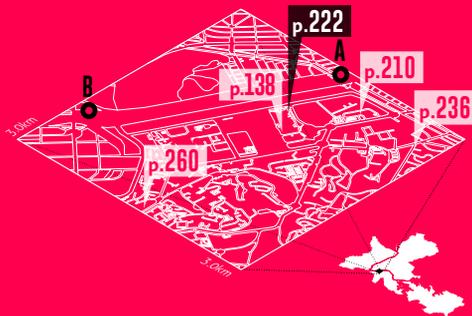
Avenida Professor Melo Moraes 1235 | Cidade Universitária

DISTRITO

Butantã

ZONA

Oeste



A Estação Cidade Universitária
● CPTM | Linha 9

B Estação Vila Lobos - Jaguaré
● CPTM | Linha 9

Inaugurado em 1963, o primeiro projeto de residência estudantil da USP foi criado, na verdade, para abrigar os atletas dos jogos pan-americanos que ocorreriam na cidade no mesmo ano. Com o fim da competição, os prédios foram fechados, gerando uma intensa mobilização em prol de moradia. Em 1964, após assembleia geral, doze estudantes ocuparam dois andares do bloco A, levando os colegas a fazer o mesmo. Naquele ano, o Brasil era tomado pelos militares que haviam derrubado o governo de **João Goulart**, eleito democraticamente.

Com o início da repressão ao movimento estudantil, não demorou para que o **CRUSP** sentisse os impactos do novo regime. Após a batalha da **RUA MARIA ANTÔNIA** p.156 , em 1968, ele passou a exercer um importante papel na organização dos estudantes, abrigando reuniões, assembleias, congressos, eventos culturais e greves. Com as sedes da **União Estadual de Estudantes - UEE** e do **Diretório Central de Estudantes - DCE**, instaladas no 1º andar do bloco G, desenvolveram-se as mais diversas atividades políticas, sempre observadas de perto pelo aparato repressivo. A própria Universidade chegou a colaborar fornecendo informações ao **DEOPS/SP** p.44 .

Ainda em 1968, quatro dias após a publicação do **AI-5**, o **CRUSP** foi invadido pelas forças policiais. A operação contou com as tropas do exército. O resultado foi a prisão de cerca de 800 estudantes e, segundo os relatórios produzidos à época pela polícia, teriam sido supostamente apreendidos foram apreendidas armas, explosivos e literatura subversiva.

Após a invasão, a moradia estudantil permaneceu fechada por dez anos, até que uma nova articulação, em 1977, começou a ganhar as ruas com passeatas e protestos, reivindicando o retorno à democracia. Nesse contexto, entre os anos de 1979 e 1983, um novo ciclo de ocupações viabilizou a retomada dos prédios do **CRUSP**. Bloco a bloco, os apartamentos foram sendo devolvidos aos estudantes.

Desde então, diversas lutas foram empreendidas pelos estudantes e moradores do **CRUSP**, seja para a recuperação do espaço, seja pelo direito de permanência estudantil.



COLÉGIO MARINA CINTRA



Fachada da atual Escola Estadual Marina Cintra | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

Rua da Consolação 1289

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



A Estação Paulista
● Metrô | Linha 4

B Estação Consolação
● Metrô | Linha 2

A escola homenageia **Marina Cintra**, uma das mais importantes educadoras do país e que atuava fortemente pela participação juvenil na educação. Durante a ditadura civil-militar, em 1968, o colégio, que tinha alguns alunos ligados ao movimento estudantil secundarista, perdeu **José Carlos Guimarães**, aluno assassinado por uma bala perdida na **Batalha da RUA MARIA ANTONIA** p.156.



Em decorrência da perseguição ideológica da ditadura civil-militar no interior do ambiente universitário, muitos professores foram afastados de suas funções por meio de aposentadorias compulsórias, principalmente após 1968, com o **Ato Institucional nº 5 - AI-5**. Afastados da **Universidade de São Paulo**, em 1969, alguns desses docentes fundaram o **Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap**, com o objetivo de desenvolver análises e intervenções na realidade brasileira a partir da produção de conhecimento crítico independente sobre os problemas sociais do país.

Em 1975, pesquisadores da instituição desenvolveram, a pedido da **Comissão de Justiça e Paz de São Paulo**, o livro *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*, em que analisam as contradições do “milagre econômico”, discutindo a política econômica do regime que, embora tivesse promovido crescimento momentâneo do país, já estava em crise e, paradoxalmente, havia aumentado a concentração de renda e a desigualdade social. O livro alcançou grande repercussão e extrapolou o universo acadêmico, chegando às comunidades e entidades populares que vivenciavam as mazelas causadas pelas escolhas do governo.

Essa pesquisa resultou em um atentado a bomba à sede do Cebrap, em setembro de 1976. A ação foi atribuída, sem comprovação, à **Aliança Anticomunista Brasileira**. Após o evento, a sede da entidade foi transferida para o bairro da Vila Mariana, onde ainda hoje desenvolve atividades de pesquisa em parceria com outros institutos do país e do exterior.

ENDEREÇO

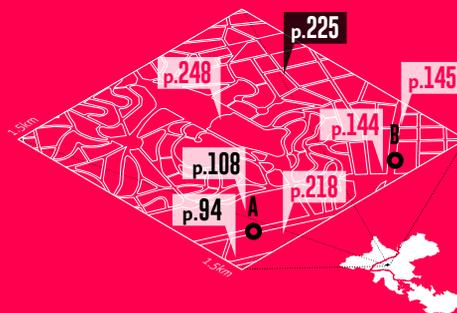
Rua Bahia 499

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



- A** Estação Clínicas
- B** Estação Paulista
- Metrô | Linha 2
- Metrô | Linha 4



CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ



Fachada do Cemitério Israelita do Butantã | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

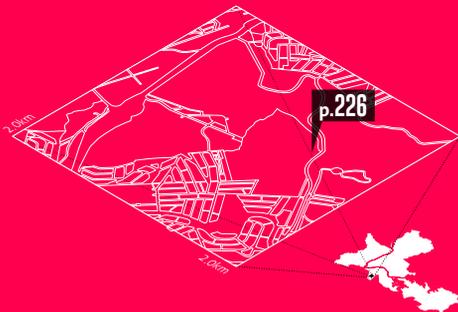
Avenida Engenheiro Heitor Garcia 5530

DISTRITO

Raposo Tavares

ZONA

Oeste



* Lugar desprovido de ponto de transporte público notável em suas redondezas

Neste cemitério foram enterrados o estudante **Chael Charles Schreier**, morto sob tortura por agentes do **Deops/RJ** em 1969; a psicóloga e militante da **Vanguarda Popular Revolucionária - VPR Iara Iavelberg**, morta em 1971 por agentes da repressão em Salvador, além do estudante **Gelson Reicher** e do jornalista **Vladimir Herzog**, mortos sob tortura nas dependências do **DOI-CODI p.76** em 1972 e 1979, respectivamente. Tanto Iara quanto Herzog foram apresentados como suicidas pelo **Exército** e, pela tradição judaica, os suicidas deveriam ser enterrados em uma área determinada no cemitério, com sepultamento rápido e sem o luto dos familiares. Contudo, o rabino **Henri Sobel** e a família de Herzog promoveram uma cerimônia de sepultamento demorada e guardaram o luto, em direto enfrentamento aos militares, refutando a tese de suicídio e afirmando que o jornalista havia sido assassinado pelo regime. Iara, por sua vez, seguiu enterrada como indigente, até que sua família, com o apoio de Sobel e do advogado **Luiz Eduardo Greenhalgh**, conseguiu a exumação do corpo e, com novos dados em mãos, defender o sepultamento adequado, afirmando que ela havia sido assassinada pela repressão.



IGREJA METODISTA CENTRAL



Igreja Metodista Central na Liberdade | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

A Igreja Metodista Central, localizada no bairro da Liberdade, reunia jovens e religiosos protestantes que partilhavam ideias contrárias ao regime. Durante a ditadura, o templo permaneceu sob alvo constante do regime e, em certa ocasião, foi cercado por agentes da **OBAN p.76** que buscavam metodistas vinculados à **Ação Popular**, uma organização política que reunia cristãos de esquerda. Os militantes conseguiram fugir durante a invasão e partiram rumo ao exílio, como é o caso de **Clara Amélia Evangelista** e **Domingos Alves de Lima**, que viveram no Chile. Nesse mesmo dia, os irmãos **Fernando** e **Celso Cardoso** já haviam sido presos em casa a partir da delação do pastor **José Sucasas Jr.**, o mesmo que havia denunciado **Anivaldo Pereira Padilha** na **IGREJA METODISTA DA LUZ p.68**.

ENDEREÇO

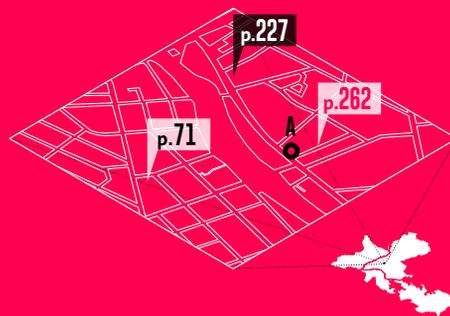
Avenida da Liberdade 659

DISTRITO

Liberdade

ZONA

Central



A Estação São Joaquim
● Metrô | Linha 1



CONVENTO STO. ALBERTO MAGNO - CONVENTO DOS DOMINICANOS



Convento dos Dominicanos em Perdizes com pixações *fora padres comunistas* | foto Autor Desconhecido | fonte Arquivo Provincial dos Dominicanos - Província Frei Bartolomeu de Las Casas

ENDEREÇO

Rua Caiubi 164

DISTRITO Zona
Perdizes Oeste



A Estação Barra Funda
● CPTM | Linhas 7 e 8

B Estação Barra Funda
● Metrô | Linha 3

C Terminal Barra Funda
● Ônibus

D Estação Sumaré
● Metrô | Linha 2

Fundado pela **Ordem dos Dominicanos** em 1938, o **Convento Santo Alberto Magno** foi importante palco de resistência contra a ditadura civil-militar na cidade de São Paulo, reunindo importantes lideranças religiosas que, além da atuação constante pelas causas sociais, se uniram contra as violações dos direitos humanos cometidas pelo regime e para apoiar aqueles que resistiam contra o governo.

Em 1961, com a realização do **Concílio Vaticano II**, a **Igreja Católica** estimulou maior aproximação dos religiosos com as demandas sociais, fortalecendo a atuação dos diversos setores e movimentos internos à Igreja que acreditavam na necessidade de melhores condições de vida para a população, a libertação de toda forma de opressão e a salvaguarda dos valores e direitos humanos.

PELA FÉ E PELA RAZÃO

A ordem tem como base a experiência de vida evangélica de **São Domingos de Gusmão**, que viveu no século XII. O religioso Domingos, santificado pela **Igreja Católica**, vivia de esmolas, em proximidade com os mais pobres, e pregava ideais que se assemelhavam ao que hoje entendemos por justiça social, defendendo o estudo e a fé nos textos sagrados como caminho para promover o bem. De origem espanhola, a chamada **Família Dominicana** acredita na formação teológica e na vida casta, sem excessos. Alguns de seus membros, inclusive, interpretam esta missão como a necessidade de defender os oprimidos.

Os Dominicanos do convento de **Perdizes**, que já se relacionavam com os debates políticos da época, se aproximaram daqueles que, de alguma forma, se opunham ao governo. O convento, dada sua vocação de estudo teológico de caráter humanista, reafirmou-se, durante a ditadura civil-militar, como um espaço aglutinador para intelectuais, universitários e jovens que buscavam se aproximar de uma ala mais progressista da Igreja Católica.

No final da década de 1960, os frades dominicanos atuavam em diferentes atividades sociais, estudando e trabalhando ao mesmo tempo que mantinham suas práticas religiosas no convento. Na medida em que transitavam organicamente em diferentes espaços da sociedade e se relacionavam em outras atividades sociais, grupos de frades, em diferentes momentos, passaram a participar de movimentos de resistência, como a **Ação Católica**, e o movimento estudantil; em 1967, um desses grupos se aproximou mais diretamente da **Ação Libertadora Nacional - ALN**.

A ALN, movimento de luta armada contra o regime coordenado por **Carlos Marighella** e **Joaquim Câmara Ferreira**, confiava aos frades as ações de logística e de comunicação. Com o tempo, alguns dos freis de Perdizes passaram a atuar também na guarda de pessoas e acompanhamento dos feridos no processo de recuperação.

Os primeiros a colaborar com o movimento foram **Carlos Alberto Libânio Christo**, **Frei Betto**, e **Frei Oswaldo Rezende**, seguidos pelos freis **João Antônio Caldas Valença**, **Frei Maurício**, **Fernando de Brito**, **Yves do Amaral Lesbaupin** – o **Frei Ivo** –, **Magno José Vilela**, **Giorgio Callegari**, além de **Tito**

de **Alencar Lima**, que estudava Filosofia na **Universidade de São Paulo** e que, junto dos freis **Domingos de Alencar** e **Luiz Felipe Rattón Mascarenhas**, participava clandestinamente do movimento estudantil.

PUBLICAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Em 1963, os dominicanos de Perdizes, a partir de uma palestra do frade **Carlos Josaphat**, passaram a editar o jornal *Brasil Urgente*, que trazia textos políticos convocando a sociedade para uma mobilização em favor dos mais pobres e clamando por uma revolução social. No dia seguinte ao golpe, em 1º de abril de 1964, os documentos do jornal foram confiscados, todo material foi censurado e a publicação, fechada por ordem militar.

RESISTÊNCIA E REPRESSÃO

O Convento de Perdizes, em 1968, promoveu na **Semana Santa** a encenação da peça *Paixão Segundo Cristino*, escrita por **Geraldo Vandré** e que, com assessoramento dos freis dominicanos, representava a perseguição, calúnia, exílio, agonia, paixão e morte de Cristo transpostos aos homens e mulheres que a partir do golpe de 1964 viveram na própria carne essa realidade. Vanguardistas desde o início, as missas dominicais do convento de Perdizes eram

Aprendi também a não odiar, não por virtude, mas por comodismo. O ódio destrói primeiro quem odeia, não quem é odiado. Não adianta nada ter raiva de torturadores e generais. Vai corroer o meu coração e não incomoda-los. Daí a clareza de que a minha luta é contra um sistema e não contra essa ou aquela pessoa



FREIRE BETTO

sobre os aprendizados da prisão, em entrevista ao jornal **Zero Hora**

frequentadas por cerca de mil pessoas. Estudantes, intelectuais e trabalhadores se aglomeravam para ouvir os sermões, que sempre falavam de liberdade e em favor da justiça social.

Por seu crescente envolvimento com grupos contrários à ditadura, e pelas suspeitas de associação com a ALN, o convento entrou para vigilância atenta do regime e os frades viraram motivo de atenção especial de **Fleury**, delegado do **DEOPS/SP** p.44, conhecido como exímio e sádico torturador.

Sob autorização do presidente do regime militar e ditador **Marechal Humberto Castelo Branco**, deu-se origem à **Operação Batina Branca**, que tinha como objetivo desmoralizar a Ordem dos Dominicanos no Brasil. Como parte das ações, Fleury montou campanha na frente do Convento e da **LIVRARIA DUAS CIDADES** p.140, onde trabalhava Frei Fernando e outros frades.

Em 1969, como resultado da operação, os freis Fernando e Ivo foram sequestrados e forçados, em intensas sessões de tortura, a revelar como se comunicavam com o *Professor Menezes*, alcunha utilizada por Marighella para se comunicar com os freis. Sob a mira do revólver de agentes do DEOPS/SP, Frei Fernando atendeu a uma ligação na Livraria Duas Cidades e marcou encontro com Marighella na **ALAMEDA CASA BRANCA** p.59. No dia 4 de novembro, o líder revolucionário foi assassinado em uma emboscada.

MELHOR MORRER DO QUE PERDER A VIDA

Um por um, os freis foram presos e torturados, a fim de coletar mais informações sobre a ALN. Frei Tito, também investigado pela organização do Congresso da UNE, realizado em 1968, no interior do estado, tornou-se um dos alvos de preferência das agressões de Fleury. Muito torturado, Tito nunca mais se recuperou do que viveu no **DEOPS/SP** p.44 e nas dependências do **DOI-CODI** p.76.

Liberto da prisão em troca do embaixador suíço **Giovanni Bucher**, sequestrado em 1970 pela **Vanguarda Popular Revolucionária - VPR**, Tito foi para o Chile, depois para a Itália e, por fim, exilou-se na França. No dia 10 de agosto de 1974, o frei cometeu suicídio, atormentado pelas imagens de Fleury e pelas lembranças das violências sofridas. Como acreditam seus colegas dominicanos, Tito não desistiu de viver e, como ele próprio escreveu, *melhor morrer do que perder a vida*, justificando, na ação, uma forma de se libertar de suas memórias dos porões da ditadura. Em 1983, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns celebrou uma missa por Tito, com as honrarias de ritos para mártires.

Os demais freis ficaram presos de 1969 a 1973, após o **Superior Tribunal Militar** reduzir suas sentenças de quatro para dois anos de prisão. Em 1983, Frei Betto recebeu o **Prêmio Jabuti** pelo livro *Batismo de Sangue*, em que expõe sua versão sobre a ligação dos dominicanos com a ALN.

O Convento segue em atividade e a Ordem é especialmente ligada aos movimentos pastorais, com ações de evangelização de base.



SAIBA MAIS!

Batismo de sangue

Direção: Helvecio Ratton

Downtown filmes, 2007. 110 min

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella - O Inimigo Número Um da Ditadura Militar*. São Paulo : Editora Casa Amarela Ltda, 2004



**CONVENTO DOS DOMINICANOS EM PERDIZES
PROJETADO POR FRANZ HEPP**



PONTÍFICA COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO



Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, no bairro da Consolação | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

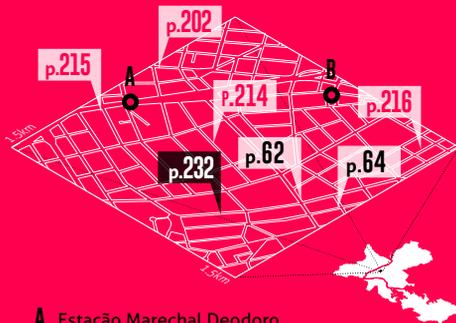
Avenida Higienópolis 890

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



A Estação Marechal Deodoro

● Metrô | Linha 3

B Estação Santa Cecília

● Metrô | Linha 3

Criada em 1971, após a instauração da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo prestou apoio jurídico aos perseguidos políticos e defendeu os direitos humanos durante o período ditatorial. Atuou em duas frentes: na assistência às vítimas da repressão e no registro de casos de violações aos direitos dos cidadãos, reunindo dados que comprovavam as prisões, torturas e desaparecimentos forçados, buscando a realização de manifestos e denúncias públicas. Por sua atuação nestas áreas, a Comissão e Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo se tornou uma referência nacional de defesa dos direitos humanos.

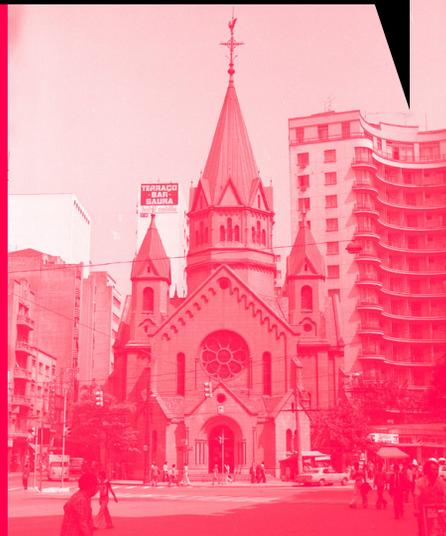


BASILICA DE N.SRA. DA CONCEIÇÃO E DE STA. IFIGÊNIA

O primeiro templo da **Basilica de Nossa Senhora da Conceição**, datado de 1720, foi demolido para ceder lugar a uma nova edificação, inaugurada, ainda inacabada, em 1910, e finalizada três anos mais tarde. Durante a ditadura civil-militar, o espaço foi utilizado por militantes de esquerda para reuniões e articulações de movimentos sociais contra o governo. Um dos grupos que se reuniu na Basilica foi o **Movimento Popular de Libertação**, para organizar atividades de educação popular. A organização foi criada inicialmente no exílio de **Miguel Arraes**, governador de **Pernambuco**, deposto pela ditadura, e exilada na **Argélia**. Com a saída de Arraes do movimento, ainda seguiu em atividade, mas com pouca expressividade política. Contudo, continuava a ser monitorada pelos agentes da repressão.

PERSPECTIVAS

As comissões que aconteceram no país estavam articuladas a dois importantes encontros católicos ocorridos na década de 1960: o **Concílio Vaticano II**, que formulou uma nova concepção de Igreja voltada para a justiça social, os direitos humanos e a abertura da Igreja Católica à cultura e à sociedade modernas, e a **II Conferência do Episcopado Latino-Americano**, que propunha que os ensinamentos do Concílio II fossem repensados pelo episcopado latino-americano considerando o contexto da região, marcada, naquele momento, pelas intervenções militares em vários países e denúncias de violações de direitos humanos.



Igreja de Santa Ifigênia em 1975: esquina das Ruas Casper Líbero e Santa Ifigênia | foto Waldemir Gomes de Lima (Waldô) | fonte Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

ENDEREÇO

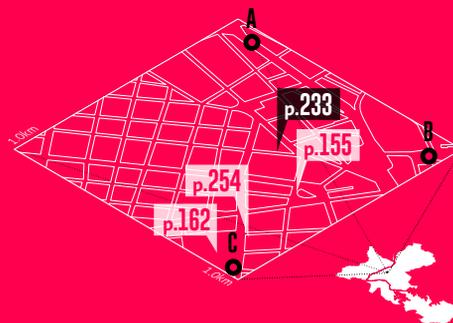
Rua Santa Ifigênia 30

DISTRITO

República

ZONA

Central



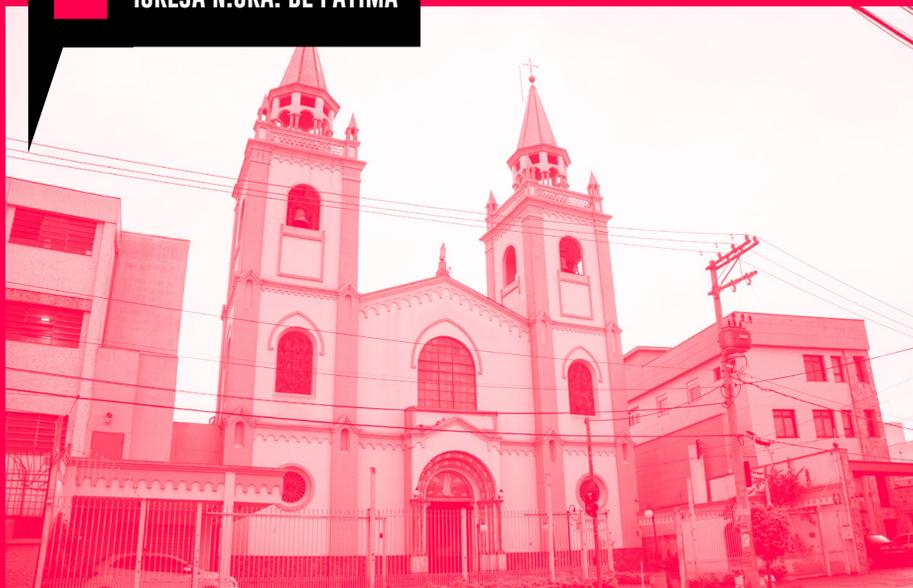
A Estação Luz
● Metrô | Linhas 1 e 4

C Estação República
● Metrô | Linhas 3 e 4

B Estação São Bento
● Metrô | Linha 1



IGREJA N.SRA. DE FÁTIMA



Igreja N.Sra. de Fátima, em Santana | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

Avenida Imirim 1410

DISTRITO

Santana

ZONA

Norte



- A Terminal Casa Verde
- Ônibus

A atuação da Igreja Católica no bairro do Imirim esteve associada à presença dos **Missionários da Consolata**, responsáveis por fundar, em 1905, a **Capela Nossa Senhora da Glória**, que foi transformada na **Paróquia Nossa Senhora de Fátima** na década de 1950. Durante o período ditatorial, sobretudo na década de 1970, a entidade, assim como outras instituições religiosas, assumiu uma postura mais progressista. Como exemplo, em 1979, abrigou uma manifestação popular em apoio à greve de fome realizada pelos presos políticos em favor do movimento pela **Anistia Ampla, Geral e Irrestrita**.

AS IGREJAS E A RESISTÊNCIA

Durante o período da ditadura civil-militar, era comum que os militantes da esquerda buscassem encontros dentro de igrejas – espaços públicos e seguros, devido à circulação de pessoas, e protegidos, simbolicamente, por sua sacralidade. Contudo, as instituições religiosas eram constantemente observadas pelo governo e algumas, inclusive, apoiavam a ditadura.



IGREJA N.SRA. DO PERPÉTUO SOCORRO



Santo Dias (primeiro à esquerda) em reunião na Paróquia N.Sra. do Perpétuo Socorro em 30 de outubro de 1979, de onde seguiu para o piquete na fábrica Sylvania | foto Sueli Tomazini | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

A origem da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro remonta às próprias origens do distrito onde se localiza. Construída no início do século XX e demolida em 1930, a capela funcionou em instalações provisórias por mais de 20 anos, quando foi finalmente reinaugurada em 1962. Ao longo desse período, e ainda hoje, a igreja é uma espécie de marco central da região. Durante a greve geral dos metalúrgicos, em 1979, a igreja apoiou ativamente o movimento dos trabalhadores, acolhendo reuniões e atividades dos grevistas. Nesse mesmo ano, durante a realização de um piquete no Largo do Socorro, o espaço foi invadido por policiais militares que perseguiram os metalúrgicos que lá entraram em busca de refúgio. Bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas, e tanto os militantes quanto o próprio Frei José Rezende, pároco da instituição, foram espancados. A ação truculenta da repressão foi repudiada publicamente pelos bispos de São Paulo.

ENDEREÇO

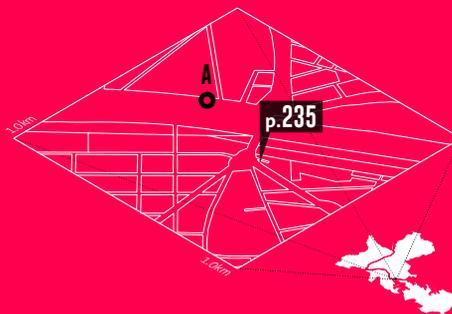
Avenida Robert Kennedy 55

DISTRITO

Socorro

ZONA

Sul



A Estação Socorro

● CPTM | Linha 9



Paróquia Nossa Senhora dos Pobres, no Butantã | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

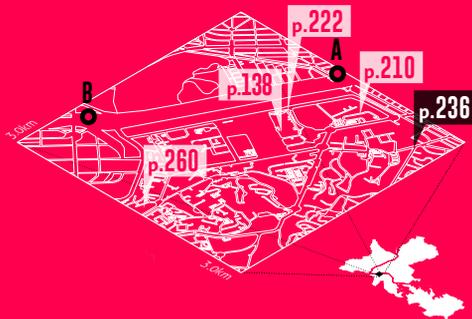
Avenida Doutor Vital Brasil 1185

DISTRITO

Butantã

ZONA

Oeste



A Estação Cidade Universitária
● CPTM | Linha 9

B Estação Vila Lobos - Jaguaré
● CPTM | Linha 9

A paróquia foi uma igreja bastante vigiada pelos agentes da repressão durante o período ditatorial, devido à atuação de padres com orientação progressistas. Entre eles, destaca-se o dominicano francês e também operário **Pierre-Joseph Wauthier**, preso pelos agentes do **DEOPS/SP p.44** e expulso do Brasil por sua atuação em **Osasco**, na **Região Episcopal da Lapa**, que congregava a Paróquia e outras igrejas. O padre participou ativamente da militância operária e da criação da **Frente Nacional do Trabalho**, uma das duas correntes mais ativas no movimento dos trabalhadores e que teve atuação determinante na greve de 1968.



IGREJA SÃO JOÃO BATISTA DO BRÁS

Igreja São João Batista do Brás | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

DOM LUCIANO E OS DIREITOS HUMANOS

À época da ditadura, a igreja pertencia à região episcopal leste, então dirigida por **Dom Luciano Mendes de Almeida**, que foi secretário geral da **Comissão Nacional de Bispos do Brasil - CNBB** e importante defensor na luta pelos direitos humanos na cidade de São Paulo. Em 1977, o pároco apoiou a iniciativa das comunidades eclesiais de base para a criação da **Pastoral do Menor**, tornando-se por ela responsável.

A atual **Igreja São João Batista do Brás**, então chamada de **Igreja São João Batista do Belém**, foi fundada em 1908. No início do século XX, durante a epidemia de gripe espanhola, a igreja teve uma importante atuação de assistência social aos doentes, assumindo uma forte ligação com sua comunidade que se mantém até hoje. No período da ditadura civil-militar, graças a sua disposição para o diálogo e abertura à população, foi utilizada para atividades de sindicatos que sofreram intervenções do governo. Em 1979, sediou duas importantes assembleias de greve, a do sindicato dos motoristas e a do sindicato dos vigilantes, tornando-se um dos símbolos de apoio à luta operária na cidade.

ENDEREÇO

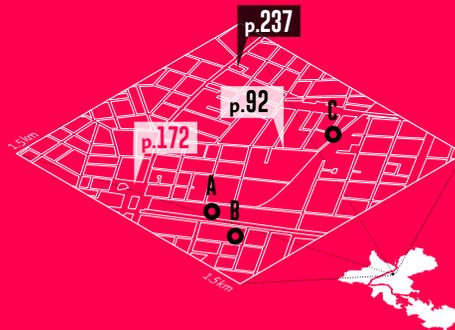
Largo Senador Morais Barros 146

DISTRITO

Belém

ZONA

Leste



A Estação Brás
● Metrô | Linha 3

C Estação Bresser-Moooca
● Metrô | Linha 3

B Estação Brás
● CPTM | Linhas 10, 11 e 12



IGREJA N.SRA. DA PAZ

ENDEREÇO

Rua do Glicério 225

DISTRITO

Sé

ZONA

Central



- A** Estação Sé
● Metrô | Linhas 1 e 3
- B** Estação Liberdade
● Metrô | Linha 1

Localizada no Glicério, uma região com muitos imigrantes europeus, sua construção, que remonta ao final da década de 1930, teve o apoio de famílias italianas mais abastadas que moravam no bairro. Por oferecer serviços aos estrangeiros recém-chegados que vinham de vários países para morar no Brasil e por sua atenção social à comunidade, ficou popularmente conhecida como a *Igreja dos Imigrantes*. Durante o período ditatorial, apoiou perseguidos políticos, e, ao longo da década de 1970, foi utilizada como base para operários em manifestações trabalhistas. Por sua atuação junto aos imigrantes e por abrir espaço às ações de resistência, a igreja era monitorada constantemente pelos órgãos da repressão.

A **TV Excelsior de São Paulo** foi inaugurada em 9 de julho de 1960 e, dez anos depois, em 30 de setembro de 1970, fez sua última exibição. A rede era parte dos negócios da família **Simonsen**, sendo sustentada com recursos de suas outras empresas, como a companhia aérea **Panair**, cassada em 1965, e a exportadora de café **COMAL**, cassada em 23 de abril de 1964. Administrada por **Mário Wallace Simonsen**, empresário liberal e apoiador do governo de **João Goulart**, por acreditar que seus negócios só prosperariam em uma democracia de caráter nacional. No dia que se seguiu ao golpe de 64, a Excelsior tirou do ar o seu telejornal para não transmitir notícias relativas ao evento, razão pela qual seus profissionais tiveram que prestar esclarecimentos à polícia. Durante a ditadura, tanto a COMAL como a Panair sofreram duras sanções econômicas movidas pelos militares. Essas ações, bem como um incêndio ocorrido em seu estúdio, afetaram as finanças da TV Excelsior, que em 1970 também teve sua concessão cassada pelo regime. Oficialmente, o tema foi tratado como adoção de medidas legais contra uma empresa falida e não como o fechamento de uma emissora de TV por motivos políticos.



ENDEREÇO

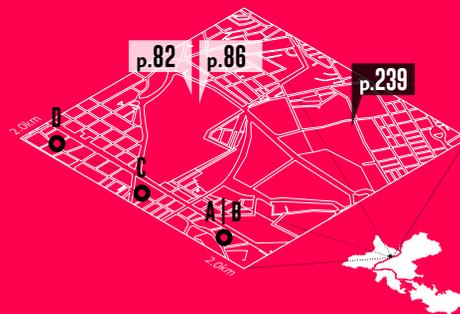
Rua Dona Santa Veloso 575

DISTRITO

Vila Guilherme

ZONA

Zona Norte



A Estação Portuguesa-Tietê
● Metrô | Linha 1

B Terminal Tietê
● Ônibus

C Estação Carandirú
● Metrô | Linha 1

D Estação Santana
● Metrô | Linha 1

mesmo fato ouvindo populares – o chamado **O Povo Fala**, e discutir o impacto dos acontecimentos noticiados sobre a vida das pessoas comuns. O formato foi apresentado e aprovado pela emissora como uma forma de aumentar a audiência, mas acabava por trazer à tona denúncias sobre as condições de vida das populações mais pobres, o que acabou atraindo a atenção dos setores mais conservadores do regime.

Após o ditador general **Ernesto Geisel** declarar o início de uma abertura política “lenta, gradual e segura”, setores militares e civis mais conservadores passaram a promover denúncias buscando alertar para os perigos dessa nova dinâmica. E foi nesse cenário que o jornalista **Cláudio Marques**, incomodado com a transmissão da Cultura sobre o Vietnã do Norte, país comunista, iniciou campanha contra Herzog, reverberada por diversas pessoas, inclusive pelo então deputado **José Maria Marin**, que mais recentemente assumiu a presidência da **Confederação Brasileira de Futebol - CBF**.

VANGUARDA E CENSURA

Durante o regime ditatorial, mesmo sem uma postura política constante de enfrentamento, a emissora divulgou notícias que desagradavam o regime e produziu programas inovadores que, mesmo indiretamente, questionavam os valores conservadores propagados pelo governo. O programa *Jovem Urgente*, por exemplo, reunia jovens em uma espécie de bate-papo com o psiquiatra **Paulo Gaudêncio** para discutir questões próprias da faixa etária, como desenvolvimento sexual e liberdade de escolha. Uma vez no radar do governo, o programa foi prontamente cancelado.

Vlado, como era conhecido, acreditava na importância e na força do jornalismo para defender os interesses da população, e entendia que a mídia era efetivamente um instrumento de transformação social. Sob o pretexto da campanha que o denunciou, em 1975, Vladimir Herzog foi levado para interrogatório nas sedes do **DOI-CODI p.76**. Lá foi torturado e assassinado pelo regime, que declarou sua morte como suicídio, forjando laudos legistas e registro de óbito.

INCÊNDIOS

Assim como outras emissoras, a TV Cultura sofreu alguns incêndios em sua história. Em 1986, no maior deles, o fogo destruiu cerca de 90% dos seus equipamentos. Outras redes, como **Manchete**, **REDE GLOBO p.116** e **GRUPO BANDEIRANTES p.244**, doaram equipamentos para manter viva a emissora.

O prédio da TV, transferido na década de 1960 para a região da Água Branca, na zona oeste de São Paulo, foi uma das primeiras instalações da área de aterro da Lagoa Santa Marina. As ruas que circundam as instalações da emissora levam nomes de jornalistas. Entre elas, atualmente, está a Rua Vladimir Herzog, que homenageia a resistência ao regime e a importância do jornalista para a história do Brasil e da cidade.



SAIBA MAIS!

Trecho do programa *Jovem Urgente de 1969*. Trama Radiola, TV cultura.

► <https://www.youtube.com/watch?v=X4vu1qjep-k>



TV TUPI



Antigo prédio sede da TV Tupi | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

Avenida Professor Alfonso Bovero 52

DISTRITO

Perdizes

ZONA

Oeste



- A** Estação Barra Funda
● CPTM | Linhas 7 e 8
- B** Estação Barra Funda
● Metrô | Linha 3
- C** Terminal Barra Funda
● Ônibus
- D** Estação Sumaré
● Metrô | Linha 2

Fundada em 1950 por Assis Chateaubriand, a **TV Tupi** foi a primeira emissora de televisão do país e a primeira da **Rede Tupi**, que se expandiria, em sequência, por outros estados brasileiros. Embora não representasse uma ameaça direta ao regime civil-militar, a sede paulista foi fechada em 1980 e teve sua concessão interrompida pelo governo, acusada de estar inadimplente em suas contas. Em seguida, os outros canais da emissora, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e demais cidades do país, também foram fechadas, alegando motivos de naturezas diferentes. Destino semelhante recebeu a **TV EXCELSIOR** p.239, enquanto a **REDE GLOBO** p.116 de televisão prosperou significativamente no período ditatorial. Construído por Chateaubriand, o prédio da TV Tupi em São Paulo foi concedido pelo governo ao grupo **ABRIL** p.113, ocupado pela **MTV Brasil** de 1987 a 2013.

GRUPO BANDEIRANTES

ENDEREÇO

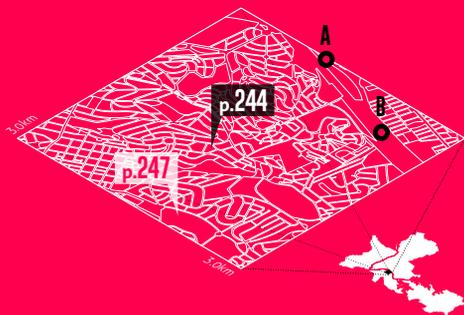
Rua Radiantes 13

DISTRITO

Morumbi

ZONA

Oeste



A Estação Vila Olímpia

● CPTM | Linha 9

B Estação Berrini

● CPTM | Linha 9

Em 1937, controlada pelo empresário e advogado **Paulo Machado de Carvalho**, foi realizada a primeira transmissão da **Rádio Bandeirantes**, vendida, em 1945, a **Adhemar de Barros**, que a passou ao seu genro **João Jorge Saad** em 1948. Saad ampliou suas atividades para uma emissora de televisão, com canais em diferentes regiões do país. Durante a ditadura civil-militar, a rádio, embora não apresentasse postura combativa contra o governo, veiculava programas com comentaristas críticos às ações da ditadura. Durante as greves sindicais no final da década de 1970, a rádio era a única a transmitir ao vivo os pronunciamentos de **Luís Inácio Lula da Silva**, então presidente do **Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema**, além dos pronunciamentos de outras lideranças das mais diversas categorias de assalariados. Também durante a ditadura, a emissora de TV, que veiculava vários programas de cunho cultural, sofreu um incêndio de enormes proporções e passou a funcionar no **Cine Arlequim**, transformado em **TEATRO BANDEIRANTES** p.201. As origens do fogo nunca foram comprovadas, mas o regime militar dizia se tratar de um ato criminoso cometido por organizações de oposição à ditadura.



PUBLICAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. - PAT

Com o início da ditadura civil-militar em 1964, a censura política à produção dos jornais se fazia presente, sobretudo, por meio de uma lista de temas proibidos e, após o AI-5, promulgado em dezembro de 1968, com a prática de uma censura direta sobre todas as publicações. Em oposição à condescendência da maior parte dos veículos de comunicação da época, existiam os periódicos alternativos, cuja posição editorial era independente. Esses jornais e revistas apresentavam diferentes leituras e posicionamentos políticos e eram, muitas vezes, marcados pelo humor e pela sátira. Em comum, esses jornais se caracterizavam pela oposição ao regime civil-militar e pelas críticas ao modelo econômico da ditadura, e procuravam denunciar, de forma sistemática, violações dos direitos humanos como as torturas e prisões ilegais que vinham sendo praticadas pelo regime. A gráfica **Publicações e Assistência Técnica Ltda. - PAT** foi responsável pela edição de um desses jornais alternativos: o Movimento, que chegou às bancas de várias cidades do país no dia 1º de julho de 1975. Multilado pela censura prévia, a publicação chegou a vender 21 mil exemplares no primeiro número. Os leitores que o compraram faziam parte, conscientemente, de uma rede de apoio informal em favor da imprensa alternativa em luta pela liberdade de expressão, o que possibilitou que o periódico fosse publicado por seis anos e meio, de julho de 1975 a novembro de 1981, quando foi fechado devido a crises financeiras internas.

ENDEREÇO

Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto 412

DISTRITO

Pinheiros

ZONA

Oeste



- A Estação Fradique Coutinho
- Metrô | Linha 4



Fundada em 27 de setembro de 1953 pelo empresário e advogado **Paulo Machado de Carvalho**, a **TV Record** entrava no ar como uma emissora voltada para a cobertura esportiva, sendo a pioneira nesta área, e para a programação musical, bastante fortalecida durante a década de 1960 com a produção dos festivais de MPB, além dos diversos programas sobre o assunto.

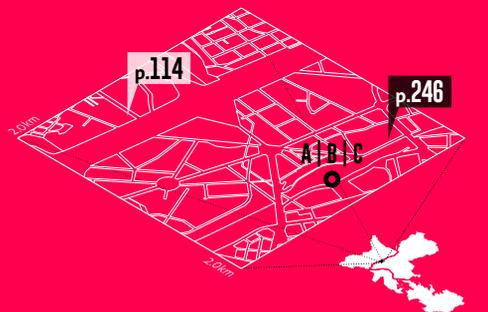
A ditadura civil-militar estimulou, à custa do crescimento da desigualdade social, a modernização capitalista do país e, neste período, um dos setores de grande crescimento foi a indústria cultural, a partir dos mercados televisivo e fonográfico, ambos avidamente consumidos pela classe média brasileira. Pelo perfil contestatório dos artistas, de

ENDEREÇO

Rua da Várzea 240

DISTRITO ZONA

Barra Funda Oeste



- A** Estação Barra Funda
● Metrô | Linha 3
- B** Estação Barra Funda
● CPTM | Linhas 7 e 8
- C** Terminal Barra Funda
● Ônibus

forma política ou comportamental, e pela grande capacidade que eles tinham de aglutinar público, o meio cultural era visto pelos militares como um importante alvo da vigilância e censura.

Entre 1966 e 1969, a TV Record produziu, com **Solano Ribeiro**, importante produtor musical da época, o **Festival de Música Popular Brasileira**, um evento fortemente marcado pela participação de artistas ligados à canção engajada de oposição ao regime. Os festivais eram gravados em São Paulo e retransmitidos para todo Brasil, alcançando grande audiência.

Entre os vários intérpretes e compositores que passaram pelos festivais transmitidos pela Record estavam **Caetano Veloso**, **Gilberto Gil**, **Taiguara**, **Chico Buarque**, **Edu Lobo**, **Elis Regina**, **Nara Leão**, **Gal Costa**, **Zimbo Trio**, **Rita Lee** e **Os Mutantes**, **Nana Caymmi**, **Quarteto em Cy**, **Tom Zé**, **MPB4** e **Geraldo Vandré** – muitos dos quais acabaram presos e forçados ao exílio.

INCÊNDIO

Em 1966 e 1968, o prédio da emissora pegou fogo, destruindo muitas instalações e parte do acervo, em dois incêndios cujas origens nunca foram comprovadas. No ano de 1969, mais dois incêndios aconteceram: um no **Teatro Record** e outro no **TEATRO PARAMOUNT p.192**, locais de gravação de shows da emissora. Outros incêndios aconteceram em veículos de comunicação, o que levou os militares a acusar os grupos de resistência como responsáveis, sem nunca comprovar as acusações.

Como a relação dos setores de comunicação com os militares eram ambíguas, ao mesmo tempo que veiculou os festivais, importante espaço de articulação da crítica musical ao regime, a TV Record também pactuou com a ditadura. Um exemplo desse pacto ocorreu em 22 agosto de 1982, quando televisionou e patrocinou o jogo amador **II Exército (2ªBG) vs. IV Comar**, realizado no **Estádio CMTC** como parte das comemorações da **Semana do Exército Brasileiro**.



ESTÁDIO DO MORUMBI



Vista aérea em 1973 do Estádio Cícero Pompeu de Toledo - Estádio do Morumbi, com o São Paulo Futebol Clube ao fundo | foto Edison Pacheco Aquino | fonte Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

Projetado por **Vilanova Artigas**, arquiteto do importante movimento **Escola Paulista**, o **Estádio Cícero Pompeu de Toledo**, casa do **São Paulo Futebol Clube**, começou a ser construído em 1952 e foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 1970. Popularmente conhecido como **Estádio do Morumbi**, seu nome oficial é uma homenagem a **Cícero Pompeu de Toledo**, considerado um dos presidentes mais importantes do time. Com a ditadura civil-militar, o governo procurou consolidar um projeto de identidade nacional que celebrasse as grandes conquistas do país, incluindo as conquistas esportivas, e, claro, o futebol, que se tornou foco também das disputas políticas que aconteciam no período. Um exemplo disso aconteceu no Estádio do Morumbi em fevereiro de 1979, durante uma partida do **Corinthians** e **Santos**, quando membros do **Comitê Brasileiro pela Anistia** abriram uma faixa da campanha nacional pela **Anistia Ampla, Geral e Irrestrita** entre os torcedores corinthianos. A faixa de 15 metros chamou a atenção da polícia, que tentou subir as arquibancadas, mas acabou impedida pelos próprios torcedores.

ENDEREÇO

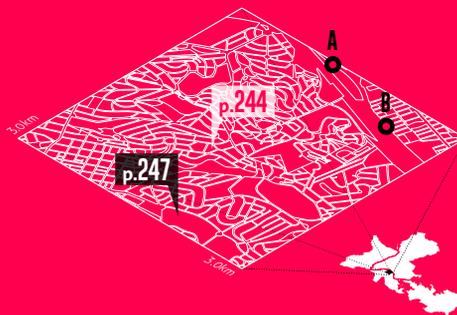
Praça Roberto Gomes Pedrosa 1

DISTRITO

Morumbi

ZONA

Oeste



A Estação Vila Olímpia
● CPTM | Linha 9

B Estação Berrini
● CPTM | Linha 9



ESTÁDIO DO PACAEMBU



Estádio do Pacaembu na Praça Charles Miller | foto Laura Pappalardo | fonte Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ENDEREÇO

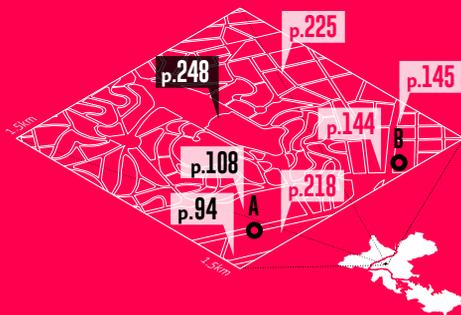
Praça Charles Miller (sem número)

DISTRITO

Consolação

ZONA

Central



A Estação Clínicas

● Metrô | Linha 2

B Estação Paulista

● Metrô | Linha 4



CLUBE DE MÃES DA ZONA SUL

No final da década de 1970, em algumas regiões da cidade, mulheres começaram a se reunir em pequenos clubes voltados para a convivência e a realização de trabalhos manuais, como costura e bordado. Aos poucos, esses espaços de encontros foram convertendo-se em momentos de questionamento e reivindicação, nos quais essas mulheres podiam falar sobre o elevado custo de vida e a falta de serviços básicos que caracterizavam os territórios onde viviam.

Assumindo caráter político, grande parte desses clubes tem seu surgimento relacionado ao apoio conferido pelos setores progressistas da Igreja. Na Zona Leste, entre os cerca de 94 Clubes de Mães – que se distribuíam por Guaianases, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo, Artur Alvim, entre outros bairros –, a maioria nasceu em meio às reuniões de reflexão sobre o Evangelho organizadas por padres e agentes pastorais dinamizadores das **Comunidades Eclesiais de Base - CEBs**, que tinham como intuito conscientizar e mobilizar a população para os processos de transformação da realidade.

Na Zona Sul, a criação dos **Clubes de Mães** se deu a partir de uma associação entre os movimentos comunitários e o movimento operário, profundamente marcado pela presença católica naquela região. Nessa região, vigoravam reivindicações ligadas diretamente aos serviços públicos - como água, esgoto, telefone, creche, posto de saúde, hospital, educação e limpeza pública -, até pautas mais amplas, como o custo de vida e a luta contra o desemprego.



SAIBA MAIS!

SOARES, Ana Maria Martins. *Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo*. Concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 3/12/2014.

MOVIMENTO CUSTO DE VIDA

Uma das iniciativas de maiores proporções, oriunda dos clubes da Zona Sul e, posteriormente, expandida para a Leste, foi o **Movimento Custo de Vida**. Com boa repercussão na imprensa, a mobilização comunitária de base colocava em xeque os baixos salários e a perda do poder de compra a que vinham sendo submetidos os trabalhadores brasileiros. A partir de pesquisas realizadas nas casas de trabalhadores, as mulheres à frente do movimento organizaram cartas a autoridades, abaixo-assinados e assembleias de bairro, endereçando uma série de reivindicações ao regime.

Somos mães de família em desespero e, mais do que ninguém, sentimos os preços dos alimentos, remédios, escolas, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansadas dessa exploração. Há muitas crianças por aí mal alimentadas, por isso fracas, sem poder estudar, por causa do alto custo de vida, do salário baixo e da falta de vagas nas escolas

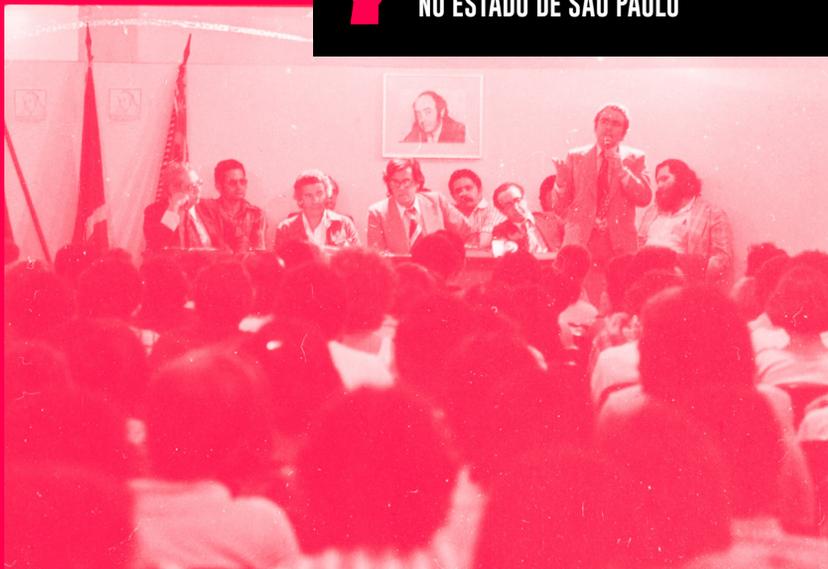
trecho da carta do Movimento Custo de Vida

Organizado como movimento de oposição à ditadura, apresentava críticas aos impactos sociais e econômicos impostos pelos governos militares ao cotidiano das famílias pobres, que viviam nos bairros afastados do centro de São Paulo. O protagonismo das mulheres revelava a emergência de novos atores e novas formas de organização e participação na vida urbana e nos movimentos sociais brasileiros no final dos anos 1970.

Ao longo dos anos, os Clubes de Mães impulsionaram mudanças nas vidas das mulheres paulistanas oriundas das classes populares, tensionando os papéis historicamente desempenhados por elas dentro e fora de casa. Hoje, a recuperação dessa experiência de atuação feminina na esfera pública coloca para o movimento feminista brasileiro a necessidade de considerar a experiência das mulheres da periferia no processo de emancipação, na construção de conhecimento e na adoção de estratégias políticas de enfrentamento às desigualdades sociais e de gênero.



SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO



Sindicato dos Jornalistas durante encontro da categoria no Auditório Vladimir Herzog, assim batizado em homenagem ao jornalista assassinado em outubro de 1975 pelo DOI-Codi/SP | foto Vincent Carelli | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

A censura política sofrida pela imprensa era distinta daquela exercida sobre as artes. Para as artes, operava um órgão específico, a **Divisão de Censura de Diversões Públicas**, responsável por autorizar a programação artística exibida em rádio, cinema, teatro, música e televisão, de 1946 a 1988. Essa censura era, portanto, anterior à ditadura e estava formalizada por legislação específica, ao contrário do que ocorria com a censura política à imprensa. Sem legislação que a autorizasse, ela era uma atividade ilegal, cuja existência era negada, embora fosse exercida pelo **Serviço de Informação ao Gabinete - Sigab**, um órgão informalmente ligado ao **Ministério da Justiça**. Sua operação se dava a partir de três estratégias mais comuns: a presença de um censor na redação do jornal, o envio do material à análise pelo próprio jornal e o envio de material pelo próprio veículo de comunicação para análise das autoridades, e o envio de comunicados diários dos assuntos proibidos às redações.

ENDEREÇO

Rua Rego Freitas 530

DISTRITO

República

ZONA

Central



A Estação República
● Metrô | Linhas 3 e 4

Fundado em 1937, o **Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo** participou de importantes lutas da categoria e da sociedade brasileira. Entre os eventos que marcam sua trajetória, está a greve de 1961, responsável por garantir a jornada reduzida e o primeiro piso salarial para uma categoria profissional no país.

Com a repressão instaurada após o golpe de 1964, teve início um processo de desarticulação do Sindicato, no qual suas principais lideranças foram afastadas e perseguidas, e as eleições passaram a ser manipuladas e fraudadas, convertendo a entidade em mais um aparelho da burocracia do regime.

No decorrer da ditadura, os jornalistas tiveram que lidar com a censura no cotidiano de seu ofício. Enquanto os empresários optavam por defender seus negócios, adotando posturas de apoio ou de condescendência ao regime – comportamento adotado também por alguns jornalistas que, mesmo quando insatisfeitos com o regime, apostavam na autocensura como estratégia de sobrevivência profissional –, outros jornalistas se organizaram para driblar e denunciar a falta de liberdade de expressão.

Com o cerco à imprensa, centenas de reportagens que denunciavam abusos do governo e divulgavam os protestos contra a ditadura foram cortadas, além de outros assuntos, pois os censores determinavam o que a opinião pública deveria ou não saber. Alguns veículos de comunicação buscavam escanear a presença dos censores nas redações, como é o caso do **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO** p.114 e de sua outra publicação o *Jornal da Tarde* que, no lugar dos textos retidos, publicavam poemas de *Os Lusíadas* e receitas de bolo, respectivamente.

Em contraste com a complacência da grande imprensa, surge a imprensa alternativa, formada principalmente por jornalistas, intelectuais e militantes. Em estreita relação com os movimentos sociais e partidos políticos de oposição, os jornais alternativos assumiram uma postura de enfrentamento ao regime, cobrando com veemência a restauração da democracia e o respeito aos direitos humanos. O modelo econômico adotado pelos militares também figurava nas críticas dessas publicações que se apropriavam de novas técnicas para criar uma verdadeira “guerrilha da informação”. Em São Paulo, os jornais alternativos mais conhecidos foram o *Opinião*, o *Movimento*, produzido hegemonicamente pelo **Partido Comunista Brasileiro - PCB**, o *Em Tempo*, ligado a **Democracia Socialista**, o *Versus*, da **Convergência Socialista**, e o *ABCD Jornal*, da organização **Ala Vermelha**. O próprio Sindicato dos Jornalistas produzia também o jornal *Unidade*.

PERSEGUIÇÃO E MORTE

Diversos jornalistas foram perseguidos, torturados e mortos durante a ditadura, alguns por suas atividades profissionais, outros pelo envolvimento com organizações de esquerda. Um dos casos, ocorrido em 1971, é o de **Luiz Eduardo Merlino**, militante do **Partido Operário Comunista - POC** que trabalhou nas redações do *Jornal da Tarde* e *Folha da Manhã*. Preso em 1971 com apenas 23 anos, Merlino foi levado ao **DOI-CODI** p.76 e após 24 horas de torturas ininterruptas, faleceu. O laudo oficial alegava “suicídio” como causa da morte.

É em 1975, contudo, que uma onda repressiva se intensifica diretamente sobre o jornalismo. Nesse período, a ditadura já havia desarticulado as or-

ganizações da luta armada e começava a falar em abertura “lenta, gradual e segura”. Os setores mais conservadores do regime, sobretudo aqueles ligados à repressão, eram contrários a essas medidas e voltaram-se contra o **Partido Comunista Brasileiro**, atingindo um conjunto de jornalistas que acusavam de comunistas. Entre os presos estiveram **Luiz Weis, Marco Antônio Rocha, Rodolfo Konder, Paulo Markun, George Benigno Jataly, Duque Estrada, Anthony de Christo, Miguel Urbano Rodrigues, Antônio Prado e Vladimir Herzog**. Este último presidiu a **TV CULTURA** p.240 quando se apresentou para prestar depoimentos ao **DOI-CODI** p.76, em outubro de 1975, e acabou sendo assassinado.

Na tentativa de frear a abertura e intimidar aqueles que lutavam por democracia, agiram também formando grupos paramilitares que realizavam atentados nas sedes de entidades de oposição e também em bancas de jornal que vendiam publicações da imprensa alternativa.

RETOMADA DO SINDICATO

A atuação do Sindicato dos Jornalistas foi crucial para o início das mobilizações que refutaram a versão oficial sobre a morte de **Vlado**. Presidida por **Audálio Dantas**, a entidade foi uma das principais articuladoras do **Culto Ecumênico**, realizado na **CATEDRAL DA SÉ** p.174. Esse momento marca o início da reorganização e do fortalecimento da entidade, que volta a assumir uma postura de combate à censura e à identificação ideológica dos jornalistas com as empresas.

Imersos nesse novo contexto, os jornalistas de São Paulo declaram greve aos patrões no dia 23 de

Maio de 1979. Com 90% da categoria paralisada, o movimento grevista não se resumia à disputa salarial, mas também reivindicava o resgate de autonomia interpretativa e da liberdade de expressão. Entretanto, os profissionais que não aderiram à greve garantiram o funcionamento da imprensa e os jornais continuaram circulando. Os grevistas enfrentaram uma repressão desproporcional, que incluiu a declaração de ilegalidade da greve, demissão em massa e a perseguição àqueles que aderissem aos protestos.

Como lembrança da luta dos jornalistas de São Paulo, em 1978 nasceu o **Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos**, instituído pelo **Segundo Congresso Brasileiro pela Anistia**, a partir de proposta de **Helena Grecco**, presidenta do **Comitê Brasileiro pela Anistia**. O prêmio, formatado pelo jornalista **Perseu Abramo**, tem como objetivo destacar as produções jornalísticas que contribuem para denunciar as violações aos Direitos Humanos que ainda ocorrem no Brasil.



SAIBA MAIS!

A imprensa paulista na ditadura (1964-1985)

Direção: Dr. Olímpio Murilo Capeli

FAC-Fito – Unesp, 2007. 26 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=kgid8LP2TFw>



Sede da APEOESP em denúncia à política educacional do Governo de São Paulo: "Estamos em luto pela educação. No dia do Professor nada temos a comemorar." | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

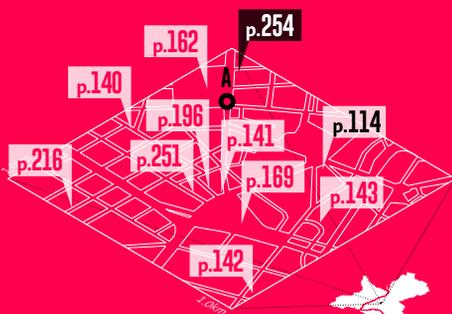
Praça da República 282

DISTRITO

República

ZONA

Central



A Estação República

● Metrô | Linhas 3 e 4

Localizada na Praça da República, no centro de São Paulo, está a sede de um dos maiores sindicatos da América Latina, o **Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP**. Fundada como associação em 1945, atuou principalmente com orientações jurídicas e de maneira assistencial e, mesmo durante parte do período de ditadura civil-militar, manteve esse perfil conciliatório ao orientar a categoria a se submeter às determinações oficiais.

Foi a partir de 1976 que começaram as mudanças, com o surgimento de novas lideranças externas à direção do sindicato e que disputavam, com ela, os rumos da categoria. Professores ligados ao **Movimento de União dos Professores - MUP** e ao **Movimento de Oposição Aberta dos Professores - MOAP**, em 1978, articularam a primeira greve dos professores estaduais sem a participação da APEOESP.

Além da conquista salarial, a greve deu início ao processo de unificação das entidades representativas dos professores, processo consolidado durante a greve do funcionalismo estadual de 1979. Ao fim desta, novas lideranças assumiram a entidade e, a partir daí, apesar das represálias sofridas, a APEOESP assumiu uma postura combativa, tornando-se, nesse período, uma das referências nas lutas políticas dos trabalhadores.



SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

ENDEREÇO

Rua São Bento 413

DISTRITO

Sé

ZONA

Central



A Estação República
● Metrô | Linhas 3 e 4

B Estação Anhangabaú
● Metrô | Linha 3

C Terminal Bandeira
● Ônibus

D Estação São Bento
● Metrô | Linha 1

Assim como outras organizações criadas para representar categorias de trabalhadores, o **Sindicato dos Bancários** surgiu como uma associação em 1923: a **Associação dos Funcionários de Bancos de São Paulo**. Tornou-se sindicato em 1933, num contexto em que o **Ministério do Trabalho**, criado pelo presidente **Getúlio Vargas** logo após a Revolução de 1930, se dedicava a regulamentar as questões trabalhistas, entre as quais as organizações de classe, tanto de trabalhadores, quanto patronais, pensadas pelo governo como instrumentos para a mediação do conflito entre patrões e trabalhadores.

O sindicato apresentou uma postura combativa desde o princípio, realizando a primeira greve nacional em seu segundo ano de existência. Ao longo desse período, organizou campanhas que obtiveram ganhos importantes, chegando ao ano de 1961 com força para a realização da *Greve da Dignidade*, que conquistou um reajuste expressivo e o **Adicional por Tempo de Serviço**.

O golpe de 1964, contudo, interrompeu essa trajetória de luta, levando os bancários, assim como todo o sindicalismo, à paralisia durante a ditadura. A retomada da trajetória combativa só vai voltar a ocorrer no final dos anos 1970, por conta do ascenso em nível nacional dos movimentos dos trabalhadores.

Foi contrariando a posição da diretoria do Sindicato que, em 1978, os bancários organizaram a primeira greve desde o golpe. Na chamada *Greve de Braços Cruzados*, os trabalhadores compareciam ao local de trabalho, mas recusavam-se a exercer suas ativi-

dades. Sua curta duração, de apenas cinco dias, revela a mobilização do governo para enfraquecê-la. Baseando-se em um decreto de **Ernesto Geisel** que impedia greves em Serviços Públicos e atividades essenciais de interesse da **Segurança Nacional**, o movimento é declarado ilegal. Embora não tenha obtido resultado em ganhos econômicos e vários bancários tenham sido presos, o movimento conquistou vitórias políticas importantes, marcando a retomada das lutas e do próprio Sindicato.

No ano seguinte, a categoria voltaria a realizar uma greve, que ficará marcada por violentos confrontos com a polícia na região central da capital. Contudo, desta vez, com o apoio da nova diretoria, eleita em 1979, os bancários tiveram disponível toda a estrutura sindical para organizar as mobilizações. A despeito de sua curta duração e das poucas conquistas efetivas, aqueles dias de novembro registraram o apoio de muitos populares aos bancários nos confrontos travados com a polícia e marcaram a categoria como uma das mais combativas na reorganização do sindicalismo brasileiro. O saldo do movimento foi o afastamento de dirigentes do sindicato, 176 prisões, 45 feridos (entre manifestantes e policiais) e a depredação de diversas fachadas das instituições financeiras do centro de São Paulo.

Além da participação do Sindicato dos Bancários de São Paulo nas greves que sacudiram o país entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, destaca-se o engajamento da entidade em outros importantes momentos políticos, como a *Campanha pela Anistia*, a fundação da **Central Única dos Trabalhadores - CUT** e a *Campanha pelas Diretas Já!*



SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO



Greve dos metalúrgicos em São Paulo no ano de 1979 | foto Sueli Tomazini | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

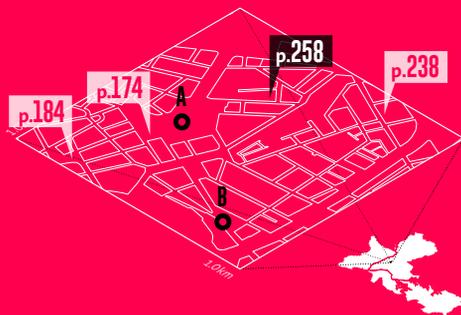
Rua do Carmo 171

DISTRITO

Sé

ZONA

Central



- A** Estação Sé
- Metrô | Linhas 1 e 3
- B** Estação Liberdade
- Metrô | Linha 1

O primeiro prédio a abrigar o Sindicato ficava na **Praça João Mendes**. Em 1934, a sede transferiu-se para o **Palacete Santa Helena**, no **Largo da Sé**. Nessa época, a entidade comprou e reformou o velho edifício da **Rua do Carmo**, onde permaneceu por mais de trinta anos. Na década de 90, uma nova mudança levou o maior sindicato da América Latina ao **Palácio do Trabalhador**, localizado a algumas quadras da antiga sede, que hoje abriga o **Sindicato Nacional dos Aposentados - SINDNAPI** e o **Centro de Memória Sindical**.

Fundado em 27 de dezembro de 1932, o **Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo** sofreu intervenção do regime militar logo após o golpe de 1964, que levou à destituição de sua diretoria, além da prisão e tortura de diversos operários. Em 1965, amparado pelos militares, **Joaquim dos Santos Andrade** foi alçado à presidência da entidade em uma eleição na qual era o único candidato. O emblemático *Joaquinzão*, como era conhecido, ocupou o cargo de presidente do sindicato durante 22 anos, vencendo sete eleições consecutivas, algumas delas com fortes suspeitas de fraudes.

Durante a ditadura, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo caracterizou-se por suas práticas assistencialistas, sendo visto por muitos de seus membros como um "clubes" que dispunha de colônias de férias, assistência médica e odontológica. Nesse período, a sede do sindicato funcionou também

como local de detenção dos operários considerados subversivos às empresas e ao aparato repressivo vigente.

Apesar do contexto adverso, é nessa época que emerge a **Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo - OSM-SP**, um grupo de trabalhadores que buscava resistir através da organização de base a partir das fábricas. Foi esse trabalho o principal responsável pelo ressurgimento das greves metalúrgicas, em São Paulo, no final dos anos 70.

Dentre os outros episódios marcantes, destacam-se as eleições de 1978, anuladas por fraude e, posteriormente, revalidadas pelo Ministério do Trabalho; a famosa *Assembleia dos 30 mil*, realizada em 1978, que acabou em uma tentativa de invasão do sindicato após o presidente Joaquinzão encerrar o evento para impedir a votação da continuidade da greve.



Metalúrgicos em assembleia na sede do Sindicato em 1976 | foto Mauro Zallio | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo



ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP - ADUSP



Sessão de abertura do 1º Congresso da USP, em 1980, com o Professor Alfredo Bosi | foto Wagner Avancini | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

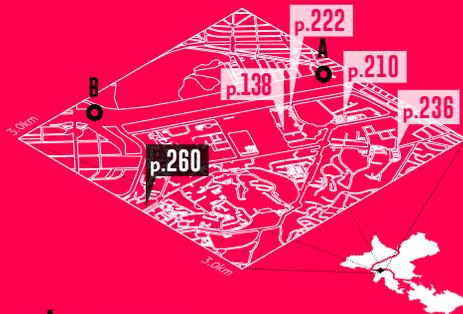
Avenida Professor Almeida Prado 1366
Cidade Universitária

DISTRITO

Butantã

ZONA

Oeste



A Estação Cidade Universitária

● CPTM | Linha 9

B Estação Vila Lobos - Jaguaré

● CPTM | Linha 9

ASSOCIAÇÃO DE AUXILIARES DE ENSINO

Antes da Adusp, professores não catedráticos da universidade eram representados pela **Associação de Auxiliares de Ensino**, criada em 1956. A entidade foi responsável pela incorporação do contrato em tempo integral e participou ativamente da criação do **Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP**. Nos primeiros anos da ditadura civil-militar, seus membros ainda lutaram para alertar a perseguição política da comunidade, mas, sem renovação, e com o aumento do cerceamento às agremiações representativas, a associação foi extinta em 1967.

Com o objetivo de desmobilizar a movimentação estudantil e afastá-la das regiões centrais das metrópoles brasileiras, em 1968 o governo militar transferiu os cursos do prédio da **RUA MARIA ANTONIA p.156** para a **Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira**, campus da **Universidade São**

Paulo na região do Butantã. No período ditatorial, tanto no espaço da zona oeste paulistana quanto nos prédios da **FACULDADE DE MEDICINA DA USP p.218**, da **FACULDADE DE DIREITO DA USP p.184** e da Rua Maria Antônia, muitos estudantes e professores foram duramente reprimidos, perseguidos, torturados e mortos pelo regime.

Reuniões, atividades de militância e entidades representativas eram proibidas e todas as ações eram monitoradas por agentes do regime infiltrados na comunidade universitária e por redes de delação internas constituídas com o apoio e cumplicidade de dirigentes da instituição. Entre muitos casos, há o da professora **Ana Rosa Kucinski**, que, embora sabidamente tivesse desaparecido nas mãos da repressão, foi demitida pela universidade sob alegação de "abandono de função". Em 2014, a Congregação do Instituto de Química, onde ela lecionava, anulou sua demissão e, a partir de uma proposição da Comissão da Verdade da USP, instalou um memorial em sua homenagem na entrada do instituto.

VIGILÂNCIA

O sistema de vigilância estabelecido nas dependências da Cidade Universitária foi igualmente aplicado na sede da Adusp. Na documentação acumulada no *Fundo Deops*, sob a guarda do **Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP**, existem dezenas de relatórios produzidos sobre as reuniões e assembleias realizadas em sua sede.

Em 1975, com a morte de **Vladimir Herzog**, jornalista e professor da **Escola de Comunicações e Artes - ECA-USP**, assassinado nas dependências do **DOI-CODI p.76**, parte da comunidade universitária se uniu a outros grupos, como jornalistas, sindicatos e organizações sociais, em protestos, vigílias e homenagens contra o ocorrido, combatendo a versão do regime de que Herzog teria se suicidado.

A indignação com a morte do professor, o questionamento das arbitrariedades, a permanente política de exceção imposta pelo regime e a ausência de uma entidade que pudesse contribuir com a

articulação dos acadêmicos dentro da USP foram algumas das motivações para a criação, em outubro de 1976, da **Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - Adusp**.

Em junho do mesmo ano, demarcando importante momento de reação da comunidade universitária, os estudantes da USP haviam se organizado e re-fundado o **Diretório Central dos Estudantes**, o **DCE Alexandre Vannucchi Leme**, na mesma universidade. Levando o nome do estudante de Geologia da universidade assassinado pelo regime, a entidade era chamada de **DCE Livre** por ignorar as proibições do regime às entidades estudantis.

UMA PUBLICAÇÃO HISTÓRICA E ATOS DE RESISTÊNCIA

Em 1978, a Adusp conseguiu publicar o *Livro Negro da USP*, que denunciava a intervenção da polícia política na universidade. A publicação apresentava que um dos critérios para a seleção de professores era a aprovação destes por parte dos agentes da repressão e denunciava a existência de uma rede de delações entre professores e a perseguição de inimigos pessoais e alunos pelos acadêmicos em posição de comando.

Um ano depois, a associação participou ativamente da *Greve do Funcionalismo Público*, em que servidores permaneceram parados por 39 dias, reivindicando reajuste salarial em decorrência da inflação e, em ato de resistência, afrontando a legislação da época, que coibia toda atividade sindical. Como reação, o então governador e apoiador do regime, **Paulo Maluf**, não apenas negou a adequação dos pagamentos, como fez com que todos fossem descontados pelos dias de greve. Contudo, neste e em outros movimentos contra as ações arbitrárias do governo, a entidade promoveu a união da categoria e fortaleceu seu caráter democrático na universidade.

A Adusp segue como representante dos docentes e exerce um papel sindical, atuando como uma seção do **Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN**.



SINDICATO DE MOTORISTAS E CONDUTORES



Motoristas de ônibus em greve no bairro de Santana, 1979 | foto Mirian Fichtner | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo

ENDEREÇO

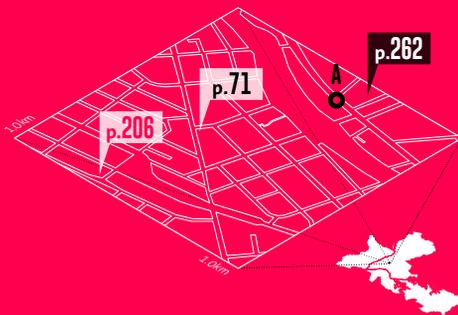
Rua Pirapitingui 75

DISTRITO

Liberdade

ZONA

Central



A Estação São Joaquim

● Metrô | Linha 1

O **Sindicato dos Motoristas de São Paulo**, fundado em 1933, já estabeleceu sedes em diferentes pontos do centro de São Paulo até adquirir, em 1948, o prédio da rua Pirapitingui, onde funciona até hoje. Ao longo de sua história, o sindicato sofreu seis intervenções de diferentes governos com o intuito de cercear a liberdade de atuação da entidade – três delas durante a ditadura civil-militar. A primeira aconteceu em 1964, logo após ser deflagrado o golpe de Estado, com o intuito de desmobilizar o sindicato. A ação, no entanto, não implicou a paralisia da categoria, que seguiu, por outros meios, sua organização. Após a reconquista da direção da entidade por parte de lideranças mais combativas, em 1968, uma nova intervenção, em 1974, levou à prisão e à tortura de diversos sindicalistas, que,

sob a acusação de serem comunistas foram levados inicialmente ao **DOI-CODI** p.76 e, após inúmeras sessões de torturas, foram transferidos para o **DE-OPS/SP** p.44 .

Devido à intervenção, foi sem o apoio do sindicato que os motoristas participaram da greve de 1979, quando precisaram contar com a solidariedade de outros movimentos e categorias para realizar suas ações. A partir dessa greve, inserida num contexto de rearticulação dos movimentos operários e populares e das várias greves ocorridas entre 1978 e 1979, a oposição sindical da categoria conseguiu reconquistar a diretoria do sindicato, fazendo-o presente nas mobilizações que marcaram os últimos anos do regime militar.



Repressão policial à greve dos motoristas de ônibus em 1986 | foto Mirian Fichtner | fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo



FÁBRICA DE CIMENTO DO PERUS

ENDEREÇO

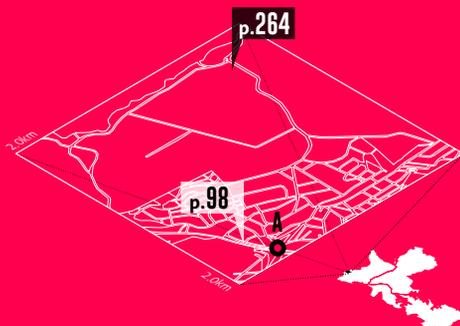
Rua Joaquim Antônio Arruda s/n

DISTRITO

Perus

ZONA

Norte



A Estação Perus

● CPTM | Linha 7

Inaugurada em 1926, a **Companhia de Cimento Portland Perus**, mais conhecida como **Fábrica de Cimento de Perus**, foi a primeira indústria de cimento de grande porte instalada no país. Fruto de uma sociedade entre os canadenses da Indústria **Drysdale y Pease**, de Montreal, com dois moradores comerciantes do bairro de Perus – **Sylvio de Campos** e **Arthur Costa Jambeiro** –, a fábrica foi indutora do crescimento não apenas da região, ao trazer diversas vilas operárias para o entorno da fábrica, mas de toda a cidade. Entre 1930 e 1960, seus produtos abasteceram as principais obras de urbanização de São Paulo, como o **VIADUTO DO CHÁ** **p.152**.

Com a troca de gestão, ocorrida em 1951, o controle das operações passou para as mãos de **José João Abdalla**, um político e rico empresário da época, conhecido como “mau patrão” e mau gestor da fábrica. Os trabalhadores reclamavam constantemente da falta de manutenção nos equipamentos e de atrasos salariais. Durante sua gestão foram registrados diversos acidentes de trabalho, assim como um alto índice de poluição, decorrentes de uma política de economia de gastos de produção, que incluía o corte de operários especializados e a operação do maquinário sem filtros e outras peças destinadas à diminuição do impacto ambiental. Esses e outros problemas enfrentados no dia a dia

de trabalho na fábrica foram dando lugar a uma intensa e vigorosa organização sindical. Adeptos da não violência, os operários da Fábrica de Cimento de Perus protagonizaram mobilizações e greves capazes de assegurar algumas conquistas para a categoria. A partir de 1958, foram organizadas sucessivas greves que desembocaram em uma grande greve em 1962, que parou 70% dos operários por mais de cem dias, exigindo nada menos do que a desapropriação da fábrica. Afastados do trabalho, reprimidos violentamente por intervenção militar e policial, os trabalhadores sustentaram uma resistência até 1969, quando obtiveram na justiça sua reintegração ao serviço e o reconhecimento de todo o período de afastamento como período de greve. O movimento ficou conhecido como *queixada*, em referência aos porcos selvagens que, quando atacados, se reúnem em grupo para se defender.

A luta dos queixadas não se restringiu às questões trabalhistas da fábrica de cimento de Perus. Ao contrário, a atuação do sindicato foi se misturando às lutas políticas e sociais desenvolvidas na região de Perus, constituída essencialmente por fábricas e vilas operárias. Nesse sentido, a mobilização foi adquirindo um caráter popular e comunitário, marcado pela criação de mecanismos de solidariedade entre os operários, como a cooperativa bancária - **Banco dos Queixadas** - e o fundo de greve.

A participação ampla dos familiares dos operários nas assembleias de greve foi outro fator que deu ao movimento sindical condições de se associar a movimentos por melhores condições de vida nos bairros, luta por escolas, saúde, transporte, contra a poluição, entre outras reivindicações. Essa mobilização esteve marcada pela forte participação das mulheres organizadas junto às **Comunidades Eclesiais de Base** locais, o que daria lugar, a partir de meados dos anos 1970, à formação do **CLUBE DE MÃES p.250** de Perus e de unidades do **Movimento Contra o Custo de Vida**.

Após o fechamento da Fábrica, em 1986, o espaço ficou abandonado até que a população que vive nos arredores, familiares dos queixadas e artistas, organizaram um movimento para tomar o edifício como patrimônio histórico, o que veio a ocorrer em 1992. Atualmente, a população local reivindica que o espaço seja transformado em um **Centro de Lazer, Cultura e Memória do Trabalhador**.

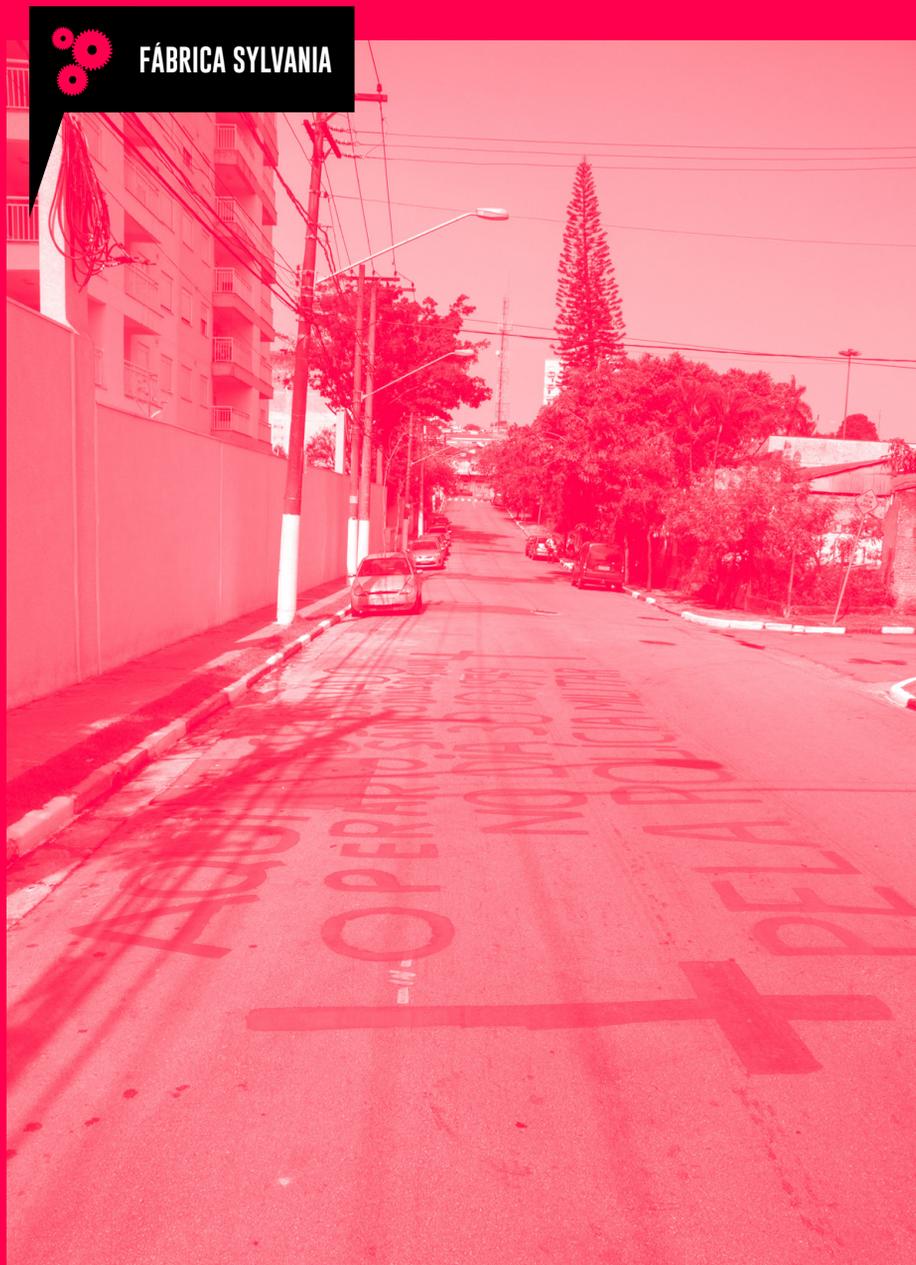


SAIBA MAIS!

Perus, história do bairro de São Paulo

Direção: Jorge Guedes. Secretaria Municipal de Cultura; Leão Filmes, 2013. 26 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=V5ydvCf6JGI>



No terreno da Fábrica Sylvania hoje existe um condomínio residencial, mas desde 1979, todo dia 30 de outubro, é realizado um ato diante da antiga fábrica para relembrar o assassinato e a luta de Santo Dias | foto Alessandra Haro | fonte Memorial da Resistência de São Paulo

ENDEREÇO

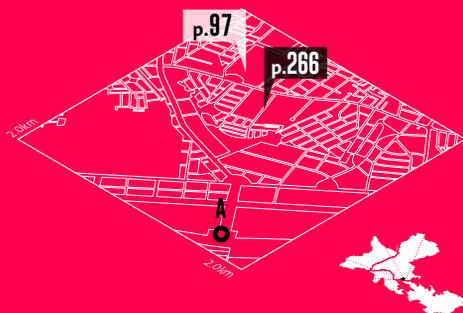
Rua Quararibéia 242

DISTRITO

Campo Grande

ZONA

Centro-Sul



- A Estação Jurubatuba
- B CPTM | Linha 9

A década de 1950 foi marcada por transformações na paisagem da cidade de São Paulo. Com as mudanças no setor de transportes, as indústrias deixaram as imediações das ferrovias para ocupar regiões mais próximas das marginais, facilitando o acesso às rodovias e alterando a configuração de muitos bairros. Esse é o caso de Santo Amaro, distrito da zona sul da cidade até então essencialmente residencial, onde foi criado, neste período, um parque industrial. Ali se instalou a empresa **Sylvania Produtos Elétricos Ltda.**, de origem norte-americana, produtora de lâmpadas incandescentes e fluorescentes.

Desde 1964, com a proibição das greves, constantes intervenções do governo nos movimentos sindicais e intensa perseguição e repressão às organizações de trabalhadores pela ditadura civil-militar, os operários brasileiros vinham encontrando muitas dificuldades para reivindicar melhores salários e estruturas de trabalho. Contudo, a partir de 1978, com o acirramento da crise econômica no país, esse cenário começou a mudar quando as oposições sindicais passaram a organizar greves e manifestações

Não é certo que a violência arme a mão de outro pobre para acabar com a vida de Santo, não é certo que andem armados policiais que vão encontrar com o povo de braços cruzados, não é certo que haja dois pesos e duas medidas, uma para o patrão, outra para o operário.

DOM PAULO EVARISTO ARNS

em depoimento público no velório de **Santo Dias**



operárias, contestando as leis vigentes, ao lado de outros movimentos comunitários que lutavam por melhores condições de vida.

Em decorrência de uma greve geral dos trabalhadores em São Paulo e em Guarulhos, rapidamente reprimida pela polícia, muitas subseções de sindicatos foram invadidas e mais de 130 pessoas foram presas. Buscando apoio de outros movimentos sociais, os trabalhadores encontraram aliados em representantes da **Igreja Católica** e passaram a se reunir, por exemplo, na **IGREJA N.SRA. DO PERPÉTUO SOCORRO** p.235, localizada próxima às indústrias da região, para planejar suas ações de resistência.

A MORTE DE SANTO DIAS

No dia 30 de outubro de 1979, **Santo Dias**, um dos líderes do movimento operário, saiu da chamada **Capela do Socorro**, onde se reunia com outros sindicalistas, para organizar um piquete em frente à Fábrica Sylvania e convencer os trabalhadores a aderirem ao movimento grevista. A manifestação chamou a atenção da polícia militar e, durante um

tumulto, iniciado com a prisão de alguns manifestantes, Santo Dias foi assassinado por um soldado, com disparos nas costas.

SANTO DIAS

Santo Dias nasceu em Terra Roxa, no interior de São Paulo, onde se envolveu ainda bem jovem com lutas por melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Nos anos 1970, trabalhando como operário metalúrgico, tornou-se muito ativo no movimento sindical. Católico, Santo também se envolveu com as **Comunidades Eclesiais de Base**, participou ativamente da fundação da **Pastoral Operária** e da organização do **Movimento Custo de Vida**, mais tarde chamado **Movimento contra a Carestia**, ao lado da militante e companheira **Ana Dias**, com quem teve dois filhos. No ano em que morreu, trabalhava como metalúrgico na fábrica de **Filtros Mann** e militava na **Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo**, contrária à atuação do **Sindicato dos Metalúrgicos**, considerado conivente com as ações do regime. A estratégia da Oposição era, através do trabalho organizativo de base no interior das empresas, construir Comissões de Fábrica e, então, disputar as eleições do Sindicato com chapa própria.

O corpo já sem vida do ativista foi levado às pressas pelos agentes policiais para o Pronto Socorro de Santo Amaro. A fim de impedir que a polícia ocultasse a morte de Santo, como aconteceu com várias vítimas do regime e que, segundo relatos, parecia ser a intenção dos agentes que tratavam do caso, seus familiares e outras lideranças do movimento e da Igreja tiveram que agir com presteza, desafiando as autoridades locais, para que pudessem acompanhar os procedimentos médicos e policiais.

MARCHA E RESISTÊNCIA

Com lembranças nítidas, **Ana Dias** tem na memória a sequência de eventos que quase levaram o corpo

de Santo a desaparecer. Com a ajuda de um padre, Ana conseguiu localizar o corpo do marido e entrar na viatura que o levaria das proximidades da fábrica Sylvania ao **Pronto Socorro de Santo Amaro**. No caminho, Ana se lembra de ouvir um policial afirmar: "Some com isso. Não respeite nenhum farol". Isso era o corpo de Santo Dias. O acompanhamento incisivo de Ana não deixou espaço para que a polícia pudesse desaparecer com Santo. Ele foi encaminhado ao **Instituto Médico Legal - IML/SP** p.94, onde Ana ainda teve que brigar mais uma vez para que não se determinasse seu enterro como indigente, ouvindo inúmeras ofensas.

Com o apoio de outros militantes, a notícia da morte do operário se espalhou rapidamente e, depois que o IML liberou seu corpo, trabalhadores, estudantes, párocos e ativistas contra a ditadura se reuniram para velá-lo na **IGREJA N.S.RA. DA CONSOLAÇÃO** p.169. No dia seguinte, aproximadamente 30 mil pessoas compareceram para se despedir de Santo e protestar contra os agentes da repressão e os assassinatos comandados pelo governo.

Da Consolação, a multidão seguiu em marcha até a **CATEDRAL DA SÉ** p.174, onde uma missa foi celebrada por **Dom Paulo Evaristo Arns**, então arcebispo de São Paulo e ávido crítico da ditadura civil-militar. O cardeal havia celebrado na própria Sé, quatro anos antes, um rito ecumênico pela morte do jornalista **Vladimir Herzog**, assassinado no **DOI-CODI** p.76 pelo regime. Em uníssono, todos clamavam pelo fim da violência e pelo direito à livre manifestação da sociedade e pelo fim da ditadura.

O corpo do metalúrgico foi enterrado no **CEMITÉRIO CAMPO GRANDE** p.97, também localizado em Santo Amaro. Sua lápide registra:

*Santo Dias, operário cristão.
Morreu assassinado pela polícia militar na luta
pelo povo oprimido. Na força de sua memória
faremos justiça.*

LEMBRAR É RESISTIR

Anualmente, no dia 30 de outubro, manifestantes, parentes e amigos se reúnem em frente à antiga Fábrica Sylvania para lembrar a morte de Santo Dias, escrevendo no chão com tinta vermelha os dizeres:

Aqui foi assassinado, pela polícia militar, às 14h, o operário Santo Dias. 30-10-1979+

Em sua homenagem, a região metropolitana de São Paulo possui diversas ruas com o nome de Santo Dias, um parque no distrito do Capão Redondo e um memorial na Vila Remo.

SINDICALISTAS PERSEGUIDOS

Além de Santo Dias, muitos trabalhadores e ativistas do movimento operário e camponês foram mortos por se opor à ditadura civil-militar e lutar pelos direitos sociais. Entre os casos: o químico **Olavo Hanssen**, do **Partido Operário Revolucionário Trotskista - PORT**, preso, torturado e assassinado em 1970 no **DEOPS p.44**; **Nelson Pereira de Jesus**, operário assassinado em 1978 na porta da **Metalúrgica Alfa** pelo **Comando de Caça aos Comunistas - CCC**; **Manuel Fiel Filho**, do **Partido Comunista Brasileiro - PCB**, operário assassinado sob tortura em 1976 no **DOI-CODI p.76**.

HOMENAGEM A SANTO DIAS PINTADA ANUALMENTE EM FRENTE À ANTIGA FÁBRICA SYLVANIA



SAIBA MAIS!

A Luta do Povo
Direção: Renato Tapajós. APS – Associação Popular de Saúde, 1980. 30 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=fg6WbDwLS6s>

Santo e Jesus, Metalúrgicos
Direção: Claudio Kahns e Antonio Paulo Ferraz, 1984. 26 min

► <https://www.youtube.com/watch?v=ZUMtXPt6Z-0>

Vários artistas. **Disco Santo Dias**
Produção: Willy Corrêa de Oliveira em parceria com o Comitê Santo Dias da Silva

► <https://www.youtube.com/watch?v=x7oTXyAhEPI>



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DEOPS/SP p.44

CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (Org.). *São Paulo, metrópole das utopias: histórias de repressão e resistência no arquivo Deops*. São Paulo: Editora Lazuli Nacional, 2009

FREIRE, Alípio Raimundo Viana; SEIXAS, Ivan Akselrud de; POLITI, Maurice. *Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar*. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Kátia Neves, Cristina Bruno e Marcelo Araújo em 11/09/2008

Relatório Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Tomo I – Parte I. Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política

► <http://verdadeaberta.org/relatorio/>

portal *Memórias reveladas. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)*

► <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>

OBAN | DOI-CODI p.76

GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó*. São Paulo: Editora Alameda, 2014

GODOY, Marcelo. *As confissões do DOI-CODI, s.d.*

► <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/con-fissoes-do-doi-codi/>

MIYAKI, Darcí. *Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar no DOI-CODI*. Memorial da Resistência de São Paulo. Entrevista concedida a Karina Alves, em 24/04/2014

CEMITÉRIO DOM BOSCO | VALA DE PERUS p.98

INSTITUTO MACUCO. *Vala Clandestina de Perus: Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da História Brasileira*. São Paulo: Ed. do Autor, 2012

Vala Comum

Direção: João Godoy
Kawy Produções, 1994. 33 min

► <https://bibliotecadaeca.wordpress.com/2011/06/16/citando-filmes/>

Vala de Perus. Programa Globo Repórter.
Rio de Janeiro: Rede Globo, julho de 1995

► <https://www.youtube.com/watch?v=yKBc7S4tSfU>

Cemitério Dom Bosco. Programa Lugares da Memória. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014

BAR BARTOLO p.146

DANTAS, Vanessa Pinheiro. *Vila Madalena: imagens e representações de um bairro paulistano*. Dissertação de mestrado, Univ. Anhembi Morumbi, 2008

► <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp075218.pdf>

LÍNGUA DE TRAPO. *Bar Bartolo* (letra)

► <https://www.letras.mus.br/lingua-de-tra-po/374400/>

PORTUGHEIS, Débora Jun. *Vila Madalena: polo de comércio, lazer e cultura*. Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica, FAU-USP, 2014

► <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/07/Vila-Madalena-RF.pdf>

VALE DO ANHANGABAÚ | VIADUTO DO CHÁ p.152

Estudantes. Portal Memórias da Ditadura

- ▶ <http://memoriasdaditadura.org.br/estudantes/>

ALBERTI, Verena. PEREIRA, Amílcar Araujo. *Orgulho da cor.* Portal Revista de História.com.br

- ▶ <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/orgulho-da-cor>

MOREIRA, Larissa Resende. *Ecos da ditadura militar no século XXI.* LEMAD – Laboratório de Ensino e Material Didático

- ▶ <http://lemad.fflch.usp.br/node/7891>

RUA MARIA ANTÔNIA p.156

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão.* São Paulo: Nobel, 1998

AMENDOLA, Gilberto. *Guerra da Maria Antônia.* Revista Leituras da História. Edição 22, 2009

PRAÇA ROOSEVELT p.169

Praça Roosevelt, em SP, pode ter se tornado a nova Augusta. Jornal Metro, 2014

- ▶ <http://www.metrojornal.com.br/nacional/plus/praca-roosevelt-pode-ter-se-tornado-a-nova-augusta-113256>

LARGO DA PENHA | BASÍLICA N.SRA. DA PENHA p.182

XAVIER, César. *Livro Negro da Ditadura mantém atualidade 42 anos depois.* Portal Vermelho, 2014

- ▶ <http://www.vermelho.org.br/noticia/243031-1>

TEIXEIRA, Paulo. *Eduardo Alves. Fábrica/Pompeia: uma antiga linha de ônibus.* Portal São Paulo: minha cidade, 2012

- ▶ <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/6333/FabricaPompeia%253A%2Buma%2Bantiga%2Blinha%2Bde%2Bonibus>

TUCA p.188

RODRIGUES, M; SUNDFELD, R; PEIRÃO, S. *TUCA, 20 anos.* São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1986

LARGO DA CONCÓRDIA | TEATRO COLOMBO p.172

Cultura no Brás no Início do Século XX: Teatro Anarquista e Cinema Burguês. Portal Klepsidra: revista virtual de História

- ▶ <http://www.klepsidra.net/teatroanarquista.html>

CAVERSAN, Luiz. *SP 450: Maria Antônia era o nosso Quartier Latin.* Jornal Folha de S.Paulo, 2003.

- ▶ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u83905.shtml>

Estilhaços de memória: sobrevida e dissolução da UNE. Portal UNE

- ▶ <http://www.une.org.br/noticias/estilhacos-de-memoria-sobrevida-e-dissolucao-da-une-1969-1973/>

TEATRO DE ARENA p.196

Teatro de Arena. Portal Enciclopédia Itaú

- ▶ <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399339/teatro-de-arena>

Augusto Boal. Portal Enciclopédia Itaú

- ▶ <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pes-soa4332/augusto-boal>

Teatro de Arena na Consolação. Portal Encontra Consolação

- ▶ <http://www.encontraconsolacao.com.br/consolacao/teatro-de-arena-na-consolacao.shtml>

Comunicado sobre o fato ocorrido nas dependências do Teatro de Arena Eugênio Kusnet (SP). Portal Funarte

- ▶ <http://www.funarte.gov.br/funarte/comunicado-5/>

NOGUEIRA, Fernando. *Ocupação do Teatro de Arena Eugênio Kusnet.* Jornal de Teatro, 2013

- ▶ <http://www.jornaldeteatro.com.br/ocupacao-do-teatro-de-arena-eugenio-kusnet/>

PEPPE, Maria Aparecida. *Arena conta Zumbi: a canção engajada no teatro.* Arquivo 68: sonhos e histórias de gente que viveu as aventuras dos anos 60

- ▶ <https://josekuller.wordpress.com/29-arena-conta-zumbi-a-cancao-engajada-no-teatro/>

RIBEIRO, Paula Chagas Autran. *Teoria e prática do Seminário de Dramaturgia do Teatro de Arena.* Dissertação de Mestrado em Artes Cênicas, ECA-USP, 2012

- ▶ <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27156/tde-31082015-152343/pt-br.php>

TV CULTURA p.240

portal *Instituto Vladimir Herzog*

- ▶ <http://vladimirherzog.org>

A TV Cultura e a morte de Herzog. Portal Memórias da ditadura

- ▶ <http://memoriasdaditadura.org.br/eventos-marcantes-na-tv/a-tv-cultura-e-a-morte-de-herzog>

portal *TV Cultura – Fundação Padre Anchieta*

- ▶ <http://www2.tvcultura.com.br/fpa/>

ADUSP p.260

Kucinski, Bernardo. K. – Relato de uma busca.

São Paulo: Cosac Naify, 2014

FÁBRICA SYLVANIA p.266

BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto Operário: A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978-1980).* São Paulo: IIEP, 2010

OLIVEIRA, Jorge Luiz Santos de. *Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar.* Memorial da Resistência de São Paulo. Entrevista concedida a Karina Alves Teixeira e Paula Salles em 23/07/2014

Operários. Portal Memórias da Ditadura

- ▶ <http://memoriasdaditadura.org.br/operarios/>

FILMES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

ANOS 1960

O Desafio

Direção: Paulo César Saraceni, 1965. 94 min

Terra em transe

Direção: Glauber Rocha, 1967. 111 min

Um Por Cento

Direção: Renato Tapajós, 1967.

Blábláblá

Direção: Andrea Tonacci, 1968. 28 min

Manhã cinzenta

Direção: Olney São Paulo, 1969. 40 min

O bravo guerreiro

Direção: Gustavo Dahl, 1969. 77 min

ANOS 1970

Brasil: um relato de tortura

Direção: Haskell Wexler e Saul Landau, 1971.
60min

Você também pode dar um presunto legal

Direção: Sérgio Muniz, 1971. 39 min

Iracema - uma transa amazônica

Direção: Jorge Brodanzky e Orlando Senna, 1976.
90 min

Lúcio Flávio, o passageiro da agonia

Direção: Hector Babenco, 1977. 118 min

Memórias do medo

Direção: Alberto Graça, 1979. 100 min

O bom burguês

Direção: Oswaldo Caldeira, 1979. 99 min

Greve de Março

Direção: Renato Tapajós. 1979. 35 min

ANOS 1980

A luta do povo

Direção: Renato Tapajós. 1980. 30 min

Eles não usam black tie

Direção: Leon Hirszman, 1981. 120 min

Linha de montagem

Direção: Renato Tapajós, 1981. 87 min

Pra frente, Brasil

Direção: Roberto Farias, 1982. 105 min

A freira e a tortura

Direção: Ozualdo Ribeiro Candeias, 1983. 85 min

Frei Tito

Direção: Marlene França, 1983. 16 min

Cabra marcado para morrer

Direção: Eduardo Coutinho, 1984. 119 min

Em nome da segurança nacional

Direção: Renato Tapajós, 1984. 48 min

Jango: como, quando e por que se depõe um presidente

Direção: Silvio Tendler, 1984. 115 min

Nunca fomos tão felizes

Direção: Murilo Salles, 1984. 91 min

Patriamada

Direção: Tizuka Yamasaki, 1984. 103 min

Muda brasil

Direção: Oswaldo Caldeira, 1985. 105 min

Céu aberto

Direção: João Batista de Andrade, 1986. 78 min

Dedé Mamata

Direção: Rodolfo Brandão, Tereza Gonzalez, 1987.
96 min

Tanga - deu no New York Times?

Direção: Henrique Filho - Henfil, 1987. 90 min

Primeiro de Abril, Brasil

Direção: Maria Letícia, 1989. 89 min

Que bom te ver viva

Direção: Lúcia Murat, 1989. 100 min

ANOS 1990

Muito Além do Cidadão Kane

Direção: Simon Hartog, 1993. 93 min

Lamarca

Direção: Sérgio Rezende, 1994. 130 min

As meninas

Direção: Emiliano Ribeiro, 1995. 92 min

O que é isso, companheiro?

Direção: Bruno Barreto, 1997. 110 min

Ação entre amigos

Direção: Beto Brant, 1998. 76 min

Dois côrregos - verdades submersas no tempo

Direção: Carlos Reichenbach, 1999. 112 min

ANOS 2000

Marighella - retrato falado do guerrilheiro

Direção: Sérgio Tandler, 2001. 55 min

Barra 68 - sem perder a ternura

Direção: Vladimir Carvalho, 2001. 77 min

Tempo de resistência

Direção: Andre Ristum, 2003. 110 min

O regime militar no Brasil (1964 - 40 anos depois)

Documentário da TV Senado, 145 min

AI-5 - O dia que não existiu

Direção: Paulo Markun, 2004. 56 min

Araguaya, a conspiração do silêncio

Direção: Ronaldo Duque, 2004. 105 min

Cabra cega

Direção: Tony Venturi, 2005. 107 min

Contos da resistência

Direção: Getsemane Silva, Glória Varela, Marcya Reis, André Carvalheira, Guilherme Bacalhao, 2005.
4 episódios de 30 min

O quintal dos guerrilheiros

Direção: João Massarolo, 2005. 15 min

Quase dois irmãos

Direção: Lúcia Murat, 2005. 102 min

Vlado: 30 anos depois

Direção: João Batista de Andrade, 2005. 90 min

1972

Direção: J. Emilio Rondeau, 2006. 100 min

Hercules 56

Direção: Sílvio Da-Rin, 2006. 93 min

O ano em que meus pais saíram de férias

Direção: Cao Hamburger, 2006. 110 min

Sonhos e desejos

Direção: Marcelo Santiago, 2006. 93 min

Três irmãos de sangue

Direção: Ângela Patrícia Reiniger, 2006. 102 min

Zuzu Angel

Direção: Sérgio Rezende, 2006. 108 min

Batismo de sangue

Direção: Helvécio Ratton, 2007. 110 min

Caparaó

Direção: Flávio Frederico, 2007. 77 min

Condor

Direção: Roberto Mader, 2007. 110 min

Tira o óculos e recolhe o homem

Direção: André Sampaio, 2008. 20 min

Cidadão Boilesen

Direção: Chaim Litewski, 2009. 92 min

Perdão Mister Fiel - o operário que derrubou a ditadura no Brasil

Direção: Jorge Oliveira, 2010. 95 min

Utopia e barbárie

Direção: Sílvio Tendler, 2009. 120 min

ANOS 2010

Hoje

Direção: Tata Amaral, 2011. 90 min

Marighella

Direção: Isa Grinspum Ferraz, 2012. 100 min

O dia que durou 21 anos

Direção: Camilo Tavares, 2012. 77 min

Tatuagem

Direção: Hilton Lacerda, 2013. 110 min

Tempo de Resistência

Direção: André Ristum, 2013. 110 min

A batalha da Maria Antonia

Direção: Renato Tapajós, 2014. 76 min

Trago Comigo

Direção: Tata Amaral, 2016. 84 min

| JOÃO CHILE | JOEL RUFINO DOS SANTOS | JORGE LUIZ SANTOS OLIVEIRA | JOSÉ BRAZ SOBRINHO | JOSÉ CARLOS DIAS | JOSÉ LUIS DEL ROIO | JOSÉ PAIVA | KÁTIA FELIPINI NEVES | LADISLAV DOWBOR | LEANE DE ALMEIDA | LÚCIA MARIA SALVIA COELHO | LUIGI GIULIANI | LUIZ CARLOS MARQUES - LUIGY | MAGALI DO NASCIMENTO CUNHA | MANOEL CYRILLO DE OLIVEIRA NETTO - CYRILLO | MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO | MARIA ALBERTINA GOMES BERNACCHIO | MARIA APARECIDA COSTA CANTAL | MARIA APARECIDA DOS SANTOS - CIDINHA | MARIA AUXILADORA DE ALMEIDA CUNHA ARANTES - DODORA | MARIA JOSÉ SOARES | MARIA LUIZA LOCATELLI GARCIA BELOQUE | MÁRIO DE PASSOS SIMAS | MARLON ALBERTO WEICHERT | MAURICE POLITI | NEUSA FERREIRA DE SOUSA | OCTACIANO ANSELMO | PADRE PAULO SÉRGIO BEZERRA | PAULO DE TARSO VANNUCHI | PAULO NOVAES COUTINHO | PEDRO LOBO DE OLIVEIRA | RAIMUNDO MOREIRA DE OLIVEIRA - RAIMUNDINHO | RAPHAEL MARTINELLI | RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI | ROSALINA SANTA CRUZ | ROSEMEIRE NOGUEIRA - ROSE | SALVADOR PIRES | SÉRGIO SALVIA COELHO | SÉRGIO SISTER | STANISLAW SZERMETA - STAN | TAKAO AMANO | TATIANA RUSSO DOS REIS | TIAGO RAMOS GASQUES | UMBERTO TRIGUEIROS LIMA | VICENTE EDUARDO GOMES ROIG | VICENTE SILVESTRE | VILMA AMARO | VIRGÍLIO EGYDIO LOPES ENEI | WALDEMAR ROSSI - ROSSI

O resgate de memórias é um trabalho em permanente progresso, e são muitas as contribuições. Caso algum nome tenha sido acidentalmente omitido, solicita-se que entre em contato

50 ANOS DO GOLPE DE 1964

50

CONHECER
PARA NÃO REPETIR



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA



MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO

APAC
ASSOCIAÇÃO
PINACOTECA
ARTE E CULTURA



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Cultura